

RODRIGO OSÓRIO PEREIRA

**O IMPÉRIO BOTÂNICO: AS POLÍTICAS PORTUGUESAS PARA A FLORA DA
BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL (1768-1808)**

BELO HORIZONTE
JUNHO 2013

RODRIGO OSÓRIO PEREIRA

**O IMPÉRIO BOTÂNICO: AS POLÍTICAS PORTUGUESAS PARA A FLORA DA
BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL (1768-1808)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Horta Duarte.

BELO HORIZONTE
JUNHO 2013

Banca Examinadora

Profa. Dra. Regina Horta Duarte - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Alda Lúcia Heizer
Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Henrique Dias
Universidade Estadual de Santa Cruz

Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Marcos Lobato Martins
Universidade Federal de Alfenas

Dedico esta tese à minha família.

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora, Regina Horta Duarte, por ter sido minha companheira nessa longa caminhada. Além da compreensão de orientar à distância, sempre foi uma leitora atenta e preocupada com o trabalho. Devo dividir com Regina os méritos desse texto, assim como reconhecer que sua orientação maternal foi responsável por me fazer avançar, bem além do que seria capaz.

Foi de grande importância neste trabalho a bolsa CAPES concedida desde o primeiro mês do doutorado, ocasião em que me instalei, em Belo Horizonte, na condição de forasteiro. Infelizmente, a política de fomento da pós-graduação no país ainda enfrenta dificuldades para suprir a grande demanda de colegas que fazem pesquisa, simultaneamente, ao trabalho. No nosso caso, não temos dúvida que a bolsa fez toda diferença. Espero ter cumprido nosso compromisso diante da função social exercida pela bolsa de pesquisa.

É importante registrar o empenho do colegiado do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, bem como de todos os funcionários dessa Universidade, tão importante no país.

Durante o ano de 2009, minha residência em Belo Horizonte não teria sido a mesma se não contasse com a acolhedora companhia de meus colegas de pós. Levarei para sempre as lembranças agradáveis daqueles amigos que tornaram menos dolorosa a experiência de ficar longe de “casa”. Penso que a cumplicidade de pós-graduandos “desterrados” nos tornou mais forte para enfrentar a dura rotina dos trabalhos acadêmicos.

O meu muito obrigado também aos meus pais, avô, tios, primos e, mais recentemente, sogros e cunhados, que sempre me apoiaram em minhas andanças de estudante. O carinho, a atenção e o reconhecimento a nós dispensado foram o combustível necessário para o fim desse trabalho.

As considerações, críticas e sugestões feitas por Júnia Ferreira Furtado e José Newton Coelho Meneses, em minha banca de qualificação, apresentaram um novo e importante caminho de pesquisa, possibilitando um salto qualitativo do trabalho. Além de proporcionar ótimas experiências nos debates realizados em sala de aula, estes dois professores foram de fundamental importância na difícil tarefa de ler o passado colonial. A partir deles, estendo

meu reconhecimento a todos os professores que tive na UFMG. A eles, meu muito obrigado.

Ao longo desses quatro anos realizei muitas buscas por arquivos, institutos e bibliotecas, no Brasil e em Portugal. Não posso deixar de registrar o apoio que tivemos de diversos funcionários, curadores e pesquisadores nos locais por onde passei, no exercício da pesquisa. Também agradeço a todos os meus colegas historiadores que, de um jeito ou de outro, me ajudaram no trato com as fontes, na indicação de textos ou compartilhando experiências. A estes muitos homens e mulheres, o meu muito obrigado.

Preciso agradecer a todos aqueles colegas de trabalho, na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS que, nos dois últimos anos da tese, ajudaram a este doutorando trabalhador. A compreensão que tive de minha área de conhecimento e de alguns amigos foi de grande valia para a dedicação necessária à escrita, ainda que meu engajamento com a UEFS não tenha me permitido priorizar a tese como desejado.

Quero fazer um agradecimento especial à minha esposa, Claudia. Companheira de sempre, experimentou a solidão, o cansaço, o tédio, a preocupação, a dor e a agonia que esses quatros anos me trouxeram. Mas também compartilhou conosco a alegria, o alívio, a inspiração, a curiosidade e a excitação de alguns momentos. Claudia foi minha companheira incondicional e a ela devo a estrutura emocional da realização de tão ambiciosa tarefa. Além de ter-se doado incondicionalmente, foi peça chave, entre fraldas e noites mal dormidas, no cuidado de nosso filho recém-nascido, nos últimos meses da tese. Esse trabalho não seria o mesmo sem sua participação.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	10
REFERENCIAIS DE PESOS E MEDIDAS	11
LISTA DE VEGETAIS COM NOMENCLATURA BINOMIAL	12
LISTA DE MAPAS E IMAGENS	15
RESUMO	16
ABSTRACT	17
INTRODUÇÃO	18

PARTE I – O CONTEXTO ILUSTRADO DA BOTÂNICA LUSO-BAIANA

CAP I – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BOTÂNICA EM PORTUGAL	37
1.1 - Da renascença à história natural	37
1.2 - A filosofia natural em Portugal	46
1.3 - Domingos Vandelli: entre a fisiocracia e a botânica	56
1.4 - Julio Mattiazzi, o jardineiro Real	64
1.5 - Os espaços institucionais da botânica	66
1.5.1 - O Real museu de história natural e jardim botânico da Ajuda	67
1.5.2 - A reforma da universidade de Coimbra	69
1.5.3 - O gabinete de história natural e jardim botânico de Coimbra	72
1.5.4 - As viagens filosóficas	75
1.5.5 - A Real academia de ciências de Lisboa	79
1.6 - A secretaria e os ministros de ultramar	81
CAP II - A BAHIA ATLÂNTICA NA ROTA DA BOTÂNICA IMPERIAL	86
2.1 - A Bahia Atlântica	91
2.2 – Os funcionários-naturalistas da Bahia	123

PARTE II – POLÍTICAS PARA A FLORA NA BAHIA ATLÂNTICA

CAP III - A BOTÂNICA E AS MADEIRAS NA BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL 148

3.1- A Coroa e as madeiras na Bahia atlântica	149
3.2 - A ciência botânica a serviço da política madeireira	157
3.2.1 - Saberes e práticas botânicas no trato das madeiras	157
3.2.2 - O discurso da conservação natural na Bahia atlântica	174
3.3 - O processo de regulamentação dos cortes de madeira	185
3.4 - A pressão colonial	191

CAP IV – A BOTÂNICA E AS CULTURAS AGRÍCOLAS NA BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL 199

4.1 - A fisiocracia no naturalismo luso-baiano	199
4.2 - A ciência botânica a serviço da dinamização agrícola	206
4.2.1 – Cana-de-açúcar	209
4.2.2 – Tabaco	214
4.2.3 – Mandioca	220
4.2.4 – Algodão	224
4.2.5 - Pimentas e Canela	231
4.2.6 – Cochonilha	234
4.2.7 – Cacau	240
4.2.8 – Baunilha	242
4.2.9 – Café	244
4.2.10 - Outros gêneros	246
4.3 - A força das lavouras tradicionais	250

CAP V – A BOTÂNICA E AS ERVAS NA BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL 258

5.1 - A rede imperial de circulação de plantas	258
5.2 - Estudos, circulação e aclimação de ervas na Bahia atlântica	261

5.2.1 - Experiências de aclimação	281
5.3 - O jardim botânico de Salvador	286
5.4 – Contradições e resistências na política das ervas baianas	298
CONCLUSÃO	306
REFERÊNCIAS	313

ABREVIATURAS

- ABN** – Anais da Biblioteca Nacional
- ACL** – Academia de Ciências de Lisboa (Lisboa)
- AUC** – Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra)
- AE** – Arquivo do Exército (Rio de Janeiro)
- AHMB** – Arquivo Histórico do Museu Bocage (Lisboa)
- AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
- AN** – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
- ANTT** – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
- APEB** – Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador)
- BNRJ** – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- DHBN** – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (Coleção)
- IGHB** – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador)
- IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)
- RIGHB** – Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- RIHGB** – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

REFERENCIAIS DE PESO E MEDIDAS

Alqueire - 36,27 litros.

Arroba – Representado por @, equivalente a 14,74560 kg.

Conto de réis – Equivalente a um milhão de reais ou um milhar de mil réis.

Cruzado - Equivalente a 480 réis.

Légua – Equivalente em média 5.572 m, em Portugal; Na Bahia, equivalia a 6.000 m.

Mil réis - Milhar do real.

Sírio – Equivalente de 1,5 a 2 alqueires.

LISTA DE VEGETAIS CITADOS NAS FONTES COM NOMENCLATURA

BINOMIAL

Abóbora - *Cucurbita pepo* L.
Açafrão – *Crocus sativus* L.
Algodão – *Gossypium hirsutum* L.
Amendoim – *Arachis hypogaea* L.
Amoreira – *Morus papyrifera*
Anda-açu / Sapecuerema – *Joanesia princeps*
Angelim – *Vatairea heteroptera* Ducke
Anil – *Indigofera tinctoria* L.
Arapabaca / Pegalha – *Spigelia anthelmia* L.
Balsamo Peruano – *Myroxylon peruiferum* L.f.
Batata de Purga – *Ipomoea purga*
Baunilha – *Vanilla planifolia* Andr.
Borragem – *Borago officinalis* L.
Cabaço - *Cucurbita obovata*
Cacau – *Theobroma cacao* L.
Café - *Coffea arabica* L.
Caju - *Anacardium occidentale* L.
Cajueiro – *Anacardium occidentale* L.
Cana caiena / caiana / cana de açúcar - *Saccharum officinarum* L.
Cana de açúcar – *Saccharum officinarum* L.
Cana do brejo – *Costus spicatus* Sw
Canafístola / Canafístula – *Peltophorum dubium*
Canela / Canela do Ceilão – *Cinnamomum zeylanicum* Blume
Cânhamo – *Cannabis sativa* L.
Casca do Manguê / Manguê / Amescla – *Trattinnickia burserifolia*
Cascarrilhas – *Croton eluteria* L.
Chicória – *Cichorium endivia*
Cipó - *Pyrostegia venusta*
Cipó de chumbo - *Cuscuta racemosa* Mart. et Humb
Cochonilha – *Planococcus citri*
Copaíba Branca Pau de Óleo / Pau d'óleo / Copaíba / Copaíba Vermelha – *Copaifera*
Cravo da Índia – *Caryophyllus aromaticus*
Embira / Mutambo – *Guazuma ulmifolia*
Erva do Bicho – *Polygonum persicaria*
Farinheira / jatobá - *Hymenaea courbaril* L.
Fruta do conde - *Annona squamosa* L.
Gengibre – *Zingiber officinale* Roscoe
Gergelim - *Sesamum orientale*
Guajajarajara / Guajará – *Chrysophyllum excelsum*
Ipê – *Tabebuia impetiginosa*
Ipecacuanha – *Psychotria Ipecacuanha* (Brot.) Stokes
Jabuticaba - *Myrciaria cauliflora*

Jaca - *Artocarpus integrifolia* L.f.
 Jatobá – *Hymenaea courbari*
 Jenipapo – *Genipa americana* L.
 Jequitibá – *Cariniana legalis* (Mart.) Kuntze
 Jussara – *Euterpe edulis*
 Juthahy / jutaí – *Dialium guianense* (Aubl.) Sandw with langsdorffei
 Lima da pérsia - *Citrus sinensis* L. Osbeck
 Malva – *Malva sylvestris* L.
 Malvaíscó / Malvarisco - *Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng.
 Mamona - *Ricinus communis* L.
 Mandioca - *Manihot esculenta* crantz
 Manjeriço / Manjeriço da folha larga - *Ocimum basilicum*
 Maracujá – *Passiflora edulis* f. *flavicarpa*
 Maravilha - *Mirabilis jalapa*
 Massaranduba – *Manilkara* Spp.
 Maxixe - *Cucumis anguria* L.
 Melancia - *Citrullus lanatus*
 Mostarda - *Brassica alba*
 Mulungu - *Erythrina mulungu* mart. ex benth.
 Noz Moscada - *Myristica bicuhyba* schott ex spreng
 Oiticica – *Licania rígida* benth
 Orelha de onça medicinal - *Tibouchina grandiflora*
 Pau Brasil / Brasiotele Cesalpinia – *Caesalpinia echinata* L.
 Pau Roxo – *Peltogyne* cf. *subsessilis*
 Pau Vermelho medicinal / Conduru – *Brasimum rubescens*
 Pimenta – *Capsicum* spp.
 Potumuju – *Centrolobium microchaete*
 Povana / China – Povana / Jeniparana – *Gustavia augusta* L.
 Quiabo - *Abelmoschus esculentus* L.
 Quina – *Quassia amara* L.
 Quina branca – *Cinchona ledgeriana* R. P. / *Cinchona officinalis* L.
 Quina forte – *Cinchona ledgeriana* R. P. / *Cinchona officinalis* L.
 Quina parda – *Cinchona ledgeriana* R. P. / *Cinchona officinalis* L.
 Saboeiro - *Sapindus saponaria*
 Salsa - *Petroselinum crispum* (Mill.) Nym.
 Salsa Parrilha – *Smilax áspera*
 Sândalo – *Santalum álbium* L.
 Sêne – *Cássia angustifólia* vahl
 Sucupira - *Bowdichia nitida*
 Tabaco – *Nicotina tabacum* L.
 Tamarindo – *Tamarindus indica*
 Tapinhoam / Tapinhoã / Canela Tapinhoã – *Mezilaurus novalium*
 Teca – *Tectona grandis*
 Urucu – *Bixa orellana* L.
 Vinhático - *Plathymenia foliosa*

**LISTA DE VEGETAIS CITADOS NAS FONTES CUJOS NOMES CIENTÍFICOS
NÃO FORAM IDENTIFICADOS:**

Araíba
Aratingui
Baga Vermelha
Bagas da Cariana
Butica
Caipa
Carinana
Cavaco de Anta
Cavaco de Grem
Chagas
Contra herva
Cupaiva
Ervinha
Flores de viola
Ipecacuanha alfa viola
Ipecacuanha negra
Mandiroba
Mataporto
Mechoachan
Pesseba
Ruiva
Sarografo
Sicerperainerins
Suco das esporas
Tallappa
Timetória Perola

LISTA DE MAPAS E IMAGENS

Mapa I – Rio de Contas, Camamú e Morro de São Paulo	98
Mapa II - Freguesias de Jequiçá, Cairu e Boipeba, 1800. (Parte Norte)	101
Mapa III - Freguesias de Camamú, Maráu e Barra do Rio de Contas, 1800. (Parte Central)	102
Mapa IV – Freguesias de Ilhéus e Poxim, 1800. (Parte Sul)	103
Mapa V – O Recôncavo baiano	105
Mapa VI – Rotas Terrestres e Aquáticas	114
Mapa VII – Vilas e freguesias do Recôncavo baiano, meados do Séc. XIX	252
Imagem I – Máquina chinesa de carnear algodão	230
Imagem II – Estampa do Capitão Barreto: “ <i>pau vermelho medicinal</i> ”	271
Imagem III – Estampa do Capitão Barreto: “ <i>ervinha</i> ”	273
Imagem IV – Planta da escola do Jardim Botânico da Bahia	294

RESUMO

Esta tese estuda a relação da botânica colonial com as políticas da Coroa portuguesa para a flora da Bahia Atlântica, na transição do século XVIII para o XIX. Entendendo a ciência moderna como um instrumento de dominação colonial, verificamos que ela assumiu um papel central no mundo Ultramarino português. Mas, se por um lado, a botânica serviu para potencializar a exploração dos recursos naturais no horizonte colonial, por outro, foi assimilada pelos diferentes contextos locais, sendo reelaborada com características singulares que complexizaram as relações entre o centro e as periferias. Na primeira parte, discutimos as relações imperiais entre Portugal e a Bahia a partir da botânica, mostrando seu processo de institucionalização em curso no Reino e os fatores atrativos para sua consolidação na Bahia, evidenciando os funcionários naturalistas que ali atuaram. Para tanto, destacamos as instituições científicas que, tanto em Lisboa quanto Coimbra, organizaram uma extensa rede do naturalismo português. Do outro lado do Atlântico, focalizamos uma porção do território da Capitania da Bahia, denominada Bahia Atlântica, considerado um território estratégico nas conexões com o Império e um centro botânico. Ali, muitos funcionários-naturalistas desenvolveram suas funções como agentes da Coroa e como botânicos. Eram: o Governador da Capitania da Bahia, Dom Fernando José de Portugal; o Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa; o naturalista Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá; o Capitão de Infantaria, Domingo Alves Branco Muniz Barreto; o Juiz Conservador da Matas, Baltasar da Silva Lisboa; o Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro; o filósofo José de Sá Bittencourt e Accioli e; o Diretor do Jardim Botânico da Bahia, Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt. Na segunda parte da tese, analisamos como a botânica subsidiou a construção de políticas para as madeiras-de-lei, culturas agrícolas e ervas na Bahia Atlântica, cada uma dessas discutida em capítulo específico. No que diz respeito às madeiras-de-lei, a botânica subsidiou um olhar de conservação dos bosques que resultou em ricos levantamentos de espécies, variados estudos e um processo de regulamentação dos Reais cortes de madeira. Quanto às culturas agrícolas, a botânica estimulou a criação de políticas de diversificação do potencial agrícola da região, sendo o algodão sua principal alternativa econômica. Por fim, possibilitou a criação do Jardim Botânico da Bahia, instituição inserida numa rede imperial de circulação de ervas. Enfatizamos ainda, na segunda parte os fatores que estimularam e/ou limitaram a institucionalização botânica na Bahia no período, evidenciando a força das lavouras tradicionais e suas elites senhoriais na manutenção da ordem de exportação do açúcar.

Palavras-Chave: Botânica – Bahia Atlântica – Império Português

ABSTRACT

This thesis focuses on the relationship between the colonial botanic and the Portuguese crown policies related to the flora of Atlantic Bahia in the transition from the Eighteenth to the Nineteenth Centuries. By understanding modern science as an instrument of colonial domination, we verify that it assumed a major role in the Portuguese Overseas world. However, if on the one hand, botany served to enhance the exploitation of natural resources in the colonial horizon, on the other, it was assimilated by different local contexts and was reshaped with unique features which intensified the complexity of the relations between the center and peripheries. In the first part, we discuss the imperial relations between Portugal and Bahia from the botanic point of view, depicting its process of institutionalization in course in the Reign and the attractive factors for its consolidation in Bahia by pointing the staff of naturalists who worked there. To do so, we highlight the scientific institutions in Lisbon and Coimbra which organized an extensive network of the Portuguese naturalism. On the other side of the Atlantic, we focus on a part of the territory of the Captaincy of Bahia called Atlantic Bahia. It was considered as a strategic territory due to its connection with the Empire and was a botanical center. Numerous naturalists-employees developed their roles as agents of the Crown and as botanists there. They were: the Governor of the Captaincy of Bahia, Dom Fernando José de Portugal; the *Ouvidor* of the *Comarca* of Ilhéus, Francisco Nunes da Costa; the naturalist Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá; the Captain of Infantry, Domingos Alves Branco Muniz Barreto; the Forest Conservator Judge, Baltasar da Silva Lisboa; the *Juiz de Fora* of Vila de Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro; the philosopher José de Sá Bittencourt e Accioli and; the Director of the Botanical Garden of Bahia, Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt. In the second part of the thesis we analyze how botany subsidized the construction of policies for the royal timber, agricultural crops and herbs in Atlantic Bahia, each one of these discussed in specific chapters. With regard to the royal timber, botany supported a sense of conservation of forests that resulted in rich surveys of species, a large number of studies and regulatory process for royal timber cuts. Regarding the crops, botany stimulated the creation of policies to diversify the agricultural potential of the region by indicating cotton as the major economical alternative. Finally, botanical studies enabled the creation of the Botanical Garden of Bahia, an institution inserted in the imperial network of circulation of herbs. In this second part we also highlight the factors which stimulated and/or limited botanical institutionalization in Bahia in the same period, directing attention to the strength of traditional crops and their noble elites in maintaining the *status quo* of sugar export.

Keywords: Botany – Atlantic Bahia – Portuguese Empire

INTRODUÇÃO

O mundo de hoje é dominado pelo conhecimento técnico-científico. A ciência está presente em nossa realidade social, “naturalizada” em nosso cotidiano. Destarte, a ciência se projeta como uma “entidade” enunciadora da realidade, de tal modo que não problematizamos o modo como é produzida, seu estatuto de verdade e o papel que exerce em nossas vidas.

Esse é o papel da história das ciências, campo histórico promissor, no qual este trabalho se insere. O que o leitor tem em mãos é um texto que visa discutir o tema da ciência no período colonial brasileiro. Mas, qual o papel exercido pelas ciências nesse momento de nossa história?

A fibra lenhosa foi, sem dúvida, a principal matéria-prima da era pré-industrial. Podia construir quase tudo e foi a base para a construção de casas, móveis, meios de transporte, caixas, utensílios domésticos, obras de arte, ferramentas de trabalho, cercamentos e até navios que atravessavam os oceanos. Do mundo vegetal advinham ainda substâncias variadas para o cotidiano social da modernidade. Fibras, resinas, tintas, ceras, sementes, venenos e remédios diversos são bons exemplos. Finalmente, podemos destacar a importância do reino vegetal na alimentação humana. Os artigos vegetais destinados à alimentação não foram importantes apenas por suprir a subsistência dos homens e mulheres, mas também responsáveis pelo movimento de cifras extraordinárias no quadro das economias dos Estados mercantilistas, a exemplo da portuguesa, tão desejosa dos lucros das “especiarias”.

O mundo natural era objeto da história natural – ou filosofia natural como preferiram os portugueses. A parte dessa ciência destinada ao estudo dos vegetais, era a botânica. Responsável pela análise e catalogação de plantas, árvores, ervas e outras formas de vida vegetal, a botânica destacou-se como uma das ciências mais importantes do período moderno.

Diversos Estados imperiais europeus estimularam o desenvolvimento da botânica, pois perceberam a estreita relação que ela possibilitava entre saber e poder na dinâmica colonial. Conhecer a natureza e potencializar a exploração de seus recursos vegetais aumentava exponencialmente o poder das Coroas na Europa, bem como o domínio sobre as

regiões coloniais. A botânica reorganizou assim as relações entre o poder político, o conhecimento sobre o meio natural e suas aplicações técnicas a serviço dos interesses do Estado moderno. Nesta tese, essa ciência será tratada como mais um agente do império ultramarino português, atuando como *instrumento* de dominação das vastas regiões coloniais a partir do inventário de suas potencialidades naturais.

Este é, portanto, um estudo sobre a botânica colonial e o modo como viabilizou um conjunto de medidas políticas da Coroa portuguesa. Mesmo reconhecendo a amplitude de sua influência no Ultramar lusitano, optamos por analisar seu papel como conhecimento político a partir de uma experiência história concreta, a Bahia Atlântica.

O recorte analítico para um ponto do império marítimo português, a Bahia, justifica-se pois, ao focalizarmos um contexto específico, teremos a oportunidade de visualizar, de modo mais aprofundado, o que um olhar mais geral talvez não fosse capaz. A análise a partir de um estudo de caso nos permite ainda a avaliação mais precisa dos fatores de institucionalização botânica na colônia brasileira, o que uma historiografia tradicional nunca foi capaz de reconhecer.

Mas porque a Bahia? Para além da completa ausência de estudos sobre a botânica colonial na Capitania, acreditamos que a Bahia é uma chave analítica estratégica no entendimento de como se comportou a botânica na colônia em geral. Salvador foi a capital do Brasil até 1763, era o mais importante porto do Ultramar português, concentrava uma rica classe de tradicionais produtores rurais e agremiava uma parcela relativamente grande da burocracia estatal luso-brasileira.

Outro fator decisivo na escolha da Bahia como cenário de análise foi a razoável concentração de funcionários-naturalistas que desenvolveram, sempre quando possível, observações botânicas na realidade local, executando os planos de seus mestres, em Portugal, ao viajar sobre o território catalogando a flora local.

Finalmente, vale destacar a estratégica abundância de recursos florestais presentes no litoral baiano no período colonial. A dimensão da riqueza natural dessas matas foi fundamental para a compreensão entre as altas autoridades metropolitanas que elas deveriam ser conservadas e melhor aproveitadas na política-econômica do império. Considerou-se também algumas estratégias características do território baiano aqui analisado que evidenciavam a Bahia Atlântica como um lugar oportuno para o

florescimento da botânica. Essa percepção nos levou a hipótese de que a Bahia Atlântica foi um centro botânico importante dentro do império português.

Mas não desejamos atribuir este papel à totalidade do território da Capitania. A porção da Bahia que nos interessa analisar nesse processo será identificada como Bahia Atlântica que, grosso modo, compreendeu o Recôncavo baiano e a sua porção litorânea imediata ao Sul, atingindo a região da barra do Rio de Contas e a Vila dos Ilhéus.

Essa faixa de terra compreendia cerca de 400 Km de extensão e apresentava características singulares. A categoria Bahia Atlântica dá assim contornos a um complexo colonial administrativamente estruturado, com ricas reservas vegetais, territorialmente integrado, geograficamente estratégico e política e economicamente oportuno à administração régia.

Estabelecida a Bahia como recorte territorial de análise, fez-se necessário a identificação de um padrão botânico, sobre o qual iríamos nos debruçar. Seguindo as pistas documentais encontradas nos arquivos brasileiros e portugueses, foi possível elencar três eixos de análise para a investigação, com a clara presença das práticas e saberes botânicos coloniais.

O primeiro diz respeito às madeiras-de-lei da Capitania, alvos de inúmeras políticas de conservação dos “paus” destinados, sobretudo, para a construção naval em Salvador e Lisboa. A partir de uma observação mais sistemática, percebemos que os Ministros da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos e os naturalistas presentes na Bahia deram mais importância aos “bosques” do que imaginávamos inicialmente. Detalhados relatórios científicos e documentos administrativos formatam um *corpus* documental com expressivo volume de informações sobre a Mata Atlântica brasileira no período colonial.

O segundo eixo de análise ganhou contornos à medida que observávamos os debates presentes na Academia Real de Ciências de Lisboa, com grande valorização das culturas agrícolas coloniais. Percebemos que a preocupação com a agricultura também foi constante nas observações naturais dos funcionários ilustrados luso-brasileiros e foi necessário analisar a agricultura e a botânica em suas relações, pois muitas vezes não foi possível desassociá-las.

O terceiro e último eixo de análise é o das ervas baianas. Como todo trabalho de botânica colonial, não podemos deixar de lado o trabalho dos naturalistas com a ervolaria

na região. Mas, se por um lado, o tema das ervas apareceu de modo muito natural na análise documental, por outro nos surpreendemos a cada documento ao longo da pesquisa, que apontava para uma rede internacional de transferências dessas ervas, quase sempre associadas às instituições fundantes para a botânica moderna, os Jardins Botânicos.

A problemática central de nossa pesquisa gira em torno do papel desempenhado pela botânica na mediação entre as políticas portuguesas da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos e a Bahia Atlântica na transição do século XVIII para o XIX. Consideramos que a história natural assumiu uma função ativa no estabelecimento de um modo de governar em que o conhecimento da natureza foi traduzido em poder sobre os recursos naturais. Assim, interessa-nos colocar em perspectiva se a aplicação das práticas e saberes botânicos na Bahia Atlântica, de fato, representaram um instrumento de poder a serviço da Coroa portuguesa.

Esse problema de pesquisa nos permitiu pensar não só o efetivo papel desenvolvido pela botânica no conjunto dos projetos para o Ultramar, mas também refletir sobre a singularidade desse campo do saber no âmbito mais amplo de uso das ciências pelos Estados imperiais. Dito de outra forma, nossa pesquisa interroga o porquê da botânica ter sido o campo hegemônico do naturalismo português na transição do século XVIII para o XIX.

Como objetivo geral, este trabalho visa analisar a relação da botânica com as políticas vegetais da Coroa portuguesa para a Bahia Atlântica. Ao mapeamos os campos de ação botânica entre as madeiras, culturas agrícolas e ervas, pretendemos perceber o nível de sua participação na formulação de políticas para cada um desses recursos.

Um objetivo específico da pesquisa foi problematizar a lógica centro-periferia na relação entre Portugal e a Bahia Atlântica a partir da análise da botânica. Aplicando um modelo teórico-metodológico renovado de “centro-periferia”, com um caráter multicêntrico, dinâmico e multivetorial, estamos interessados em testar a hipótese da Bahia Atlântica como um centro botânico, uma vez que reunia condições favoráveis para o desenvolvimento dessa ciência.

Outro objetivo específico da pesquisa foi mapear as atividades dos funcionários-naturalistas que desenvolveram práticas e saberes botânicos na Bahia Atlântica, dando contornos à ciência por eles produzida. Interessou-nos, nesse ponto, perceber as

características da botânica ali desenvolvida, seus temas de interesse, os métodos empregados nas observações, as referências teóricas utilizadas, dentre outros elementos.

Nosso último objetivo específico foi analisar os fatores de institucionalização da botânica na Bahia Atlântica. Nesse aspecto, não estávamos interessados apenas na demonstração das evidências de consolidação e fracasso da botânica, mas em evidenciar os fatores que impulsionaram e/ou limitaram a sua institucionalização na região. Essa análise nos permitiu uma avaliação de conjunto do modo como o contexto da Bahia Atlântica, em fins do século XVIII, condicionou os marcos de ação da botânica.

Os recortes temporais de nossa pesquisa foram os anos 1768-1808.

O recorte inicial - 1768 - indica o momento inicial em que alguns renomados naturalistas como Domingos Vandelli, Giovanni Dalla-Bella, Julio Mattiazzi e outros chegaram a Portugal para engajarem-se na construção do Museu e do Jardim Botânico da Ajuda. Como as instituições da Ajuda representaram o centro do naturalismo português nas últimas décadas do século XVIII, nada mais estratégico do que recuperarmos esse momento como um ponto de partida.

1768 marcou ainda o início de um projeto coletivo e ilustrado na cultura científica portuguesa de afirmação de um espaço institucional para a ciência. Foi, sem dúvidas, um ponto de encontro na história das ciências portuguesas que possibilitou o desenvolvimento do projeto da *História Natural das Colônias*, desenvolvida na colina da Ajuda.

O ano de 1808 é escolhido para o nosso recorte temporal final. Esse ano tem sido uma referência importante nos estudos sobre o período colonial brasileiro por ser o momento em que a Corte e o Príncipe Regente se instalam no Rio de Janeiro, dando maior complexidade à lógica centro-periferia. Como um divisor importante no modo de governar e fazer ciências em Portugal e no Brasil, no início do século XIX, 1808 – para além de ser um marco historiográfico tradicional – foi o momento em que a relação Ultramarina ganhou nova dinâmica, com outros sentidos e influências.

Ao longo da pesquisa, outros marcos apresentaram importância. Em 1772, por exemplo, ocorreu um dos episódios mais marcantes na história das instituições científicas portuguesas, a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra. Foi a partir daí que os novos estudantes passaram a ter uma formação pautada na razão, enormemente

influenciada pela história natural e alguns cursos incorporaram a prática das viagens filosóficas como método privilegiado de formação.

Em 1779, um conjunto de intelectuais se agremiou em torno de um grande ideal: criar uma instituição responsável pela produção e socialização das ciências no império, a Academia Real de Ciências de Lisboa. A partir dali, inúmeras *Memórias* foram produzidas com a finalidade de desenvolver os domínios de Sua Majestade a partir das ciências. A Academia foi ainda importante na constituição de um modo de pensar coletivo da aplicação dos conhecimentos ali produzidos.

Em 1801, houve uma grande movimentação nas cadeiras administrativas luso-brasileiras, com impactos ainda pouco conhecidos na política científica portuguesa para o Brasil e a Bahia. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho deixou o cargo que ocupava, desde 1796, na Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos para ocupar o prestigioso cargo de Presidente do Real Erário. No mesmo ano, Dom José Fernando de Portugal deixou a Bahia, onde ocupava o cargo de Governador Geral para assumir, no Rio de Janeiro, nada menos que o cargo de Vice-Rei do Brasil. Tanto a saída de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho quanto de Dom José Fernando de Portugal de seus cargos representaram perda substancial no apoio clientelístico aos funcionários-naturalistas que atuavam em prol das políticas botânicas na Bahia.

Há, portanto, muitos marcos importantes na história contada por esta tese. Nossa escolha por 1768-1808 justifica-se também por sua abrangência, pois engloba todos os outros marcos evidenciados durante a pesquisa sem comprometer uma unidade contextual.

Essa tese está dividida em duas partes, cada qual trazendo uma discussão específica, mas complementares. A primeira analisa a relação entre o Reino e a Bahia Atlântica a partir da trajetória da botânica. Investiga as relações estabelecidas por essa ciência em pleno processo de institucionalização e tem o objetivo de problematizar o lugar da Bahia Atlântica dentro do império português, particularmente a partir de suas características como centro botânico.

A primeira parte está dividida em dois capítulos.

O primeiro analisa o processo de institucionalização da botânica em Portugal, da Renascença à Ilustração, evidenciando o modo como foi, gradualmente, ganhando destaque na filosofia natural e assumindo um lugar de destaque no naturalismo luso-brasileiro. Esse

capítulo analisa ainda o papel das principais instituições de ensino e pesquisa portuguesas no processo de desenvolvimento botânico, mostrando como a botânica foi assimilada como instrumento político a serviço do Estado.

O segundo capítulo analisa a Bahia Atlântica e suas condições favoráveis ao desenvolvimento da botânica no império português. Num primeiro momento, há uma apresentação geral da região, mostrando como uma diversidade de fatores a colocou de modo privilegiado na rota imperial da botânica. Por fim, o capítulo faz uma análise de seus funcionários-naturalistas, evidenciando quem eram esses homens e o que representava para eles produzir estudos botânicos.

A segunda parte da tese tem o objetivo de analisar o papel da botânica nas políticas naturais para a Bahia Atlântica. Para tal, apresenta uma análise focalizada na aplicação dessa ciência feita nas políticas régias para as madeiras, as culturas agrícolas e ervas, analisadas em capítulos específicos.

Assim, o terceiro capítulo analisa as relações da botânica com as políticas para as madeiras na Bahia Atlântica colonial. Destaca o papel exercido pelas críticas dos funcionários-naturalistas sobre a depredação das matas e o modo como elas estimularam um conjunto de medidas monopolistas em sua administração. Como ponto central de análise, verificamos qual a participação da botânica na construção de uma nova política para os bosques. O capítulo traz ainda uma análise do processo de regulamentação do uso das matas baianas, tema ainda pouco trabalhado e de grande importância no quadro de estudos, atualmente, feitos sobre a região.

O quarto capítulo analisa as relações da botânica com as culturas agrícolas na Bahia Atlântica. Em primeiro lugar, destaca o fisiocracismo do naturalismo luso-brasileira, particularmente, o desenvolvido por Domingos Vandelli. Depois, analisa uma série de culturas agrícolas estudadas por naturalistas no período, investigando o papel da botânica na formulação de políticas de desenvolvimento agrícolas. Por fim, refletimos sobre a resistência dos proprietários de terras baianos em diversificar a agricultura local em detrimento de lavouras tradicionais, como a cana-de-açúcar e o tabaco.

O quinto e último capítulo focaliza as relações da botânica colonial com as ervas. A análise parte do argumento que a transferência de plantas e outros produtos vegetais se deu em escala imperial a partir de uma extensa rede de jardins e instituições científicas pelo

mundo. Analisa o papel da botânica na produção de estudos, na circulação e nas experiências de aclimação empreendidas na Bahia Atlântica. Por fim, evidencia o papel do Jardim Botânico da Bahia na política vegetal destinada para as ervas.

Tais discussões pretendem deoar do modo como foram abordados tais temas por uma historiografia tradicional. Um dos marcos na consolidação dessa historiografia sobre as ciências no Brasil foi o trabalho organizado por Fernando de Azevedo, na década de 1950. A obra tinha como objetivo reunir textos sobre as mais diversas áreas do conhecimento científico, apresentando em cada uma delas “o estado das coisas” em que se apresentava cada campo no Brasil. Na introdução, Azevedo escreveu,

O espírito científico e os verdadeiros métodos faltaram no Brasil. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinhas, em tão longo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no campo das ciências físicas experimentais e, de modo geral, nas ciências exatas, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de cepticismo em face de perspectivas de progressos neste vasto setor do universo cultural.¹

Azevedo atribui o status de “científico” somente àquelas práticas e saberes assentadas nos paradigmas da então ciência européia, particularmente, a francesa e inglesa. Essa abordagem impossibilitou o autor de dar visibilidade à ciência produzida pelos brasileiros durante o período colonial. De modo geral, os dois primeiros séculos foram, para o autor, o momento de maior ausência científica e mesmo as políticas reformistas empreendidas pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII, não foram suficientes para Azevedo recuar. Sobre elas, afirmou que,

Não tiveram maior êxito nem repercussão direta no Brasil as reformas empreendidas em 1772 pelo Marquês de Pombal e que atingiram a Universidade de Coimbra, cujos cursos foram inteiramente ampliados e remodelados segundo o espírito moderno.²

Como aponta Marta de Almeida, a concepção tradicional das ciências no Brasil se assenta em dois aspectos extremamente difundidos na década de 1950 e, em grande

¹ AZEVEDO, Fernando de. (org). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955, p. 27.

² AZEVEDO, *As Ciências no Brasil*, p. 23.

medida, ainda hoje. O primeiro deles é a concepção de que o conhecimento científico é positivo, neutro e desvinculado da realidade social em que foi produzido. Em suas próprias palavras,

a historiografia das ciências até recentemente introjetou a ideologia do conhecimento científico como uma entidade do saber desvinculada das complexidades sociais, pois o considerou respaldado pelos princípios da neutralidade, imparcialidade e racionalidade na busca do progresso e da verdade. (...).³

O segundo aspecto, diretamente ligado ao primeiro, surge da premissa de que a se a produção científica possui uma íntima relação com o real, portanto, tem um caráter universal. Dentro desse argumento, ainda está presente a idéia de singularidade da ciência produzida, uma vez que se o real é único em qualquer parte do globo, o conhecimento produzido sobre ele também deveria apresentar características universais. Ainda segundo Almeida,

A ênfase dessa visão tradicional é o processo de difusão da ciência a partir da produção científica dos centros europeus, em regiões consideradas periféricas, configuradas num modelo difusionista, no qual são concebidas enquanto agentes passivos, meros receptáculos da ciência, dependentes e reprodutoras do conhecimento dos grandes centros de excelência científica.⁴

O parâmetro da ciência única difundida a partir da Europa está presente no primeiro ensaio conhecido sobre a história da botânica no Brasil, o célebre trabalho escrito, em 1922, por Arthur Neiva.⁵ Este, em seu “*esboço histórico*” sobre a botânica, ao longo de meia página dedicada ao período em questão, apenas faz menção a viagem do baiano Alexandre

³ ALMEIDA, Marta de. *República dos Invisíveis*: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 21.

⁴ ALMEIDA, *República dos Invisíveis*, p. 25-26. Para uma discussão mais aprofundada sobre o revisionismo desenvolvido por uma nova historiografia social das ciências ver capítulo 1 de FIGUEIRÓA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As Ciências Geológicas no Brasil*: uma história social e institucional (1875-1934). São Paulo: Hucitec, 1997. pp. 15-32; Capítulo 1 de MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado*: a política científica no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. pp. 5-22 e; Introdução de SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e Arte*: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, Feira de Santana: UEFS, 2001. pp. 19-38.

⁵ NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1989.

Rodrigues Ferreira, deixando claro seu desconhecimento sobre as atividades naturalísticas espalhadas pelo Brasil colonial.

No texto “A Botânica no Brasil”, na mesma coletânea organizada por Azevedo, escrito por Mário Guimarães Ferri, encontramos uma periodização da história dessa ciência no Brasil, distribuída nos seguintes períodos: 1ª *Dos cronistas*: século XVI, das cartas escritas por Nóbrega e Anchieta até meados do século XVII; 2ª *Início do científico*: durante a permanência dos holandeses no Nordeste brasileiro, tendo como marco a *Historia Naturalis Brasiliae*, escrita por Marcgrave e publicada por João de Laet, em 1648; 3ª *Do despertar de brasileiros*: da ida de filhos da elite brasileira para estudar na Universidade de Coimbra, a partir da segunda metade do século XVIII; 4ª *Dos naturalistas viajantes*: abrange o século XIX e início do século XX; 5ª *Contemporâneo*: culmina com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e o início efetivo da institucionalização da botânica no Brasil.⁶

Referente a transição dos séculos XVIII e XIX, recorte cronológico de nossa pesquisa, Ferri, ao longo de apenas três páginas, enumerou algumas iniciativas botânicas de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) que, durante os anos de 1783 a 1793, empreendeu uma das mais conhecidas “viagens filosóficas” da historiografia da ilustração brasileira; as vidas e feitos de Frei Mariano da Conceição Veloso (1742-1811); Arruda Câmara (1752-1810); Frei Leandro do Sacramento (1779-1829); Freire Alemão (1797-?) e; Frei Custódio Alves Serrão (1799-1873). Curioso ainda observar, que em outro texto vinculado à outra organização produzida 25 anos depois, este mesmo autor quase nada tinha mudado em seu pensamento sobre a produção botânica colonial.⁷

É interessante notar que uma tipologia parecida, bem como a identificação das poucas personagens históricas atreladas a Portugal também esta presente em recente trabalho da bióloga Eliana Nogueira sobre a história da botânica brasileira.⁸ A autora, ao longo de suas sete páginas dedicadas ao período dos brasileiros coimbrões dos setecentos, destacou apenas Conceição Veloso, Arruda da Câmara, José da Costa Azevedo, Leandro do

⁶ FERRI, Mário Guimarães. “A Botânica no Brasil”. In: AZEVEDO, *As Ciências no Brasil*, pp. 150-199.

⁷ FERRI, Mário Guimarães. “História da Botânica no Brasil”. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (coord). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979-1980.

⁸ NOGUEIRA, Eliana. *Uma História brasileira da Botânica*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

Sacramento, José Bonifácio e, como não poderia deixar de ser, Alexandre Rodrigues Ferreira.

Fica evidente nestes trabalhos o suposto “vazio científico” no período colonial brasileiro referente à maioria dos brasileiros que se formaram, em Coimbra, sob a orientação do naturalista italiano Domingos Vandelli (1730-1815) e que, no Brasil, ocupando cargos da magistratura, desenvolveram inúmeras atividades científicas. Exceção a isso, e que ainda carece ser problematizado, é a visibilidade ao nome de Alexandre Rodrigues Ferreira.⁹

Como apontam os dados relativos aos brasileiros que estudaram em Coimbra, apenas no século XVIII, cerca de 1.752 estudantes se formaram por lá, tendo muitos destes se habilitado em especialidades próprias da história natural e, portanto, aptos a desenvolverem estudos práticos em botânica.¹⁰

Se havia tantos estudantes brasileiros com formação para atuar com botânica, porque não temos notícias de seus estudos, viagens ou outros registros? Não teriam levado adiante os saberes desenvolvidos no Reino?

Este estudo pretende contribuir para oferecer algumas respostas a essas perguntas, mostrando que a Bahia Atlântica foi o palco de inúmeras práticas científicas nas últimas décadas do século XVIII. Para tal, nossa pesquisa buscou dialogar com alguns renovados estudos interessados no modo como a ciência moderna serviu ao poder dos impérios, a fim de dar visibilidade ao papel das ciências no Brasil colonial

O desenvolvimento das ciências naturais tem sido observado numa estreita relação com os seus usos políticos pelos impérios coloniais modernos. Ciências como geografia, história natural, astronomia, cartografia e outras que estudam o mundo natural, têm sido analisadas em seu papel ativo de colaboração na expansão européia desde o século XV. Tais ciências se consolidaram como *instrumento* de poder por terem desempenhado um

⁹ Não só este naturalista baiano tem concentrado de longa data a atenção da historiografia sobre o tema, mas também os naturalistas estrangeiros que pela colônia e império brasileiro passaram, ver: KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001; MOREIRA LEITE, Mirian L. Viajantes Naturalistas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995 e; PAPAVERO, N; TEIXEIRA, Dante M. Os Viajantes e a Biogeografia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 1015-37, 2001.

¹⁰ BOSCHI, Caio César. *Achegas à história de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p (Série estudos e documentos).

papel importante na catalogação, levantamento, solicitações e domínios das novas terras, produtos e populações humanas.

Como alertou Robert Stafford, o uso das ciências no império britânico implicou em controle sobre seus domínios e foi utilizado como um instrumento da administração régia. A ciência natural britânica, no século XIX, auxiliou na conquista de novas terras, produzindo informações necessárias para explorá-las e dotando seus governantes com novas ferramentas de poder que auxiliaram nos instrumentos de expansão do império.¹¹

Richard Drayton mostrou como a rede imperial de conhecimento botânico inglês, que tinha como centro o Real Jardim Botânico de Kew, em Londres, articulou o conhecimento científico, o comércio colonial e espécimes de plantas de todo o mundo. Segundo ele, tal relação entre ciência e comércio teria desenvolvido a mais poderosa "economia do conhecimento" dos séculos XVIII e XIX.¹²

Alfred Crosby defendeu que o sucesso alcançado pelos europeus em regiões extracontinentais deveu-se ao papel desempenhado pelas práticas de aclimações e domesticações de plantas. Segundo o autor, a participação das ciências nesse processo de “cosmopolitização pantropical” da fauna e flora terrestres foi responsável por reverter processos de endemização gestados em tempos geológicos remotos da história natural do planeta.¹³

Emma Spary observou que o conhecimento sobre o mundo natural influenciou as práticas médicas, na Europa do século XVIII, que passou a valorizar os vegetais oriundos de diversas partes do mundo, pois eram vistos como eficazes na cura de variadas doenças coloniais. O poder dos impérios e a autoridade dos reis foram reforçados na medida em que as plantas “exóticas” cultivadas em seus jardins representavam “antídotos” para doenças igualmente “exóticas”.¹⁴

Enfim, recentemente o papel da botânica tem sido reinterpretado por inúmeros estudiosos, que cada vez mais estão sugerindo uma função ativa na constituição dos

¹¹ STAFFORD, Robert. *Scientist of Empire: Sir Roderick Murchison, Scientific Exploration and Victorian Imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 223.

¹² DRAYTON, Richard. *Nature's Government. Imperial Britain, and the Improvement of the World*. New Haven and London: Yale University Press, 2000.

¹³ CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

¹⁴ SPARY, Emma C. Botanical Networks revisited. In: DAUSER, Regina. *et al. Wissen im Netz. Botanik und Pflanzentransfer in europäischen Korrespondenznetzen des 18. Berlin: Akademie Verlag, 2008.*

impérios coloniais na era moderna.¹⁵ Ganha assim um sentido muito preciso a reflexão feita por Joaquim de Amorim Castro, Juiz de Fora da Vila de Cachoeira e um dedicado naturalista discípulo de Vandelli, quando elenca as utilidades ao Estado português da exploração de alguns produtos naturais brasileiros.

Quantas vantagens não podem o mesmo Estado tirar da grande abundância de pau-brasil que nas matas do Currallinho se encontra copiosamente? Do novo linho descoberto da planta conhecida pelos naturais com o nome de malvaíscio? Das tintas encarnadas da arariba; amarelas da amoreira e espinheiro; roxas do brazilete, pau roxo e Jenipapo? Do algodão, do café, do cacau, da salsa, anil e da cochonilha? E quantas não podem perceber das respectivas matas, pela preciosidade e resistência das suas madeiras, principalmente, dos jequitibás, que dificultosamente se encontram em outros terrenos, de cuja bondade e preferência nas mastreações já tem a experiência decidido.¹⁶

As observações dos naturalistas luso-brasileiros que atuaram na Bahia Atlântica estavam assim sintonizadas com os interesses das autoridades locais e metropolitanas. Articularam seus conhecimentos de história natural com o desenvolvimento de suas realidades coloniais. Em função disso, a análise de seus papéis como agentes letrados da Coroa deve levar em conta o refinamento de suas formações, a sintonia com os debates do naturalismo e o senso de utilidade, próprio aos filósofos iluministas. Como observou Lorelai Kury,

individualmente, do ponto de vista de idéias e conceitos manipulados pela elite ilustrada luso-brasileira, não havia descompassos qualitativos em relação aos congêneres europeus. Muitos dos homens de ciência estavam a par das mais modernas teorias filosóficas e científicas do Iluminismo. Uma análise detida de textos que produziram demonstra que

¹⁵ ROBIN, Libby. 'Ecology: A Science of Empire?', In: GRIFFITHS, Tom; ROBIN, Libby. (eds) *Ecology and Empire: Environmental History of Settler Societies*. Edinburgh: Keele University Press, 1997, p. 64; PHILIP, Kavita. 'Imperial Science Rescues a Tree: Global Botanic Networks, Local Knowledge, and the Transcontinental Transplantation of Cinchona', In: *Environment and History*, 1(2), 1995, pp. 173–200; GASCOIGNE, John. *Science in the Service of Empire: Joseph Banks, the British State and the Uses of Science in the Age of Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; BABER, Zaheer. *The Science of Empire: Scientific Knowledge, Civilization, and Colonial Rule in India*. Albany: State University of New York Press, 1996, chaps. 5 & 6; COHN, Bernard S. *Colonialism and its Forms of Knowledge: The British in India*. Princeton: Princeton University Press, 1996, pp. 5–6; HEADRICK, Daniel. *The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

¹⁶ Carta do Juiz de Fora Joaquim de Amorim Castro, dirigida à Rainha, na qual lhe oferece a seguinte memória sobre as diversas qualidades de madeiras. *Anais da BN, Volume 34, Ano 1912*, p. 159.

vários deles não apenas absorviam idéias alheias, mas participaram da República das Letras como cidadãos ativos.¹⁷

Como naturalistas, esses homens desempenharam seus serviços como agentes do império e como cidadãos da República das Letras, utilizando a história natural como instrumento de ascensão social. Como observou Júnia Furtado, a idéia de “república” expressa o sentimento de igualdade desejado pelos homens de letras através das ciências, ao mesmo tempo em que, “eram também espaço de distinção, destacando, desta feita, os homens de talento, verdadeiramente esclarecidos, dos homens ordinários, valorizando o mérito e a capacidade dos que contribuía para o engrandecimento do Estado”.¹⁸

Dar visibilidade aos sujeitos produtores de ciência é tecer as redes de trocas de informações, envio de produções naturais e alianças clientelares. Constituindo-se numa concepção de grande potencial para as pesquisas sobre os impérios, a idéia de redes é assim oportuna para a análise das relações assimétricas de poder desenvolvidas no seio dos poderes imperiais. Como alerta Joseph Hodge, essa categoria analítica evidencia “tanto as igualdades quanto as desigualdades do poder que operavam dentro de redes específicas da ciência imperial”.¹⁹

O conceito de redes possibilita pensar a Bahia Atlântica a partir de seu caráter dinâmico e integrado ao império marítimo português, negociando assim as conexões desse poder baseadas nas autoridades régias. Dois autores merecem reconhecimento na problematização das autoridades metropolitanas, a saber Antonio Hespanha e Jack Greene, e se constituem como referências importantes nesse trabalho. Seus estudos sugerem que o poder das Coroas não pode ser reduzido a uma transposição centrífuga da Europa para as periferias, pois suas assimilações nas realidades coloniais dependeram de barganhas e estratégias de ambos os lados.²⁰

¹⁷ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. vol.11, 2004, p. 113.

¹⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'na. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 34-5

¹⁹ HODGE, Joseph M. Science and Empire: An Overview of the Historical Scholarship. In: *Science and Empire*. Knowledge and Networks of Science across the British Empire, 1800-1970. Hampshire: Palgrave Macmillan, October 2011, p. 03.

²⁰ HESPANHA, António M. *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal: Século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994; GREENE, J. *Negotiated authorities*. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville and London: The University Press of Virginia, 1994.

As fontes utilizadas na pesquisa encontram-se espalhadas por arquivos, bibliotecas e institutos no Brasil e em Portugal. Por se tratar de um estudo voltado para as relações entre ciência e política, portanto, de ampla interface, nossas buscas foram realizadas, ao longo de quatro anos, por muitos acervos, muitos dos quais não catalogados.

No Brasil, foram consultadas as seguintes instituições: Arquivo Nacional – AN; Biblioteca Nacional – BN; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, todos no Rio de Janeiro e; Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, em Salvador. Em Portugal, contamos com os acervos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU; Biblioteca Nacional de Portugal - BNP; Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT; Academia das Ciências de Lisboa – ACL e; o Arquivo Histórico do Museu Bocage – AHMB, todos em Lisboa; além do Arquivo da Universidade de Coimbra - AUC, em Coimbra. Acrescente-se a esse conjunto os acervos digitais e/ou disponíveis para consulta nas instituições de ensino superior brasileiras, como o colossal conjunto documental do Arquivo Histórico Ultramarino, conhecido como Projeto Resgate.

Impressas ou manuscritas, as fontes utilizadas podem ser divididas em três grandes grupos: 1) um amplo conjunto de documentos administrativos trocados entre a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, os Governadores da Capitania da Bahia e os funcionários naturalistas. 2) Memórias, epístolas científicas, propostas diversas, relatórios e diários de viagem, destinados a naturalistas, a Academia Real de Ciências de Lisboa ou para as autoridades luso-brasileiras. 3) documentação variada referente às instituições baianas como a Intendência das Matas da Comarca de Ilhéus, o Jardim Botânico da Bahia, o processo de regulamentação dos reais cortes de madeira e outras.

De um modo geral, a documentação utilizada encontra-se em razoável estado de conservação, salvo casos específicos. A sua leitura, entretanto, impõe desafios ao historiador contemporâneo, sobretudo por exigir noções básicas de paleografia. Escrita, basicamente, em português setecentista, a documentação não apresenta padronização referente à ortográfica, acentuação e pontuação. Em função disso, julgamos necessária uma atualização para a gramática atual.

A pesquisa apresentou em alguns momentos desafios significativos. Das dificuldades que acompanharam o trabalho, ao longo desses quatro anos, a mais clara foi, o baixo número de trabalhos que dialogam diretamente com a nossa pesquisa. Isso nos obrigou a

“tatear no escuro” em algumas ocasiões, ao passo em que exigiu que fizéssemos escolhas importantes.

No próprio exercício da pesquisa enfrentamos muitas perguntas sem respostas, o que nos obrigou a dispensar um tempo razoável a elas. Outras respostas simplesmente não foram dadas, à espera de estudos futuros.

O mesmo pode ser dito sobre alguns documentos que, repletos de informações, não puderam ser explorados em todo seu potencial, haja vista o próprio exercício da pesquisa imprimir um olhar que coloca às margens outras possibilidades. Registre-se ainda o fato de que a pesquisa se deparou com documentos que, aparentemente, nunca foram utilizados para uma análise da relação entre ciência e política.

No conjunto, acreditamos que a tese contribui para o entendimento da realidade colonial baiana. Em primeiro lugar, nosso argumento ajuda na compreensão dos fatores históricos que não possibilitaram à botânica se institucionalizar na Bahia Atlântica, em fins do século XVIII. Para além de ser o primeiro estudo com essa problemática na historiografia baiana, ele faz coro a um conjunto de análises que se esforça em demonstrar que o período colonial brasileiro - ao contrário do que pensava a historiografia das ciências até duas décadas atrás - foi rico em experiências, práticas e saberes científicos.

A proposição de uma análise conjunta das madeiras, culturas agrícolas e ervas nos possibilitou perceber pontos de contato ainda não muito claros na historiografia baiana. Geralmente analisados separadamente, esses temas não eram explorados a partir de um projeto comum da Coroa portuguesa. O estudo a partir de um olhar das ciências também possibilitou o levantamento de questões novas, revelando aspectos igualmente novos.

Na medida em que colocamos novas questões sobre temas antigos, foi necessário, além da releitura de documentos tradicionais, elencarmos um conjunto documental novo, o que nos possibilitou subsídio para novas interpretações.

Outra contribuição diz respeito ao tratamento de instituições baianas pouco ou nada estudadas. O estudo da Intendência das Matas da Comarca de Ilhéus, embora tenha sido já analisada por José Roberto do Amaral Lapa e outros²¹, ainda não havia sido estudada em

²¹ Cf. LAPA, José R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968; DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

suas interfaces com as políticas botânicas. Nessa mesma direção, o estudo do Jardim Botânico da Bahia talvez seja a maior contribuição deste trabalho, tanto por dar visibilidade a uma instituição esquecida na história baiana, quanto por apresentá-la conectada a uma rede imperial de trocas de produtos botânicos sintonizadas com um projeto político de grande importância para a Coroa.

A tese deixa também novos caminhos de pesquisa para os futuros trabalhos. Do ponto de vista documental, o trabalho ficou carente de uma análise mais diversificada das estampas botânicas dos naturalistas luso-brasileiros. No futuro, as próximas pesquisas devem refinar seus instrumentos de busca pelos acervos brasileiros e portugueses, num esforço de encontrar tais documentos. Seja em função da raridade das estampas dos naturalistas analisados, seja por fatores arquivísticos, nossa pesquisa não avançou muito nesse aspecto, nos obrigando a trabalhar com o material já conhecido e/ou publicado.

Um outro ponto ainda passível de avanço diz respeito a uma identificação mais completa da utilização das espécies arbóreas nos diversos ramos de construção na Bahia. Embora algumas fontes apresentem repertórios de informações a respeito, eles raramente apresentaram um padrão, variando de naturalista e região.

Outro aspecto que demandará trabalhos futuros é a identificação das áreas de extração de madeiras e suas características no crescimento de algumas espécies estratégicas para a Coroa portuguesa. Tal identificação permitirá, além de um mapeamento biológico das árvores mais importantes, uma avaliação de seus usos pelas vilas coloniais baianas, incluindo o distanciamento das reservas dos aglomerados humanos, tema de constantes queixas pelas Câmaras municipais.

No que diz respeito às culturas agrícolas e considerando a íntima relação entre botânica e agricultura no Ocidente, um olhar localizado nos 40 anos de nosso recorte temporal pode não ter apresentado toda a complexidade necessária para uma leitura mais apurada. Como nossa análise focaliza o caráter fisiocrata da produção feita pela tradição Vandelliana, não tivemos como avançar em outras linhas de pensamento, algo necessário para um tema tão rico.

Por fim, embora as intersecções entre os indígenas e os naturalistas tenham sido observadas na tese, consideramos que uma análise futura, necessariamente, precisa aprofundar os laços culturais entre tais sujeitos produtores de conhecimento sobre as

plantas. Há que se amadurecer ainda as diferentes percepções sobre o mundo natural vivenciadas por tais sujeitos, sobretudo, por reconhecer que entre os conhecimentos indígenas sobre o mundo vegetal e a botânica havia uma grande distância epistemológica.

Mesmo presente no trato das madeiras ou em vegetais assimilados para a agricultura, consideramos que a análise da produção de conhecimento sobre as ervas é um objeto de pesquisa privilegiado para um estudo mais cuidadoso sobre o modo como diversas leituras do mundo natural se conectaram nas experiências dos homens em fins dos setecentos.

O leitor está convidado a ser nosso companheiro de viagem pelos caminhos da botânica colonial na Bahia Atlântica no final do século XVIII e aurora do século XIX, uma faceta extraordinariamente rica de nossa história que apenas começamos a compreender.

PARTE I:
O CONTEXTO ILUSTRADO DA BOTÂNICA
LUSO-BAIANA

CAPÍTULO I – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BOTÂNICA EM PORTUGAL

O processo de institucionalização da botânica em Portugal, desde a Renascença até fins do século XVIII será o foco deste capítulo. Nesta discussão, três premissas são fundamentais. Em primeiro lugar, a botânica moderna foi um poderoso instrumento de dominação do Estado moderno sobre os territórios coloniais. Este trabalho focaliza o exemplo luso, mostrando que a episteme da filosofia natural teve um papel importante na constituição de uma nova política econômica para o mundo português, potencializando a exploração dos produtos naturais, sobretudo de suas colônias. Em segundo lugar, a botânica em seus primórdios era um campo do conhecimento científico alocado, assim como outros, no campo da filosofia natural. Finalmente, seguiu uma tendência das nações européias e se tornou hegemônica no campo da filosofia natural. Não é nossa intenção discutir se a institucionalização do campo botânico se consolidou plenamente ou não no âmbito da empreitada ultramarina portuguesa. Antes, importa reconhecer que suas práticas e saberes cadenciaram, conjuntamente com homens de poder, importantes políticas de Estado, as quais forjaram um importante espaço institucional para essa ciência.

Nosso objetivo é mostrar que - ao contrário do que diz a interpretação tradicional da botânica, a qual a aborda numa perspectiva passiva, exercendo uma função puramente de classificação e dependente do desenvolvimento da taxonomia – essa ciência se institucionalizou em Portugal a serviço da dominação da Coroa em seus territórios coloniais e do fortalecimento da Real Fazenda.

1.1 – Da renascença à história natural

Jacob Burckhardt chamou a atenção para a disseminação generalizada do interesse pela natureza na cultura do Renascimento. Mostrou que homens ricos e príncipes se gabavam de seus variados jardins ornamentais e seus desejos de reunir, nesses espaços, o maior número possível de diferentes plantas. Argumentou sobre o papel da retomada do passado “clássico” das sociedades gregas e romanas, na constituição da renascença, como um período de profundas mudanças na vida dos homens destinados a romper com seus

passados medievais. Com isso, construiu um modelo interpretativo do Renascimento na historiografia moderna.²²

Em que pese o caráter questionável da ruptura com o passado medieval apresentado pela perspectiva do atraso e da ignorância, o texto de Burckhardt nos dá uma importante pista para a análise das práticas relativas às coleções naturais da Itália quinhentista, que se irradiaram por grande parte da Europa, muitos sob inspiração de valores da antiguidade “clássica”.

O colecionismo dos peripatéticos²³, sob inspiração de Aristóteles, e as árvores que cercavam seu *lykeion* representam o interesse dos antigos pela natureza. Mas esse interesse é tão antigo quanto a própria humanidade, e a história está repleta de exemplos que mostram o interesse do homem pela natureza. O próprio rei Alexandre (356-323 a.C) enviou aos colégios gregos exemplares de plantas, flores e animais encontrados nos terrenos conquistados. No período medieval, foi notória a importância das coleções dos mosteiros, abadias, conventos e catedrais com suas ricas coleções de tesouros, bibliotecas e hortas.

No período moderno, os europeus tomaram contato cada vez mais freqüente com um novo mundo “exótico” repleto de animais, plantas e minerais nunca antes vistos. Muitos desses produtos eram frutos de pilhagem ou roubo colonial nas diferentes partes do mundo e chegavam através dos navios que compunham uma rede de circulação transoceânica.²⁴

Nesse contexto, não só houve uma positivação da natureza, como também cresceu a necessidade de constituir um método mais adequado de análise para esse novo quadro natural. Nas palavras de Ana Luísa Janeira,

A *Natura* conquistava, pois, um espaço muito especial nas coleções européias, materialidades da *Cultura*. Melhor, as coleções apoderavam-se, também elas, das coisas naturais. E esses gestos requeriam uma metodologia científica, consequentemente. Metodologia que vai abrigar, a partir de agora, o mundo animal, vegetal e mineral, contextualizando-

²² BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*: um ensaio. São Paulo: Cia da Letras, 2009.

²³ Literalmente aqueles que passeiam. Referente a produção de Aristóteles sobre animais e plantas, Cf. ABREU, Yma Souza de. O Método de Aristóteles para o Estudo dos Seres Vivos. In: *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, nº 11, p. 35-40, 1994.

²⁴ Cf. DEAN, Warren. “A Botânica e Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil”. In: *Revista Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, 1991, v. 4, nº 8, p. 216-228; BEINART, William; MIDDLETON, Karen. Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. (tradução). In: *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez, p. 160-180, 2009.

os, por forma privilegiada. Estrutura que vai desenvolver um conjunto de mecanismos onde o conhecimento se desdobra entre o respeito pela identidade dos Três Reinos e a racionalidade que os vai esquarterjar, dissecar e pulverizar, cada vez mais, pelas mesas e bancadas de mármore.²⁵

A metodologia da história natural²⁶ se consolidou, gradativamente, ao longo dos séculos XVI ao XVIII, em meio a disputas de *paradigmas* conhecidas na historiografia das ciências como a *revolução científica* do século XVII. Na esteira da argumentação de Thomas Kuhn, é necessário transpormos a imagem de uma *revolução* associada aos avanços da astronomia, óptica, matemática e, especialmente, os modelos da mecânica de Isaac Newton. Não podemos perder de vista, assim, que "o programa baconiano, embora inicialmente desprovido de frutos conceituais, inaugurou, todavia, um certo número das principais ciências modernas"²⁷.

A hegemonia do paradigma newtoniano na historiografia das ciências do período moderno já foi fruto de críticas de Ernest Mayr, preocupado em salientar a pluralidade da ciência.

Com demasiada freqüência, Newton e as leis naturais são considerados extensivos a toda a ciência. Todavia, se olharmos para o cenário intelectual ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, descobriremos que existiram, simultaneamente, diversas outras tradições, que virtualmente nada tinham a ver entre si ou com a mecânica. A botânica dos herbalistas, as magníficas placas anatômicas de Vessalius, os ubíquos museus de história natural, as viagens científicas, os jardins des plantes, as coleções de animais – o que tudo isso tem a ver com Newton?²⁸

A ampla circulação de produtos naturais, a maior possibilidade de adquiri-los e a cobiça de Estados, nobres, colecionadores e estudiosos de diversas partes da Europa, estimularam a construção de inúmeros jardins botânicos naquele continente. Os jardins que, habitualmente, tinham uma função de descanso, associada à imagem bíblica do paraíso,

²⁵ JANEIRA, Ana Luísa. Configurações Epistémicas do Coleccionismo. In: *Episteme*. Porto Alegre, n° 20, Suplemento Especial, jan/jun, p. 231, 2005.

²⁶ Utilizaremos, neste trabalho, as expressões História Natural e Filosofia Natural como sinônimas. Adotaremos, no entanto, a forma Filosofia Natural sempre que nos referirmos ao contexto português, por se tratar da forma mais corriqueiramente utilizada na documentação da época.

²⁷ KUHN, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977, p.156.

²⁸ MAYR, Ernest. *O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998. p. 51.

passaram por grandes transformações, adotando uma função pública de aprendizado e simbolizando o poder de seus detentores. Nelson Sanjad analisou os jardins da Europa moderna sob aspectos bem semelhantes:

A construção dos jardins da Corte Belvedere para a apresentação da coleção papal de esculturas, logo nos primeiros anos do século XVI, marca o momento em que o jardim, enquanto instrumento clássico de aprendizagem e espaço sagrado, adquire uma nova configuração, requerendo para si a primeira e mais evidente representação do poder imperial. O padrão instaurado no jardim pontifício passou a ser imitado não apenas no formato geométrico e na exposição de coleções, como também no uso social atribuído aos amplos descampados. [...] Assim, como os grandiosos palácios principescos que se espalharam pelas Cortes da Itália, França e Inglaterra, os jardins passaram a dizer algo sobre o poder e a importância dos seus criadores.²⁹

Mais à frente, discutiremos os jardins botânicos do Reino português e analisaremos o mencionado formato geométrico dos jardins renovados, assim como a nova dinâmica de poder e função pública relacionada a esses espaços. Por ora, resta pontuar os impactos resultantes da nova episteme da história natural.

Afinal, o que há de novo nos estudos sobre os seres naturais, passíveis de serem encontrados desde a Antiguidade? Qual a renovação metodológica trazida pela história natural a partir de meados do século XVII?

Michel Foucault identificou entre os séculos XVI e XVII trabalhos de história sobre o mundo natural que privilegiavam a sua dimensão simbólica, seja reforçando seus aspectos admiráveis ou históricos. Tais *Histórias*³⁰ foram produzidas conciliando de forma conjunta o que se vê das coisas e os signos que dela foram descobertos ou depositados. Foi somente depois da obra de W. Johnston, em 1657, intitulada *História natural dos quadrúpedes* que a história pôde se *naturalizar*. Com ela, Johnston estabeleceu uma importante divisão. Como alerta Foucault, “as palavras que eram entrelaçadas ao animal foram desligadas e

²⁹ SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Campinas, SP, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. p. 22.

³⁰ *História da Natureza das Aves* do naturalista francês Pierre Belon; *História Admirável das Plantas* de Claude Duret e; *História das Serpentes e dos Dragões* de Ulisse Aldrovandi.

subtraídas: e o ser vivo, em sua anatomia, em sua forma, em seus costumes, em seu nascimento e em sua morte, aparece como que nu”³¹. Para ele, a história natural,

Encontra seu lugar nessa distância agora aberta entre as coisas e as palavras – distância silenciosa, isenta de toda sedimentação verbal e, contudo, articulada segundo os elementos da representação, aqueles mesmos que, de pleno direito, poderão ser nomeados.³²

A linguagem e signos depositados sobre um objeto natural foram repelidos ao último limite pela nova episteme da história natural que, ao observar e descrever esse objeto, não partiu mais de concepções pré-concebidas sobre ele, dando margem para que o mesmo pudesse ser identificado por seus próprios elementos ou características. É o caso de Carl von Linné (1707-1778), naturalista sueco que desenvolveu um novo sistema de classificação taxonômico³³ dos seres vivos baseado em seus sistemas reprodutores.³⁴

Uma recente historiografia aborda a relação entre as ciências e os impérios modernos e aponta pistas de como, gradativamente, houve uma mudança de paradigmas dos antigos quadros conceituais da *história sobre o meio natural* do Renascimento para a *história natural* com nova episteme e práticas, no século XVIII.

Richard Drayton realizou estudo sobre o tema que deseja ser “uma tentativa de dar sentido às origens do mundo moderno [através] das interações da ciência e da expansão imperial”.³⁵ Para Drayton, o jardim botânico Real, em Kew, ilustra como o imperialismo e as novas idéias científicas testemunham a história do avanço do Império britânico. Na virada do século XVIII para o XIX, os jardins eram uma coleção de plantas de todas as partes do império e refletiam o tempo em que as descobertas botânicas dos grandes naturalistas do continente estavam mudando as idéias sobre o mundo.

Ao traçarmos a trajetória da botânica na era moderna, nosso trabalho se inspira em Drayton ao entender essa ciência em sua interface com a política. Interessa-nos mostrar, a partir da experiência lusa, porque, dentro do rol de conhecimentos modernos, a botânica foi

³¹ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 177-8.

³² FOUCAULT, *As Palavras e as Coisas*, p. 178.

³³ “Taxonomia” é descrição estabelecida pelo botânico suíço Augustin Pyrame de Candolle (1778-1841).

³⁴ Para uma abordagem geral das classificações das plantas em Lineu, Cf. PRESTES, Maria Elice. et al. *As Origens da Classificação de Plantas de Carl von Linné no Ensino de Biologia*. In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 4, p. 101-137, 2009.

³⁵ DRAYTON, Richard. *Nature's Government: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000, p. 07. Tradução nossa.

campo valorizado e assimilado pelas diversas políticas econômicas dos impérios pré-industriais europeus. Torna-se necessária uma abordagem social das ciências para revelar como o império português utilizou o conjunto de saberes e práticas botânicas como instrumento de dominação colonial. Sua assimilação na política científica portuguesa tem então um propósito de poder.

Na mesma linha de raciocínio, Londa Schiebinger e Claudia Swan mostraram que a “conservadora e antiquada narrativa da história da botânica tem-na caracterizado como dependente do desenvolvimento da taxonomia, padronizando nomenclaturas, e ‘puro’ sistemas de classificação”. Ainda segundo elas, faz-se necessário o desenvolvimento de uma abordagem mais crítica do papel que desenvolveu este campo disciplinar em seus diferentes contextos, pois

o final dos setecentos e o século XIX testemunharam grandes desenvolvimentos e sistematização de muitos campos. Mas isolar as ciências da Botânica é negligenciar o dinâmico relacionamento entre plantas, pessoas, Estados e economias nesse período. Recentes estudos [...] têm revelado como a precoce Ciência Moderna e, especialmente a História Natural, da qual a Botânica era um sub-campo, manteve-se estrategicamente importante na batalha global entre emergentes Estados-Nações por terras e recursos.³⁶

Como afirmou Maria Margareth Lopes, o atrelamento das reformas coloniais no Brasil, na última metade do século XVIII, ao processo de constituição de um novo campo da história natural permite a percepção de “que tanto a botânica, a zoologia, a mineralogia se individualizam como áreas de conhecimentos, apoiadas em práticas locais e coleções globais, indo além de sua subordinação à utilidade médica”.³⁷ Assimilada pela Coroa portuguesa, esse conhecimento subsidiou um conjunto de reformas que tiveram início na era pombalina, as quais desempenharam um papel fundamental na organização, nas décadas seguintes, de um movimento memorialista, reformista e pautada na exploração dos recursos naturais da colônia.

³⁶ SCHIEBINGER, Londa; SWAN, Claudia. *Colonial Botany: science, commerce, and politics in the early modern world*. University of Pennsylvania Press, 2005, p. 03.

³⁷ LOPES, Maria Margareth. Culturas das Ciências Naturais. In: *Ciência & Educação*, v. 11, n. 3, , p. 459, 2005.

Semelhante percepção tem Regina Horta Duarte ao focar o papel das ciências nas últimas décadas do século XVIII português, pois segundo ela, a Coroa portuguesa tentou forjar “novos fatos em seu relacionamento com o Brasil, promovendo a aquisição do conhecimento sobre seu mundo natural como uma de suas principais estratégias para tentar manter e incrementar sua dominação sobre esta colônia”.³⁸

A história natural reorganizou as relações entre o poder político, o conhecimento sobre o meio natural e suas aplicações técnicas a serviço dos interesses do Estado moderno. A percepção da história natural, como mais um agente do império ultramarino, possibilita-nos entendê-la como *instrumento* de dominação das vastas regiões coloniais a partir do inventário de suas potencialidades naturais. Torna-se também um objeto de estudo para o historiador interessado em analisar o papel das ciências no mundo moderno, com impérios tão vastos quanto o próprio objeto de investigação desse campo. Como afirmou o Conde de Buffon (1707-1788), a história natural,

Vista em toda a sua extensão, é uma História imensa, encampando todos os objetos que o Universo nos apresenta. Esta prodigiosa multiplicidade de Quadrúpedes, Pássaros, Peixes, Insetos, Plantas, Minerais, etc., oferece um vasto espetáculo para a curiosidade do espírito humano; sua totalidade é tão grande que parece ser, e de fato é, inexaurível em todos os detalhes.³⁹

Cabe lembrar as palavras de Mary Louise Pratt, alertando-nos que, na segunda metade do século XVIII, havia uma estreita ligação entre ciência, comércio e dominação colonial. Segundo ela, “o advento da exploração do interior, o mapeamento sistemático da superfície do mundo” proporcionado pela história natural “está correlacionado à crescente busca de recursos comercialmente exploráveis, mercados e terras para colonizar, tanto quanto o mapeamento marítimo está ligado à procura de rotas de comércio”.⁴⁰

As relações entre ciência, comércio e dominação colonial devem estar presentes numa discussão que pense o papel do conhecimento científico no mundo moderno, sobretudo no seio do Estado monárquico. Como nos lembrou Le Roy Ladurie, um marco

³⁸ DUARTE, Regina Horta. “Facing the Forest: European Travellers Crossing the Mucuri River Valley, Brasil, in Nineteenth Century”. In: *Environment and History*. v. 10, nº 01. February, 2004.

³⁹ BUFFON *Apud* In: PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru: EDUSC, 1999, p. 64.

⁴⁰ PRATT, *Os Olhos do Império*, p. 65.

essencial na distinção da experiência do Estado na era moderna dos demais, ao longo da história ocidental, é o desenvolvimento ou aprimoramento de algumas tecnologias, entre as quais, o uso das ciências. Um exército profissional e regular, um código de direito padronizado, um corpo técnico especializado de funcionários, o uso de um sistema simbólico próprio, o uso da imprensa, a prática da censura são outros exemplos de elementos modernos na política de Estado.⁴¹

A relação da ciência com o Estado sugere a análise sobre o papel do centro político e científico português frente às periferias do sistema. Em outras palavras, é preciso pensar sobre a idéia de centro utilizada neste trabalho, ao incorporarmos o modelo de centro-periferia. Basicamente, as cidades que agremiavam as principais instituições e sujeitos na política colonial da Coroa, a partir de 1750, foram Lisboa e Coimbra. Assim, ao nos referirmos, nesta tese, ao “centro” do império estamos fazendo referência a esses dois pólos da política científica da época. Contudo, temos que questionar qual a natureza desse centro e que tipo de relação estabeleceu com as periferias.

Bruno Latour refletiu sobre as “centrais de cálculo” na dinâmica de produção do conhecimento à distância por cientistas e engenheiros europeus⁴². Seu modelo é oportuno em nosso trabalho para conciliar duas possibilidades de entendimento da relação científica estabelecida entre a Bahia Atlântica e o Reino. A primeira pode ser expressa no papel de Portugal como um centro de cálculo na dinâmica de acumulação do conhecimento sobre as colônias. Diante disso, viagens, memórias ou, simplesmente, os ofícios de um ministro de Ultramar podem ser considerados como elementos que tanto podem ser o resultado de um “ciclo de acumulação” anterior – um mapa que subsidiou a nova viagem, uma memória anterior que estimulou outra ou um estudo que amparou uma política em Lisboa – como podem gerar um novo patamar de conhecimento sobre uma planta, um remédio ou uma região.

A segunda possibilidade de entendimento, a partir do modelo de “central de cálculo”, é, sem dúvidas, a que acreditamos ser mais viável à realidade histórica da Bahia Atlântica, em fins do século XVIII. Problematizando a noção de centro expressa acima, podemos

⁴¹ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico*. França, 1460-1610. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Cf. também: ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁴² LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Editora Unesp: São Paulo, 2000, cap. 06, p. 349.

entender que a Bahia Atlântica desempenhou, naquele momento, o papel de centro botânico que, como tal, em muitas ocasiões não dependeu dos ciclos de acumulação oriundos de Portugal para o entendimento de sua realidade natural. E exerceu, em alguma medida e de modo particular, também a função de centro de cálculo dentro do Império, produzindo seus próprios ciclos de acumulação do conhecimento sobre o mundo natural. Nosso esforço será identificar as relações estabelecidas entre os ciclos luso-baianos.

Essa última abordagem é de grande importância neste trabalho, pois permite dar contornos históricos concretos ao que entendemos como centro em cada aspecto da realidade social. Detentor, sem sombra de dúvidas, de uma posição privilegiada para tomar decisões, impor políticas e organizar a exploração colonial com os préstimos da ciência, Portugal deve ser considerado, definitivamente, como centro político de uma extensa rede de poder que constituiu o próprio império.

No entanto, a relação Bahia – Lisboa não deve ser tomada numa lógica linear, pois isso ocultaria as possibilidades das diversas periferias em “negociar” tal autoridade do centro ou de assumir um papel protagonista na produção do conhecimento natural. No limite, devemos reconhecer que colonos, indígenas e até mesmo os próprios naturalistas baianos tiveram uma boa margem para resistir ao projeto de exploração do centro, barganhar com as medidas políticas ali estabelecidas, deturpar uma orientação original ou mesmo negar completamente a relação desigual de poder. Problematizar as relações centros-periferias sugere ainda adotar um modelo multicêntrico, multivetorial e dinâmico, quebrando um modo tradicional de entender a relação Portugal-Brasil.⁴³

Enfim, vejamos como isso se processou em Portugal dos setecentos, onde a história natural ganhou um novo ambiente cultural que fez do Iluminismo luso-brasileiro um importante canal de sua expressão, ampliando os estudos na área e tornando os conhecimentos dos recursos naturais peças fundamentais na dinamização dos projetos coloniais ao longo do mundo.

⁴³ RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Rev. bras. Hist.* vol.18, n.36, pp. 187-250, 1998. Cf. também de GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994 e; *Peripheries and Center. Constitutional Development in the Extended Politics of the British Empire and the United States, 1607-1788*. Athens & London: University of Georgia Press, 1986, pp. 19-42.

1.2 - A filosofia natural em Portugal.

Em 1772, em desabafo sobre a situação da história natural em Portugal, o médico Ribeiro Sanches escreveu,

Os castelhanos que não têm os olhos mais perspicazes que nós, souberam fazer dos produtos de História Natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa [...] e nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade para fazer entrar no comércio [...] mil raízes, frutas e cascas que podem servir na Medicina, nas Artes, nas tintas, etc.⁴⁴

Sanches adotou uma retórica pessimista com os caminhos da nação portuguesa e não estava sozinho. Muitos discursos seguiram o mesmo caminho de mal-estar sentido em relação ao “atraso” vivido em Portugal frente ao “progresso” de algumas nações europeias. O mesmo se verifica quanto ao protagonismo vivido por seus ancestrais no início dos Quinhentos, época em que os portugueses construíram um império marítimo sem precedentes na história.

Curioso notar que, em 1871, Antero de Quental, um dos mais conhecidos representantes da “geração de 1870” da literatura portuguesa, empreendeu um caloroso discurso em que destacou um quadro de estagnação da cultura portuguesa frente ao espírito moderno e renovado da Europa dos séculos XVI ao XVIII. Segundo o autor, “enquanto as outras nações subiam, nós [portugueses] baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau de desenvolvimento e aplicação”. Quental atribuiu como sendo a causa principal desse atraso a religião, cuja “decadência moral é [...] a causa culminante⁴⁵”.

Tratar da cultura portuguesa, sobretudo após a restauração, exige do historiador um cuidado frente ao contínuo depósito de construções discursivas que reafirmaram na memória coletiva, enraizada na historiografia liberal do século XIX, a idéia de uma cultura

⁴⁴ Apud DIAS, J. P. Sousa. A Farmácia e a Expansão Portuguesa (Séculos XVII e XVIII) *In: A Universidade e os Descobrimientos*. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 209-227. (colóquio promovido pela Universidade de Lisboa).

⁴⁵ QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio01.html>>. Acessado em: 07 de Março de 2012.

imersa nas “trevas” da ignorância. Júnia Furtado chamou a atenção para essa questão, na qual,

destaca-se a concepção, já presente na própria elite intelectual portuguesa da segunda metade do século XVIII e incorporada por boa parte da historiografia, de que a cultura portuguesa encontrava-se até então mergulhada na escuridão, engessada pela Inquisição, pelo arcaísmo da nobreza e pelo misticismo da Igreja Católica.⁴⁶

A imagem da cultura portuguesa mergulhada na escuridão vem sendo foco de críticas de uma vertente mais atual da historiografia daquele país⁴⁷, a partir do debate do não “estrangeiramento” de suas luzes. Sebastião da Silva Dias empreendeu uma primeira narrativa da história portuguesa, desde o século XVI até o período aqui em questão, positivando em diversos aspectos a relação lusa com seu continente. Taxativo, delinea “uma transformação profundíssima” por que teria passado “a vida intelectual e social” de Portugal na época da renascença, sobretudo pelo papel do humanismo moderno, não restrito “apenas a uma atitude literária”. Destaca a aversão à escolástica e ao medievalismo filosófico e procura mostrar as novas bases por que filosofia e ciência se apropriaram para o ensino náutico e matemático.

Do âmbito cultural ao religioso, discussão de grande interesse para Sebastião da Silva Dias, destacou o “número de teólogos, filósofos e humanistas saídos da família inaciana que fizeram do Colégio de Jesus de Coimbra e da Universidade de Évora, onde brilhou Luís de Molina, dois viveiros donde saíram grandes pensadores”. Finalmente, aborda os impactos da restauração de 1640, ocasião em que os portugueses retomaram seus laços culturais com os territórios, além da península, especialmente a partir do papel desenvolvidos por um seletivo grupo de homens de letras que tomaram contato com outras nações européias, estrangeirando-se. Nas palavras do próprio autor, “a renovação da cultura nacional deve-se quase exclusivamente à influência dos estrangeiros e estrangeirados. A

⁴⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’na. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012. p. 37.

⁴⁷ Cf. também MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. *In: Bracara Augusta – Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*, Braga, v. 28, nº 65-66 (77-78), pp. 179-202, 1974; CALAFATE, Pedro. (org.) *História do Pensamento Filosófico Português: as luzes*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, v. 3 e; ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.

primeira metade do século XVIII foi teatro de uma luta intensa entre o elemento cosmopolita e o elemento sedentário da nação”.⁴⁸

Para além da desconstrução dessa imagem de um Portugal atrasado, dominado por uma nobreza rústica, por um clero retrógrado e por muitos hábitos não europeus trazidos das colônias, torna-se de fundamental importância discutir um segundo aspecto do Iluminismo português, também claramente influenciado por uma interpretação posterior da historiografia. Trata-se de uma visão determinista da história da ilustração que, além de adotar o modelo francês como a chave explicativa para toda a Europa, ainda definiu como característico desse movimento, um de seus aspectos localizados. Como alerta Júnia Furtado,

a maioria das interpretações sobre o Iluminismo se caracteriza por definir o conceito apenas a partir de sua configuração pós-Revolução Francesa, quando sua feição antimonárquica e anticatólica se tornou efetivamente hegemônica na França revolucionária. Nessa medida, esquece-se que o Iluminismo nasceu como instrumento do Estado absolutista e teve nos monarcas, como foi o caso de Luís XV ou de Dom João V, seus principais incentivadores.⁴⁹

A nosso ver, grande parcela de responsabilidade por equívocos, como o mencionado acima, têm os recorrentes conceitos de iluminismo utilizados por alguns autores que pouco dialogam com a realidade histórica concreta de alguns países, pois partem de noções pouco vinculáveis à sua história social da cultura. Tributários a uma interpretação oitocentista, adotam o iluminismo como uma unidade harmônica de idéias.⁵⁰

Ernst Cassirer apresenta uma leitura do Iluminismo como um conjunto de idéias homogêneas e, essencialmente, autonomizadas de sua base social de produção. Curiosamente, embora sem relação direta, o historiador francês Paul Hazard, ao destacar uniformizadamente alguns princípios do iluminismo como a felicidade, a razão e a crítica universal, reforça a abordagem simplista desse movimento no âmbito europeu.⁵¹

⁴⁸ DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Européia (sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953. p. 114.

⁴⁹ FURTADO, *Oráculos da Geografia Iluminista*, p. 36.

⁵⁰ Cf. GAY, Peter. *The Enlightenment: the rise of modern paganism*. New York e London: W. W. Norton, 1996, v. 1.

⁵¹ CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 e; HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Diante dessa definição, o iluminismo português tem pouca visibilidade, constituindo-se, quando reconhecido, em uma expressão desvirtuada dos grandes centros produtores, a exemplo de Paris. Finalmente, Júnia Furtado sintetiza, no debate sobre a experiência ilustrada portuguesa, os problemas decorrentes dessas abordagens,

A junção de todas essas premissas acabou por situar o Iluminismo português, quando esse é reconhecido como existente, como uma derivação, ou mesmo um desvio, de sua fonte original francesa, por isso mesmo incompleto e inacabado. Essa ideia não é exclusiva das análises sobre Portugal, mas se estende (com raras exceções) à maioria dos estudos sobre outras regiões hoje consideradas periféricas do centro anglo-francês, como a Espanha, as Américas ou mesmo a Escócia.⁵²

Atentos a esses cuidados metodológicos, analisaremos, em nosso trabalho, o iluminismo português a partir de uma perspectiva plural, enraizada nas experiências dos sujeitos que dinamizaram os quadros mentais em Portugal a partir da valorização da razão, da utilidade pública, do ideal progressista e da perspectiva otimista frente ao mundo do conhecimento. Atentaremos, antes de tudo, para o substrato social em que se desenvolveu, contextualizando seus impactos no mundo da ciência, da administração pública e no horizonte colonial lusitano.

A seguir, abordaremos o contexto de institucionalização da filosofia natural em Portugal, com destaque para a botânica, nos Reinados de Dom João V (1707-1750), seu filho Dom José I (1750-1777), sua neta Dona Maria I (1777-1792) e seu bisneto Dom João VI, no período em que esteve como príncipe regente até sua transferência para o Rio de Janeiro (1792-1808). Destacaremos, nessa análise, os esforços institucionais, o papel dos sujeitos e a sistematização desse processo numa política colonial.

O contexto joanino foi marcado pelos tempos áureos da mineração brasileira⁵³. Maria Beatriz Nizza da Silva destaca uma imagem recorrente entre os historiadores portugueses sobre a vinda do ouro do Brasil para os cofres de D. João V, o qual “possibilitou ao monarca uma série de empreendimentos grandiosos e um mecenato artístico a que poucos

⁵² FURTADO, *Oráculos da Geografia Iluminista*, p.38.

⁵³ Estimativas da entrada de ouro na Capital do Império referem-se a números que variam de mil a três mil toneladas. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 86.

reis de Portugal tiveram a oportunidade de se dedicar”⁵⁴. Conhecido por sua “faustosa corte”, D. João V empreendeu grandes esforços para o avanço do conhecimento científico em Portugal, dinamizando seu reino e possibilitando um rico ambiente cultural para a elite letrada portuguesa.

Através de uma rede de funcionários ilustrados presente nas principais cidades europeias, adquiriu os livros mais modernos, além dos clássicos, publicados tanto em Portugal quanto no exterior para constituir a sua biblioteca Real. Nesse aspecto, concordamos com Lilia Moritz Schwarcz quando diz que é “inegável a vontade áulica de apoiar uma renovação científica em Portugal. No que se refere aos livros, o interesse particular do monarca levou-o a subsidiar publicações e a incentivar a arte da impressão e da encadernação no país”⁵⁵.

Mas não somente a Real biblioteca sugere o mecenato intelectual do Monarca e o ambiente propício à consolidação das ciências em Portugal no período joanino. Em 1720, o próprio Rei inaugurou a Academia Real da História Portuguesa, cuja principal função era a de agremiar a intelectualidade da época, numa extensa rede de sociabilidade que abarcou intelectuais dentro e fora do país. Nas palavras de Júnia Furtado,

A criação da Academia serviu aos propósitos dessa elite pensante de formulação de um novo conhecimento, que deveria ser construído segundo as regras do método cartesiano. A submissão estrita às regras metodológicas conferiria a esse conhecimento um estatuto científico. Segundo esse método, o texto histórico a ser produzido pelos membros da instituição deveria ser precedido de uma investigação rigorosa. As fontes históricas encontradas seriam, em seguida, submetidas à crítica, segundo esse novo método. Era uma história afeita ao poder e, por isso mesmo, era sobretudo uma história administrativa. Dessas duas perspectivas – a preocupação com as fontes e o viés administrativo – decorria a necessidade de recolha e de organização dos documentos a serem utilizados, que eram principalmente os oficiais, produzidos pelo próprio Estado.⁵⁶

A partir dessa íntima relação entre a produção científica e os interesses de Estado, desenvolveu-se como política da Coroa o financiamento de estudos em áreas tradicionais

⁵⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. D. João V e a cobrança dos quintos do ouro em Minas Gerais. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005. p. 1. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_beatriz_nizza_silva.pdf>.

⁵⁵ SCHWARCZ, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 76.

⁵⁶ FURTADO, *Oráculos da Geografia Iluminista*, p. 51.

como a astronomia, engenharia, cartografia e história natural. Ainda em 1714, há notícias de que Dom João V convidou o naturalista suíço Charles Frédéric de Merveilleux para que este se encarregasse de escrever uma *História natural de Portugal*. O naturalista se encontrava pela terceira vez no país e aceitou o convite. Encantado, empreendeu muitas observações sobre o meio natural português, particularmente das “ricas plantas” da serra de Sintra.⁵⁷

A presença de naturalistas em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, não foi rara. A Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1789, reeditou o primeiro clássico sobre as plantas lusitanas intitulado *Jardim da Lusitânia*, escrito, em 1661, pelo médico alemão Gabriel Grisley, à época residente em Portugal. O botânico francês Joseph Pitton de Tournefort esteve ali em viagem naturalística, na virada do século XVII para o XVIII, seguida da família de naturalistas Jussieu, interessados em herborizações e o boticário francês Jean Vigier, conhecido em toda a Europa culta por seu livro *História das plantas da Europa*, traduzido para o português em 1718. Uma provável hipótese para a procura de Portugal pelos naturalistas europeus, seria o seu clima temperado da península e sua rica variedade de plantas.⁵⁸

De fato, o interesse pela história natural cresceu enormemente em Portugal durante o século XVIII. Com a utilização cada vez mais freqüente de novas plantas na medicina, culinária e jardins de colecionadores, esse campo concentrou grande capital científico a oferecer aqueles dispostos a disputar por sua hegemonia, num gradual processo de institucionalização. Partindo do conceito de campo científico de Pierre Bourdieu, o entendemos nesse trabalho como,

sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.⁵⁹

⁵⁷ CARVALHO, Rômulo de. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

⁵⁸ CARVALHO, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*.

⁵⁹ BORDIEU, Pierre. “O Campo Científico”. In: ORTIZ, R. (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 112.

Intelectuais portugueses e europeus partiram para uma corrida em busca da mais completa obra de história natural, cujo mérito levaria seu autor a dignificar o nome de seu monarca na história, bem como o direito de capitalizar sua honra e atingir mercês. Seja pelo interesse de Estado na constituição de instrumentais científicos adequados ao seu fortalecimento, seja pelos interesses próprios dos intelectuais dessa sociedade de antigo regime, cuja distinção e ascensão social eram baseadas na honra, nesse trabalho partiremos da premissa de que o campo científico da história natural se institucionalizou, gradualmente, em Portugal durante o século XVIII.⁶⁰

Para desenvolvermos melhor essa premissa, entenderemos instituição de forma mais ampla, nos termos propostos por Silvia Figueirôa, para a qual se trata do

processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico. Esse processo implica [...] o estabelecimento de uma rede de sustentação das atividades cujos elementos mais visíveis são as chamadas instituições científicas, mas na qual também presentes igualmente, a “comunidade científica, os diferentes apoios dos grupos sociais, os interesses do Estado e de particulares (e os mecanismos de efetivação desses interesses), entre outros elementos possíveis. Entendo que tal modo de conceber institucionalização [...] amplia a possibilidade de se detectar as especificidades dos processos vividos localmente. [...] Nesse sentido, um museu e uma revista, embora apresentando características próprias e diferentes, serão igualmente consideradas instituições ou espaços institucionais.⁶¹

Na mesma linha de pensamento, os esforços de Dom João V na constituição de uma Real biblioteca; a fundação da Academia Real da História Portuguesa; os conhecimentos produzidos em seu âmbito por intelectuais engajados no compromisso com sua Coroa; a presença de naturalistas estrangeiros e suas obras sobre as coleções nacionais, sobretudo, de plantas e minerais; a presença marcante da natureza colonial no imaginário dos homens de negócios e dos administradores de Estado; entre outros elementos, foram elementos constituidores da institucionalização do campo científico da história natural, em Portugal.

⁶⁰ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

⁶¹ FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional*. (1875-1934). São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 24-25.

Como campo de grande interesse e capaz de possibilitar aos mais sucedidos no exercício de sua constituição, a história natural representou, para a sociedade da primeira metade do século XVIII, uma possibilidade ímpar de sucesso científico e prestígio entre os notáveis daquele Reino. Em carta de 1756, de Jacob de Castro Sarmiento, endereçada a Diogo de Mendonça Corte-Real, o primeiro destacava ao segundo sobre as vantagens e glórias que a constituição de um projeto de história natural poderia trazer. Segundo ele, se bem executado “este grande projeto [...] traria consigo não só grande utilidade a todo o gênero humano, mas seria da maior glória para esse reino”.⁶²

Se no governo de D. João V (1707-1750), o campo científico da história natural demarcou um espaço de operacionalidade entre as elites de letras no Reino, foi no governo de Dom José I (1750-1777) que ocorreram dois processos de grande importância para nossa tese. Primeiramente, houve a positivação sistemática das ciências de um modo geral, atreladas à prática do ensino. Em segundo lugar, a filosofia natural se consolidou definitivamente, ganhando contornos mais precisos e assumindo um papel mais ativo dentro do quadro universitário português.

Houve uma valorização notável na segunda metade do século XVIII de muitos ramos da ciência. Grande entusiasta da física experimental, o próprio D. José desde cedo contou com uma sólida estrutura para o auxílio de seu desenvolvimento na área,

O gabinete de Física da Casa Real, no palácio da Ajuda, era um dos mais bem apetrechados de então. Destinava-se ao uso da família real, nomeadamente do príncipe D. José. O gosto deste príncipe pela ciência, particularmente pela Mecânica e os seus estudos de Matemática, Geometria, Arte Militar e de Fortificação, Geografia e Náutica faziam com que, para além de freqüentar as sessões de Filosofia Experimental na Casa das Necessidades e de realizar pessoalmente experiências no seu gabinete de Física, assistisse a ensaios de máquinas aerostáticas [...]. Também seu irmão, o infante D. Francisco, fora impulsionado para o estudo da astronomia reunindo, para o efeito, uma boa coleção de instrumentos.⁶³

⁶² Carta de Jacob de Castro Sarmiento endereçada a Diogo de Mendonça Corte-Real *Apud* CARVALHO, A *História Natural em Portugal no Século XVIII*, p. 21.

⁶³ GOUVEIA, Isabel de Barros. *Fantasia, ciência e espetáculo em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000. p. 54

Seu grande ânimo pelas ciências motivava-o a freqüentar diversas demonstrações no Gabinete de Física Experimental do Padre Teodoro de Almeida e acompanhar com certo cuidado os avanços da ciência astronômica que vinha ocorrendo em toda a Europa.

O desenvolvimento das ciências em Portugal durante seu governo foi, em grande parte, beneficiado pelo papel que desempenhou nesse campo o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal. Após destituir o sistema educacional jesuítico e desestabilizar o ensino na instituição oratoriana, Carvalho e Mello voltou suas atenções para as reformas educacionais da Universidade de Coimbra, ocorridas em 1772.

O período pombalino, denominação recorrente na historiografia do reinado de D. José I, caracterizou-se como um tempo de reformas do Estado em todos os níveis, administrativo, econômico, político e social, nas quais o próprio ministro concentrou poderes e tomou as mais importantes decisões em direção ao fortalecimento do poder do Estado. A introdução mais sistemática das ciências em Portugal foi possibilitada nos planos de Carvalho e Mello através de um programa de reformas no ensino português que visava, além do preparo técnico-científico dos estudantes, a potencialização dos futuros gestores e fiscais dos assuntos estatais. Carvalho e Mello foi enormemente influenciado pela noção de “aritmética política” de Willian Petty, o qual defendia que “as decisões políticas deveriam ser tomadas com base na análise quantitativa, de estatística da população, propriedades de terras, negócios, climas e quejandos”⁶⁴.

A partir de 1768, iniciaram-se as atividades no Colégio Real dos Nobres, idealizado por Pombal para empreender seu projeto de reformas educacionais entre a fidalguia lusitana. Em decorrência disso e da reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, ocorrida 4 anos depois, Dom José convidou alguns naturalistas para lecionar em Portugal, constituindo a missão científica italiana, na qual estavam o engenheiro Michelle Ciera, o matemático Miguel Franzini, o químico G. A. Dalla Bella, o jardineiro Júlio Mattiazzi e o botânico Domingos Vandelli.

Vandelli (1735-1816) não chegou a trabalhar, de fato, no colégio, assumindo, a partir de 1768, a direção das obras do Jardim e Real Museu Botânico da Ajuda. Depois foi para

⁶⁴ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, p. 88.

Coimbra lecionar química e história natural na universidade reformada por indicação do próprio Carvalho e Mello.

Como importante centro intelectual, Coimbra teve um papel fundamental no projeto reformista do ministro de Dom José, o qual a história natural estreitou suas relações com o Estado, servindo-o de um conjunto de práticas e conhecimentos oportunos ao suporte das expedições de viagens, estudos e observações. Isso se tornou possível devido à reforma dos estatutos da universidade, em 1772, que orientou seu currículo nos pressupostos da razão, distanciando-se do método escolástico.⁶⁵

Com essa reforma, as viagens científicas no Reino passaram a ser utilizadas como atividades práticas no curso de filosofia natural, possibilitando uma avaliação mais criteriosa aos mestres coimbrões de seus alunos naturalistas. Obviamente, além da preparação prático-perceptiva dos alunos, essas viagens possibilitaram a descoberta de diversos recursos naturais no império.

Contextualmente, as viagens e a preocupação com a dinamização dos recursos naturais localizavam-se, simultaneamente, em um quadro de crise da economia portuguesa que marcou o período 1770-1780. Nessa fase, Portugal substituiu as importações, incluindo gêneros agrícolas, com o objetivo de reduzir os déficits da balança comercial. Também sofreu um gradual recuo na lucratividade com a economia de extração do ouro brasileiro, associada às oportunidades abertas com as grandes demandas surgidas pelas economias industriais da Inglaterra, França e Países Baixos na busca por matérias primas.⁶⁶

Em linhas gerais, o projeto pombalino para o desenvolvimento de Portugal, criou as condições necessárias para o desenvolvimento das ciências, sobretudo, da história natural, a partir da reforma do sistema de ensino que culminou na renovação do papel da Universidade de Coimbra.

A partir disso, torna-se importante a distinção entre dois momentos de grande relevância na história da cultura científica portuguesa. O primeiro momento expressa, basicamente, os marcos da ação pombalina e deve ser entendido do período que vai de 1764, com a chegada dos primeiros naturalistas da missão italiana à 1779, ano de fundação

⁶⁵ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

⁶⁶ WEHLING, Arno. O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: *Revista do. I. H. G. B.* v. 316, p. 170-278, 1976.

da Academia Real de Ciências de Lisboa. Nessa fase, identificamos a cristalização de um processo de sociabilidade intelectual coletiva no âmbito das ciências naturais, que se consolidou no período mariano e joanino. Assim, as ciências naturais foram estimuladas por Carvalho e Mello e praticadas por ilustrados portugueses e italianos no âmbito da Universidade de Coimbra, mas também em Lisboa, a partir do complexo estabelecido na Ajuda e de uma melhor catalisação da intelectualidade projetista e utilitarista que foi congregada na academia de ciências.

O segundo momento, 1779-1808, foi marcado pela apropriação dessa política pombalina, desenvolvendo as ciências a partir de uma tônica naturalística expressa, principalmente, nas viagens filosóficas pelas colônias, especialmente, pelo Brasil. Esses quase trinta anos foram únicos, por um lado, na postura fomentista da Coroa, mais do que nunca ciente do papel das ciências naturais para o desenvolvimento do Reino e, por outro, no processo de institucionalização da botânica na colônia brasileira, onde se destacou como o principal instrumento, no âmbito das ciências, no apoio a um quadro de políticas ultramarinas fisiocratas e reformistas.

1.3 - Domingos Vandelli: entre a fisiocracia e a botânica.

Filho de Francesca Stringa e do doutor Gerolamo Vandelli, professor de medicina e membro de uma abastada família modenense, nasceu Domingos Agostino Vandelli a 8 de Julho de 1736. Concluiu seu curso de filosofia, em 1760, e atingiu certa reputação devido aos seus estudos sobre a flora italiana. Desde então realizou algumas viagens pelo norte da Itália onde recolheu objetos de história natural suficientes para organizar o seu próprio gabinete de curiosidades. Gradualmente, se tornou um naturalista bem relacionado e com boas possibilidades de ascensão em sua carreira. Correspondendo-se, freqüentemente, com o naturalista sueco Carl Lineu (1707-1778), com quem cultuou uma boa relação, a ponto do sueco dar o nome de Vandelli a uma planta, em sinal de respeito e admiração: a Vandellia. Em 1762, Vandelli é convidado para lecionar na universidade de S. Petersburgo, na Rússia, onde viajava a estudos, convite que recusou para, mais tarde, aceitar o feito pelo Marquês

de Angeja, a pedido do Rei de Portugal, para ir lecionar no Colégio dos Nobres, em Lisboa.⁶⁷

O interesse de Vandelli e de outros naturalistas da Europa em trabalhar com história natural em Portugal está estampado numa correspondência de Lineu para Vandelli, onde aquele o entusiasmava com a possibilidade de estudar as coleções naturais da lusitânia e, principalmente, as plantas que chegavam da Ásia, África e Brasil, terra que suscitou grande interesse nos planos de viagem vandelliano, mas que nunca se concretizou. Disse Lineu: “Oxalá tu possas ir ao Brasil, que ainda ninguém percorreu”⁶⁸.

Em Portugal, tendo como mecenas o próprio Pombal, Vandelli conseguiu, em pouco tempo, a nomeação para, conjuntamente com o Marquês de Angeja, construir e dirigir o Real Jardim Botânico da Ajuda, contíguo à “barraca Real”, depois palácio da Ajuda, entre os anos de 1768 a 1810.⁶⁹

Nas atividades do Real Jardim Botânico da Ajuda, instituição idealizada, inicialmente, como um local para instrução dos príncipes e recreio da família Real, logo demonstrou seu potencial de botânico, o que lhe estreitou os laços com a intelectualidade do país.

Destacando-se à frente das obras na Ajuda, Vandelli se tornou o primeiro lente de história natural e química da Universidade de Coimbra, atuando entre os anos de 1772 a 1791. Fundou, conjuntamente com Dalla Bella, o jardim botânico dessa universidade, do qual foi diretor até quando jubilado da instituição e passou a se dedicar exclusivamente à Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1792. Foi um dos mais importantes intelectuais a impulsionar a criação dessa academia, em 1779, na qual atuou ativamente como diretor da classe das ciências da observação.⁷⁰

Vandelli foi, sem dúvida, um dos mais importantes expoentes da ilustração luso-brasileira do século XVIII português. Não só participou dos mais importantes espaços de sociabilidade intelectual existente em Portugal, como articulou uma rede internacional de colaboração com ilustres personalidades e instituições das ciências. Tal intercâmbio não custou muitos esforços a Vandelli, que ocupava uma posição de grande prestígio pela

⁶⁷ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RIO.

⁶⁸ PALHINHA, Ruy Telles. *Domingos Vandelli*. Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1945, p. 09-10. Traduzido ao português.

⁶⁹ PALHINHA, *Domingos Vandelli*.

⁷⁰ BERNASCHINA, Paulo. *Gabinete Transnatural de Domingos Vandelli*. Lisboa: Artez, 2008.

comunidade científica da época: o grande mentor e diretor da história natural de Portugal e de suas naturalmente ricas e abundantes colônias tropicais.⁷¹

João Brigola já havia destacado o quanto Vandelli se beneficiou em sua vinda para a península,

A boa nova parece espalhar-se, célere, entre a comunidade de naturalistas europeus (não só italianos) e alguns apressam-se a propor venda ou intercâmbio de sementes, de plantas, de livros de informações. Finalmente, o discípulo e estimado correspondente do autor do *Systema Naturae* fazia valer o seu trunfo lusitano – o acesso direto à recolha das plantas raras neste exótico território europeu e no seu vasto império.⁷²

Com a ajuda de Julio Mattiazzi, jardineiro também vindo de Pádua, Vandelli não perdeu a oportunidade de dar início a uma coleção botânica nos espaços tropicais portugueses, que iam desde a Ásia, África e América, além de fazer vir sementes e plantas dos mais ricos jardins botânicos da Europa. Esses esforços visavam a produção de uma cobiçada *História natural das colônias*, apoiada num amplo levantamento dos produtos naturais dos reinos vegetal, animal e mineral, visando a descoberta de novas espécies e o desenvolvimento científico e econômico do império. O projeto previa, ainda, que as diferentes espécies vegetais fossem aclimatadas em diferentes regiões do ultramar, em colônias como Goa, Macau, Guiné, Moçambique e Angola, em movimentos migratórios que assumiriam múltiplas direções.⁷³

O mesmo ideal estava presente, anos antes, na atuação de um de seus mestres inspiradores, o botânico sueco Carl Lineu (1707-1778), quando este agremiou seus alunos da Universidade de Uppsala, chamados de “apóstolos”, no cumprimento de seu ambicioso projeto de classificar toda a flora e a fauna terrestres. A organização de seus discípulos se deu em corpos expedicionários, cuja missão foi explorar a flora de todos os continentes, alargando as fronteiras da ciência. Para facilitar essas viagens, Lineu se utilizou de seu grande prestígio político junto a empresas como a Companhia das Índias para obter os subsídios necessários. Sobre seu vínculo ao ideário ilustrado português, nossa hipótese é

⁷¹ MUNTEAL, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*.

⁷² BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 2000, p. 108.

⁷³ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Ciência, Natureza e sociabilidade intelectual em Portugal no século XVIII: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração ibérica (1779-1815)”. In: *Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, SBHC. S/d

que estabeleceu uma conexão concreta entre práticas científicas naturais e o método das viagens, tornando-se uma referência bem adequada à realidade científica portuguesa, ancorada no desejo de constituir um sistemático conhecimento das ricas e vastas colônias.

Lineu apresentou em 1735 o *Sistema Naturae*, obra que, conjuntamente, com a *História Natural* do Conde de Buffon (1707-1788), iniciada em 1749, representaram dois importantes marcos no progresso da história natural setecentista na Europa. O grande sucesso do *Sistema Naturae* estava baseado no fato de apresentar uma linguagem lógica, matemática, superando a dificuldade encontrada pelos taxonomistas da época em realizar uma classificação botânica de variadas formas de vida aos moldes de uma ciência exata. É sintomático que este modelo taxonômico, muito viável para o estudo das plantas e, em menor grau, para os animais, não logrou sucesso no reino mineral, devido sua utilização do sistema reprodutor como meio de classificação. Isso pode sugerir mais um indício do capital científico da botânica frente às outras ciências naturais da época.⁷⁴

Outro aspecto que merece destaque, é que o sistema natural de Lineu restaurou o latim como língua base em sua nomenclatura. Num momento de franca competição das línguas nacionais, o uso de uma língua neutra foi de fundamental importância para sua ampla difusão. O mesmo pode ser dito de seu autor. De naturalidade sueca, não apresentou-se como uma ameaça aos cientistas das nações poderosas da Europa, em disputa por paradigmas rivais de classificação natural.⁷⁵

Na passagem acima fica clara a dimensão concorrencial estabelecida entre as principais potências européias, em que os conhecimentos daí derivados representavam assuntos de Estado. A história do desenvolvimento das ciências da natureza até sua sistematização e institucionalização no século XVIII, coincide com o avanço imperial dos Estados monárquicos ao longo do mundo, revelando um projeto de ambições globais para a ciência.⁷⁶ Um relato de Lineu a respeito de sua rede de colaboradores não deixa dúvidas sobre isso. Dizia o sueco:

⁷⁴ WILSON, Edward O. *Diversidade da Vida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁷⁵ PRATT, *Os Olhos do Império*.

⁷⁶ Sobre a relação entre os Impérios e as Ciências Naturais conferir estes dois importantes trabalhos: GASCOIGNE, John. *Science in the Service of Empire*. Joseph Banks, the British State and the Uses of Science in the Age of Revolution. Cambridge:Cambridge University Press, 1998; SPARY, Emma C. Botanical Networks revisited. In: DAUSER, Regina. et al. *Wissen im Netz*. Botanik und Pflanzentransfer in europäischen Korrespondenznetzen des 18. Berlin: Akademie Verlag, 2008.

Meu aluno Sparrman acabou de zarpar para o Cabo da Boa Esperança, e outro de meus pupilos, Thunberg, deve acompanhar uma embaixada holandesa para o Japão; ambos são competentes naturalistas. O jovem Gmelin ainda está na Pérsia e meu amigo Falck se encontra na Tartária. Mutis está fazendo esplêndidas descobertas botânicas no México. Koenig tem encontrado uma série de novidades em Tranquebar. O professor Friis Rottbol, de Copenhague, está publicando o registro das plantas identificadas no Suriname por Rolander. As descobertas de Forsskal, na Arábia serão logo mandadas para o prelo em Copenhague.⁷⁷

Apesar do sucesso, algumas críticas ao modelo apresentado por Lineu não demoraram a aparecer. Buffon, botânico preocupado com “marcha da natureza” e autor de um sistema atento às nuances e mudanças dos seres vivos, condenou o sistema lineano por considerá-lo demasiado estático. Nas palavras de Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz,

A diferença que separava Lineu de Bufon pode ser resumida na opção do primeiro por descrever e nomear todas as espécies, enquanto Bufon entendia ser desnecessário multiplicar gêneros e espécies ao infinito, quando o importante era não perder de vista as leis da produção, das formas de vida e das suas transformações e adaptações.⁷⁸

Nesse cenário de disputas dentro do campo da história natural pela afirmação de um modelo taxonômico, a obra de Lineu atingiu grande repercussão pelos circuitos ilustrados da Europa. No caso português, Vandelli foi o grande responsável por sua disseminação entre os naturalistas. A afinidade epistémica de Vandelli ao *Sistema Naturae* de Lineu foi um forte indício de sua orientação à botânica dentro dos estudos naturais. Desde recém-formado, manteve constantes contatos com o naturalista sueco, o qual se inspirou. No entanto, Vandelli não abriu mão de outros modelos, a exemplo do de Buffon, pois o ecletismo foi um traço importante na cultura científica em Portugal. Como salienta Pádua, o mestre de Coimbra “difundiu um ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural divulgadas por Lineu e Buffon com a doutrina econômica fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária”⁷⁹.

Diante disso, uma questão se torna relevante neste momento: qual a relação do ideário fisiocrata de Vandelli com a afirmação da botânica, em destaque no campo da filosofia natural em Portugal e nas colônias?

⁷⁷ Apud PRATT, *Os Olhos do Império*, p. 58.

⁷⁸ CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 43.

⁷⁹ PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 14-15.

A valorização da agricultura foi uma tônica constante nas produções vandellianas. Em uma de suas memórias, o tema foi colocado da seguinte forma,

Entre as produções naturais, as minas de ouro são aquelas de que se faz maior estimação e de que universalmente se cuida mais que na agricultura. Todos os mais sábios políticos bem conhecem o engano que há nesta matéria: o exemplo das nações o demonstra claramente. Os que têm as minas dos metais mais preciosos, e que fazem o seu maior cabedal nestas, são menos ricos do que aqueles que cuidam na agricultura, nas artes, e no comércio. Faça-se o paralelo das riquezas da Espanha e de Portugal com as da Holanda, França e Inglaterra e se verá quanto excedem estas potencias àquelas.⁸⁰

A crítica ao excessivo valor dado às minas revela um novo momento da política-econômica portuguesa de meados do século XVIII, a qual a “queda da produção do minério revelava o que o período de riqueza tendeu a ocultar, a dependência portuguesa em relação a suas colônias”. O pensamento vandelliano é sensível ao processo de “reconversão parcial” da economia das minas às culturas agrícolas.⁸¹

No seu texto intitulado *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas*, Vandelli expôs mais detalhadamente sua visão sobre a agricultura lusa. Nele, esforçou-se por comparar a situação então vivida em Portugal com as da Inglaterra e Holanda para demonstrar a tese de que as questões relativas à agricultura e à indústria não eram independentes, como pensara Colbert, “porque sem se cuidar na agricultura, não podiam florescer as fábricas, senão precariamente”.⁸² Em outras palavras, para ele, seria necessário profundas transformações na agricultura, mas elas não podiam ser dissociadas de um plano de fomento à indústria.

As práticas econômicas preconizadas pela fisiocracia italiana articulavam o estudo científico da natureza ao bem comum proporcionado pela produção de grãos. Essa aliança

⁸⁰ Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam por Domenico Vandelli. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*. nº I, p. 187, 1789. Ver também a este respeito, do mesmo autor, a Memória sobre Agricultura deste Reino e das suas conquistas. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Nº I, f. 164-175, 1789.

⁸¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Sesmarias: uma História Luso-Brasileira (Séculos XVIII/XIX). In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005. p. 1.

⁸² Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas., Domenico Vandelli. In: *Aritmética Política, Economia e Finanças*, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, número 8, Introdução e Direção de Edição José Vicente Serrão, Lisboa, Banco de Portugal, 1994. pp. 143-152.

entre natureza e economia, embrionariamente desenvolvidas na tradição pré-fisiocrata, da qual o francês Pierre de Boisguillebert (1646-1714) foi um dos seus principais representantes, foi uma tônica marcante na tradição naturalística, em Pádua, ao longo do século XVIII, da qual Vandelli era tributário.⁸³ Como observou Munteal,

O paduano Vandelli se inscreve nessa constelação intelectual italiana, com estudos que contemplam a Natureza (através da História Natural) e a Economia Civil (tendo a agricultura como eixo de uma nova política econômica). O que há de singular na produção científica vandelliana é precisamente a interdependência dos estudos de História Natural (classificação) e das investigações sobre a ciência da agricultura (utilidade). Na fase coimbrã do naturalista italiano, essa singularidade se aprofunda. Vandelli não vê mais separação entre os estudos de caráter científico (história natural) e a economia (agricultura), e esse processo de integração entre natureza e economia, desgarra-o intelectualmente da península itálica.⁸⁴

O projeto vandelliano das viagens filosóficas pelos espaços coloniais portugueses esteve intimamente ligado a esta valorização fisiocrata da natureza colonial, uma vez que, buscava dinamizar as culturas agrícolas locais e, ao mesmo tempo, atender ao projeto de consolidação do acervo do Jardim Botânico da Ajuda e ao ideal de constituição de um inventário “total” da flora colonial.⁸⁵ A importância dessa conexão, entre os ideais fisiocratas e história natural, particularmente, a botânica, é reconhecida na historiografia luso-brasileira e abunda na documentação do período. E os espaços institucionais onde isso se deu, além da Universidade de Coimbra, foram o Jardim e o Museu de História Natural da Ajuda, conjuntamente com o Laboratório Químico e a Casa do Risco, em Lisboa. Estes vieram a constituir, nas palavras de João Brigola, “o complexo d’Ajuda”, a mais importante estrutura em termos de conhecimento, ensino e pesquisa na área de história natural no Império português setecentista.⁸⁶

O mundo colonial foi, sem dúvida, um terreno privilegiado de consolidação dessa história natural, sobretudo da botânica, e isso se deu a partir da instituição de uma rede de funcionários especializados, de uma política de fomento de homens de poder na Corte

⁸³ DENIS, Henri. (org). *A Formação da Ciência Econômica*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

⁸⁴ MUNTEAL, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*, p.55.

⁸⁵ Só a coleção do Jardim da Ajuda teria chegado a cinco mil espécies vivas. Cf. CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 84.

⁸⁶ BRIGOLA, *Coleções, Gabinetes e Museus*.

mariana e joanina e da prática das viagens filosóficas. Sobre estas últimas, inicialmente, ficaram restritas às imediações de Coimbra, assumindo um papel formador na vida acadêmica de alguns alunos e sob supervisão direta de Vandelli, que as deu, na década de 1780, uma amplitude transoceânica.

Essas experiências nas imediações de Coimbra, gradativamente, foram oferecendo subsídios para Vandelli sistematizar os resultados em torno de sua *Memória sobre algumas produções naturais deste Reino, das quais se podia tirar utilidade*⁸⁷. Os resultados seriam também avaliados pela congregação da universidade, que teve um papel fundamental no financiamento dos viajantes.

As viagens geraram, como inúmeros resultados práticos, coleções, textos, imagens, experiências de análises químicas dos minerais, terras e vegetais, a manipulação de novos instrumentos de física, essenciais nos levantamentos geográficos e nas resoluções práticas das viagens, entre outros.

Para auxiliar o naturalista viajante em campo, Vandelli passou a desenvolver, a partir da década de 1790, as suas próprias instruções para tais peregrinações. Essas instruções se tornaram um conjunto de regras práticas essenciais no trabalho do naturalista que deveria assumir procedimentos padronizados para garantir os melhores resultados e facilitar o entendimento dos métodos adotados. Elas foram ainda de muita importância aos naturalistas que partiram, posteriormente, rumo às colônias, onde o observador estaria muito distante dos principais circuitos de debates e orientações em história natural.⁸⁸

Após 1779, com a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, os resultados das viagens empreendidas nas colônias se mesclaram completamente aos exames empreendidos. Num claro sinal de apropriação da filosofia natural como instrumento coletivo dos ilustrados para a dinamização da economia das colônias portuguesas, estas passaram a ser, cada vez mais, investigadas pelos discípulos de Vandelli, egressos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e sócios correspondentes da Academia Real de Ciências.

⁸⁷ In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Nº I, 1789.

⁸⁸ Podemos citar como exemplo, as instruções elaboradas por Vandelli para uso de seus alunos em 1779, intitulada de “Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar”; Cf. também as instruções de 1781 da própria Academia de Ciências de Lisboa intitulado “Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a historia da Natureza para formar um Museu Nacional.” In: CRUZ, *Verdades por mim Vistas*. (anexos).

Enquanto a Universidade de Coimbra e seus estabelecimentos, como o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório de Química constituíam-se no centro principal de articulação da relação ciência-Estado, até 1779, Vandelli, Julio Mattiazzi e outros, gradativamente, consolidaram as bases de uma metodologia pautada nas viagens filosóficas rumo às colônias que, na década de 1790, transformaram o Real Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda num grande celeiro da natureza colonial.⁸⁹ Mattiazzi, companheiro de Vandelli desde o Jardim Botânico de Pádua, desempenhou um importante papel nesse processo.

1.4 - Julio Mattiazzi, o jardineiro Real

Quando a missão italiana chegou a Portugal, em 1768, Julio Mattiazzi estava nela. Veio para Portugal para acompanhar seu mestre de medicina e história natural, Domingos Vandelli, provavelmente o responsável por sua indicação na missão. Seu nome estava associado ao de Vandelli, pois os dois trabalhavam juntos no Jardim Botânico de Pádua, onde Mattiazzi auxiliava o mestre na constituição de sua coleção de produtos naturais.

Foi pra Coimbra junto com Vandelli, em 1772, após a reforma dos estatutos de sua universidade e lá o auxiliou na construção do jardim botânico daquela instituição até o ano seguinte, quando ficou pronto. Em 1773, Vandelli nomeou Mattiazzi como responsável pelo Real Gabinete da Ajuda, em Lisboa, provavelmente, devido à sua atribulada rotina no desenvolvimento de seus encargos acadêmicos em Coimbra, o que o impossibilitava de um contato mais direto com o seu antigo projeto na Ajuda. Nas palavras de Vandelli,

Devendo eu ir a Coimbra para reger as duas cadeiras de história natural e química, estabelecer o museu, laboratório químico e jardim botânico, entreguei a administração deste jardim, não deixando de, em cada ano no tempo das férias, vir uma ou duas vezes a esta Corte e dirigir as operações mais necessárias para concluir este jardim que, vagarosamente, se ia continuando, não obstante as enormes despesas que a título se faziam [...] não deixando, porém, de continuar o comércio das plantas e sementes para o aumento do mesmo jardim.⁹⁰

⁸⁹ PATACA, *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas*, 2006.

⁹⁰ Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco. Domingos Vandelli. s/d. *ANTT, Ministério do Reino, Maço 444*.

A ida de Mattiazzi para Lisboa para estar à frente do complexo d'ajuda atendeu a duas funções básicas. A primeira, zelar pelo bom andamento do jardim botânico e do Real gabinete, o que incluía um trabalho constante de identificação e catalogação de suas variadas coleções. A segunda, intimamente ligada à primeira, dizia respeito a uma ligação direta entre o jardim da universidade e o complexo da Ajuda, assentada na pretensão de organizarem conjuntamente uma grande obra, a *História natural das colônias*. O trabalho de Mattiazzi se constituiu, basicamente, no recebimento e envio de plantas, sementes e raízes oriundos das possessões coloniais.

Com a presença estratégica do jardineiro Real em Lisboa, porta de entrada das produções do novo mundo, algumas espécies eram enviadas à Coimbra no intuito de serem aclimatadas no jardim universitário, além de servirem de amostras para aulas práticas de história natural. O volume de plantas trabalhadas na parceria Coimbra-Ajuda foi grande o suficiente para que, em 1780, Mattiazzi e Vandelli escrevessem juntos o primeiro *Dicionário botânico*⁹¹, nas dependências do complexo d'Ajuda. Constituído em duas partes, a primeira contém os nomes das plantas e suas características morfológicas, e a segunda é destinada ao tratamento de doenças, pensando os seus efeitos sobre o organismo humano.

Nesse período, Mattiazzi trabalhou intensivamente na sistematização das produções do mundo natural dos domínios ultramarinos. Além de organizar o *Dicionário* em 1780, organizou, ainda em 1782, no Gabinete de História Natural da Ajuda, o *Catalogus plantarum botanici*⁹², contendo a relação de 2715 árvores e plantas mais importantes para a dinamização da economia do Reino.

A importância de Mattiazzi à frente da Ajuda era notória. Baltasar da Silva Lisboa, em discurso político sobre a importância da história natural portuguesa, destacou as seguintes palavras a esse respeito,

Quem duvidará que as mais importantes vantagens desta ciência deve aparecer na história natural do Brasil e mais conquistas? O continente da América descoberto ha tantos anos, como tem sido explorado? Que riquezas não ocultará? Começando pelo reino vegetal, que exemplo não

⁹¹ Dicionário Botânico. Júlio Mattiazzi e Domingos Vandelli. 1780. *ANTT. Manuscritos da Livraria. N° 1854*. 300fl.

⁹² *Catalogus Plantarum Botanici*. Júlio Mattiazzi. 1782. *BNP. Coleção Pombalina. Manuscrito, n° 30*. Relativo às plantas do Brasil, cf. do mesmo autor *Plantas do Brasil*. 1780. *ACL, Série Azul, Manuscrito n° 300*, 150 fl.

nos dá. [...] Felizmente temos hoje as plantas no Real jardim conservadas pelos cuidados do Sr. Júlio, homem verdadeiramente amante das belezas da natureza.⁹³

Esse foi o papel desenvolvido por Júlio Mattiazzi em parceria com Vandelli na conjuntura 1768-1779. Ambos, cada qual com sua função específica, cuidaram dos espaços institucionais mais importantes para o estabelecimento da filosofia natural em Portugal. Sob os efeitos do fomentismo pombalino, aplicaram-se na organização de um acervo natural rumo ao projeto de publicação de uma história natural das colônias, que constitui uma base importante, após 1779, de articulação, através de uma tônica naturalística de um sistema reformista baseado na potencialização dos recursos naturais.

De 1779 a 1808, o gabinete de Mattiazzi esteve muito vinculado a três pontas de um mesmo processo: a Academia Real de Ciências de Lisboa, o jardim de Coimbra e as colônias. Esse refinamento das relações entre os diferentes espaços institucionais possibilitou o autonomização do campo botânico, sobretudo a partir de 1792, quando Félix de Avelar Brotero foi nomeado para a cadeira de botânica e agricultura na Universidade de Coimbra, bem como diretor de seu jardim. Nesse mesmo ano, Domingos Vandelli passou a se dedicar mais diretamente à Academia de Lisboa, após ser jubilado em Coimbra.

1.5 – Os espaços institucionais da botânica

Institucionalmente, a botânica encontrou um espaço privilegiado na relação com uma política de fomento das ciências do Estado português vinculado ao projeto colonial. Sua episteme teve um papel importante na constituição de uma nova política-econômica para o Ultramar, baseado na potencialização da exploração dos produtos naturais. Vejamos melhor como isso se deu nos diversos espaços institucionais no seio do Estado, destacando os papéis que cada um desempenhou nesse processo.

⁹³ Discurso Político. Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito 697.*

1.5.1 - O Real museu de história natural e jardim botânico da Ajuda

Quando as tropas napoleônicas marcharam sobre o solo lusitano e a Corte pôs-se em fuga para o Brasil, em 1807, uma das primeiras providências do exército, sob orientação do naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire, chefe do Instituto de Paris, foi a de pilhar as coleções botânicas do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda. No espólio, além de anos de material botânico enviado por uma rede de naturalistas ao longo de vários pontos das colônias, estava o resultado de quase 10 anos de trabalho enviado da Amazônia por Alexandre Rodrigues Ferreira em sua longa viagem filosófica.

Evidentemente, o complexo botânico da Ajuda detinha um valor incalculável. Mas qual foi, de fato, seu papel na constituição de uma política natural para o Império Português?

A contratação dos paduanos Domingos Vandelli e Dalla-Bella para a supervisão da construção da obra do museu e jardim, em 1768, indica um passo importante nos quadros ilustrados da mentalidade portuguesa para a afirmação de um espaço institucional que pudesse, nas palavras de Vandelli, “conservar as amostras das produções das colônias que se analisarão e experimentarão”⁹⁴.

Como já apontou João Brigola, a respeito das principais funções do museu e do jardim em questão,

de facto, o grande desígnio estruturante parece ser [...] o da publicação de uma História Natural das Colônias, objetivo que ganhará compreensível consistência quando, depois de 1777, os primeiros naturalistas formados em Coimbra chegarem à Ajuda para aí receberem treino profissional para as missões filosóficas ultramarinas.⁹⁵

Podemos dividir a história do complexo da Ajuda em dois grandes momentos. O primeiro é o período 1768-1779, que vai desde o início de sua construção até 1779, marco na história científica portuguesa com a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa. O segundo momento se dá no período de 1779-1807. Nesse último período, temos a

⁹⁴ Relação da origem..., *ANTT, Ministério do Reino, Maço 444*.

⁹⁵ BRIGOLA, *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, p. 114. Cf. ainda DUARTE, Regina. Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). In: *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. 11(1): jan.-abr. 2004.

constituição de uma comunidade científica portuguesa mais delineada numa rede estabelecida entre Lisboa (a partir do complexo d’Ajuda e da Academia de Ciências), Coimbra (com a Universidade) e o vasto horizonte ultramarino explorado pelas viagens e pela ação de incontáveis funcionários em diversos pontos de além-mar.

O complexo da Ajuda se transformou num centro natural de todo o mundo português. Funcionários de várias partes do mundo enviavam coleções e amostras para o seu jardim, que passou a assumir a função de um grande celeiro de espécies úteis a Portugal. A experiência do Jardim da Ajuda estava profundamente integrada com sua rede Ultramarina de trocas de elementos naturais, constituindo-se num espaço privilegiado da botânica, *locus* de institucionalização e aprimoramento de uma episteme própria. Como aponta Ana Luísa Janeira,

Um jardim é um espaço que não equivale a um sistema fechado completo: se é verdade que resulta de um fechamento, quando da sua construção (muro, gradeamento), é também verdade que manterá sempre aberturas, para continuar a existir (portão, energia solar, água). Um jardim botânico, por sua vez, apesar de conter objetos limitados, está sempre enquadrado por um horizonte de conhecimentos tendendo para a pletora [plenitude].⁹⁶

Articulando uma relação com o mundo exterior, o jardim da Ajuda foi o grande celeiro natural de todos os domínios portugueses, pois se constituiu na ponta de uma rede de transferências de plantas, sementes, raízes, cascas, árvores, estudos, memórias e conhecimento que iam do Reino à Índia, da África ao Brasil, no mundo dinâmico e articulado do colonialismo português.

Um aspecto a destacar na constituição dos jardins com seu universo externo é o papel que cumpriram na estrutura de poder do Império. Seu sistema epistémico “não só manifestou regras internas que abriram espaço para a emergência de jardins botânicos, com coleções ao serviço da medicina e da farmácia”, como também “exigiu a presença de um poder, chamado a demarcar os limites (científicos, culturais, econômicos e artísticos) em que devia existir o seu saber”⁹⁷.

⁹⁶ JANEIRA, *Episteme*, p. 50.

⁹⁷ JANEIRA, *Episteme*, p. 51.

Como mostraremos à frente, essa instituição desempenhou a dupla função, de centro de formação/estudos e centro de poder metropolitano de história natural.

Para a articulação desse projeto de valorização dos recursos naturais na América, África e Ásia, a Coroa contou com um centro estratégico de formação de quadros especializados. Seus membros, uma vez cooptados ao Real Serviço, desempenhavam um papel importante na constituição de uma rede de apoio para a Coroa portuguesa.

1.5.2 - A universidade de Coimbra

A Universidade de Coimbra foi fundada no ano de 1290, no reinado de D. Dinis. Uma das primeiras universidades do mundo e a primeira de Portugal, foi criada para atender à necessidade da Igreja de formar um corpo técnico especializado através dos seus primeiros cursos, como artes, leis, cânones e medicina. Com uma longa tradição e apresentando um papel estratégico na administração régia por séculos, esta universidade conheceu uma das mais importantes reformas em seus estatutos, no ano de 1772. Pombal, após reformar o ensino secundário no Reino, enfrentou os setores mais conservadores da instituição e remodelou o ensino superior, introduzindo o ensino moderno.⁹⁸

Portugal vivia um ambiente cultural de disputas entre setores sociais conservadores e os adeptos mais convictos das benesses da ilustração. Nesse ambiente de tensão, dentro do campo universitário, um documento contemporâneo expressa a mentalidade dos setores mais conservadores e os motivos da resistência à reforma do ensino em Coimbra, em especial, por setores do clero, pois, “eles julgavam que isto era pouco menos que a introdução de uma heresia e pensavam que as demonstrações nas matemáticas eram uma manifesta impiedade incompatível com os princípios do Cristianismo”.⁹⁹

Nesse embate, a reforma dos estatutos coimbrões é um indício evidente da hegemonia do projeto pombalino no campo do ensino superior português. O ensino constituiu um importante foco de suas reformas, pois a relação de dependência entre a Universidade de Coimbra e o Estado era evidente. O desenvolvimento de um representava o do outro e

⁹⁸ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

⁹⁹ IEB, Carta 9ª, 31/03/1777. *Apud* SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendado do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto (1798-1805)*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Capinas: Unicamp, 2002. p. 44.

Pombal estava atento a essa relação. Em seu pensamento, a ciência não poderia florescer na universidade sem que o Estado também florescesse e, ao contrário, o Estado não se aperfeiçoaria sem o melhoramento das ciências na universidade. Concordamos com Stuart Schwartz quando este observou que Universidade de Coimbra exerceu um papel central na formação de um especializado quadro de agentes estatais, ao oferecer uma experiência universitária comum a todos os membros da burocracia portuguesa,

A graduação em Direito por uma Universidade era a chave do ingresso na carreira a serviço do rei. Embora a origem social e o lugar de nascimento pudessem variar consideravelmente, os magistrados, quase sem exceção, eram formados pelas faculdades de lei civil ou canônica da universidade de Coimbra.¹⁰⁰

Esse exclusivismo na formação de um corpo dirigente no aparelho do Estado certamente constituiu um dos fatores principais para a resistência de iniciativas de implementação de universidades na colônia, como a proposta de elevação do Colégio Jesuíta da Bahia à uma instituição de nível superior. Esse processo também tende a ser visto na historiografia como resultado do “atraso” colonial, mas análises mais aprofundadas a apresentam como uma política bem articulada e fundamentada. Ainda nas palavras de Schwartz, “é bastante significativo que, durante os trezentos anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, Coimbra fosse a única faculdade de direito dentro do império português”¹⁰¹. Tal exclusividade representou, ainda, uma estratégia fundamental na manutenção de um corpo burocrático leal à Coroa, uma vez que um dos objetivos principais dessa faculdade, além de preparar o estudante para o exercício de sua profissão, era o de inculcar “um complexo padrão de ações e critérios aceitos. Em Coimbra, a formação em direito era um processo de socialização destinado a criar um senso de lealdade e obediência ao rei”¹⁰².

Por esse motivo, é bastante ilustrativo a atenção de Pombal com o ensino em Coimbra. A tônica empreendida nas reformas foi a introdução das ciências experimentais, refletindo a preocupação de consolidar entre os alunos o espírito experimental, através da introdução de disciplinas científicas e novos cursos como o de matemática e filosofia.

¹⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 50.

¹⁰¹ SCHWARTZ, *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*, p. 52.

¹⁰² SCHWARTZ, *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*, p. 53.

Numa visão mais geral, evidenciaram a crença no poder da razão e da ciência, características da mentalidade ilustrada luso-brasileira.

Como demonstrou José Augusto Pádua, o reformismo português que vai das reformas pombalinas até o final do século XIX, desenvolveu padrões comuns na geração ilustrada luso-brasileira formada nesse processo, apresentando esta como uma espécie de “denominador comum” um traço “essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista”¹⁰³.

As mudanças trazidas pelos novos estatutos atingiram os estudantes de todos os cursos da universidade, que passaram a ter que freqüentar as disciplinas de história natural, matemática e química em um curso preparatório de dois anos antes do início do currículo de formação específica. Até mesmo os alunos de teologia eram obrigados a essa preparação que ocorria na faculdade de filosofia. Essa preparação se dava com as disciplinas de filosofia racional e moral no 1º ano e de história natural no 2º ano. As demais disciplinas complementares eram geometria na faculdade de matemática no 2º ano preparatório e, no caso dos alunos dos cursos de medicina e de leis, as disciplinas científicas de química, física experimental e história natural.¹⁰⁴

A justificativa para esses estudos preparatórios e comuns a todos os alunos da universidade se deu pela valorização dos métodos e profundidade de análise das doutrinas das ciências do mundo natural, saberes essenciais ao entendimento da “história natural”, compreendida à época como indisputável por sua perfeição.

O curso de medicina e os recém-criados cursos de matemática e filosofia passaram a integrar uma só “congregação”, denominada de cursos das ciências naturais e filosóficas, voltados a “trabalhar no progresso das mesmas ciências, de modo que felizmente se tem praticado e praticam as academias mais célebres da Europa”¹⁰⁵.

Esse alinhamento aos moldes das “academias mais célebres da Europa” pode expressar o espírito cosmopolita das reformas e as intencionalidades de suas elites letradas, que viam, em Portugal, uma nação com grandes potencialidades naturais propícias a transformar o Reino em uma grande potência.

¹⁰³ PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p.13.

¹⁰⁴ CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 60.

¹⁰⁵ *ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA*, 1772. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. 3.v. (edição facsimilar), p. 05.

Para o desenvolvimento das potencialidades naturais dos domínios coloniais, além das reformas estatutárias, que sinalizou um grande avanço nesse projeto, a Universidade de Coimbra contou, ainda, com dois elementos institucionais com destacado papel, a saber o Gabinete de História Natural e Jardim Botânico de Coimbra.

1.5.3 - O gabinete de história natural e jardim botânico de Coimbra

Em novembro de 1772, no calor da reforma dos estatutos da centenária universidade, D. Francisco de Lemos, reitor da instituição, escreveu para o próprio Pombal entusiasmado com a possibilidade de montar uma grande coleção de história natural nas suas dependências.

O Lente Vandelli deixou-me um catálogo do que contém o seu museu que tem na Itália, e não tem dúvidas de o mandar vir para fundar o desta Universidade. Se for do agrado de V. Exa. que assim se execute dentro de poucos meses, poderá haver aqui um grande teatro da natureza, o qual, ajuntando-se muitas coisas que o mesmo Vandelli tem em Lisboa e o mais que principiará logo a vir, sem dúvida ficará muito curioso e digno assim do estudo da natureza como da vista dos estrangeiros.¹⁰⁶

O museu de história natural da universidade foi, então, composto inicialmente pela coleção trazida de Pádua pelo mestre italiano. Com as primeiras viagens feitas em Portugal pelo próprio Vandelli e Júlio Mattiazzi e, mais tarde, pelos estudantes, a coleção foi se ampliando ainda mais. O abrigo de tantos espécimes ficava a cargo do gabinete. Sua criação estava prevista, inclusive, já nos novos estatutos, de 1772. Nele, prevalece como justificativa para sua instalação a concepção prática da história natural, o que sugere a hegemonia das concepções teórico-metodológicas dos naturalistas formados a partir da prática das viagens.

Sendo manifesto que nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da história natural do que a vista contínua dos objetos que ela compreende, a qual produz idéias cheias de mais força e verdade do que todas as descrições mais exatas e as figuras mais perfeitas: é necessário para frisar dignamente o estudo da natureza no centro da

¹⁰⁶ Carta ao Ministro de Dom José. In: Coleção geral das ordens e providências para a nova fundação da universidade. D. Francisco de Lemos. 1772. *ANTT, Ministério do Reino*, v. 436, fl. 76.

universidade, que se faça uma coleção dos produtos que pertencem aos três reinos da mesma natureza.¹⁰⁷

O gabinete esteve intimamente ligado, desde sua implantação, ao mundo exterior, dele se alimentando e nele obtendo o seu foco, numa contraposição aos naturalistas de “gabinetes”, os quais assumiam uma relação mais teórica e contemplativa frente ao mundo natural. Importa destacar sua dimensão pedagógica no processo de formação de quadros especializados em história natural, tão importantes para a Coroa portuguesa em fins do século XVIII.¹⁰⁸

Outra ligação fundamental do gabinete foi com o jardim botânico universitário. Da mesma forma, este espaço foi idealizado nos estatutos científicos e assumiu uma função marcadamente utilitária e pragmática. Como podemos observar, seu propósito consistia,

Para que nele se cultive todo o gênero de plantas e particularmente aquelas, das quais se conhecer ou esperar algum préstimo na medicina, e nas outras artes. Havendo o cuidado e providência necessários, para se juntarem as plantas dos meus domínios ultramarinos, os quais têm riquezas imensas no que pertence ao reino vegetal.¹⁰⁹

Tendo como objeto principal o estudo da botânica, ainda que esta não fosse institucionalizada no âmbito da universidade, esses dois espaços institucionais, gabinete e jardim, tiveram um papel importante na constituição das bases epistêmicas e práticas de consolidação desse campo disciplinar como uma cadeira própria. Isso se deu em 1792, quando a própria Rainha Maria I, quebrando os complexos protocolos de admissão docente, nomeou Félix de Avelar Brotero para lecionar botânica e agricultura.¹¹⁰

A criação das cadeiras de botânica e agricultura, em 1792, em primeiro lugar, atesta a íntima relação, aprofundada no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa, da história natural com a agricultura, numa demonstração de uma tônica fisiocrata, utilitarista, projetista e reformista daquela academia, sob a forte proteção da Rainha.

¹⁰⁷ *ESTATUTOS*, p. 264.

¹⁰⁸ Para um apanhado geral sobre a história desta instituição, Cf. BERNASCHINA, Paulo. *Transnatural*. Coimbra: Artez, 2006.

¹⁰⁹ *ESTATUTOS*, p. 266.

¹¹⁰ Para uma discussão mais aprofundado sobre este botânico, Cf. CASTEL-BRANCO, Cristina. *Félix de Avelar Brotero: botânico português (1744-1828)*. Paris/Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Em segundo lugar, indica a hegemonia da botânica que, gradualmente, se destacou dentro do campo maior da filosofia natural, assumindo uma posição de destaque frente aos estudos e as políticas naturais. Isso se deu, muito provavelmente, por um conjunto de fatores que vão desde o perfil dos mestres em Coimbra, até a tônica reformista da academia sobre o Ultramar a partir das culturas agrícolas, portanto, vegetais.

Se na conjuntura 1768 a 1779, marcada pela valorização das ciências, a história natural foi o campo científico que mais se destacou, a partir da relação ciência-Coroa, após 1779, a botânica assumiu um lugar privilegiado entre os burocratas de Queluz, assim como no interior dos espaços de sociabilidade intelectual em Lisboa e Coimbra. Embora admitamos esse destaque, não nos é possível mensurar mais profundamente o nível de autonomia e institucionalização botânica nos quadros da cultura científica portuguesa, questão ainda aberta para futuras pesquisas na historiografia científica luso-brasileira.

Importa, antes disso, marcar um espaço de ação, um campo de consolidação das práticas sociais da botânica estabelecidas numa relação conflituosa, tênue e não-linear de autonomização e autojustificação frente à história natural. Pensamos que o melhor caminho para essa definição é dar visibilidade aos moldes próprios com que esse campo se expressou nesse contexto específico. Como alertou Vandelli,

O saber somente o nome das plantas não é ser botânico. O verdadeiro botânico, deve saber, além disso, a parte mais dificultosa e interessante, que é conhecer as suas propriedades, usos econômicos e medicinais. Saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais úteis, os terrenos mais convenientes para isto e o modo de os fertilizar.¹¹¹

Mais do que elencar uma coleção de plantas e seus respectivos nomes, o gabinete e jardim em Coimbra, assim como o complexo da Ajuda, constituíram-se em espaços “botânicos” por excelência, especializando-se para o melhor tratamento dos saberes do reino vegetal. Como ainda nos alertou Vandelli, a história natural como ciência “é tão vasta” que “cada um deveria cultivar aquele ramo ao qual tivesse maior inclinação, porque

¹¹¹ VANDELLI, Domenico. Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos, a respeito da Agricultura e principalmente da cultura das charneças. In: *Dicionário de Termos Técnicos de História Natural de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008. p. III.

é mais vantajoso ser simplesmente um excelente botânico, ou mineralogista, que um medíocre e superficial enciclopédico da ciência”¹¹².

Assim justificado, o incentivo à especialização sempre esteve na ação dos mestres botânicos em Coimbra e na Ajuda, mas evidentemente, a botânica como prática científica, não raro, esteve vinculada à economia e à agricultura, só para citarmos os mais importantes campos que, de forma auxiliar, empreenderam no horizonte colonial uma profunda mudança de olhar sobre suas potencialidades naturais.

No plano teórico, foi a botânica a disciplina que forneceu as balizas dessa política. No plano prático, foram as viagens pelos vastos domínios ultramarinos que agremiaram centros e periferias a partir de uma rede complexa de muitos perfis sociais.

1.5.4 - As viagens filosóficas

Como vimos, na década de 1770, Domingos Vandelli articulou o método das viagens ao processo de formação na Universidade de Coimbra. Essa relação atendeu, em primeiro lugar, a um caráter mais “filosófico” à preparação dos quadros universitários após as reformas estatutárias e, ainda, pôs as práticas acadêmicas em franca sintonia com os métodos naturalísticos adotados pelo mestre paduano em sua carreira, desde a Península Meridional.

Como resultado, as viagens serviram de base preparatória para os estudantes e, ao mesmo tempo, de instrumento de cooptação dos egressos mais destacados e habilitados a continuar, no ultramar, o projeto de exploração dos territórios a partir da coleta e observação natural. Ainda nas palavras de Pataca, “assim que os primeiros estudantes da Faculdade de Filosofia formaram-se, em torno de 1776-1777, começaram a ser empregados em Viagens filosóficas no Reino”¹¹³.

Mary Louise Pratt observou o que já apontamos acima a respeito do papel da botânica e das viagens exploratórias na era moderna.

Na segunda metade do século XVIII, a expedição científica tornar-se-ia um catalisador das energias e recursos de intrincadas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Igualmente relevante é que a

¹¹² VANDELLI, *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos...* p. V.

¹¹³ PATACA, *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas*, p. 71.

exploração científica haveria de se tornar um foco de intenso interesse público, e fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo.¹¹⁴

Na ampliação das funções das viagens, é necessário relativizarmos, como chamou a atenção Richard Grove para o fato de que, no século XVIII, a circulação de informações sobre as diversas colônias, foi muito maior do se pensa, o que gerou leituras distorcidas desse processo.¹¹⁵

Em parte, isso gerou uma imagem do fracasso administrativo atrelado aos efeitos que a ciência obteve no ultramar. Nesse ponto, ainda que difícil de mensurar completamente, devemos levar em conta os efeitos de uma postura Imperial portuguesa, desde o século XVI, em restringir a circulação dos conhecimentos referentes às riquezas coloniais, sob a ameaça, constante, de invasões estrangeiras em seus domínios, sobretudo, no Brasil.¹¹⁶

As viagens organizadas no final do século XVIII expressaram uma reorientação da política científica do Império português às práticas, discretas e restritas, de levantamento do potencial natural de suas colônias adotadas desde os primeiros tempos no Atlântico. Como alerta Kury,

O modelo imperial português cedeu lugar a outras estratégias internacionais que se haviam tornado hegemônicas, organizadas segundo uma lógica de redes tecidas em torno de centros de produção de saber e de elaboração e redistribuição de produtos científicos. Desse modo, Portugal realizou, a partir da segunda metade do século XVIII, uma “conversão”, no sentido de aproximar-se do funcionamento dos sistemas coloniais francês e inglês.¹¹⁷

Mas qual a percepção dos naturalistas luso-brasileiros a respeito da relação entre a exploração do mundo natural e os “centros de produção”? Como um método privilegiado da história natural, as viagens eram um complemento necessário do trabalho nos gabinetes. Essas duas dimensões do trabalho do naturalista, campo e gabinete, aparecem como

¹¹⁴ PRATT, *Os Olhos do Império*, p. 52-3. Cf. também DRAYTON, *Nature's Government*; SCHIEBINGER, Londa; SWAN, Claudia, *Colonial Botany*.

¹¹⁵ GROVE, Richard. *Green imperialism*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.

¹¹⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese empire, 1415-1808. A world on the move*. Baltimore/Londres: Johns Hopkins Univ. Press, 1998.

¹¹⁷ KURY, *Homens de ciência no Brasil*, p. 111.

dimensões que exigiam características metodológicas diferentes e ao mesmo tempo conflitantes.

A *Enciclopédia* de Diderot e D’alembert apresenta uma definição que nos permite compreender melhor o objeto do naturalista nas viagens, pois, segundo ela, “a história natural abrange todo o universo, sendo seu objeto tão extenso quanto a natureza – os astros, o ar, os animais, vegetais e minerais do globo terrestre, em sua superfície e profundidade”¹¹⁸.

Com tão extensa obra, o trabalho meticuloso de observação, dissecação, experimentação, sistematização e catalogação no gabinete em nada avançaria, se não pudesse contar com a prática das viagens. Além de alimentar o laboratório com coleções, as viagens ofereciam a possibilidade da experiência sensorial no espaço natural a ser pesquisado.

Ao mesmo tempo em que se constituía numa complementação do trabalho no gabinete, a prática das viagens impôs uma disputa recorrente entre os “naturalistas de gabinete” e os “viajantes naturalistas”.¹¹⁹ O naturalista e navegador militar francês Bougainville, observou essa tensa relação,

Sou viajante e marinheiro, quer dizer, um embusteiro e um imbecil aos olhos dessa classe de escritores preguiçosos e soberbos que, na sombra do gabinete, filosofam vagamente sobre o mundo e seus habitantes, e submetem a natureza, imperiosamente, à sua imaginação. Comportamento muito singular, bem inconcebível por parte de gente que, nada tendo observado por si mesmas, não escrevem, não dogmatizam senão segundo observações recolhidas nesses mesmos viajantes a que recusam a faculdade de ver e de pensar.¹²⁰

Ao percorrer grandes distâncias, os naturalistas necessitavam de uma série de instrumentos de orientação e padronização de seus resultados de coleta e observação. Muito além dos diários, necessitavam de “toda uma parte prática de instruções, instrumentação,

¹¹⁸ DIDEROT, M; D’ALEMBERT, M. (org). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Genebra: Pellet, 1728. Vol. 17, p. 565.

¹¹⁹ LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund. O Áuge de Suas Investigações Científicas e a Razão para o Término das Suas Pesquisas*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo.

¹²⁰ BOUGAINVILLE, L. A. *Viaje alrededor del mundo por la fragata del rey la Boudeuse y la fusta la Estrella em 1767, 1768 y 1769*. Buenos Aires, Espasa-Calpe. 1771. *Apud* LEITE, Miriam L. Moreira. *Naturalistas viajantes*. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, Feb, p. 10, 1995.

orçamento e cronograma da excursão”, o que sugere uma preocupação com os “conhecimento e experiência prévios e instruídos das atividades propostas”¹²¹.

Sobre as viagens, destacamos duas questões fundamentais. A primeira, diz respeito ao processo de padronização dos procedimentos de pesquisa e produção de trabalhos sobre história natural. O mestre de Coimbra teria incumbido Agostinho José Martim Vidigal, um de seus alunos de história natural na universidade, de empreender uma “compilação” das várias memórias destinadas à instrução dos naturalistas, a qual foi preparada e “ilustrada com os melhores métodos de haver, conservar e examinar os diversos objetos da história natural e com instruções sobre os meios de recolher utilidade das viagens, principalmente, no que respeita às ciências da natureza”¹²².

A segunda questão está ligada à ampliação da idéia de viagens filosóficas que não devem ser entendidas, pelo menos para o caso português, apenas como uma grande expedição, com tempo, corpo integrante e objetivos pretensiosos. Antes, seria melhor defini-las como um conjunto de iniciativas que poderia ser expresso na expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira que, ao longo de quase dez anos, percorreu um vasto território amazônico e coletou uma invejosa coleção, até uma modesta observação empreendida por um funcionário colonial nos arredores de uma periférica vila do ultramar. Desse modo, podemos caminhar no entendimento da complexa rede articulada por Vandelli, os homens da academia de Lisboa e as iniciativas dos ministros da secretaria de ultramar, que levaram em conta todos os quadros disponíveis, com todas as particularidades e dificuldades apresentadas em cada contexto.

Estamos de acordo com Lorelai Kury, que destaca que as redes estabelecidas no Atlântico imperial – as quais Portugal teve um importante papel - eram constituídas de pessoas de múltiplos perfis sociais, como “viajantes, funcionários da administração estatal, militares, comerciantes”¹²³.

Mesmo centralizada no Reino, a articulação do projeto de uma história natural das colônias contou com a ajuda de vice-reis, governadores, ouvidores, juízes de fora, juizes conservadores, comerciantes, viajantes, dentre outros tipos sociais coloniais. Esses sujeitos tiveram papel fundamental no exercício da nova política de conhecimento e exploração do

¹²¹ LEITE, *Naturalistas viajantes*, p. 9

¹²² CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 129.

¹²³ KURY, *Homens de ciência no Brasil*, p. 111.

ultramar ao estabelecerem funções locais de apoio e reforçarem, a partir da ciência, os laços clientelísticos de proteção, subordinação e homenagem. Concordamos com Ângela Domingues ao afirmar que,

Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado.¹²⁴

A articulação dessa rede complexa de homens a serviço de El-Rei nos mais vastos domínios portugueses estava articulada com o papel da Academia Real de Ciências, a partir 1779.

1.5.5 - A Real academia de ciências de Lisboa

A historiografia sobre as academias modernas tem apontado, de modo geral, que elas se constituíram como espaços alternativos de desenvolvimento das ciências, num quadro em que as universidades europeias pouco contribuíram para tal. O século XVIII seria o momento de consolidação da perda do monopólio das letras das universidades como instituições de saber superior. Por toda a Europa, se multiplicaram as sociedades e academias como pontos de encontro de letrados e espaço de formação alternativa para intelectuais, tornando esse período na “era das academias”.¹²⁵

Esse está longe de ser o panorama histórico de desenvolvimento das ciências em Portugal, no qual a universidade de Coimbra precedeu os esforços de institucionalização e o amadurecimento das ciências. Outro aspecto é o papel de intelectuais antes agremiados em torno da extinta Academia Real da História Portuguesa. Enfim, o surgimento da academia de Lisboa esteve ligado, sobretudo, à necessidade de homens da geração pós-pombalina. São representados por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Domingos Agostino Vandelli,

¹²⁴ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), p. 824, 2001.

¹²⁵ McCLELLAN III, James. Scientific Institutions and Organizations of Science. In: PORTER, Roy. (org). *The Cambridge History of Science. Eighteenth Century Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 87-106, Volume 4.

João da Silva Feijó, Joaquim de Amorim Castro, Júlio Mattiazzi e outros que, negligenciados até 1777, voltaram ao cenário intelectual da Corte da “viradeira”, como José Correia da Serra, Teodoro de Almeida, Duque de Lafões e a Marquesa de Alorna. Esses homens, carentes pela sociabilidade de seus resultados científicos, se agremiaram em torno do projeto de constituição de uma Academia Real de Ciências de Lisboa.

Constituída a partir de esforços que uniu as ciências e os interesses reais, a academia refletiu a política fomentista da Coroa, aliada a um desejo ilustrado do aproveitamento das potencialidades econômicas e a superação dos entraves do crescimento da nação. Esta é, em nossa perspectiva, a premissa básica para o entendimento da implantação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779. Como relata Oswaldo Munteal,

Muitos ilustrados que participaram da governação pombalina se uniram em torno da formação de uma Academia que fosse capaz de elaborar projetos e redimensionar o papel das colônias. Essas duas funções tinham um objetivo prático: recuperar a economia do reino, agora funcionalizada em torno de uma nova concepção de riqueza. Para alguns ilustrados portugueses, ou mesmo estrangeiros que por lá militavam intelectualmente, a Natureza era encarada de uma forma quase divina, produtora de valores, onde cabia aos homens apenas tirar proveito dela. Esse era um dos aspectos dessa nova concepção.¹²⁶

Fica evidente a vinculação estabelecida pela academia entre as ciências e as possibilidades de exploração do mundo colonial. Contudo, acreditamos ser de grande relevância a problematização e o aprofundamento das pesquisas acerca desta relação, pois pensamos residir neste ponto a chave de entendimento do padrão de estabelecimento das ciências naturais no Brasil.

Outro aspecto importante desse centro cultural do iluminismo luso-brasileiro foi o seu grande corpo de associados na academia, provenientes de várias orientações e ofícios. Como Reis, clérigos, naturalistas, proprietários de terras, ministros, professores e colonos de várias possessões do ultramar, apresentaram discursos, estudos, memórias, conselhos políticos e projetos com um interesse comum: fortalecer a Real Fazenda.¹²⁷ Como aponta Ângela Domingues, a academia constituiu,

¹²⁶ MUNTEAL, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*, p. 135.

¹²⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre essa instituição, Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Departamento de História, 1998.

um meio privilegiado e elitista onde naturalistas, astrônomos, matemáticos, pensadores e, mais raramente, altos funcionários coloniais ligados à Universidade de Coimbra, membros da Academia ou candidatos a prêmios que anualmente se anunciavam, se faziam ouvir entre pares e onde uma ideologia do pensamento econômico português vinculado à escola fisiocrática francesa se foi moldando e evoluindo. Nos seus salões dissertaram políticos e cientistas, versando sobre assuntos concretos, relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais, tal como se ouviram discursos teóricos elaborados, onde a felicidade e a prosperidade dos povos se alcançariam pelo papel interveniente da ciência nos diferentes campos econômicos. Algumas das memórias apresentadas eram publicadas pela imprensa da Academia, mas outras ficaram inéditas. Da mesma forma, algumas foram difundidas junto de um público mais vasto, como outras foram ouvidas e lidas em círculos restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado nos assuntos discutidos.¹²⁸

Agremiando *memórias* de todos os cantos do império, se articulou como um centro catalisador e de distribuição dos estudos sobre o meio natural, especialmente, os interessados na dinamização da agricultura colonial. Como tônica principal, adotou o pragmatismo, o utilitarismo e o cientificismo, desenvolvido num espaço científico de afirmação do trabalho coletivo. Como podemos ver, os moldes dessa academia atenderam ao projeto mariano de “fomento às instituições que suportassem a estratégia reformista ilustrada de orientação naturalista-utilitária”¹²⁹.

Como academia Real, contou com a proteção política da própria Coroa e constituiu-se num instrumento de Estado na articulação das viagens, da constituição de uma história natural das colônias e na aclimação de espécies importantes.

1.6 - A secretaria e os ministros de ultramar

No processo de valorização das ciências naturais e a sua respectiva apropriação pelo Estado, uma geração de jovens ultramarinos foi chamada para elaborar diagnósticos e oferecer soluções para a transformação do mundo português rumo à modernidade.

¹²⁸ DOMINGUES, *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais*, p. 830.

¹²⁹ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. In: *Revista Intellectus* / Ano 05 Vol. I, p. 5, 2006.

Utilizando-se dos instrumentais da ciência, esses homens procuraram demonstrar que a modernização de Portugal devia estar ancorada no potencial econômico de suas colônias.

As ligações entre esse grupo de naturalistas preparados para o serviço Real com a alta cúpula do Estado português apresentaram características eminentemente “clientelares”. Tratava-se de relações estabelecidas através de uma rede de poder intrínseca ao aparelho estatal, onde o que estava em jogo eram as disputas por prestígios, concessões e honrarias, elementos de distinção dos indivíduos em uma sociedade de Corte. Conforme destaca Norbert Elias, em uma sociedade de antigo regime, como a portuguesa de então, a honra era a forma principal de distinguir os indivíduos.¹³⁰

Ronald Raminelli apontou como tais honrarias, a saber, concessões de cargos, privilégios comerciais, terras, títulos, entre outras, permitiram à Coroa reforçar os laços de sujeição e pertencimento dos vassallos ao império português, ao longo das vastas regiões do além-mar e retribuir feitos e serviços realizados aos interesses reais.¹³¹

Adotaremos, neste trabalho, o conceito de João Fragoso *et al* de “economia política de privilégios”¹³² para abordar, metodologicamente, essa prática ilustrativa do antigo regime português, em três pontos. O primeiro diz respeito ao papel das mercês, ofícios, possessões de terras, concessões e monopólios comerciais, entre outras formas de privilégios reais, na troca dos serviços prestados ao Rei. Como dissemos, se partirmos do princípio de que em uma sociedade tradicional a honra era a forma de distinguir os indivíduos, tais práticas constituíam estratégicas maneiras de negociar posições na hierarquia social da colônia.

O segundo ponto é relativo aos instrumentos de coerção e convencimento do Estado português. Apesar de apresentar uma impressionante mobilidade pelo mundo, o império português, um “mundo em movimento”¹³³, que constituía por mares, terras e rios, um notável “fluxo e refluxo” humano em várias partes do mundo, não perdeu de vista as conexões das periferias com seu centro, fato que garantiu relativa unidade política e determinados traços culturais comuns.

¹³⁰ ELIAS, *A Sociedade de Corte*.

¹³¹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹³² FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope*. Revista de História e Ciências Sociais, n° 23, 2000, pp. 67-88.

¹³³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Alges: Difel, 1998.

O terceiro e último ponto relaciona-se às atividades naturalísticas empreendidas pelos funcionários régios. Dentro da perspectiva da economia política de privilégios, tais atividades serão entendidas enquanto serviço estatal, em outras palavras, compondo o rol de atribuições destinadas aos mais diversos membros da burocracia que deveriam desempenhar em virtude de sua condição de vassalo a serviço do Rei.

Nesse último ponto, não podemos deixar de destacar que a história natural constituiu-se, para além de um trabalho ordinário no Real Serviço, um meio de agremiar capital científico para estabelecer laços de proteção política e formas de privilégios. Em outras palavras, constituiu-se num instrumento de negociação ou, em última instância, de convencimento para conquistar favorecidas posições na hierarquia social do mundo português. Um exemplo recorrente vem dos ministros da Marinha e Domínios Ultramarinos, que merecem atenção especial na consolidação dessa aliança de proteção e estímulo.

Martinho de Melo e Castro (1716-1795) e D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) estiveram à frente dessa Secretaria entre os anos de 1770 a 1801, portanto, centralizando a pasta do ultramar por mais de 30 anos. Foram dois grandes articuladores desse “sistema de patronato” que possibilitou a construção de uma rede articulada de naturalistas a serviço do Estado.¹³⁴

Nas palavras de Ana Lúcia Barbalho da Cruz,

Martinho de Melo e Castro, ele mesmo um ex-aluno coimbrão, era tido como protetor das ciências em Portugal durante todo o período em que deteve a pasta da Marinha e Ultramar. Do Palácio das Vacas, situado na colina da Ajuda, onde mantinha seu gabinete de trabalho, Melo e Castro estava muito próximo do Jardim Botânico e Museu e, certamente, acompanhava com interesse o trabalho dos jovens naturalistas. O plano de Vandelli de realizar uma grande viagem filosófica em terras do Brasil adequava-se perfeitamente aos propósitos do ministro de ver exploradas as potencialidades dos territórios do ultramar sob sua jurisdição. Com ele, o mestre Vandelli compartilhava os sucessos do treinamento de seus alunos, ganhando sua adesão para o futuro empreendimento das viagens filosóficas ao Brasil e à África.¹³⁵

¹³⁴ RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al.* (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006. O único período em que a Secretaria não esteve em poder desses dois homens foi no período do falecimento de Melo e Castro, em 24 de Março de 1795, onde assumiu Luís Pinto de Sousa Coutinho em uma rápida gestão até a posse de D. Rodrigo de Souza Coutinho em 7 de Setembro de 1796.

¹³⁵ CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 161-2.

Política semelhante seguiu Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a quem encontramos, em vasta documentação, em relações com os mais destacados naturalistas das colônias além-mar, desempenhando um papel ativo no estímulo ao desenvolvimento de estudos e centralizando em torno de si as principais decisões para o “avanço das ciências”.¹³⁶

Outra importante proteção nesse sistema de patronato adveio dos mestres de Coimbra, principais articuladores dos jovens mais talentosos aos homens poderosos da Corte, repletos de projetos carentes de mão-de-obra especializada. Ser um discípulo de Vandelli, provavelmente, deveria representar muito em termos de prestígio nos espaços de sociabilidade mais cobiçados no Reino. Afinal, como prestigiado naturalista, merecer o reconhecimento como um de seus discípulos, inevitavelmente, aumentavam suas chances de serem aceitos na Academia de Ciências de Lisboa e conseguirem poderosos protetores.¹³⁷

Nessa mesma linha interpretativa, Ronald Raminelli apresenta uma argumentação que, fortalece a idéia dos estudos de história natural como um serviço estatal e, ao mesmo tempo, elemento de negociação política por concessões e privilégios utilizados pelos naturalistas que se beneficiavam com tal produção. Nas palavras do autor,

a história natural (...) constituía uma conveniente moeda de troca, fonte de honra e privilégios. (...) a produção do conhecimento, no caso da

¹³⁶ Só para a Bahia temos alguns exemplos como o Ofício de Joaquim Amorim e Castro para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica. Cachoeira, 20/1/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 200, D. 14447* e; Carta de Joaquim Amorim e Castro ao príncipe regente, [D. João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na capitania da Bahia. Cachoeira, 15/3/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 201, D. 14476*. Ofício de Dom Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que participa a remessa de plantas vivas, de um herbário, e de algumas sementes raízes, colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para o qual novamente propõe a pensão anual de 600\$000 rs para se dedicar aos trabalhos botânicos. Bahia, 28 de Maio de 1797. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 34, 1912, Doc n° 17359*; Ofício de Baltasar da Silva Lisboa para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual agradece os louvores que lhe foram dirigidos em reconhecimento do dedicado zelo e inteligente desempenho dos seus serviços. Valença, 25 de Junho de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc n° 20739*; Ofício de Domingos Alves Branco Muniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual, relatando os seus serviços, pede o deferimento das suas pretensões. Presídio do Morro, 18 de Setembro de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc n° 20865* e; Requerimento do Dr. Baltasar da Silva Lisboa em que pede aumento de ordenado a título de aposentadoria. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 34, 1912, Doc n° 17624*. Para uma discussão mais aprofundada sobre Dom Rodrigo, Cf. COUTINHO, dom Rodrigo de Souza. Discurso sobre a mendicidade. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. (org.) *Textos políticos, econômicos e financeiros*. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, 1993, t. I.

¹³⁷ CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 120.

história natural, era dom, um serviço prestado à monarquia, empregado como trunfo para se aliar ao sistema de patronato comandado ora por Matinho de Melo e Castro, ora por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.¹³⁸

A estratégia adotada por esta alta burocracia estatal portuguesa consistiu em delegar aos estudantes saídos da Universidade de Coimbra, membros das ricas famílias do Reino e das colônias, a tarefa de empreender um amplo levantamento das potencialidades naturais do império, atividades que resultaram em inúmeros mapas, inventários e estudos naturais, descrições de variados grupos étnicos que habitavam as zonas de influência colonizadora, propostas políticas, criação de instituições, dentre outras ações.

Enfim, neste capítulo argumentamos como ocorreu o processo de institucionalização da botânica em Portugal e o papel desse campo científico no desenvolvimento de um quadro de políticas naturais que visava o fortalecimento da Real Fazenda a partir da potencialização da exploração dos recursos coloniais. Mas como as realidades coloniais receberam este tipo de medidas? O capítulo a seguir analisa essa questão a partir da realidade da Bahia Atlântica, mostrando que a distância das realidades históricas entre essas duas partes do império prometiam surpresas para a Coroa portuguesa e o destaque para as especificidades locais.

¹³⁸ RAMINELLI, *Baltasar da Silva Lisboa*, p. 187.

CAPÍTULO II – A BAHIA ATLÂNTICA NA ROTA DA BOTÂNICA IMPERIAL

“A Bahia é a cabeça da América portuguesa...”

(Sebastião da Rocha Pita)

A frase acima mostra a importância da Capitania da Bahia na colônia brasileira, já tratada em diferentes obras¹³⁹. Neste trabalho estamos interessados, de modo específico, na relação científica estabelecida na transição do século XVIII para o XIX entre a Bahia e o império português.

Discutiremos neste capítulo as relações científicas da Bahia Atlântica com o centro imperial português, problematizando o modelo centro-periferia e apresentando, numa lógica não-linear, multicêntrica e dinâmica a Bahia Atlântica como um centro botânico. Para tal, destacaremos o processo de execução da botânica colonial pelas autoridades imperiais na região com o intuito de viabilizar um projeto de dominação natural e inserido no conjunto de reformas científicas no ultramar motivadas pela Coroa portuguesa.

Uma das possibilidades da utilização desse modelo centro-periferia é mostrar que o projeto científico do Reino não se manifestou *plenamente* nos espaços coloniais. Antes disso, contou com inúmeros desafios que deram aos seus resultados (quando houve) caracteres singulares. A distância existente entre a política científica planejada no Reino e sua implementação na Bahia sugere uma relação não-linear entre os dois pólos do mesmo sistema. Para percebê-la, faz-se necessário considerar os fatores locais que influenciaram a execução das medidas imperiais, problematizando o papel das periferias frente ao centro português.

Entenderemos como centro o conjunto de instituições, sujeitos e políticas científicas presentes, sobretudo, em Lisboa e Coimbra. De um modo geral, o Reino dispunha de uma margem razoável de poder para tomar decisões no sistema de dominação colonial frente à

¹³⁹ LAPA, José R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968; BOXER, Charles R. *O Império Marítimo português*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.; SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979; JANCÓS, I. *Na Bahia Contra o Império - História do Ensaio de Sedição de 1798*. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996. v. 1. 212 p.; MATTOSO, Kátia, *Bahia no Século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

suas periferias. Mas a hegemonia política não exclui a possibilidade das diferentes realidades coloniais resistirem, atrasarem ou mesmo negarem as determinações do centro. No limite, temos que considerar que a política científica que se manifestou no ultramar esteve submetida a interesses e limitações diversas dos colonos, funcionários naturalistas, indígenas, proprietários de terras e outros sujeitos que, contextualmente, contribuíram para tornar a ciência colonial adaptada às suas realidades locais.

A botânica colonial, desenvolvida na Bahia Atlântica, será o foco de nossa análise, pois subsidiou um projeto natural de exploração pautado nas ervas, culturas agrícolas e madeiras. Entendemos que alguns fatores estratégicos possibilitaram à Bahia assumir um papel de centro botânico dentro do império português e da própria colônia brasileira. Com isso, não pretendemos negar a hegemonia portuguesa no monopólio do poder político colonial mas, como lembrou Russel-Wood sobre a importância da botânica na Bahia do final dos setecentos, observar,

que os historiadores da sociedade e da economia da Bahia tem deixado para os cientistas o estudo da botânica, mas, dada a fertilidade e variedade do solo na Bahia, junto à localização de Salvador enquanto um porto e assim impregnado por forças centrípetas, a história da botânica é um promissor campo para estudos.¹⁴⁰

Analisar o papel do cenário científico ilustrado baiano na assimilação da botânica ali praticada exige partir de uma reflexão contextualizada. Exige também reconhecer a importância de uma porção litorânea da Capitania da Bahia, aqui chamada de Bahia Atlântica, na institucionalização de uma política vegetal que encontrou, na região, um centro botânico em um local de grande diversidade natural, com estrutura político-administrativa relativamente concentrada, localização estratégica na dinâmica atlântica portuguesa, entre outros fatores.

Recuperando as novas abordagens no âmbito da história das ciências, analisaremos a botânica colonial que se manifestou na Bahia Atlântica não como uma expressão da ciência européia, *per si*, mas como práticas e saberes que encontraram no contexto local uma forma própria de se manifestar. Como nos lembrou Xavier Polanco, não devemos creditar a

¹⁴⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. A Projeção da Bahia no Império Ultramarino Português. In: *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: EGBA, 2001. p. 118.

“hipótese de uma ciência universal, no sentido de uma ciência sem contexto e como que flutuando no éter das idéias” pois isso seria “uma ficção”. Com efeito, devemos entender a botânica baiana com uma temporalidade e historicidade específicas. Como nos alerta Polanco,

proponho como alternativa a hipótese de uma “ecologia das ciências”, ou seja, estudar e conceber as ciências nas suas relações com o meio no qual ela se desenvolve. De estudar as relações existentes entre as ciências, as técnicas e o meio ambiente cultural, social e econômico no qual nascem, se desenvolvem e morrem. De estudar as relações entre suas propriedades e a do meio.¹⁴¹

Dominique Pestre também problematiza a noção universal das ciências, propondo uma abordagem que focaliza a circulação e assimilação dos saberes em suas diferentes realidades. Para ele, a presença dos mesmos saberes científicos em diferentes realidades, o que poderia sugerir sua circulação, não significa que “sejam universais”, mas sim “porque eles circulam – isto é, porque são (re) utilizados em outros contextos e um sentido lhes é atribuído por outros – que eles são descritos como universais”¹⁴².

Antonio Lafuente sugere, nessa mesma linha de argumentação, que o papel do historiador não é historiar a “ciência” no sentido de uma atividade abstrata, universal e sem contexto, o que levaria a uma perspectiva ahistórica. Antes, cabe ao pensador das ciências encará-las como “atividades científicas”, tendo um espaço-tempo concreto, ou seja, seu contexto de manifestação e o modo como uma leitura de tal ciência se manifestou.¹⁴³

Nossa hipótese é que a botânica se constitui em um conjunto estratégico de saberes e práticas na mediação do centro político do império português com a Bahia Atlântica (um centro botânico) nas últimas décadas do século XVIII. Como campo científico fundamental para o estabelecimento de um modo de governar que priorizou a exploração dos recursos

¹⁴¹ POLANCO, Xavier. La Ciencia como Ficción: historia y contexto. In: SALDAÑA, J. J. (ed). *El Perfil de la ciencia en la América*. México: Sociedade Latinoamericana de historia de las ciencias e de la tecnologia; Cuadenos Quipu, 1986, p. 41.

¹⁴² PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências.: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Trad. Silvia F. de M. Figueirôa. In: *Cadernos IG/UNICAMP*, vol. 6, n. 1, p. 20, 1996.

¹⁴³ LAFUENTE, Antonio. La ciencia periférica y su especialidade historiográfica. In: SALDAÑA, J. J. (ed). *El Perfil de la ciencia en la América*. México: Sociedade Latinoamericana de historia de las ciencias e de la tecnologia; Cuadenos Quipu, p. 31-40, 1986.

naturais para o fortalecimento da economia política do Estado, a botânica exerceu um papel ativo e dinâmico na constituição de diversos projetos coloniais na era moderna portuguesa.

Richard Drayton mostrou a fundamental importância da botânica para a constituição do poderio imperial britânico sobre o mundo. Analisando as relações entre plantas, conhecimento e poder, o autor sugere que o Jardim Botânico Real de Kew se tornou, gradualmente, no grande centro naturalístico do Império, no século XIX, a partir do conhecimento acumulado das possessões americanas, africanas e asiáticas e de um variado inventário de suas floras e de seus usos.¹⁴⁴

Aplicando-os na medicina para o combate a doenças; na indústria naval, a qual o conhecimento sobre as madeiras ajudou a torná-la a mais poderosa marinha do mundo moderno; na agricultura, diversificando as plantações e as técnicas produtivas; na economia, amplamente beneficiada pelo domínio de cobiçadas espécies como a cana-de-açúcar e o cacau, entre outros aspectos da vida social, os saberes e práticas botânicas se constituíram em instrumentos de poder.

Inspirados na abordagem de Drayton, trataremos a botânica como um campo científico instrumentalizado pela Coroa portuguesa para instituir/reforçar seu poder imperial sobre suas colônias. Consideraremos que a Bahia Atlântica tornou-se uma região de referência nas práticas e estudos botânicos na colônia brasileira, na medida em que se tornou um centro catalisador da botânica imperial nas últimas décadas dos setecentos. Este centro colonial disputava com outros pontos do Brasil, como o Amazonas, particularmente destacado na viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, e o Rio de Janeiro, também importante centro botânico brasileiro.

Outra consideração importante é que este campo científico (botânica) mediou, na transição do século XVIII para o XIX, a relação da Bahia com sua Coroa a partir de um conjunto de políticas destinadas a potencializar a exploração de seus recursos naturais.

Para desenvolvermos os argumentos acima, analisaremos em dois momentos o contexto baiano de manifestação da botânica. No primeiro, daremos destaque à idéia de “Bahia Atlântica”, categoria que dá contornos espaciais e morfológicos a uma porção da Capitania que se ligou à dinâmica imperial botânica. Nessa construção, vale problematizar

¹⁴⁴ DRAYTON, Richard. *Nature's Government: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000.

alguns elementos oportunos à botânica nessa região. Por exemplo, o nível de integração local (dentro da Bahia) e imperial (da Bahia com o Reino) e o modo como sua territorialização foi construída de modo sintonizado a uma necessidade política da Coroa. O uso de seu ambiente natural, particularmente de sua localização atlântica, constituindo Salvador no porto mais importante do atlântico sul. O proveito da articulação de seus rios navegáveis com os diversos caminhos coloniais, constituindo um rico padrão de circulação de grande valia no transporte das madeiras e da farinha para o recôncavo. Por fim, a complexa diversidade natural, especialmente, das madeiras-de-lei essenciais à construção naval e ao fortalecimento da economia do império. A análise de todos esses elementos agremiados na Bahia Atlântica ajuda-nos na composição de um quadro de demandas botânicas que se estabeleceu no final do século XVIII na região.

No segundo momento, analisaremos os agentes imperiais e toda uma série de práticas, instituições e processos subsidiados pela botânica. Esta análise nos permitirá problematizar a relação centro-periferia, mostrando que as expressões locais desse projeto dialogaram intimamente com intenções e esforços do centro, mas assumiram, na colônia, um modo próprio de se manifestarem, dando vazão às suas especificidades. Analisaremos o papel de alguns funcionários naturalistas que atuavam na região, a saber, o Governador Geral da Bahia, Dom Fernando José de Portugal; o ouvidor Francisco Nunes da Costa; o naturalista Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá; o capitão de infantaria Domingos Alves Branco Muniz Barreto; o Juiz Conservador das matas e naturalista Baltasar da Silva Lisboa; o Juiz de Fora e naturalista Joaquim de Amorim Castro; o filósofo José de Sá Bittencourt e Accioli; o botânico Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, entre outros.

Nessa análise dos funcionários naturalistas, outras instituições também serão analisadas, a exemplo das viagens realizadas no território da Bahia Atlântica com intenções de fomentar a região a partir das ciências naturais; os estudos, observações e memórias produzidas neste contexto de especulação econômica e científica; as correspondências trocadas por esses funcionários no exercício da ciência e por fim; o Jardim Botânico da Bahia, instituição pouco conhecida na historiografia baiana mas que é um produto direto dessa política.

Ao discutirmos a ação dos funcionários naturalistas da Bahia Atlântica devemos ter a clareza, como vimos no primeiro capítulo, que estes homens estavam a serviço da Coroa e

de suas centrais científicas portuguesas. Contudo, lograram adaptar a ciência produzida localmente aos interesses de suas realidades coloniais, produzindo, na Bahia Atlântica, alguns valiosos trabalhos (relatos de viagem, mapas, inventários, amostras, entre outros) inundados de conhecimento sobre as produções naturais, os territórios e as culturas brasileiras. Com base nos dados extraídos na realidade local, criaram ciclos de acumulação baianos que subsidiaram um conhecimento de amplitude imperial. Por outro lado, ao registrarem a experiência indígena sobre uma planta nos aldeamentos baianos, os naturalistas estavam transferindo-as para uma rede de produção do saber que assimilava os dados, dando-lhe novos sentidos e funções para as próximas especulações, estabelecendo uma relação mais desigual de poder entre a Coroa e os nativos.

2.1 - A Bahia Atlântica

Russel-Wood destacou a vocação atlântica da cidade do Salvador, a partir de seu papel administrativo e comercial no império português. Em suas palavras,

Por volta de 1700, Salvador era a mais importante cidade do Império português, o principal exportador de açúcar e fumo para a Europa e a Capital da Colônia mais rica de Portugal. (...) Não apenas Salvador foi o centro do governo real até 1763, a sede do único vice-reinado no mundo atlântico português, mas era também sede da única Relação no Brasil, até 1751, e do único bispado (1551-1676) e mais tarde arcebispado no Brasil (1676). É bem sabido que Salvador desempenhou o papel principal na administração secular e eclesiástica dentro do Brasil.¹⁴⁵

Em 1796, Salvador ainda tinha maior volume de comércio do que qualquer outro porto do Império e havia desenvolvido uma ampla dimensão internacional.¹⁴⁶

No horizonte colonial, podemos estabelecer, sem sombra de dúvidas, uma forte relação dessa cidade não apenas com Lisboa, mas também com a costa ocidental da África e mesmo com a Índia Portuguesa. Nesse último do Império, foi notória a influência comercial de seus produtos oriundos do Recôncavo e adjacências na rota comercial da carreira da Índia. Em contrapartida, toda a dinâmica do império, esse “mundo em

¹⁴⁵ RUSSELL-WOOD, A Projeção da Bahia no Império Ultramarino Português, p. 86.

¹⁴⁶ RUSSELL-WOOD, A Projeção da Bahia no Império Ultramarino Português, p. 120.

movimento”¹⁴⁷, ajudou a forjar Salvador com sua característica de cidade atrativa de produtos, pessoas, idéias e embarcações. Para avançarmos na análise, cabe a pergunta: qual o papel da localização da Capital da Bahia na construção de sua “vocação” atlântica imperial?

Argumentamos que a localização foi fator fundamental para pensarmos o papel alcançado pela Bahia no império português como um centro botânico. As oportunas características da baía de todos os santos na constituição não são de Salvador, como cidade, mas de sua comunicação com os demais pontos do ultramar, trazem pistas importantes para tal questão. Ainda nas palavras de Russel-Wood, “o Brasil tinha pelo menos meia dúzia de baías com águas profundas, capazes de prover ancoradouros seguros para as maiores frotas da época”, mas, no contexto geo-político e comercial de meados do século, “a Bahia de Todos os Santos era excepcional: um soberbo porto natural com 200 kms de circunferência, uma área de 1.50km² de superfície, e uma barra muito larga.” Se não tão bem protegida naturalmente, como alguns dos outros portos, a exemplo de Ilhéus, ao Sul, “o tamanho fez dela o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil. A localização marítima, e não a territorial, foi um fator decisivo para a decisão régia.”¹⁴⁸

Se a localização marítima de Salvador foi importante na integração com Portugal, também   verdade que as características favoráveis de sua baía natural ajudaram-na em seu desenvolvimento colonial. Salvador assumiu, desde muito cedo, um papel central na administração da colônia portuguesa da América. Mas a integração com a dinâmica imperial também influenciou seu *hinterland* imediato, o Recôncavo baiano e a Capitania de Ilhéus, ao Sul?

Nossa resposta a essa questão é positiva. Para desenvolvê-la   necessário analisar o processo de territorialização da Bahia Atlântica. Estabelecido ao longo dos séculos XVII e XVIII, integrou duas Comarcas da Capitania, a saber, a da Bahia e a de Ilhéus. Esta última foi incorporada à Capitania Real da Bahia, a partir de 1761, por razões não somente administrativas da Coroa, mas em função dos interesses das elites locais, que articularam

¹⁴⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

¹⁴⁸ RUSSELL-WOOD, A. *Projeção da Bahia no Império Ultramarino Português*, p. 84.

uma política de abastecimento instituído no século XVII, conhecido como *conchavo das farinhas*¹⁴⁹.

O que está em questão nesta incorporação é a dinâmica de poder que se apropriou de um espaço, transformando-o num território. Diante disso, entenderemos o conceito de território como sendo:

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder¹⁵⁰

A territorialização da Bahia Atlântica esteve intimamente vinculada à formação de um mercado de alimentos nas áreas mais produtivas da colônia, especialmente em zonas como o Recôncavo baiano, onde a produção açucareira foi intensa. Esse mercado colocou na ordem do dia a necessidade de especializar a produção de alimentos nas regiões periféricas aos grandes centros produtores, onde a rentabilidade da terra com a cana-de-açúcar não estimulou os senhores de engenhos à produção de artigos de consumo interno, como a farinha de mandioca.

Essa necessidade por gêneros alimentícios, sobretudo farinha de mandioca, a base da alimentação colonial, está associado ao próprio desenvolvimento da Capitania da Bahia que, ao longo dos três primeiros séculos da empresa colonial, atraiu e assentou um grande número de bocas oriundas da burocracia estatal portuguesa, das praças de guerra, de índios escravizados, escravos africanos, tropas a serviço do Governo-Geral, viajantes que ali aportavam, a carreira da Índia, estrangeiros em geral, dentre outros que por lá chegaram. Essa demanda passou a exigir do Estado um controle cuidadoso do abastecimento de

¹⁴⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre o Conchavo, Cf. PUNTONI, Pedro, “O conchavo da farinha: especialização do sistema econômico e o Governo Geral da Bahia do século XVII”, in *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*. 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Puntoni-_Pedro.pdf> [Acesso em 04-abr-2009].

¹⁵⁰ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 144.

farinha de mandioca em Salvador, razão de muita instabilidade social em períodos de carência.¹⁵¹

Na esteira do trabalho de B. J. Barickman, devemos olhar essa questão do abastecimento de farinha de mandioca como um “contraponto baiano”. Ela relacionou à produção do fumo e da cana-de-açúcar, no Recôncavo, um mercado interno com uma “extensa rede de relações que, na Bahia, ligavam as vidas cotidianas de senhores de engenhos, consumidores urbanos, roceiros, escravos rurais e lavradores de fumo a mercados externos e também locais”.¹⁵²

A serviço do bem comum, as elites senhoriais que hegemonizavam o controle dos instrumentos de decisão, como a Câmara Municipal de Salvador, passaram a organizar, com ajuda da Coroa, o mercado de alimentos, obrigando as regiões contíguas aos engenhos, especialmente, nas Capitânicas do Sul – Paraguassu, Ilhéus e Porto Seguro – a fornecerem cotas de sua produção de farinha de mandioca, o que na prática, obrigaram as suas Vilas a plantarem prioritariamente a cultura. O papel de zona de abastecimento das “vilas de baixo” se assentou numa sucessão de acordos que normatizaram cotas e preços que deveriam ser praticados no comércio da farinha destinada ao abastecimento da cidade do Salvador.¹⁵³ Nas palavras de Marcelo Henrique Dias,

Estes acordos ficaram conhecidos como “conchavo das farinhas”. Um dos primeiros destes acordos foi firmado no início do ano de 1648. Uma carta que o governador geral escrevia a um certo Damião de Lacões (DHBN, vol III da série E I, p. 20-21), o qual aparecia como comissário com regimento para negociar farinhas com as câmaras das vilas de baixo revela um pouco das condições em que eram estabelecidos os acordos que colocavam, de um lado, o Governo Geral e a câmara de Salvador e, de outro, as câmaras das vilas de baixo. Na verdade, o termo conchavo não denotava um acordo em que ambas as partes se beneficiariam de um negócio, mas o resultado de uma negociação que visava estabelecer a forma mais conveniente de se fazer cumprir uma ordenação superior.

¹⁵¹ Para uma discussão sobre o papel da mandioca na alimentação colonial Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói, 1991. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

¹⁵² BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 32.

¹⁵³ SOUSA, Avante Pereira. O Pão Nosso de Cada Dia: poder local e abastecimento (Salvador – Século XVIII). In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia: Salvador 450 anos*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, v.2

Partia-se, assim, da pressuposta submissão dos interesses particulares dos súditos às necessidades de Estado.¹⁵⁴

O “conchavo” tinha o propósito de garantir uma contribuição anual de “10 mil sírios de farinha” das vilas produtoras sob a justificativa especial de abastecer as tropas empregadas no combate aos holandeses e os números dessa contribuição revelam o sucesso dessa medida. Segundo Dias, o comissário logrou estipular uma contribuição anual para as ditas Vilas na ordem “de 4.500 alqueires (...), sendo que a Camamú caberia 2.000, enquanto que a Cairú e Boipeba (vilas próximas ao Recôncavo) caberiam 1.800 e 700 alqueires respectivamente”¹⁵⁵.

Além dos baixos preços praticados na compra dos sírios de farinha, o tempo em que o conchavo foi empregado também foi um fator desfavorável para as Vilas do Sul, pois mesmo após o término do conflito com os invasores holandeses, essa política de abastecimento continuou a ser utilizada, como podemos perceber na citação abaixo:

Mesmo após o fim do preço fixado em 320 réis, ocorrido na primeira década do século XVIII, o Governo Geral e a câmara de Salvador continuaram a impor a praça da capital como destino obrigatório para as farinhas produzidas na capitania de Ilhéus, onde tais vilas eram situadas. Além disso, foram prorrogadas até meados do século as proibições do plantio de tabaco e cana. A essa altura, não somente as tropas sediadas na capital, mas também o povo em geral dependia em grande medida das farinhas produzidas nas vilas de baixo.¹⁵⁶

A organização de uma política econômica de abastecimento de farinhas obrigatória às vilas de Cairú, Boipeba e Camamú para suprir as demandas do Recôncavo açucareiro empurrou essa região a um papel de zona de abastecimento de gêneros alimentícios, possibilitando que estas vilas, ainda que periféricas no império, pudessem desenvolver um papel de apoio ao Recôncavo e, conseqüentemente, ao mundo atlântico.

Dois aspectos sobre essa política de abastecimento se tornam relevantes em nosso trabalho. O primeiro, diz respeito à necessidade régia de estabelecer a ordem na sede administrativa da colônia, garantindo o abastecimento da região. Como afirma Dias, “desde muito cedo, o Estado passa a organizar o mercado de alimentos como parte

¹⁵⁴ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 70.

¹⁵⁵ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 70.

¹⁵⁶ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 71.

essencial das funções da monarquia de promover o bem comum.”¹⁵⁷ Uma série de medidas de pressão foi tomada para garantir, dentre outras coisas, que os senhores de engenho plantassem a cultura da mandioca. Os fretes assumidos pelo Governo Geral no transporte dos víveres e o controle dos estoques estabelecidos a partir do Celeiro Público da Bahia são outros exemplos que sugerem a presença do poder central influenciando a realidade local a serviço dos interesses imperiais.

No que tange ao segundo aspecto, o modo como essa integração, lenta e gradual, se organizou entre o Recôncavo e as vilas de baixo sugere que este processo tomou um rumo diferente e inesperado para a Coroa, tornando-se a realidade política local sobressalente. Esse processo ilustra como a dinâmica periférica influenciou na determinação central. Como afirmou Dias, sua hipótese para este processo “é a de que o ‘papel’ deste território na economia colonial não foi definido de forma mecânica como base de sustentação da economia de exportação”, expressando a reprodução passiva de uma lógica de centro, mas “se impôs como expressão da luta política que tinha nos senhores de engenho do Recôncavo um grupo dominante”¹⁵⁸.

A percepção de que o Recôncavo e a porção Sul da Capitania se tratavam de regiões integradas está presente, inclusive, em algumas construções cartográficas ao longo do século XVI e XVII. Esteve presente também, em menor parcela no século XVIII, quando os cartógrafos se inspiraram nos princípios racionais do iluminismo tenderam a uma maior equivalência com a área representada.

O mapa I, intitulado “*Rio das Contas, Camamu e Morro de São Paulo*”, produzido no início do século XVII é revelador dessa percepção. Representando o território da extinta Capitania, cuja sede pode ser observada na parte esquerda da carta, não faz distinções evidentes entre seus limites com os da Capitania Real da Bahia. Como é próprio desse período ainda não “naturalizado”¹⁵⁹, os elementos de fronteira aparecem de modo mais claro na relação que este território vai estabelecer com os “sertões”. Se não propriamente indicados com linhas ou marcas gráficas, ali a fronteira é uma construção abstrata e remota do sertão como um lugar desconhecido e alheio à civilização, uma vez que abrigava matas,

¹⁵⁷ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 59.

¹⁵⁸ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 12.

¹⁵⁹ Mary Louise Pratt em *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. chamou nossa atenção para a mudança do paradigma marítimo para o de “interior” através das explorações obtidas pelas viagens pelos interiores dos territórios.

montanhas e grupos indígenas, grosseiramente, representados através de elementos naturais da paisagem, matas e montanhas.

O aspecto que mais nos chamou atenção neste mapa é que ele traz conjuntamente à Capitania de Ilhéus uma porção do Recôncavo baiano, sendo possível ver ainda a Barra de Santo Antônio, porção que divide o mar aberto da baía de Todos os Santos na parte direita da imagem. Se por um lado, é relevante observarmos que essa porção extra do território não pertencente a Ilhéus é retratada de forma integrada, por outro, chama-nos a atenção o fato de que todo o território ao norte da cidade de Salvador, portanto, a grande porção da Capitania da Bahia, não foi registrada.

Mapa I – Rio das Contas, Camamu e Morro de São Paulo.



Fonte: Rio das Contas, Camamu e Morro de São Paulo (Capitania de Ilhéus), início do século XVII. In: DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 76.

A carta acima tem o propósito de registrar três pontos náuticos estratégicos da Capitania de Ilhéus, uma pequena porção da Ilha de Itaparica, local apontado pelos forais de doação das Donatarias de Ilhéus e da Bahia, no século XVI, como sendo os limites de ambas. Contudo, há nessa imagem um elemento da Capitania baiana maior do que a mera Ilha que deu a tônica de representação do território Ilheense como um todo, a partir de uma forma côncava. Caio Adan já havia observado essa tendência em um mapa do século XVI que aponta a ilha de Boipeba dentro da Baía de Todos os Santos. Em seu texto, o autor chama a atenção de como aparentemente um “erro” cartográfico pode sugerir conexões reais e imaginárias entre espaços que se territorializam conjuntamente, como é o caso do Recôncavo baiano e o território norte da Capitania de Ilhéus. Adan reafirma a relação que neste trabalho pretendemos evidenciar. Em suas palavras,

as íntimas relações estabelecidas entre aqueles dois espaços antecederam em muito o momento da incorporação formal daquele território [Capitania de Ilhéus] à Capitania Real, ligando-se, em verdade, às especificidades do empreendimento açucareiro engendrado no litoral americano àquela época, que tinha, associado a si, um largo cinturão produtor de alimentos destinados à manutenção das vilas e cidades coloniais e das populações escravas dedicadas à atividade agroexportadora.¹⁶⁰

Outro ponto da análise da relação científica entre a Bahia e o império é a reflexão sobre os usos imperiais da localização privilegiada de Salvador e seu Recôncavo, além de sua eficiência integrativa dos territórios ao Sul. Deste modo, faz-se necessária a delimitação da área de influência da Bahia Atlântica, dando destaque para o papel que locais estratégicos na dinâmica do abastecimento de mandioca e madeiras tiveram a partir da proximidade com o Recôncavo. Para o desenvolvimento dessa outra relação, adotaremos a análise dos usos sociais dos ambientes naturais dessa grande região da costa baiana, ampliando o debate sobre o papel de mares, rios, caminhos e diversidade vegetal na organização do projeto colonial. Acreditamos ser metodologicamente oportuno pensarmos a relação estabelecida entre uma porção estratégica do território da Capitania, integrada por suas águas e terras, com o império português a partir de aspectos de sua dinâmica natural.

¹⁶⁰ ADAN, Caio F. Fernandes. Cartografia de um “engano”: Navegabilidade e integração territorial na Bahia colonial. In: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. p. 04, Maio, 2011.

Com este objetivo, pretendemos nos aproximar do trabalho de Fernand Braudel sobre o mundo mediterrâneo que, metodologicamente, nos sugeriu que esses “corpos d’água” integrados, seja na Baía de Todos os Santos, ou no seu entorno repleto de rios e canais secundários, não devem ser “naturalizados” diante dos processos históricos que os envolveram. Nossa intenção é problematizar o papel que esse complexo de águas marítimas e fluviais teve na constituição de pontos estratégicos de circulação, aportamento, defesa, mas também de uma política que não só integrava o Recôncavo ao seu entorno imediato ao Sul, mas oferecia um padrão de deslocamento pela Capitania.¹⁶¹

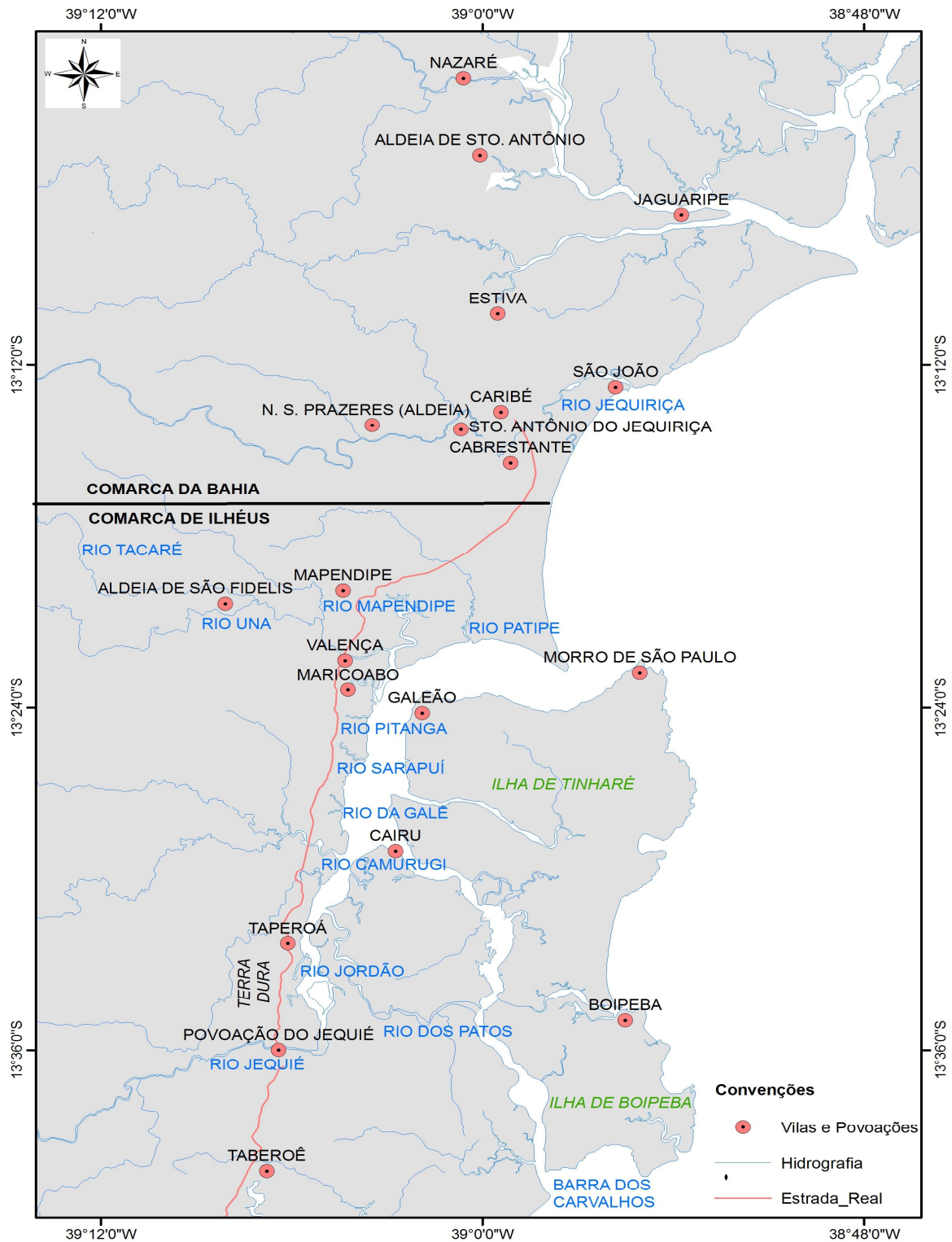
A Bahia Atlântica, grosso modo, compreendeu o Recôncavo baiano e a sua porção litorânea imediata ao Sul, atingindo a região compreendida entre a barra do rio de Contas e a sede da vila dos Ilhéus. Essa faixa de terra compreendia cerca de 400 Km em meio a ricas matas da floresta tropical brasileira, a qual é representada pelos Mapas II, III e IV. A justificativa para este recorte espacial está ligada à própria dinâmica histórica de integração dessa região da Comarca de Ilhéus ao Recôncavo baiano, tornando-se mais tênue, à medida em que caminhamos ao Sul.

Essa dispersão da relação com o Recôncavo na parte Sul de Ilhéus, pode ser observado nos mapas, onde percebemos uma nítida concentração de localidades coloniais na área Norte. Ali, a concentração é fruto de um padrão de ocupação do território da Comarca de Ilhéus, a partir do início do século XVII que seguiu alguns vetores básicos. Um importante sentido foi a ocupação das ilhas de Boipeba e Tinharé, tornando-se abrigos seguros das ameaças indígenas e possibilitando a expansão para o continente, incluindo a Vila de Cairú.¹⁶²

¹⁶¹ Cf. BRAUDEL, Fernand. *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

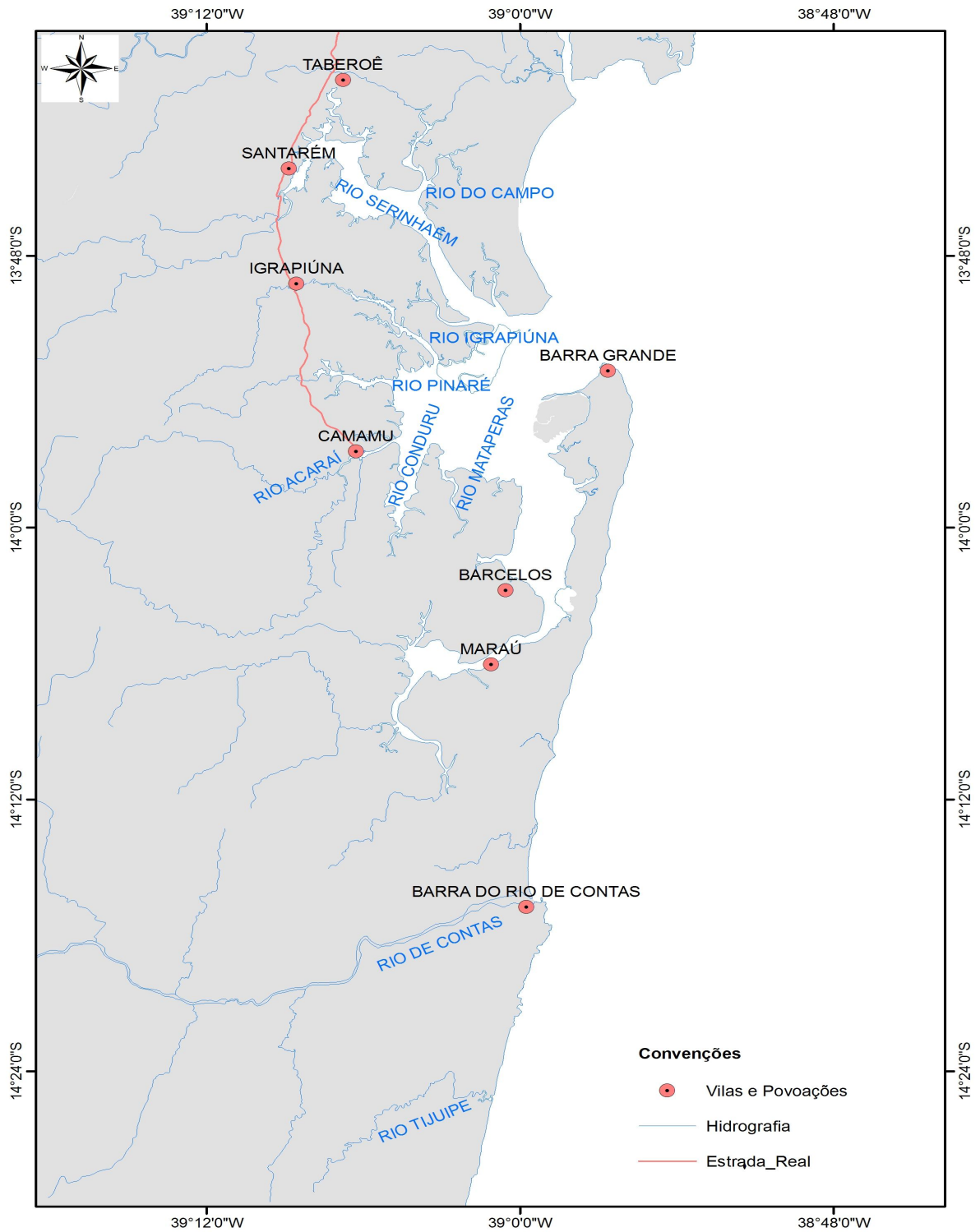
¹⁶² Cf. DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*.

Mapa II - Freguesias de Jequiçá, Cairu e Boipeba, 1800. (Parte Norte)



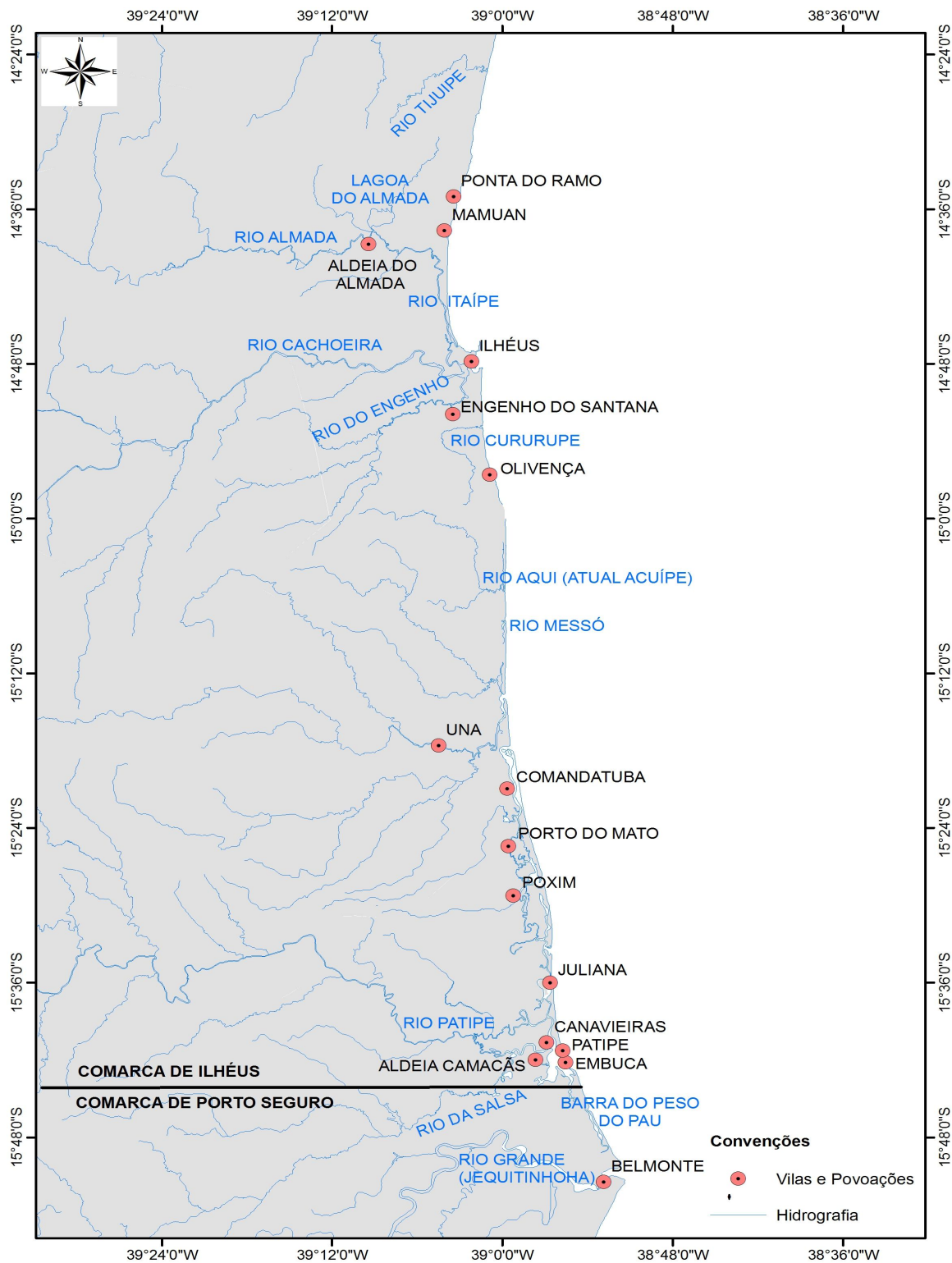
Fonte: DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 261. Elaboração: CEDIC/UESC

Mapa III - Freguesias de Camamu, Maraú e Barra do Rio de Contas, 1800. (Parte Central)



Fonte: DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 254.

Mapa IV - Freguesias de Ilhéus e Poxim, 1800. (Parte Sul)

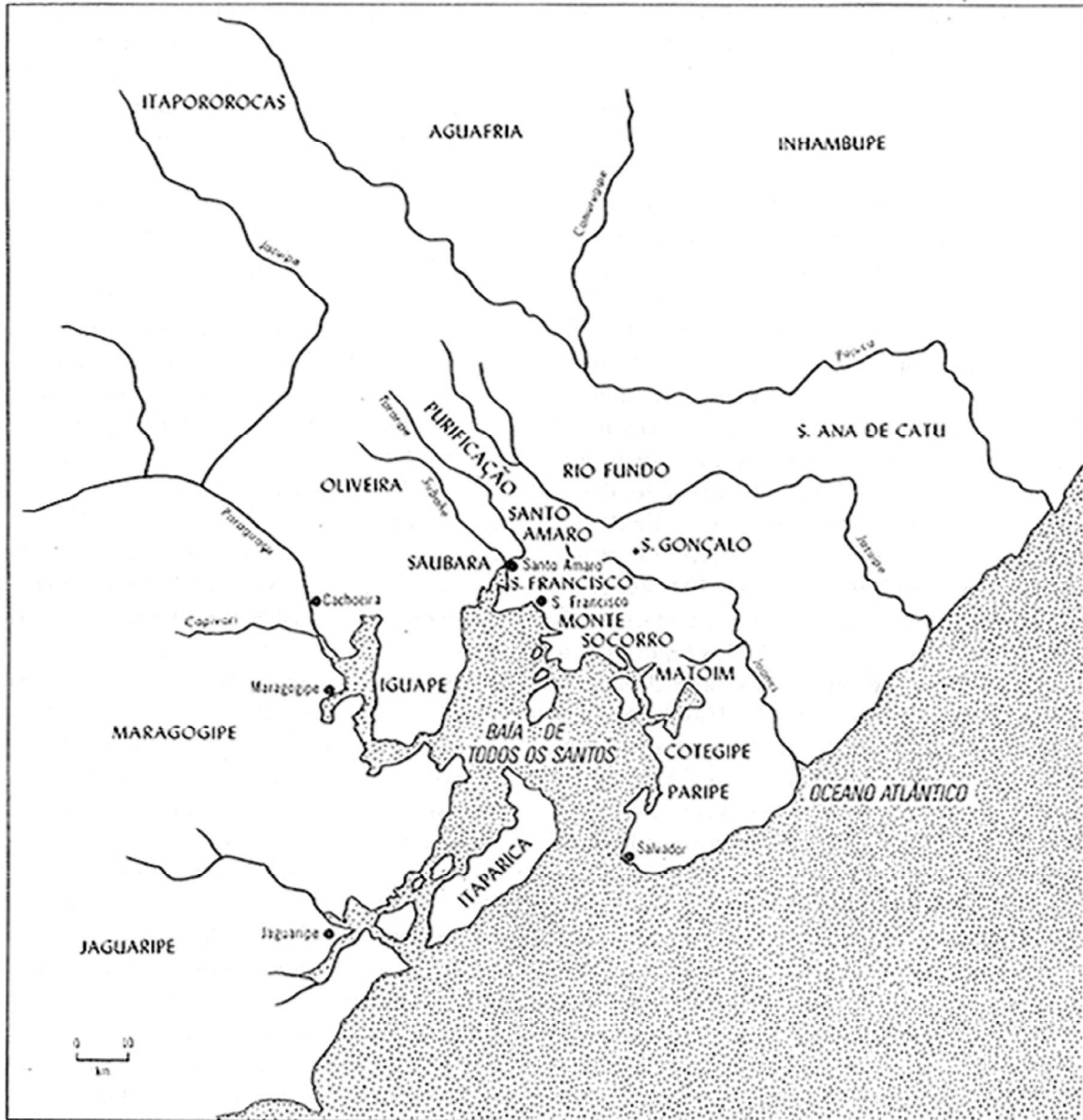


Fonte: DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 408.

No mapa III, podemos perceber a presença de uma rota constituída em grande parte a partir da dinâmica de exploração das feitorias de madeiras. Esse traçado foi recuperado mais tarde, em 1808, por Baltasar da Silva Lisboa quando foi encarregado de abrir uma estrada Real que integrasse, por terra, Salvador à nova Corte, no Rio de Janeiro. Essa região é favorecida por outra baía natural, a de Camamu, que ofereceu boas condições de navegabilidade e integrou a porção central da Bahia Atlântica.

Visto o potencial integrativo dessa região, voltemos a pensar a questão de sua localização. No Recôncavo, Salvador encontrou a possibilidade de desenvolvimento como centro administrativo da colônia, além de dar um grande estímulo ao comércio mercantil. Concentrou ainda em seus contornos uma rica empresa açucareira e a formação de uma influente elite senhorial.

Mapa V – O Recôncavo Baiano.



Fonte: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*. Companhia das Letras: São Paulo, 1988, p. 86.

Como podemos perceber no mapa V – O Recôncavo baiano, Salvador estava abrigada por sua baía natural que, ao mesmo tempo em que lhe ofereceu proteção, possibilitou uma forte integração com um amplo “cinturão” do açúcar, com as zonas de produção fumageira e as vilas produtoras de farinha ao Sul. Nas palavras de Barickman,

No final do século XVIII, essa região abrigava três zonas agrícolas distintas. Muito cedo, os colonizadores portugueses estabelecidos na Bahia haviam descoberto que os solos pesados do norte do Recôncavo, os massapés, eram ideais para o cultivo de cana de açúcar. Haviam aprendido também que a cana cresceria quase tão bem – e, na realidade, melhor, em anos chuvosos – nos salões, terras mais leves. A distribuição de massapés e salões teve, de fato grande influência na geografia da indústria açucareira no Recôncavo. Onde quer que encontrassem terras com esses solos argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram engenhos. A lavoura canavieira veio assim a dominar a paisagem num largo arco que, das freguesias de Cotegipe e Pirajá, nos arredores de Salvador, se estendia para o oeste, ao longo da margem da baía, até abranger a freguesia de Santiago do Iguape, na foz do Paraguaçu. Nas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro, os engenhos eram numerosos também nas freguesias de São Sebastião do Passé e de São Pedro do Rio Fundo. Juntas, as freguesias suburbanas de Salvador, as duas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia do Iguape constituíam os principais centros da produção açucareira no Recôncavo. Aproximadamente 90% dos 221 engenhos que fabricavam açúcar na Bahia em meados da década de 1790 se localizavam nesses distritos.¹⁶³

Imediatamente ao Sul do Recôncavo ficava localizada a antiga Capitania e, a partir de 1761, a Comarca de Ilhéus. O cronista Luís dos Santos Vilhena descreveu no início do século XIX este território em suas cartas. Na décima quarta, o autor faz um levantamento das principais localidades, constando as principais vilas, uma estimativa da população, suas principais culturas e artigos comerciais, principais rios, locais onde se encontravam matas e outros recursos naturais, vilas indígenas, bem como um breve histórico remontando aos tempos de fundação da Capitania.

Em termos geográficos, o autor situou a Comarca de Ilhéus como principiando “na ponta do Sul da baía chamada do Garcez, e vai continuando pela costa até a margem do

¹⁶³ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 39-40. Outro interessante estudo sobre a região pode ser encontrado em BRANDÃO, Maria (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

Norte do rio grande, ou de Belmonte”¹⁶⁴. Com toda a dificuldade habitual de se definirem fronteiras dessa natureza na administração luso-brasileira, essa informação confere grosseiramente com a carta de doação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, ainda no século XVI, na qual a extensão de terras doadas encontrava-se a,

cinquenta léguas de terra da dita costa do Brasil e que começarão na ponta da Bahia de Todos os Santos da banda do Sul, e correrão para ao longo da costa para o dito Sul enquanto couber nas cinquenta léguas, as quais cinquenta léguas se estenderão, e será de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão.¹⁶⁵

Por essa descrição, se fizermos uma demarcação atual do território que ocupou a Comarca de Ilhéus em fins do século XVIII, a partir de uma comparação entre estas informações e um mapa atual, veremos que, grosso modo, a comarca ia desde a atual região de Jaguaripe, (13° e 50’ de Latitude Sul) ao sul da Ilha de Itaparica (Ver Mapa II), até a atual Barra do Belmonte no Rio Jequitinhonha (16° de Latitude Sul), representada no Mapa IV. Em termos de adentramento para o interior, esse cálculo pode variar de acordo com os anos e as complexidades do processo de ocupação do território. Como apontou Dias,

Os limites territoriais da capitania de Ilhéus permaneceram imprecisos até a sua extinção em meados do século XVIII. Na parte do norte, o foral de doação fazia menção apenas ao início das cinquenta léguas na ponta do sul da Bahia de Todos os Santos (ABN, 37, p. 09). As interpretações que correram nos séculos XVI e XVII variaram a indicar a ponta sul da ilha de Itaparica, a ponta do Garcez ou, ainda, a barra do rio Jaguaripe como limite ao norte (Campos, op. cit. , p. 04). Na obra de Felisbello Freire 217 (1904, p. 25) aparecem doações de sesmarias no rio Jequiriçá, “na Capitania dos Ilhéus”, no ano de 1600. Somente em 1696 o limite foi definitivamente estabelecido próximo à margem esquerda do rio Jequiriçá.¹⁶⁶

A anexação do território da Comarca de Ilhéus à Capitania Real da Bahia precisa ser melhor analisada, pois é uma questão importante no entendimento da integração de todo esse território. Um argumento recorrente na historiografia regional para justificar a

¹⁶⁴ VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edson Carneiro. Salvador: Ed. Itapuã, 1969, p. 490, vol 2.

¹⁶⁵ Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. Baltasar da Silva Lisboa. *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 37, 1915, p. 03.

¹⁶⁶ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 216-7.

anexação de Ilhéus é assentado no suposto abandono de seus donatários na sua administração. Silva Campos apontou que

Uma das primeiras medidas administrativas que o marquês de Pombal tomou em relação ao Brasil (...) foi reunir à coroa todas as donatarias, em troca de títulos e mercês pecuniárias. Fez, pois, nessas condições, uma subrogação com o Senhor atual da Capitania dos Ilhéus. (...) Como todos os antecessores, não viera jamais visitar as terras que lhe eram pertença, delegando poderes a capitães-mores para governarem em seu nome.¹⁶⁷

Ainda restam estudos conclusivos para a questão, mas a hipótese que levantamos acerca de tal anexação refere-se à sua localização privilegiada em relação ao Recôncavo e Salvador, o que possibilitou o assentamento de um papel estratégico desempenhado pela Capitania de Ilhéus, seja no processo, já apontado acima, de abastecimento alimentício, seja no suprimento de madeiras-de-lei destinadas à construção naval e civil, em Salvador, como em outras regiões do império português, como o Reino. Tal hipótese se assenta ainda no fato, já visto, de que as vilas da Capitania foram umas das principais áreas estratégicas de abastecimento do Recôncavo baiano. O fornecimento de alimentos, sobretudo, a farinha de mandioca, constituía a base da alimentação da população, pois o Recôncavo se dedicava, em especial, à cultura da cana-de-açúcar e à produção nos engenhos, ficando a produção de gêneros alimentícios na região incipiente.

Não foi somente no abastecimento de farinha de mandioca que a Comarca de Ilhéus se constituiu numa região estratégica de abastecimento para o Recôncavo e o comércio atlântico, mas também enquanto umas das principais áreas de extração de madeira-de-lei do Brasil colonial. Suas reservas eram, além de abundantes, das melhores qualidades. Esse artigo constituiu uma das mais importantes matérias-primas para a metrópole, pois era essencial na indústria de construção naval, um pré-requisito para a soberania do próprio império marítimo português. Sem uma “marinha de guerra” e “mercantil”, as regiões sob tutela portuguesa ficariam imunes a ataques e invasões inimigas, o que colocaria em risco a autonomia administrativa de seus espaços coloniais e, inclusive, o Reino. Além disso, a frota naval foi essencial para o desenvolvimento do comércio, seja ele interno ou externo e

¹⁶⁷ CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981, p. 234.

o único meio de ligação existente entre o Reino e seus espaços coloniais espalhados ao longo da América, África e Ásia.¹⁶⁸

A função estratégica da região dos Ilhéus na economia da Real Fazenda fica ainda mais clara quando levamos em consideração a proximidade do território dessa Comarca à região do recôncavo baiano, tão importante para a logística do transporte dos “paos”. Nessa área, destacou-se a partir da segunda metade do século XVIII uma importante indústria de construção naval na cidade de Salvador, que viria a se constituir no mais importante pólo produtivo dessa natureza em todo o império lusitano. Como apontou Dean,

Navios de guerra e mercantes construídos na Bahia constituíam, no final do século (XVIII), a maior parte da frota sob bandeira portuguesa. A madeira para esses navios era obtida em Pernambuco, Alagoas e no sul da Bahia, nas ex-capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Ali grandes extensões de florestas persistiam até o fim do século XVIII, mesmo à beira-mar.¹⁶⁹

Como veremos no Capítulo III, a questão das madeiras oferece ainda um campo em aberto para pensarmos a relação que a Bahia estabeleceu com o império marítimo português. Tornam-se claros os interesses da Coroa pelo domínio desses recursos florestais ao Sul do Recôncavo, mas os aspectos locais falaram mais altos. Ou seja, ao mesmo tempo em que isso também sugere um elemento de integração à dinâmica do poder naval português, reforçando as relações periféricas com o centro, a Bahia, ao concentrar tamanha riqueza natural e projetar sua influência sobre as madeiras para outras partes do império, tencionou, mais uma vez, a relação de poder com o centro político do império, tornando, ela própria um centro, na medida em que se tornou detentora dos recursos e de sua produção. Faz-se necessário, assim, o uso de um modelo multicêntrico nesse sistema de poder, que admita a co-existência de muitos centros dialogando entre si e com suas próprias periferias. Nessa inversão paradigmática das posições de centro e periferia, cabe lembrar as afirmações de Russel-Wood recuperando a noção de centro-periferia de Edward Shills¹⁷⁰. Segundo ele,

¹⁶⁸ LAPA, *A Bahia e a Carreira da Índia*; BOXER, C. R. *O Império Colonial Português. 1415-1825*. Lisboa: Edições Setenta, 1981.

¹⁶⁹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 151.

¹⁷⁰ SHILLS, Edward. *Center and Peripheries: essays in macrosociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

Aquilo que se constitui como um "centro" e uma "periferia" é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição. Além disso, a paralaxe - a aparente mudança na posição daquilo que constitui o centro e a periferia resultante da mudança de posição do observador - seja em termos espaciais ou cronológicos, seja em termos das circunstâncias sociais e financeiras, demanda que os parâmetros e as limitações do presente estudo sejam claramente indicados.¹⁷¹

Para desenvolvermos uma análise histórica viável da ciência botânica e sua expressividade na realidade colonial baiana, é necessário levarmos em conta esses nichos de tensão que subverteram a "ordem" entre o centro e a periferia a nível local, enfrentando analiticamente o modo como seu contexto de manifestação influenciou neste processo. Assim, consideramos que o processo de territorialização integrada da Bahia Atlântica a partir da junção prática das comarcas da Bahia e de Ilhéus, bem como os usos imperiais da localização privilegiada de Salvador foram elementos de tensão dessa estrutura. Afinal, o processo de territorialização favoreceu a constituição de um padrão agrícola, pautado na pequena produção, que incentivou a manutenção das matas regionais. Além de congregar, no seu centro regional (Salvador), oportunas facilidades de circulação atlântica, tão importantes para a circulação dos produtos e estudos botânicos.

Outro elemento que contribuiu para tornar a Bahia Atlântica um centro favorável à consolidação botânica, foi a dinâmica integrada de seus rios navegáveis e caminhos.

Mais uma vez torna-se necessário darmos vazão aos modos como os colonos, navegadores, comerciantes e funcionários reais engendraram esses espaços de circulação. Na linha historiográfica de Charles R. Boxes, Russel-Wood sugeriu uma abordagem de análise do império marítimo português a partir da noção de movimento, sugerindo que os diversos sujeitos que circulavam por territórios americanos, africanos e asiáticos, ao mesmo tempo em que integravam as posses de sua majestade, também tiveram uma considerável margem criativa em sua relação com o poder régio.¹⁷²

Diogo Cabral nos alerta a importância da água na circulação dos ambientes coloniais brasileiros. Nas palavras do autor,

¹⁷¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In: *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 02, 1998.

¹⁷² RUSSELL-WOOD, *Um Mundo em Movimento*, 1998.

Em se tratando de uma sociedade atlântica pré-industrial – como a brasileira do século XVIII – vivente num meio pouquíssimo mecanizado, de “tempos lentos”, onde as distâncias enormes, os obstáculos opostos ao trânsito num território [...] de relevo acidentado, de coberturas florestais, são imensas – a água desempenhava um papel absolutamente essencial como *elemento fluidificante das relações entre o homem e o meio*. Em regiões densamente florestadas, o transporte fluvial propicia o meio mais viável e eficaz de penetração, povoamento e exploração econômica.¹⁷³

O mesmo pôde ser verificado na Bahia Atlântica, uma vez que, ao longo de três séculos, colonos, indígenas, viajantes, comerciantes e outros tipos de sujeitos coloniais, ali articularam vilas, povoações, aldeias e feitorias estabelecidas nesse território colonial a partir da dinâmica de suas águas, intimamente relacionados com seus caminhos e estabelecidas de modo complementar. Como podemos perceber ainda nos mapas II, III e IV, na medida em que nos aproximamos do Recôncavo baiano, houve uma relativa concentração dessas localidades em função da acessibilidade e proximidade administrativa e econômica com Salvador. Também fica claro o padrão de ocupação do território concentrado no litoral, a partir da utilização dos rios, baías e canais secundários que estabeleceram pontos de ligações entre muitos pontos da Capitania.

A documentação disponível para a Bahia permite esboçar alguns contornos para as rotas, fluviais e terrestres da região, mostrando evidências de que, para o viajante disposto, essa porção da Bahia apresentava muitas possibilidades para transpor o espaço e que essas rotas estavam intimamente vinculadas à orientação Atlântica. Neste ponto, mais uma vez percebemos um diálogo entre a projeção ultramarina na costa baiana, indício de submissão e vinculação com o centro do império, ao mesmo tempo em que constatamos uma margem confortável para os colonos em estruturar suas rotas a partir de suas necessidades e usos locais.

Também nessa abordagem, a Baía de Todos os Santos constituía-se um ponto de partida, uma vez que concentrava a circulação da Capitania, sendo, ao mesmo tempo, porta de entrada para as vilas do Recôncavo e do Sul, como também a porta de saída para o

¹⁷³ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e Árvores no Ecúmeno Colonial*. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.128-9.

oceano imperial. Stuart Schwartz chamou a atenção para esse aspecto, pois pra ele, “a baía de Todos os Santos, com suas ilhas e enseadas, portos e praias, era um mar mediterrâneo que tornava possível e lucrativo um contato íntimo entre o porto de Salvador e sua hinterlândia agrícola.”¹⁷⁴

Mas ao mesmo tempo, as diversas embarcações regionais partiam dessa baía para o interior com relativa facilidade, engendrando rotas que interligaram seus interiores. Em seu *Ensaio de descrição física e econômica da comarca dos Ilhéus na América*, premiada na Academia de Ciências de Lisboa sobre a Comarca de Ilhéus, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, observou, em 1789 que,

Não entrando numa descrição mais circunstancia das facilidades de exportação e saca das produções de toda a Comarca, (...) basta dizer, que qualquer posto no centro desta Comarca, que eu creio ser a Vila de Maraú, pode, sem sair para o mar, pela barra do Camamú chegar à Bahia, fazendo caminho pelo canal que vem dar ao morro de São Paulo, que comunica com a maior parte das Vilas, e daí não querendo ainda entrar pela barra da baía, ou porque o mar esteja tempestuoso ou porque haja de fazer maior viagem, pode passar por outro canal, que vai ter a Vila de Jaguaripe, fronteira à ilha de Itaparica e caminhando em torno desta ilha, vem a entrar na foz do Paraguaçu na grande baía de todos os santos, sem ter entrado pela barra, caminho ordinário em tempo de bonança e tendo feito 30 leguas e mais de viagem.¹⁷⁵

Em sua descrição, Bittencourt e Sá chamou a atenção para uma característica importante da Bahia: o nível de integração dos seus rios. Isso facilitou as boas condições de navegabilidade e possibilitavam ao viajante transpor o território sem a necessidade de buscar os trechos de mar aberto para prosseguir. As boas condições de navegabilidade eram favorecidas pela presença notável de baías e canais que abrigavam, sobretudo, as pequenas embarcações dos perigos das águas costeiras. Como havia registrado Bittencourt e Sá, “uma grande parte da Comarca está cheia de baías, onde concorrem e conspiram diferentes rios, que facilitam a navegação desde a extremidade navegável de um até a de outro”.¹⁷⁶

As rotas fluviais e marítimas eram relativamente integradas também com os caminhos terrestres. Na história da Bahia Atlântica, onde terminavam as viagens por água,

¹⁷⁴ SCHWARTZ, *Segredos internos*, p. 78.

¹⁷⁵ Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. In: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, vol. I, Lisboa, 1789, p. 03.

¹⁷⁶ *Ensaio de Descrição Física e Econômica...*, p. 03.

começavam as terrestres, possibilitando gerações de colonos experienciar uma relação de complementação de rotas aquáticas e terrestres, que deu a tônica das relações existentes entre os mais remotos sertões e o Reino. Tanto ao sul quanto ao norte, a Bahia estava integrada por uma infinidade de rotas construídas desde o início da colonização.

O mapa VI – Rotas Terrestres e Aquáticas, produzido por volta de 1620, demonstra a integração entre os caminhos terrestres e os aquáticos. Embora concentrando as informações na linha do litoral, apresenta uma série de caminhos, localidades e sinais de flecha que fazem alusão à presença indígena no interior da Capitania de Ilhéus. Também é possível perceber (em amarelo) uma definição de fronteira entre as Capitanias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro.

Mapa VI – Rotas Terrestres e Aquáticas.



Fonte: Capitania de Ilhéus, João Teixeira de Albernaz, *O Velho* (fl. 1602-1666) (Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro, n. 135). Apud. DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, p. 75.

É difícil compor um quadro que afirme com segurança os padrões de navegabilidade da Bahia colonial, em suas variáveis de tempo, espaço e condições climáticas. No entanto, temos evidências para sugerir que a Bahia teve uma facilidade de circulação e integração territorial, condições favoráveis às práticas científicas assentadas basicamente nas viagens científicas ao longo dos territórios.

Também temos indícios para sugerir uma orientação atlântica da Bahia Atlântica, sobretudo se pensarmos nas suas relações com o Reino e os mercados transatlânticos, além do desenvolvimento de uma percepção do território a partir de uma experiência igualmente atlântica. Caio Adan, ao analisar a percepção do território da Capitania de Ilhéus na cartografia colonial, já havia afirmado que,

Constituída de um forte sentido de maritimidade, ela se viabiliza pela própria experiência mareante, evidenciando a navegabilidade como elemento prioritário na organização dos fluxos coloniais e instrumento essencial de apreensão e representação do território, presente, ademais, em variados registros oriundos dos dois primeiros séculos da colonização.¹⁷⁷

Cabe destacar a estreita ligação de Salvador e o Recôncavo com as rotas atlânticas que, por sua vez, estabeleciam uma ponte estratégica entre as regiões mais internas da Bahia Atlântica, a exemplo das Vilas de Cachoeira, Santo Amaro da Purificação, Iguape, Maragogipe, Nazaré, Jaguaripe, Cairú, Boipeba, Valença (a partir de 1799), Santarém, Camamú, Barra do Rio de Contas, Maraú, Ilhéus e tantas outras localidades com o Ultramar. Como região integrada econômica e biodiversificadamente, essas localidades construíram laços históricos com o Recôncavo açucareiro que, por sua vez, tiveram um papel central no império. Como apontou Amaral Lapa,

É o porto da Bahia uma espécie de pulmão por onde respira a colônia. Uma série de motivos contribuiu para isso: 1) a cidade era a cabeça política e administrativa da colônia americana; 2) possuía bom ancoradouro, relativamente abrigado; 3) ficava aproximadamente no meio da extensa orla litorânea; 4) estava mais perto do Reino que os portos do Sul; 5) oferecia facilidade de contato com as colônias da África ocidental portuguesa, estimulado pelo tráfico de escravos; 6) exportava, entre outros produtos, tabaco, açúcar, madeiras, especiarias e fibras tropicais; 7) era de fácil acesso para abastecimento e refresco dos navios;

¹⁷⁷ ADAN, *Cartografia de um “engano”*, p. 09

8) apresentava recursos em matérias-primas, e; 9) proporcionava eventuais socorros de sua praça de guerra. Em 1796, como exportador e importador é Salvador o que ocupa o primeiro lugar entre todos os portos do Portugal Ultramarino.¹⁷⁸

Por fim, citaremos dois exemplos de como as características naturais e propícias da Capitania da Bahia favoreceram o desenvolvimento de uma política régia para o território baiano, tal como iria ocorrer em fins dos setecentos. O primeiro diz respeito ao filósofo natural José de Sá Bittencourt e Accioli que, em suas incursões sobre o território dos Montes Altos, no alto sertão da Bahia, foi encarregado da abertura de uma estrada que cortasse toda a Capitania no sentido oeste-leste, ligando esta região à península de Maraú, na costa baiana. Apesar do fracasso da empreitada e das controvérsias que envolveram Bittencourt e Accioli em suspeitas de corrupção, o traçado sugerido não apresentou grandes dificuldades de integração, sendo até mesmo utilizado parcialmente como traçado para a BR-030 que pretendia ligar Maraú a Brasília na década de 1950 no Governo Juscelino Kubistchek.

O segundo pode ser expresso pela memória *Abertura de estradas* de autoria de Baltasar da Silva Lisboa de 1808, cuja intenção era integrar Salvador ao Rio de Janeiro por uma rota terrestre que margeasse a costa. Parte das iniciativas da recém-instalada Corte no Brasil, os caminhos sugeridos por Lisboa não eram novidades, pois era uma rota muito utilizada enquanto constituía um padrão de ocupação da região, o que mostrou o relativo sucesso na manutenção do traçado devido a sua eficiência na circulação terrestre.

Rios e caminhos juntos possibilitaram um sem número de rotas abertas no seio da mata, que durante séculos ofereceram abrigo aos sujeitos coloniais. O papel dessas rotas que integravam a Bahia Atlântica na constituição de um centro botânico não deve ser analisado, entretanto, de modo atrelado ao seu uso efetivo. Em outras palavras, devemos pensá-las como elementos dinamizadores de uma política científica que, em que pese não ter explorado todo o potencial de circulação da região, levou em conta todo este potencial ao estabelecer, numa visão de conjunto, uma política natural para a Bahia, melhor analisada na segunda parte desta tese.

Finalmente, vejamos a dimensão da riqueza natural das matas dessa região, analisando seu papel na constituição da Bahia Atlântica como um centro botânico dentro do

¹⁷⁸ LAPA, *A Bahia e a Carreira da Índia*, p. 02.

império português. A percepção de que as matas baianas deveriam ser valorizadas e estudadas estava presente em praticamente todos os intelectuais da tradição ilustrada luso-baiana. Lineu, em cartas ao próprio Vandelli já havia destacado o grande interesse que a natureza brasileira despertava nos principais naturalistas europeus.¹⁷⁹ Na Bahia, o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto reconheceu sua desvantagem ao produzir história natural longe dos grandes naturalistas da Europa, mas vangloriava-se de poder percorrer a natureza americana, tão cobiçada na Europa¹⁸⁰.

Observações semelhantes podem ser encontradas nas fontes do período. Antes de nos debruçarmos sobre elas, vale uma observação acerca dos cuidados necessários à reflexão do tema das matas. Ao analisarmos as representações construídas pelos homens no século XVIII, não podemos nos deixar levar por abordagens atuais sem nenhuma relação com o modo como estes naturalistas entenderam as matas.

Diante disso, devemos evitar o mito da “unidade” presente nas construções sobre a mata atlântica colonial. Um exemplo dessa tendência pode ser manifestada na leitura pioneira de Warren Dean, em obra de grande importância no campo da história ambiental brasileira, mas pouco problematizadora do caráter homogêneo da constituição da mata atlântica.¹⁸¹ Nas palavras de Christian Brannstrom, “a história ambiental do impacto humano sobre os recursos naturais requer conhecimento das características iniciais de vegetação, solos, vida animal e recursos hídricos”¹⁸². Na obra de Warren Dean, a mata atlântica assumiu um caráter de homogeneidade, que simplifica biorealidades apresentadas de forma muito mais complexas do que seu trabalho foi capaz de mostrar. Ainda segundo Brannstrom, “a grande ‘Mata Atlântica’ não deixa de ter certa relevância para algumas políticas públicas ambientais; porém, para pesquisa, é uma generalização que consegue ocultar bem mais do que esclarecer”.¹⁸³

¹⁷⁹ Cf. CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná. p. 41.

¹⁸⁰ Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia. Rio de Janeiro. *Biblioteca Nacional. Manuscritos da BN, I-12,3,13*.

¹⁸¹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

¹⁸² BRANNSTROM, Christian. “Repensando a Mata Atlântica brasileira: Cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930”. In: *Varia História*, nº 26. Janeiro, 2002, p. 59.

¹⁸³ BRANNSTROM, *Repensando a Mata Atlântica brasileira*, p. 75.

Pretendemos, assim, adotar uma abordagem contextual dos olhares sobre as matas, considerando-os dentro de um quadro ideológico sintonizado com as políticas naturais da época. Esperamos evidenciar, dessa forma, a centralidade desse recurso na Bahia Atlântica e dimensionar o rol de demandas botânicas oriundas dessas grandes reservas florestais.

Em 1789, Bittencourt e Sá observou que,

São bem conhecidas as utilidades, que resultam das madeiras do Brasil a Portugal. É também sabido que todas as terras do Brasil, excetuadas alguns campos primitivos, estão cobertas de grandes e espessas matas, em cuja destruição trabalham assas os habitantes sem ainda constar que se tenha plantado um só pé das necessárias à construção e à combustão diária. E pelo axioma de que ninguém dá mais do que tem, em um dado tempo vir-se-ão a consumir todas as espécies de preciosas madeiras que possuímos, para o que principalmente contribui o não renascerem as espécies primitivas. E senão houver grande cuidado a respeito daquelas terras vizinhas aos portos marítimos e de fácil exportação como a Comarca dos Ilhéus, que ainda não tem sido tão atacada, em breve tempo as madeiras serão um gênero muito caro. E esta falta já tem sentido o Estado a alguns anos a esta parte.¹⁸⁴

Bittencourt e Sá denunciou a destruição sistemática das matas e chamou atenção para a necessidade de haver um “grande cuidado” com esses recursos, pois representavam um gênero de grande “utilidade”. Essa linha de raciocínio estava presente na Bahia desde as observações de Francisco Nunes da Costa, uma década antes, quando este interpelou a Coroa, solicitando medidas para o controle do desmatamento. Em um documento de 1784, ele solicitou à Rainha um,

Remédio competente ao estrago com que as admiráveis matas da mesma Capitania se vão arruinando e mostrando já a perda mais sensível para Vossa Majestade, para o comércio e para os moradores, que se ajudavam dessa riquíssima extração, pela prodigiosa abundância das madeiras, que pareciam inexauríveis nos primitivos tempos desta colônia.¹⁸⁵

¹⁸⁴ *Ensaio de Descrição Física e Econômica...*, p. 44.

¹⁸⁵ Representação... dirigida à Rainha por Francisco Nunes da Costa sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens, *Anais da Biblioteca Nacional* Vol. 32, 1914 [1789] *Apud* PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002, p. 98.

Costa denunciou um dos graves problemas que enfrentava à frente da administração dos Reais cortes: a destruição das matas. Como as reservas de madeira representavam uma importantíssima riqueza para o Estado português, tal matéria-prima deveria ser conservada a todo custo. A alternativa escolhida pelo Estado português foi a do monopólio da extração da madeira, que foi traduzido numa série de leis de conservação e punição para aqueles que desrespeitassem o exclusivismo Real de extração ou aqueles que causassem danos às matas. Tal postura não foi exclusiva com as matas e logo se mostrou ineficiente em coibir os abusos dos particulares. Costa e uma série de outros funcionários passaram o resto de seus dias na magistratura chamando a atenção da Coroa para a urgente necessidade de banir os “estragos” que as “admiráveis matas” vinham sofrendo.

A falência de um projeto de conservação das matas não esteve ligada à ausência de medidas políticas. Na colônia portuguesa na América estão presentes, desde muito tempo, as medidas legais para o uso das matas, que se tornaram um tema de interesse central para a Coroa portuguesa no Brasil. Segundo Margareth Ferreira dos Santos,

Os Regimentos de 12 de Setembro de 1652 e de 15 de Outubro de 1751 impunham proibições ao corte de certas madeiras, estabelecendo algumas providências a serem seguidas pelos fazendeiros. Também os decretos de 23 de Setembro de 1713 e de 11 de Março de 1716 mandavam conservar as matas e bosques, para utilidade pública e proveito real.¹⁸⁶

A grande potencialidade das matas baianas, conjuntamente com o desenvolvimento de discursos críticos sobre a necessidade de um uso mais racional de tais recursos, foram fatores de estímulos para a presença botânica. A conservação e melhor utilização das matas passaram a demandar estudos, observações e métodos botânicos aplicados ao controle régio. Com efeito, a botânica passou, gradativamente, a subsidiar uma política científica numa escala sem precedentes. Todos esses elementos contribuíram para tornar a Bahia Atlântica um centro catalisador e institucionalizante da botânica portuguesa.

Sintetizando, uma análise do processo de territorialização do Recôncavo e da Capitania de Ilhéus sugere uma integração oportuna para a manutenção dos interesses

¹⁸⁶ SANTOS, Margaret Ferreira dos. Manifestações pela Conservação da Natureza no Brasil (1784-1889). In: *Revista Uniara*. n° 16, 2005. p. 16. Em Portugal havia uma magistratura denominada Monteiro-mor, responsável pela guarda geral das florestas (ou “*montes*”, como ainda hoje se diz na península ibérica). Suas tarefas foram definidas por cartas régias, antes mesmo do século XV, e seu Regimento foi estabelecido em 1605.

régios e particulares tanto da manutenção da ordem social em Salvador, quanto um incentivo às elites senhoriais para a plantação da cana-de-açúcar, durante os séculos XVII e XVIII. A própria constituição da sede administrativa da colônia, Salvador, foi estrategicamente realizada em função de sua orientação atlântica, o que garantiu fortes laços imperiais com Portugal. Esses laços estruturaram uma rede de circulação marítima que encontrou correspondência nas diversas rotas fluviais terrestres nos territórios imediatos ao Recôncavo. Tal integração, facilitou, sobremaneira, o contato com as matas no norte da Comarca de Ilhéus, grande reserva natural de excelentes madeiras para os diversos usos sociais da colônia, inclusive na indústria naval.

Como consequência, todos esses fatores contribuíram para fazer dessa porção da Bahia um cenário apropriado para a Coroa pôr em prática um plano integrado de exploração botânica que pudesse dar vazão aos interesses de fortalecimento tanto do Estado, quanto particulares. Não por acaso, encontramos, nessa região, algumas condições indispensáveis para ser definida como um centro botânico nos planos científicos da Coroa. Afinal, concentrava quadros relativamente razoáveis de funcionários preparados; abundantemente rica em madeiras de lei muito cobiçadas; com um território fortemente conectado para escoar tais madeiras, mas também um sem número de culturas agrícolas e ervolarias. Foi nesse sentido que ganhou importância botânica a Bahia Atlântica para os interesses régios portugueses.

Com base em tudo que foi apresentado até o momento e em termos de sua definição como centro botânico, o primeiro aspecto relevante da Bahia Atlântica é que ela deve ser entendida como um complexo colonial, apresentando estruturas administrativas relativamente presentes. Nesse aspecto, faz-se necessário levarmos em conta uma nova produção historiográfica sobre a administração colonial que, reiteradamente, vem sugerindo um sistema administrativo multicêntrico, no qual as elites senhoriais, homens de negócios, magistrados e outros grupos hegemônicos do poder local, tiveram, numa visão geral, uma margem relativamente confortável para “negociar a autoridade” com a Coroa sobre os assuntos relevantes de seus interesses.¹⁸⁷ Assim, vale considerarmos Salvador, a sede da

¹⁸⁷ GREENE, Jack P. *Negotiated authorities*. Essays in colonial political and constitutional history. Charlottesville and London: The University Press of Virginia, 1994; HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil

Bahia Atlântica, uma cidade relativamente estruturada nos termos administrativos, nem tanto pelo poder de execução real da Coroa ali materializado, uma questão ainda aos estudos coloniais, mas pela presença de instituições e agentes da Coroa.¹⁸⁸

Um ponto emblemático, nesse sentido, foi a grande concentração de intelectuais ilustrados, muitos dos quais egressos da Universidade de Coimbra. Só para termos uma idéia mais ampla, em levantamento do número dos egressos dessa universidade, apenas no século XVIII, constatou-se a matrícula de 1752 brasileiros, das quais 347 eram mineiros, total só superado pelo número de baianos (572) e de cariocas e fluminenses (445).¹⁸⁹

Um segundo aspecto importante na definição da Bahia Atlântica como centro botânico é seu ambiente natural extraordinariamente diversificado. Constituída por um bioma variado e coberta em vasta área litorânea pela maior floresta tropical do mundo, essa região apresentou uma notável comunicação biológica e despertou interesses desde os primeiros relatos de viajantes que ali estiveram e puderam apreciar sua relativa exuberância, comparada às paisagens da Europa.¹⁹⁰

Um terceiro aspecto é que a Bahia Atlântica, apesar de sua orientação marítima, possuía um território amplamente integrado a um dinâmico e diversificado sistema fluvial que oferecia múltiplas possibilidades de interligação com caminhos que interiorizavam as rotas. Embora estejamos considerando os aspectos notadamente atlânticos dessa porção da Bahia, derivando daí, em parte, sua definição, seria um erro desconsiderar as ligações que o litoral, historicamente, estabeleceu com as regiões internas, os "sertões".¹⁹¹ Nas palavras de Ubiratan Castro de Araújo, "no século XVIII, o núcleo da Bahia de Todos os Santos, além

colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope*. Revista de História e Ciências Sociais, n° 23, pp. 67-88, 2000; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, HUCITEC, 1999.

¹⁸⁸ BOXER, C. R. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda (1510-1800)*. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965; SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979; SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*, São Paulo, v. LV, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

¹⁸⁹ Levantamento encontrado em BOSCHI, Caio César. *Achegas à história de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p (Série estudos e documentos).

¹⁹⁰ SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In: *Revista USP*, São Paulo, 30, p. 108-119, jun./ago. 1996.

¹⁹¹ Para um debate mais aprofundado sobre essa categoria polissêmica, mas bem circunstanciada no vocabulário colonial como terras do interior Cf. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN/Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

de exportadora dos açúcares e dos produtos do Sertão, impõe-se então como centro de escoamento do ouro das Minas Gerais”¹⁹². Faz-se necessário também levar em conta que tais conexões se tornaram mais complexas ao longo dos séculos, atingindo relativo amadurecimento no período pombalino.¹⁹³

O quarto aspecto em sua definição como centro botânico diz respeito à sua localização geograficamente estratégica e nauticamente oportuna, uma vez que inseria a Bahia Atlântica às principais rotas marítimas do mundo atlântico. Só para termos um exemplo, basta citarmos a importância da carreira da Índia, entendido por Amaral Lapa como “o mais complexo e duradouro roteiro marítimo da Idade Moderna”, e que teve a Bahia como um ponto central para a sua constituição, afinal “a preeminência do porto de Salvador, particularmente, mas não exclusivamente, é preciso que se insista, como escala da Carreira da Índia, durante razoável parte do período colonial”¹⁹⁴, sempre foi reclamado por este autor.

Por fim, consideramos política-econômica, quinto e último aspecto elencado na definição da Bahia Atlântica, marcada pelo desejo das elites senhoriais em reforçar os laços mercantis com o atlântico a partir da dinamização de sua tradicional produção, cana-de-açúcar, mas também da inclinação da Coroa para diversificar os artigos de comércio, tanto no mercado interno quanto de exportação.

Entendemos então a Bahia Atlântica com um complexo colonial administrativamente estruturado no âmbito da colônia, por ter abrigado a antiga capital e ser ponto catalisador de intelectuais ilustrados; ambientalmente biodiversificado, por ser coberta pela maior floresta tropical do mundo, a mata atlântica; territorialmente integrado, pois se constituía a partir de um complexo sistema fluvial que interligava os inúmeros rios navegáveis, desde a costa até uma infinidade de caminhos terrestres; geograficamente estratégico, uma vez inserido, às principais rotas marítimas do mundo atlântico e; política e economicamente oportuna à administração régia, uma vez que suas elites senhoriais ansiavam por dinamizar os artigos de comércio, tanto no mercado interno quanto de exportação.

¹⁹² ARAÚJO, U. C. A baía de Todos os Santos : um sistema geo-histórico resistente. *Bahia – Análise e Dados*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 10-23, 2000, p. 13.

¹⁹³ Cf. NEVES, *Caminhos do sertão*.

¹⁹⁴ LAPA, José R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968. Introdução, p. XVII - XVIII.

Visto os contornos epistemológicos de tratamento da Bahia, cabe-nos pensar os sujeitos envolvidos neste centro botânico com o projeto científico da Coroa. Esses homens tiveram grande importância na potencialização da botânica enquanto instrumento de poder imperial e desenvolveram através de diversas práticas – viagens, memórias, observações, entre outros – o campo científico em questão. Os resultados de suas ações compõem um importante conjunto que sugere muitos ciclos de acumulação.

2.2 – Os funcionários-naturalistas da Bahia

Vimos no primeiro capítulo que se organizou no Reino um projeto articulado de institucionalização da botânica. Seus principais centros institucionais foram os Museus de História Natural da Coroa, a Universidade de Coimbra e a Academia de Ciências. Os sujeitos envolvidos iam desde os ministros da Secretaria dos Domínios Ultramarinos, até os naturalistas ocupados no fazer diário das ciências. Estes últimos pertenciam a uma rede extensa de estudiosos da história natural que alterou e reforçou, a partir de uma ação conjunta, os laços de dominação que Portugal estabeleceu com seus espaços coloniais, dos quais a Bahia é nosso foco.

A Bahia Atlântica foi um *locus* de atração de um corpo técnico especializado com qualificação para exercer a botânica. Evidentemente, não se trata de um quadro expressivo, uma vez que uma das características da burocracia estatal na Bahia era o seu reduzido número de funcionários régios. Mas o pequeno quadro de sujeitos preparados no campo da história natural nos permite analisar um conjunto de iniciativas que refletiam em políticas para a botânica colonial.

Estes homens vivenciaram viagens filosóficas pelo território baiano, produziram e publicaram estudos e deixaram uma documentação administrativa capaz de fornecer um amplo levantamento dos recursos naturais da terra. Contribuíram ainda com a organização de instituições coloniais que abrigaram e desenvolveram os estudos e práticas botânicas, como o Jardim Botânico da Bahia.

Para analisarmos o papel desses sujeitos, torna-se importante observarmos alguns pontos. A serviço da burocracia estatal portuguesa, esses homens puderam contribuir para o

encontro da Bahia Atlântica com as pretensões régias de dinamizar o ultramar a partir do conhecimento das ciências naturais, entre as quais, a botânica se destacou.

Em primeiro lugar, devemos entendê-los como agentes do império. Em sua maioria, esses homens atuaram como ouvidores de comarca, juízes de fora das vilas locais ou mesmo encarregados da Coroa. Eram, em geral, egressos da Universidade de Coimbra e/ou proprietários de terras na região. Estes homens não exerceram a história natural na condição específica de naturalistas, dispendo de tempo, estrutura e reconhecimento para tal. Contudo, exerceram, dentro da estrutura clientelar de uma sociedade de antigo regime, práticas convencionais de barganha a partir de seus feitos naturalísticos.

Dom Fernando José de Portugal (1752-1817), que governou a Bahia de 1788 a 1801 é um exemplo seguro. Atuou como um articulador dos naturalistas na Bahia, promovendo e divulgando seus trabalhos, intervindo em suas nomeações e supervisionando diretamente algumas funções estratégicas, como o cargo de diretor do jardim botânico. A documentação a seu respeito sugere ser um entusiasta e protetor das ciências naturais na Bahia Atlântica, aplicando-as para o desenvolvimento regional e do império.¹⁹⁵

Em ofício para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de Dezembro de 1797, o governador o comunicou que prestaria todo auxílio que necessitasse Baltazar da Silva Lisboa na organização das coleções dos produtos da Capitania. Protegido político de Coutinho, Lisboa era um funcionário obstinado na aplicação dos princípios botânicos a serviço do império, como poderemos ver na passagem abaixo.

Ao doutor Baltazar da Silva Lisboa, ouvidor da Comarca dos Ilhéus, que se tem distinguido pelos seus conhecimentos, principalmente em história natural, como V. Ex.^a me participa, prestarei todo aquele socorro e auxílio de que necessitar, a fim de recolher os produtos desta Capitania, satisfazendo eu deste modo, como sempre desejo, a respeitável recomendação de V. Ex.^a. Deus Guarde a V. Ex.^a. Bahia, 12 de Dezembro de 1797.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Cf. VALIM, Patrícia. Presteza no Real Serviço: D. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho, 2011.

¹⁹⁶ Ofício de Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, o Dr. Baltazar da Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx, 90, doc, 17.530*.

O documento acima foi uma resposta a Coutinho que, logo que chegou à pasta do ultramar, mobilizou os governadores de capitania no Brasil para uma ação conjunta para melhorar as diversas “práticas agrícolas mediante o uso do arado, da aclimação das caneleiras e das pimenteiras, recomendando ainda a leitura das memórias impressas que estavam sendo remetidas para a Bahia. Era a política ilustrada em ação.”¹⁹⁷

Como um agente atento da política ilustrada da Coroa, o governador enviou ainda para Coutinho alguns relatórios científicos de José de Sá Bittencourt e Accioli, a exemplo da *Memória dos Algodões* através de ofício de 12 de Outubro de 1797. Tratava-se de uma compilação das experiências do filósofo natural combinado com sua bagagem como agricultor na região do termo da Vila de Camamú.¹⁹⁸

O governador foi o responsável direto pela nomeação de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, parente dos irmãos Bittencourt e Accioli e Bittencourt e Sá, para assumir a direção do jardim. Como veremos de forma mais detida no Capítulo V, a relação do governador com este administrador sugere uma dinâmica de patronato com fins científicos. Além de Bittencourt, Portugal foi também um articulador de outros naturalistas empenhados na produção de observações naturais na Bahia, a exemplo de Joaquim de Amorim Castro.¹⁹⁹

Suas ações refletiram uma sintonia com o conjunto da política ilustrada ultramarina, como podemos verificar em ofício de 01 de Junho de 1799. Nele, o governador comunicou Coutinho de ter dado ordens às câmaras da Bahia e da Vila de Cachoeira para angariar jovens interessados nos estudos em Coimbra e no serviço régio. Como ele próprio informou,

Em cumprimento do que V. Ex. me determina no ofício de 21 de Outubro do ano passado, julguei mais conveniente escrever à câmara desta cidade e à Vila de Cachoeira, por serem as principais e ordenar aos ouvidores que ouvissem as outras câmaras de toda a Capitania, fazendo-lhes saber quanto seria do agrado de S. M. que cada uma, à proporção da sua

¹⁹⁷ SILVA, Maria Beatriz N. da. *Bahia, a Corte da América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 474.

¹⁹⁸ Ofício de Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as experiências da cultura dos algodões e a memória que José de Sá Bittencourt e Accioli escreveu sobre as plantações que se fizeram no termo da vila de Camamú. Bahia, 12 de Outubro de 1797. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. n° 17474*.

¹⁹⁹ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN. II-33,26,27*.

extensão e meios, estabelecesse pensões convenientes a 2 engenheiros topógrafos, 2 engenheiros hidráulicos, um contador, um médico e um cirurgião, aos quais mandariam estudar ou à Universidade de Coimbra ou às Aulas da Academia de Lisboa, para depois voltarem a exercer os seus empregos em cada Comarca, sendo substituídos por outros, para aprenderem as mesmas artes.²⁰⁰

Enfim, Portugal ocupou um cargo importante na Bahia Atlântica e cotejou uma notável ascensão na carreira de magistrado nos anos seguintes, o que demonstrou sua articulação com os interesses da Coroa. Foi, acima de tudo, um funcionário ilustrado, atento aos novos ventos da racionalidade de Estado que utilizou as ciências naturais como sua mola mestra na dinamização da produção colonial. Teve uma grande participação nos esforços da institucionalização das políticas botânicas e na transformação da Bahia Atlântica num centro atrativo para os estudiosos desse campo do conhecimento.

Mas não só o governador se utilizou da possibilidade de ascender na estrutura social do império. A mesma utilização dos estudos botânicos como elemento de negociação na ascensão na magistratura ou no reconhecimento de lealdade à Coroa, pode ser encontrado em carta datada no ano de 1796, que Joaquim de Amorim Castro escreveu ao príncipe regente. Nela, o juiz de fora da Vila de Cachoeira e destacado aluno egresso de Coimbra dizia,

Ponho na sereníssima presença de Sua Alteza Real pelas benignas mãos de Vossa Excelência o resultado das minhas aplicações nos intervalos de descanso que o Real Serviço me permite. Compreendido em dois tomos da história natural, contendo o primeiro as descrições de várias de suas espécies, aves e anfíbios, o segundo as estampas iluminadas fiéis à vista dos mesmos animais. O ardente desejo de me aperfeiçoar nos tais ensaios para mais dignamente me empregar no Real Serviço suprirá o defeito da obra. Vossa Excelência que sabe apreciar com inteligência e conhecimento das finezas naturais, será o mecenas que eu procuro para chegar prostrado aos Reais Pés se Sua Alteza Real os trazer em testemunho da minha fidelidade os débeis ensaios dos meus trabalhos. Se eu tiver a fortuna de merecer o acolhimento, a proteção de Vossa Excelência, animoso mandarei pôr em execução todas as minhas observações botânicas para ter a honra de dedicar e oferecer a Vossa

²⁰⁰ Ofício de Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica ter dado instruções às Câmaras da Bahia e da Cachoeira para subsidiarem alguns estudantes que cursarem a Universidade de Coimbra ou a Academia de Lisboa. Bahia, 01 de Junho de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional*. 1914, Vol 36. Doc nº 19.386.

Excelência, a quem suplico que me faculte a tal licença. As benignas mãos da Vossa Excelência beijo novamente.²⁰¹

O trecho acima torna oportuna uma reflexão sobre essa lógica de relacionamento apresentada no documento transcrito. Recuperando a noção de economia da graça de Marcel Mauss²⁰², Antonio Manuel Hespanha e Ângela Xavier, enfatizam a importância da discussão sobre a tríade dar, receber e retribuir inerente à lógica normativa do antigo regime. Numa sociedade pautada pela reciprocidade, cabia à Coroa reconhecer cada membro dessa sociedade na justa medida. Como instrumento ideal, os autores reconhecem o papel das mercês como mecanismo político de reforço das posições dentro desse sistema social.²⁰³

Nessa relação de troca, os reis reforçavam sua legitimidade ao conceder um benefício, ao mesmo tempo em que um vassalo reforçava sua posição de destaque ao ser premiado com uma mercê, seja ela um cargo, um rendimento ou mesmo honra. Afinal, como afirmou Norbert Elias, numa sociedade tradicional, como a de Corte, um recorrente critério de distinção social era a noção de honra.²⁰⁴ Desta forma, através dessa relação dialética de dons e contra-dons, a reciprocidade produzia fortes laços clientelares que podiam estruturar uma extensa rede de relações políticas e manutenção do poder.

Fernanda Olival, por exemplo, mostrou ao examinar a importância das mercês na distribuição dos hábitos e comendas da Ordem de Cristo, que os interesses dos vassalos giravam em torno de recompensas.²⁰⁵ Do mesmo modo, Ronald Raminelli analisou a trajetória do juiz baiano Baltasar da Silva Lisboa, utilizando a categoria “juiz naturalista” para pensar a complexa relação entre as atribuições e autoridade do cargo de juiz de fora com a produção do conhecimento em história natural. Segundo ele, as atividades dos

²⁰¹ Carta de Joaquim de Amorim Castro ao príncipe regente [Dom João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na Capitania da Bahia. 1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 201. Doc. nº 14476.*

²⁰² MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Edusp, 2003, v. II.

²⁰³ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A Representação da Sociedade e do Poder. *In: MATTOSO, José (org). História de Portugal. Vol IV: O Antigo Regime (1620-1807).* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

²⁰⁴ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte.* Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

²⁰⁵ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno.* Lisboa: Estar, 2001.

vassalos nesse campo de saber poderiam ser um mecanismo de ascensão ao sistema de patronagem real portuguesa.²⁰⁶

Inserido nesta discussão, reforçaremos neste trabalho tais premissas. Em primeiro lugar, os naturalistas devem ser entendidos como agentes do império português, usando seus instrumentos e saberes científicos a serviço da dominação do centro político sobre os espaços coloniais. Em segundo lugar, cabe ressaltar que, na prática de reafirmar a política científica, a botânica se tornou uma possibilidade real de mercês, uma vez que se constituía em um instrumental oportuno na prestação de um serviço distinto para as autoridades do Estado português.

Como cientistas, esses homens zelaram, uns mais que os outros, pelos interesses do Estado. Francisco Nunes da Costa, por exemplo, foi um aplicado desembargador, com uma boa cultura jurídica e desempenhou um importante papel ao denunciar a destruição das matas da Comarca de Ilhéus pelos roceiros que, não respeitando as leis de conservação, destruíram incontáveis recursos florestais.²⁰⁷ A preocupação de Costa com a conservação das matas fica evidente em uma representação dirigida à Rainha em 20 de Janeiro de 1785. Nela observou a devastação que estavam sofrendo as matas virgens de riqueza incalculável.

Os estragos que tem causado os intitulados roceiros de Nazaré tem sido tão rápidos que, se estendendo em menos de 6 anos pelo espaço de 12 léguas, se acham atualmente ocupando as cabeceiras do rio Jiquiriçá, onde desprezando os avisos, advertências e notificações judiciais, tem reduzido a cinzas matas preciosas e tão antigas como o mundo e fazendo uma perda ao qual não há cálculo que a possa computar. Esta mata [...] é a única mata onde se extraem os importantes pranchões e tabuados de vinhático, os melhores pela sua qualidade e os mais tomados pela conveniência da descida do rio. Todas estas riquezas desprezadas por estes homens rústicos e ambiciosos estão próximas a extinguir-se se de todo não forem detidos estes incendiários e se por outra providência não forem as matas defendidas.²⁰⁸

²⁰⁶ RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al.* (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

²⁰⁷ Ver PÁDUA, *Um sopro de destruição*; CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981 e; SANTOS, *Manifestações pela Conservação da Natureza no Brasil*. Em seu fichero na Universidade de Coimbra consta ser filho de Fernando Nunes da Costa e ter nascido em Moura, Portugal, licenciando-se em Direito em 1766. A partir daí deu início a uma tradicional carreira.

²⁰⁸ COSTA, Francisco Nunes da. Representação dirigida a Rainha, sobre as devastações que estavam sofrendo as matas virgens. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 32, 1910. p.568.

Fica evidenciada a íntima relação das matas com as vantagens que estas poderiam oferecer ao Estado, seja na forma de fonte de madeiras-de-lei, da qual se retiravam os melhores paus de construção, sobretudo, para a indústria naval ou pelo argumento consolidado no campo jurídico da época de que cabia à Coroa a conservação dessas vastas reservas pelo “bem comum”. O mesmo argumento pode ser encontrado em Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá²⁰⁹, pois segundo ele,

São bem conhecidas as utilidades que resultam das madeiras do Brasil a Portugal É também sabido que todas as terras do Brasil, excetuadas alguns campos primitivos, estão cobertas de grandes e espessas matas, em cuja destruição trabalham assas os habitantes, sem ainda constar que se tenha plantado um só pé das necessárias à construção e à combustão diária.²¹⁰

O argumento de Bittencourt e Sá revela uma sintonia de pensamento entre alguns funcionários nos temas ordinários da colônia. Aluno de Domingos Vandelli e com uma sólida formação intelectual, este naturalista teve oportunidades de grande relevância ao participar, conjuntamente com José Bonifácio de Andrade e Silva (1763 – 1838), de um longo programa de estudos e estágios práticos de cerca de oito anos, estendendo-se por diversos países europeus, no qual foi chefe de brigada.²¹¹ Este investimento da Coroa rendeu-lhe, mais tarde, o cargo de Intendente Geral das Minas²¹², em Serro Frio, na Capitania de Minas Gerais. Além disso, se tornou sócio correspondente das Academias de Ciências de Stocolmo, da Academia de História Natural de Edimburgo, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, assim como presidente da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, todas instituições nas quais colaborou com seus manuscritos de história natural.

²⁰⁹ Nascido em Santo Antonio da Itacambira, Comarca de Serra Frio, Minas Gerais, em 26 de Abril de 1764 e faleceu na Bahia em 13 de Dezembro de 1835, aos 71 anos de idade. Filho de Bernardino Rodrigues Cardoso e Francisca Antônia Xavier de Bittencourt e Sá, iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra em Outubro de 1783, quando tinha 19 anos. Nessa instituição, doutorou-se em Leis e Filosofia, obtendo seus diplomas em 1788, aos 24 anos.

²¹⁰ Ensaio de Descrição Física e Econômica..., p. 44.

²¹¹ Para as informações referentes à biografia desse naturalista, utilizamos CRUZ, *Verdades por mim Vistas*; MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933.

²¹² Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá foi o primeiro brasileiro a assumir o cargo de Intendente das Minas na região de Minas Gerais.

Como proprietário de um engenho de açúcar conhecido como da “ponta”, localizado na foz do rio Paraguaçu, na Bahia, tornou-se “um dos fazendeiros mais respeitados da região, tanto pelo saber, quanto por suas práticas econômicas”.²¹³ Nesse período, além de desenvolver viagens e experiências mineralógicas investigando ouro, prata, cobre, ferro e nitreiras, esta última, razão de sua vinda para a colônia brasileira, Bittencourt e Sá foi, nas palavras de Dias, encarregado de,

Consolidar o estabelecimento das nitreiras e de zelar pelo aperfeiçoamento da cultura de subsistência, principalmente da mandioca, de que estava incumbido seu irmão, assim como de tratar da introdução de novas plantas e especiarias. Segundo instruções de D. Rodrigo, deveria ele entender-se com o diretor do Jardim Botânico da Bahia para fazer vir do Pará a fruta pão, a cochonilha, o linho cânhamo e especiarias como a pimenta e a canela; deveria também fazer experiências com as sementes da árvore da teca, que era excelente para as construções navais. Na Bahia, ocupou-se também do melhoramento da cultura do açúcar, em divulgar métodos adiantados de cultivo e adubagem, assim como de novos processos para máquinas e fornos, conforme especificavam suas instruções.²¹⁴

Cruz sugere uma sintonia entre a atuação de Bittencourt e Sá e a política geral do império, uma vez que se ocupou de questões fundamentais para o cenário político de modernização da Bahia, ao concentrar suas reflexões no potencial oferecido pela região, através de suas culturas agrícolas e silvestres, bem como nos mais eficazes métodos produtivos que os habitantes locais deveriam observar em suas propriedades.

O naturalista destacou uma variada gama de culturas agrícolas capazes de dinamizar a economia da Comarca, sobretudo, atrelando-as novas técnicas produtivas oriundas de suas observações como naturalista e dono de terras. Como já observou Maria Beatriz Nizza da Silva, Bittencourt e Sá foi um notável botânico e sua memória sobre Ilhéus “revelava o naturalista capaz de experimentar os usos industriais das plantas, de conhecer os processos químicos necessários à sua transformação.”²¹⁵ O naturalista demonstrou ainda, como outros, ter construído uma próxima relação com o ministro Coutinho, como mostra um ofício de 24 de novembro de 1800. O português encarregava-o, dentre outras coisas, de aumentar as “culturas exóticas como as da pimenta, da canela, das especiais, que poderiam

²¹³ PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 96.

²¹⁴ DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1968, p. 125.

²¹⁵ SILVA, *Bahia, a Corte da América*, p. 474.

ser importadas do Pará, e ainda da cochonilha e do linho cânhamo, que procurava implantar em outras Capitanias também”.²¹⁶

Outro aspecto interessante que revela o modo como estes homens produziam ciência nos domínios coloniais diz respeito aos métodos padronizados encontrados em seus escritos. Embora longe de seus mestres naturalistas em Coimbra, Bittencourt e Sá estava atento às suas recomendações, pois a Memória *Ensaio de descrição física e econômica da comarca de Ilhéus na América* publicada pela academia, em 1789, levou em conta as considerações do mestre italiano sobre a “necessidade dos diários e método de os fazer”. Segundo Vandelli,

Muito pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas se o naturalista, fiando-se na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições sem ter anotado antecedentemente com a pena todos os objetos que fosse encontrando no seu descobrimento. Não há hoje uma só pessoa, que não esteja persuadida da necessidade dos diários. Não basta que o naturalista conheça os produtos da natureza, também é necessário que ele assine os diversos lugares do seu nascimento, os caminhos e jornadas que fez nas suas peregrinações. E outras muitas circunstancias que bem mostram esta necessidade.²¹⁷

A memória sobre Ilhéus provavelmente foi fruto das observações de Bittencourt e Sá registradas em seus diários e anotações pessoais, afinal, na época de seu envio para a Academia de Ciências, em Lisboa seu autor sequer se encontrava na Bahia. O texto de Vandelli sobre os diários, conhecido como *dissertação* foi a base para que ele, conjuntamente, com alguns de seus alunos elaborassem, dois anos depois, um outro amplo documento intitulado *Métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar os produtos naturais, segundo o plano que tem concebido, e publicado alguns naturalistas, para o uso dos curiosos que visitam os sertões, e costas do mar*, de 1781. Como indicou Ana Lúcia Rocha da Cruz, este documento era uma outra versão de um panfleto publicado pela própria Academia Real de Ciências de Lisboa, no mesmo ano, intitulado “*Breves instruções aos correspondentes a academia das ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um museu nacional*”.

²¹⁶ SILVA, *Bahia, a Corte da América*, p. 484.

²¹⁷ Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar, 1779. Domingos Vandelli. *Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha* 405, p. 276.

Como indica também essa autora, Vandelli teria incumbido Agostinho José Martim Vidigal, um de seus alunos de história natural de Coimbra, de empreender uma “compilação” dessas diversas memórias destinadas à instrução dos naturalistas, a qual foi preparada e “ilustrada com os melhores métodos de haver, conservar e examinar os diversos objetos da história natural, e com instruções sobre os meios de recolher utilidade das viagens, principalmente no que respeita às Ciências da Natureza”.²¹⁸

Como podemos ver, nas duas últimas décadas dos setecentos já estava em curso um processo de padronização dos trabalhos dos cientistas naturais que se correspondiam com aquela instituição ou os Mestres de Coimbra. Como nos alertou Bruno Latour, a padronização foi um elemento indispensável para que as centrais de cálculo das ciências, pudessem estabelecer a cada viagem ou novo relato do ultramar, um novo ciclo de acumulação. Cada ciclo tinha o propósito de aumentar o conhecimento acumulado sobre a natureza americana e seus usos.²¹⁹

Tal padronização pode ser percebida de outro modo nos estudos de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Embora utilizasse uma orientação teórica dos principais circuitos de produção europeus, não deixava de reconhecer suas singularidades. Esse naturalista não se doutorou na Universidade de Coimbra, nem tampouco teve a orientação direta de Domingos Vandelli.²²⁰ Contudo, o capitão de infantaria do regime dos extremos, além de ter realizado inúmeros estudos sobre história natural, foi um dos sócios correspondentes da Academia Real de Ciências de Lisboa.²²¹

²¹⁸ *Apud* CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, p. 129.

²¹⁹ LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Cap. 06.

²²⁰ Em pesquisa realizada sobre os ficheiros de Coimbra, Boschi identificou um Domingos Alves Branco, que teria nascido na Bahia (não foi encontrada referência à data de nascimento) e supostamente teria se formado em Direito, em 1792. Embora com os mesmos primeiros três nomes, o nome deste estudante não está coerente com a forma como o capitão, aqui em questão, foi registrado nos ficheiros de seu filho, Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, nascido na Bahia, em 1765 e formado em Direito, em 1797. Tampouco condiz com o período de atuação profissional na Capitania da Bahia, onde já em 1790 atuava no Morro de São Paulo, inclusive realizando estudos endereçados ao trono, o que nos faz crer que tal nome seja referente a mais um de seus filhos.

²²¹ Cf. DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Moniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831*; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil. Porto: Universidade Portucalense, 1998. 2 v. (Tese de mestrado policopiada). Cf. também FARIAS, Poliana Cordeiro de. *Domingos Alves Branco Muniz Barreto: ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800)*. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana. Nascendo na Bahia em 1748 e falecendo no Rio de Janeiro em 1831, uma das cidades nas quais possivelmente, deve ter adquirido formação

Em sua produção, Barreto deixou pistas de ser um leitor das principais referências da história natural da época, a exemplo de Pison (1611-1678), Buffon (1707-1788) e Lineu (1707-1778), além da utilização dos principais métodos desse campo disciplinar em suas peregrinações pela Bahia. O capitão-naturalista também deixou evidências de inovações quanto aos métodos para a produção científica.

Como um entendido do controle indígena na Capitania da Bahia, pôde oferecer à Coroa um “plano” de civilização desses povos que abundavam a Bahia e que, segundo seu pensamento, poderiam ser de grande valia, se incluídos ao projeto colonial.

Conseguida esta tão necessária e importante reforma entre os índios bravos e índios mansos, não só virão eles a serem felizes pelo bem espiritual da religião, mais ainda pelo temporal, na vassalagem e proteção de uma soberana, em que resplandecem tantas virtudes. E gozarão, à sombra das leis, da liberdade civil e política que permite a nossa Constituição. Ficando ao mesmo tempo, por uma parte, aberto o caminho para as vantagens e opulência do comércio e agricultura. E por outra, sem obstáculos para nosso uso e proveito as estradas para as minas, e outros sertões, nas quais tantas vezes tem sido acometidos e mortos inumeráveis viajantes. Poder-se-ão cultivar os terrenos de que se acham de posse estes gentios, assim como da riqueza que neles se acha depositada, o que virá a servir de vantajosa remuneração de mais algum dispêndio e trabalho que é necessário que se faça, nos primeiros anos, enquanto se consegue o principal fim, que deve ser: primeiro, o aumento da religião; segundo, civilização de tantos homens.²²²

A relação entre a necessidade de um processo civilizatório para as nações indígenas e o avanço da “opulência do comércio e agricultura”, surge como uma chave analítica no pensamento de Barreto. Desde pelo menos 1788, quando do envio de seu *Plano dos índios* para a Coroa portuguesa, o capitão já demonstrou conhecimento acerca dos processos históricos relativos a estes grupos da colônia brasileira, nos mais variados territórios, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Na Bahia, ele se aproveitou, na década de 1790, de uma sublevação dos indígenas para, ao mesmo tempo, tentar conter a revolta e utilizar seus conhecimentos sobre a natureza na produção de seus estudos.

militar, atuou, provavelmente, entre as décadas de 1770 e 1780, na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, na atual região do Rio Grande do Sul.

²²² MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Plano para Civilização dos Índios no Brasil*. In: RIHGB. Rio de Janeiro: s/d. p. 91.

Os indígenas aparecem com certa frequência em suas experiências exploratórias e deve servir de mote para pensarmos a relação centro-periferia na aplicação das ciências nos espaços coloniais. Os indígenas, de um modo geral, eram importantes interlocutores dos naturalistas no exercício da história natural. Servindo como guias, apontando virtudes e usos das coleções naturais, comprovando as observações dos naturalistas e oferecendo suporte logístico às expedições, a experiência nativa era um pilar fundamental na produção do conhecimento botânico na colônia.²²³

Neste processo, é sugestivo pensarmos acerca do papel dos indígenas baianos na produção do conhecimento, pois a busca por estes sujeitos conhecedores das plantas foi uma prioridade para o naturalista. Como relata o Capitão Muniz Barreto,

Chegando à Vila de Santarém nela procurei conhecer os índios que fossem mais famosos em conhecimento de ervas medicinais, cujos conhecimentos tem pela experiência dos seus antepassados, e pela muita frequência com que vão à mesma Ilha arrefazerem-se, principalmente contra venenos. [...]

O contato com os indígenas foi priorizado pelos naturalistas e a própria definição das prioridades locais da ciência perpassava, em parte, pelo olhar do cientista, mas também pela visão de mundo dos indígenas, uma vez que os ilustrados de um modo geral tendiam a reconhecer a importância de seus saberes na acumulação de seus escritos. Nas palavras de Vera Marques,

Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto havia sido úteis para os viajantes e colonizadores fazerem suas descrições no século XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de História Natural em terras do Brasil. Como ‘mais entendidos’, localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas. Contavam, pois, os naturalistas dos fins dos setecentos com os saberes dos habitantes da terra e as velhas descrições e utilidades das plantas elaboradas no Quinhentos e Seiscentos por curiosos colonizadores e viajantes.²²⁴

²²³ Cf. por exemplo, o papel dos indígenas na Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira em RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *Revista Tempo*. p. 19-38, 2000.

²²⁴ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. p. 116.

Na segunda parte desta tese analisaremos de modo mais detido essa “margem” ou autoridade indígena nas ciências produzidas localmente, sobretudo, no campo da ervolaria e no trato das madeiras. Por ora, basta reconhecer que a Bahia Atlântica detinha uma presença relativamente grande de variados grupos indígenas habitando suas matas e, portanto, apresentavam uma fonte inesgotável de experiência sobre o meio natural à disposição dos homens de ciência. Isso foi, a nosso juízo, mais um fator favorável na construção da centralidade dessa porção do território baiano na política científica do império português em fins dos setecentos.

A título de exemplo, em outro momento, o capitão Barreto destacou que procurou certificar-se “de um índio de avançada idade” e “com muita inteligência e experiência daquelas ervas”, a quem apresentou algumas estampas. Uma vez que o velho índio não podia acompanhá-lo ao mato, lhe foi dando a partir das estampas “os mesmos nomes e préstimos” de que o capitão “já tinha feito lembrança, só com a diferença de que em algumas, pela maior experiência, aumentou ele as suas virtudes”.²²⁵ Outro trecho de seus relatos revela esta prioridade na busca por homens experientes em ervolaria.

Da povoação de Una segui por terra a aldeia dos índios de S. Fidélis, que fica distante légua e meia, por serem estes igualmente experientes de ervas medicinais. Muito satisfeito fiquei nesta observação, porque me aprontou o regente desta aldeia seis índios, os mais experientes ervolários E para me darem notícia de todas as frutas silvestres, me mostraram os mesmos índios muitas ervas, que eram as mesmas que eu já tinha estampado na ilha de Quiepe, concordando em umas a respeito das virtudes que aqueles Índios me tinham dado.²²⁶

Utilizando-se da “experiência de seus antepassados”, o naturalista serviu-se dos saberes transmitidos de geração em geração através de fortes tradições orais. Curioso observar que tais saberes e práticas enraizados nas experiências cotidianas dos diversos povos da floresta, só se transformavam em discursos autorizados a falar pela natureza

²²⁵ Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790. *Manuscritos da BN, I-12,3,10*, p. 07.

²²⁶ Relação que contém a descrição..., p. 09.

quando eram apropriados ao filtro da ciência pelos naturalistas.²²⁷ Como observou Marques,

Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam usualmente descredenciados no nível discursivo, não parece tê-lo sido no nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas, tiveram seus usos posteriormente abalizados por experimentos científicos. E antes mesmo destes conhecimentos serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulos de farmacopéia portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados obtidos por aqueles que as usavam.²²⁸

Outra singularidade da produção de Domingos Alves Branco Muniz Barreto que revela a margem do naturalista em barganhar ou reapropriar o projeto das centrais de cálculo, em Portugal, pode ser observada a partir de seu estilo. Na dedicatória de uma de suas memórias à academia de Lisboa, o capitão dissimulou ao dizer que seu texto estava repleto de “irregularidade, mistura, e confusão” e apresentava um estilo “muito alheio da ciência ainda de um mediano naturalista”.²²⁹ Interessante notar que a função dessa modéstia frente a central científica ao admitir a “falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas”, serviu, sempre quando possível, para Barreto estabelecer críticas e sugerir mudanças metodológicas no modo como a ciência era concebida e executada.

Ao se referir, por exemplo, à “falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas ex professo”, Barreto sugeriu à academia deixar “de parte este obstáculo”, pois isso permitiria “que todos entendessem o que lessem, que todos pudessem escrever o que vissem e descobrissem e que todos pudessem pedir o que necessitassem”. Ainda segundo o naturalista, esta nova regra, se introduzida na prática científica da academia, “faria estender mais o comércio, e adiantar a indústria”.²³⁰

Ao solicitar que se deixasse de lado a preocupação com os termos técnicos, Barreto estava assim, ao mesmo tempo, criticando a natureza restrita e fechada do campo científico ligado àquela instituição, bem como demonstrando, na prática, a possibilidade de realização

²²⁷ Cf. CHAMBERS, David Wade; GILLESPIE, Richard. “Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge”. In: *Osiris*, History of Science Society, 2001.

²²⁸ MARQUES, *Natureza em Boiões*, p. 70.

²²⁹ Relação que contém a descrição..., p. 19.

²³⁰ Relação que contém a descrição..., p. 19.

de estudos que atendiam aos mesmos fins da academia e com linguagem mais acessível. Não por acaso, a preocupação com a abertura da prática científica para permitir a contribuição de “curiosos”²³¹ partia de um auto-didata no campo da história natural.

Vale ressaltar que um traço importante na produção local produzida pelos naturalistas baianos foi a preocupação com suas realidades coloniais. A definição dos temas de estudo, por exemplo, foi indicativo daquilo que consideravam ser uma prioridade para o desenvolvimento da colônia, o que nem sempre estava em sintonia com as determinações vindas de Portugal. Outro exemplo pode ser constatado na adequação de nomenclaturas, as quais incorporaram usos corriqueiros da linguagem indígena no tratamento das coleções naturais.

Baltasar da Silva Lisboa deixou vasta produção onde é possível percebermos a utilização das línguas indígenas. Sua obra mais importante nesse sentido é também um de seus maiores projetos: um inventário das espécies arbóreas da Bahia e do Rio de Janeiro.

Esse inventário iniciado na Comarca de Ilhéus acabou, posteriormente, sendo incorporado a um projeto maior do levantamento de espécies destinadas à construção civil e, em especial, à naval. Nos anos finais de sua vida, no Rio de Janeiro, Lisboa publicou então o *Riquezas do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*, o qual logrou elencar trezentos e nove espécies diferentes de árvores de construção, uma relação razoável de cascas e ervas, incluindo um apêndice de descrição botânica. Essa relação contém espécies típicas da mata atlântica brasileira, entre as quais muitas endêmicas do Rio de Janeiro e da Bahia e é um valioso documento para os pesquisadores desse bioma. Pode ser utilizado não só por historiadores ambientais, mas por todos aqueles que, numa perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar, estiverem dispostos a recorrer a uma análise histórica da presença, uso e extinção desses recursos naturais.²³²

Recorrendo, assim como o capitão Barreto, ao sistema de taxionomia baseado nos nomes “vulgares”, Lisboa fez um impressionante levantamento das informações mais relevantes variadas sobre cada árvore, incluindo, suas alturas, grossuras do tronco,

²³¹ O termo aparece na Memória de Barreto para designar àqueles que, mesmo não tendo formação acadêmica, se dedicavam aos estudos de história natural. Há muitos indícios pela documentação desse período de que a história natural despertou interesse em muitos tipos sociais que, seja por distração ou com alguma finalidade prática, a praticaram.

²³² LISBOA, Baltasar da Silva. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. Rio de Janeiro, 1823. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: s/d.

características física das madeiras, época do ano em que florescia e, em caso de haver fruto, o seu gosto. Tanto para estes como para a madeira, fornecia ainda suas prováveis aplicações na culinária, medicina, indústrias e construções civil, especialmente, naval.

Nascido em Salvador em 06 de Janeiro de 1761, filho de Helena de Jesus e Silva e Henrique da Silva Lisboa, teve como irmão José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú. Quando este já se encontrava no Reino realizando seu bacharelado, Baltasar da Silva Lisboa foi ao seu encontro, em julho de 1775, para também realizar seus estudos preparatórios para o curso de Direito da Universidade de Coimbra. Este dado sugere que a família de Lisboa devia possuir muitas posses, pois como aponta Ana Lúcia R. Da Cruz, os custos para manutenção de um filho no Reino para a conclusão dos estudos eram altos e sua família possuía dois.²³³

Após se formar, Lisboa logo recebeu apoio político para, em Portugal, empreender viagens filosóficas e produzir alguns trabalhos de história natural. Desde cedo, em Coimbra, este naturalista havia cursado várias disciplinas dessa área, simultaneamente, com seu curso de leis.²³⁴ Sua formação o conferiu grande prestígio no Brasil, onde retornou, em 1788, para assumir o cargo de juiz de fora do Rio de Janeiro. Em 1796, foi nomeado ouvidor da Comarca de Ilhéus e, concomitantemente, juiz conservador das matas, cargo no qual permaneceu até 1818. Aposentado, em 1822, foi acusado, na Bahia, de ser opositor político do primeiro império, o que lhe forçou a transferir-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até sua morte, em 14 de agosto de 1840.

Antes, contudo, foi ainda nomeado lente da Faculdade de Direito em São Paulo e sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico do Brasil – IHGB. Morrendo dois anos após a fundação desta instituição, esse fato gerou-lhe algumas homenagens póstumas, sendo a mais conhecida o discurso proferido por seu sobrinho Bento da Silva Lisboa, o qual ficou conhecido como sua *biografia*.²³⁵

Esta fonte, ao passo que é a mais rica em dados sobre o juiz-naturalista, no que diz respeito a sua vida privada e pública, é uma fonte com claras intenções elogiosas, uma vez

²³³ CRUZ, *Verdades por mim Vista*.

²³⁴ LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática Científica no Brasil Colônia: Ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza*. Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana.

²³⁵ Cf. LIMA, *Prática Científica no Brasil Colônia*, e; RAMINELLI, *Baltasar da Silva Lisboa*, 2006.

que, como aponta Raminelli, trata-se de uma autobiografia adaptada por seu sobrinho, que o retrata ressaltando uma versão bem privilegiada de polêmicos episódios por que passou Lisboa e, para os quais, existem versões bem diferentes.

Warren Dean assim o descreve: “extraordinariamente ativo e leal à Coroa, foi motivado com um compromisso daquilo que ele chamava ‘este sublime celeiro da Natureza’”.²³⁶ Já Raminelli, apresenta uma visão bem diferente em seu texto sobre o juiz naturalista, o qual além de desconstruir a legitimidade da biografia feita por seu sobrinho, aponta-o como um homem “ambicioso”, de gênio “pouco inclinado ao sossego”, “pobre de espírito” e chega a hipotetizar supostas atividades de corrupção empreendidas pelo juiz no Rio de Janeiro.²³⁷

Quando ainda era estudante de leis em Coimbra, Lisboa foi beneficiado, ao entrar como protegido político, num poderoso sistema de patronagem. Nas palavras de Raminelli,

Na Universidade de Coimbra tornou-se aluno do curso jurídico e ainda estudou geometria, língua grega, história natural, física experimental, com o mestre Dolabella, e química, com Vandelli. Seu aproveitamento nessas ciências rendeu-lhe dois prêmios e a estima do bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, ilustre fluminense que o recomendaria ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Em princípio, esse contato permitiu-lhe atuar como naturalista nas minas de Buarcos e, em seguida, receber indicação para ser Juiz de Fora de Barcelos. Antes, porém, seu destino, fora alterado, pois consideraram mais prudente despachá-lo para o Rio de Janeiro com a incumbência de explorar a História Natural em viagem à Serra dos Órgãos. Estabeleciām, por conseguinte, os vínculos entre o bacharel e o secretário de Estado pautados no interesse mútuo de promover a História Natural do Império Colonial.²³⁸

Estudantes destacados como Lisboa conseguiam rápida progressão nas carreiras, pois a história natural se constituiu numa estratégia de “trunfo que o acompanharia por toda a carreira”. Como ainda lembra Raminelli, “Lisboa pleiteava ascender na magistratura, recorrendo certamente aos serviços como juiz, mas também como naturalista, sobretudo por não receber emolumentos pela última função”.²³⁹

²³⁶ DEAN, *A ferro e fogo*, p.152.

²³⁷ RAMINELLI, *Baltasar da Silva Lisboa*, p. 280.

²³⁸ RAMINELLI, *Baltasar da Silva Lisboa*, p. 280.

²³⁹ RAMINELLI, *Baltasar da Silva Lisboa*, p. 281.

Sem sombra de dúvidas, a trajetória desse naturalista é outro forte indicativo da centralidade da Bahia Atlântica na política botânica da Coroa portuguesa, uma vez que saiu da Bahia para estudar em Coimbra e para lá voltou como um dos mais poderosos naturalistas a serviço da secretaria de ultramar. Tanto Martinho de Mello e Castro (1770-1795), um dos primeiros protetores de Lisboa, quanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), seu sucessor, através de uma rede clientelar na Capitania, forneceram apoios políticos e financeiros para a elaboração de estudos pelos territórios coloniais. Não raro, interferiram em questões ou conflitos em que entravam seu protegido naturalista.

A ligação existente entre os saberes naturais e o poder Real estava presente na atuação política de Lisboa desde quando era recém-formado. Em 1786, ele escreveu o seu *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhada de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*, o qual ofereceu ao próprio Príncipe Regente. Nele Lisboa fez um balanço da situação em que se encontravam as ciências naturais, destacando, numa perspectiva histórica, os principais reinados, personagem e fatores que contribuíram para o progresso de tal campo.

Lisboa foi um funcionário-naturalista típico, pois soube aplicar seus domínios das ciências naturais em favor do serviço régio. Como sugeriu Morton e depois Pádua, em 1796, quando Lisboa se encontrava em Portugal, este teria sido chamado pelo ministro Coutinho, que acabara de assumir a Secretaria da Marinha e Ultramar, para elaborar uma política de cunho reformador para a questão das matas da Bahia. Como veremos melhor no capítulo III, esta participação faz sentido se consideramos que Lisboa era baiano e grande conhecedor da região, além de ser um dos intelectuais mais preparados na “física dos bosques”.²⁴⁰

Além de ter sido um dos mentores de um projeto político que chegou à Bahia um ano depois e que determinou o monopólio real de “todas as matas à borda da costa e dos rios navegáveis”²⁴¹, através da Carta Régia de 13 de Março de 1797, foi nomeado ainda, em 1796, para o cargo de juiz conservador das matas na Comarca de Ilhéus, magistratura inédita para as possessões coloniais do império português.

²⁴⁰ MORTON, F. W. O. "the royal timber in late colonial Bahia. In: *Hispanic American Historical Review*, 58:1, pp 41-61, fev, 1978 e; PADUA, *Um sopro de destruição*.

²⁴¹ Carta Régia para Dom Fernando José de Portugal, Queluz, 13 de Março de 1797, Rio de Janeiro, *Biblioteca Nacional*, n° I-1, 4, 8.

Assumi a responsabilidade de pôr em prática, a partir de 1797, tal política, realizando uma série de tombamentos de terras públicas, criando mapas, estabelecendo uma fiscalização mais severa junto aos particulares que só poderiam extrair madeiras em suas próprias propriedades mediante licença expedida pelo próprio juiz. Além disso, deu andamento à confecção do primeiro *Regimento dos cortes de madeira* da colônia brasileira, de 1799, o qual ficou conhecido como “plano” para as matas.²⁴²

O papel desempenhado por Baltasar da Silva Lisboa é revelador da centralidade botânica da Bahia Atlântica. Não só foi dali que surgiu um dos maiores peritos no tema das matas ao serviço régio, como ele foi destinado para executar novamente ali um audacioso plano político para as matas, agricultura e ervolaria, subsidiado pela botânica, ciência na qual se destacou em seus estudos em Coimbra. Cabe-nos admitir que esta periferia política, econômica e cultural do império português, inverteu, sob um determinado aspecto, a relação com Portugal, tornando-se um centro botânico e tornando-se peça chave na política reformista da coroa para o Brasil

A relação entre os saberes botânicos e o Real Serviço também foi observada por Maria Beatriz Nizza da Silva ao relatar que,

O zeloso funcionário lamentava que as pessoas empregadas nas matas no “falquejamento dos paus” por vezes fizessem cortes prejudiciais “pela ignorância dos princípios e conhecimentos agrônomos”. Ignorando as partes constitutivas de cada árvore, arriscavam-se a cometer erros e, por essa razão, ele descreve minuciosamente cada uma delas, colocando sempre no fim seus usos.

Os conhecimentos botânicos a serviço do projeto régio também foram fundamentais para o reconhecimento régio da dedicação de Joaquim de Amorim Castro. Assim como Baltasar da Silva Lisboa, Castro era membro da geração coimbrana de 1790²⁴³ e tornou-se perito em botânica. Empreendeu um amplo levantamento nas matas da Vila de Cachoeira, onde atuou, a partir de 1787, como juiz de fora e dedicou à Rainha uma “singela coleção de

²⁴² CAMPOS, *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*.

²⁴³ MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do Império luso-brasileiro”, In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Cf. ainda CRUZ, Ana L. R. Barbalhos da; PEREIRA, Magnus. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. In: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 9, p. 205-228, 2009.

madeiras” que, segundo ele, formava “um dos ramos mais interessantes da riqueza natural do seu império”²⁴⁴.

Dentre seus trabalhos, é possível encontrar a *Memória sobre o tabaco na vila de cachoeira*, bem como seus estudos sobre a *cochonilha*, além de outras ervas naturais. Sua produção revela um naturalista antenado com a política da Coroa para a Bahia Atlântica, angariando esforços botânicos para a exploração racional das madeiras, de variadas culturas agrícolas, sobretudo, tabaco e ervolaria, em geral.²⁴⁵ Demonstrou ter ciência da importância de seu trabalho quando alertou à Rainha os “erros” da falta de conhecimentos aplicados à produção de tabaco. Em suas palavras: “Senhora, a quantos erros se não acham sacrificadas a cultura e manufatura deste gênero pela total inércia e *falta de observações* dos mesmos lavradores, que concorrem muito para sua ruína”²⁴⁶.

Tereza Kirschner já havia destacado o zelo de Castro pelo desenvolvimento da região a partir dos saberes de história natural quando observou,

Durante alguns anos dedicou-se às investigações sobre o cultivo do tabaco e sobre as madeiras da região, o que foi tema de vasta correspondência com os Secretários da Marinha e Ultramar, Martinho Mello e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, bem como com o Governador da Capitania, Dom Fernando José de Portugal. Suas pesquisas na área de botânica mantinham-no em contato com seu ex-professor de História Natural em Coimbra e com a Academia Real das Ciências de Lisboa.²⁴⁷

Outro naturalista atento no papel da história natural para o desenvolvimento da região foi José de Sá Bittencourt e Accioli. Irmão mais velho de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, mencionado acima, nasceu em Minas Gerais, em Caeté, no ano de 1755 e faleceu no mesmo local em 1828. Seguindo para Coimbra, bacharelou-se em filosofia natural, em 1787, o que sugere, mais uma vez, assim como ocorreu com a família Lisboa, o caráter restrito do circuito de estudantes brasileiros que foram ao Reino estudar naquela instituição.

²⁴⁴ Memória para a Rainha... In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v.32, 1910, p. 116.

²⁴⁵ Cf. Memória sobre tabaco em LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973; Carta à rainha [D. Maria I] sobre a cochonilha e a sua cultura no termo e sertão da referida vila. Bahia, 27/7/1789. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 191, D. 14000*; Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica. Cachoeira, 20/1/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 200, D. 14447*.

²⁴⁶ Apud SILVA, Bahia, a Corte da América, p. 468. Grifo nosso.

²⁴⁷ KIRSCHNER, Tereza. Tradição e Reformismo. In: *Penélope*, nº 30/31, pp. 79, 2004.

A documentação sobre Bittencourt e Accioli aponta que, logo após se formar, estabeleceu, dentre outras coisas, uma pequena fábrica de cerâmica em sua terra natal. Teria vivido ali até o episódio da Inconfidência Mineira, ocasião em que foi acusado de ter participação e obrigado a uma retirada para o território baiano. Quando chegou à Bahia, Bittencourt e Accioli foi preso, mas logo em seguida solto por sua tia, que pagou uma alta quantia em ouro pela sua absolvição.²⁴⁸

Apesar desse episódio, Bittencourt e Accioli foi encarregado, entre 1799 a 1808, das explorações mineralógicas e inspeção da mineração de salitre, na região de Montes Altos, na Bahia.²⁴⁹ Ali, este naturalista propôs a construção de uma estrada ligando a área à costa, instalou uma fábrica de salitre e escreveu pelo menos duas memórias sobre o tema.²⁵⁰ Certamente, esses estudos foram as grandes responsáveis por seu acesso à Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual se manteve como sócio correspondente.

Estas expedições pelo sertão da Capitania da Bahia renderam-lhe também, a partir de 1799, o posto de coronel de milícias no dito território, o que nos permite refletir sobre dois pontos importantes. O primeiro diz respeito ao caráter militar dessas expedições filosóficas, o que além de apontar a íntima relação existente entre as atribuições específicas de um coronel Real com a de um naturalista coimbrão, também garantia a Bittencourt e Accioli um maior poder de comando sobre os membros de suas expedições.

O segundo ponto está ligado à trajetória do capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto que, apesar de não ser um naturalista de formação, mas militar, encontrou respaldo e acesso nos circuitos científicos portugueses da época, pois, além de suas habilidades no trato com a filosofia natural, também detinha os importantes atributos de um comandante militar, o que facilitou suas jornadas pelo território do sul da Bahia, tão cheio de adversidades e perigos.

Apesar da documentação e da historiografia sobre Bittencourt e Accioli dar maior visibilidade ao período em que desempenhou os estudos com as nitreiras da Bahia, não é esse momento de suas atividades naturais que nos interessa, mas sim o já citado período

²⁴⁸ NEVES, *Caminhos do sertão*.

²⁴⁹ Região próxima a atual cidade de Caetitê no sudoeste da Bahia.

²⁵⁰ Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt Accioli. *IHGB, Lata 109, pasta 4 e*; Memória sobre a viagem do terreno Nitroso (dos Montes Altos da Bahia). 1800. *Manuscritos da BN, 11, 2, 14*. Utilizamos o trabalho de CRUZ, *Verdades por mim Vistas*, para os dados referentes à trajetória de Accioli.

após sua chegada das minas. O naturalista instalou-se na região de Camamú, uma das vilas do território norte da Comarca de Ilhéus e, ao longo de uma década, dedicou-se à sua propriedade, produzindo algodão, mandioca e, possivelmente, cana-de-açúcar.²⁵¹

Utilizando sua experiência de filósofo natural e proprietário de terras, produziu, em 1798, uma memória na qual se dedicou às observações da cultura dos algodões e da mandioca, apresentando o que considerava como os fatores de “decadência” dessa última.²⁵² Um ano depois, como veremos no Capítulo III, escreveria algumas observações sobre um plano Real para a conservação das matas, cujo teor apresentava uma política monopolista e feria diretamente os interesses dos particulares da região, inclusive dele próprio.²⁵³

Novamente nos deparamos com um funcionário-naturalista engajado no serviço Régio e aplicando seus conhecimentos de filósofo a serviço da dinamização da Real Fazenda. Uma análise das memórias de algodão e mandioca também pode ser encontrada no capítulo IV deste trabalho.

Finalmente, devemos reconhecer a centralidade baiana a partir da intenção de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho em ali estabelecer uma instituição estratégica para a política botânica imperial ao longo do mundo, o Jardim Botânico de Salvador. Esta desconhecida instituição dos trabalhos históricos sobre a Bahia colonial foi administrada por um dos personagens, igualmente, mais desconhecidos de nosso trabalho, Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt. Ao longo da pesquisa, temos encontrado um conjunto de evidências que revelam o importante papel desse naturalista na construção e administração de um jovem jardim, em Salvador, melhor analisado no capítulo V.

Bittencourt não seguiu a trajetória acadêmica dos demais estudantes brasileiros que rumaram à Coimbra para, conjuntamente, com seu mestre Vandelli, empenhar-se no estudo da filosofia natural. O naturalista do jardim baiano estudou medicina em Montpellier, na França, e, provavelmente, inseri-se no circuito científico da Europa que encontrava grande espaço na França.

²⁵¹ PÁDUA, *Um sopro de destruição*.

²⁵² ACCIOLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no termo da Vila de Camamú, Comarca dos Ilhéus, na Bahia*. Apresentada e oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil por José de Sá Bittencourt e Accioli. Lisboa. Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

²⁵³ Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt e Accioli. (atribuído a). Rio de Janeiro, *Manuscritos da Biblioteca Nacional nº 22, 1, 9*.

Não sabemos, ao certo, que tipo de conexão este naturalista tinha com os irmãos Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e José de Sá Bittencourt e Accioli, mas a julgar por seus tradicionais sobrenomes *Câmara* e *Bittencourt*, Inácio provavelmente pertenceu à mesma família abastada dos dois coimbrões.

Sabemos, no entanto, que foi indicado, em 1799, pelo Governador da Bahia ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, para prontificar a instalação das dependências do jardim e ser o seu diretor.²⁵⁴ Em ofício de 17 de Maio de 1800, por exemplo, o governador observava: “mandei registrar na Junta da Real Fazenda, a fim de se satisfazer a Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt a pensão anual de 400\$000 rs., que já principiou a cobrar”.²⁵⁵

Bittencourt escolheu e indicou os terrenos apropriados, mas por resistência de alguns proprietários em vendê-los, enfrentou alguns contratemplos na efetiva implantação do jardim. Datam de 1802-03 as primeiras evidências de funcionamento da instituição, mas ainda é difícil avaliarmos o nível de sua atuação no circuito imperial de transposição de espécies coloniais para o jardim da Ajuda e demais centros portugueses de aclimação.²⁵⁶

Do ponto de vista de sua estruturação física, o diretor sustentava que o jardim devia ter à entrada uma parte ampla e plana para serem dispostas as plantas que se cultivassem e para possibilitar a um professor fazer a instrução da mocidade desejosa dos estudos de medicina, cirurgia ou farmácia. As plantas vividouras ocupariam um outro canteiro, onde “os curiosos e os estudantes” encontrariam objetos para suas observações.

As plantas das capitanias mais frias como São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul exigiam um lugar baixo e úmido para a sua cultura. Um outro espaço seria destinado às árvores, “que se devem deixar crescer livremente para conservarem a sua verdadeira configuração”. Um quarto recinto, abrigado, se destinaria para as sementeiras, com “canteiros bem estrumados” para se semear as plantas medicinais, as hortaliças novas na Bahia e os vasos de plantas exóticas vindas do estrangeiro, vindas dos diversos jardins botânicos do mundo. O terreno para um bom jardim deveria ainda oferecer um lago para

²⁵⁴ Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. *Manuscritos da BN, II- 30, 06, 4.*

²⁵⁵ Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 17 de Maio de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc n° 20.550. p. 1*

²⁵⁶ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN, II-33,26,27.*

abrigar as plantas aquáticas e um local apropriado para a construção de casas a abrigar algumas espécies não resistentes ao calor tropical. Por fim, seriam necessárias providências nos termos do terreno para as acomodações dos empregados.

Bittencourt observou que, além das características propícias descritas acima, o terreno deveria estar bem localizado na cidade, uma vez que: “as obras do rei jamais se devem fazer em lugares retirados, mais sim nos mais públicos e vistosos, para melhor realçar sua real grandeza”. Torna-se mais claro o grande empenho do diretor em adquirir o terreno definitivo, uma vez que era bem situado, visível de três lados e cômodo para se freqüentar, “sendo o passeio ordinário dos habitantes desta cidade, e dos que aqui desembarcam”.²⁵⁷

Enfim, vistos numa relação inextricável, a Bahia serviu ao império como um palco botânico privilegiado para o desenvolvimento de uma política natural de diversificação e potencialização da exploração dos recursos naturais. A segunda parte desta tese pretende analisar essa política a partir de suas três frentes vegetais mais importantes: madeiras, culturas agrícolas e ervas.

²⁵⁷ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN II-33,26,27.*

**PARTE II:
POLÍTICAS PARA A FLORA NA BAHIA
ATLÂNTICA**

CAPÍTULO III - A BOTÂNICA E AS MADEIRAS NA BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL

A Marinha do Brasil que, sem duvida, pode competir com a marinha inglesa e entrar no mesmo detalhe político dela, se não de dominar o oceano, de ter, pelo menos, uma grande influência nele, ainda se acha neste plano muito longe de se realizar. Não é a falta de estaleiros próprios, nem das matérias necessárias para a construção, o que nos faz perder esta vantagem. Além de outros motivos, é uma boa administração nos cortes das madeiras o que nos causa a principal dificuldade.²⁵⁸

A madeira foi um recurso básico no todo período moderno e na dinâmica dos impérios. Foi notável o esforço de Felipe II, chefe do império mais poderoso do século XVI, o espanhol, na construção de sua grande armada, conhecida como invencível, na guerra marítima travada contra os ingleses. A derrota espanhola representou o início de uma nova correlação de forças imperiais na qual a Coroa inglesa se tornou hegemônica. Esse jogo de poder foi possível, em grande parte, pelas madeiras e pelos conhecimentos práticos de suas aplicações na indústria naval moderna.

Discutiremos, neste capítulo, a política para as madeiras coloniais da Coroa portuguesa, a partir da experiência baiana, problematizando o papel da botânica em sua constituição. Para tanto, trataremos da necessidade régia por madeiras que culminou, na Bahia Atlântica, na criação da Intendência dos Reais Cortes de Madeira, em 1780, e no processo de regulamentação dos Reais cortes de madeira, na década de 1790. Por fim, veremos a tensão existente entre o centro da política científica (Reino) e a periferia (Bahia) na idealização da efetivação dessa política monopolista para as matas baianas.

Essa discussão objetiva dar visibilidade ao contexto em que se constituíram os saberes e práticas botânicas na Bahia colonial, reafirmando a relação existente entre tal campo disciplinar e a política imperial. Para tal, problematizaremos leituras que apresentam a botânica pela sua feição meramente taxonômica, classificatória e desprovida de uma ação política direta no horizonte de dominação dos impérios. Com isso, daremos a devida

²⁵⁸ Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus pertencente à Capitania da Bahia. Domingos Alves Branco Muniz Barreto. (Atribuído a). Rio de Janeiro. 1790. *Manuscritos da BN, I-12,2,11*, p. 01.

atenção aos conhecimentos naturais como elementos dinamizadores das realidades políticas modernas, sobretudo, coloniais.

3.1 – A Coroa e as madeiras na Bahia atlântica.

Desde o regimento de Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil, a partir de 1549, a Coroa já estabeleceu cuidados com o uso das madeiras de construção da colônia. Ao longo dos quase três séculos seguintes, houve momentos de maior ou menor controle sobre esse recurso, mas o tema foi recorrente na administração da América portuguesa.²⁵⁹ Medidas políticas pela conservação das matas coloniais estão presentes desde muito tempo e, gradualmente, foram se tornando um tema de grande interesse para a Coroa portuguesa no Brasil. Segundo Margareth Ferreira dos Santos,

Os Regimentos de 12 de Setembro de 1652 e de 15 de Outubro de 1751 impunham proibições ao corte de certas madeiras, estabelecendo algumas providências a serem seguidas pelos fazendeiros. Também os decretos de 23 de Setembro de 1713 e de 11 de Março de 1716 mandavam conservar as matas e bosques, para utilidade pública e proveito real.²⁶⁰

A importância das madeiras advinha de seu papel central na cultura material da era pré-industrial, quando diversos aspectos da vida social eram organizados a partir da fibra lenhosa. Casas, móveis, meios de transporte, caixas, utensílios domésticos diversos, obras de arte, variados tipos de ferramentas de trabalho, cercamentos e até navios que atravessavam os oceanos eram construídos com madeira.

Nos primeiros três séculos de contato entre os portugueses e os indígenas da América, os lusos logo aprenderam os nomes das madeiras que, por sua vez, foram associadas a determinados usos. Não demorou muito para perceberem que estavam diante de um vasto campo de possibilidades no uso das diversas qualidades de fibras existentes no Brasil. Essa

²⁵⁹ CASTRO, Carlos F. de Abreu. *Gestão florestal no Brasil Colônia*. Brasília-DF, 2002. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Gestão Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

²⁶⁰ SANTOS, Margareth Ferreira dos. Manifestações pela Conservação da Natureza no Brasil (1784-1889). In: *Revista Uniara*. n° 16, 2005. p. 16. Em Portugal havia uma magistratura denominada Monteiro-mor, responsável pela guarda geral das florestas (ou “montes”, como ainda hoje se diz na península ibérica). Suas tarefas foram definidas por cartas régias, antes mesmo do século XV, e seu Regimento foi estabelecido em 1605.

realidade contrastava com a homogeneidade dos pinhais do hemisfério norte e apresentou possibilidades muito mais complexas e, evidentemente, vantajosas a Portugal.²⁶¹

Após 1640, a nação saiu da unificação ibérica com sua economia bastante prejudicada. Sua marinha já não apresentava o mesmo esplendor quinhentista devido à política espanhola de descuido com a frota portuguesa, agravada com os confrontos contra os holandeses, na primeira metade do século XVII. Calcula-se que mais de oitenta por cento da frota lusa tenha sido dominada pelo inimigo entre os anos de 1647 e 1648.²⁶²

Ao longo do século XVIII, Salvador se tornou o principal porto e estaleiro do império português. Como disse José Roberto do Amaral Lapa, “foi o porto da Bahia, uma espécie de pulmão por onde respira a colônia”.²⁶³ A importância das madeiras baianas não deve ser subestimada, pois, já em fins dos setecentos, a maioria da frota naval sob bandeira portuguesa havia sido construída nesse porto.²⁶⁴

O navio de madeira foi, para Miller, a mais importante expressão da cultura material em Portugal, durante o período moderno. Com ele, os portugueses dispuseram de uma ferramenta bem eficaz na expansão do império, dominação dos povos e comercialização dos produtos europeus.²⁶⁵

Na Bahia, a relação estabelecida entre a construção naval dos “vasos” da carreira da Índia que, tradicionalmente procuravam este porto para arribar, com suas matas foi estudada por Amaral Lapa. Segundo ele,

Tendo a marinha da época na madeira sua matéria-prima essencial, não demorou para as requisições de carpintaria naval do Salvador darem margem a próspera atividade extrativista, com todo um complexo de alternativas implicações econômicas naquela nascente sociedade colonial.²⁶⁶

²⁶¹ DEAN, Warren. A Botânica e Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, p. 216-228, 1991.

²⁶² Cf. MAURO, Frédéric. “Political and Economic Structures of Empire”. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge UP, 1987, p.51.

²⁶³ LAPA, José R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968, p. 02.

²⁶⁴ DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Cia das Letras, 1996; MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees – Portuguese Conservation and Brazil’s Colonial Timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

²⁶⁵ MILLER, *Fruitless Trees*, p. 04.

²⁶⁶ LAPA, *A Bahia e a Carreira da Índia*, p. 25.

Como mostra Marcelo Henrique Dias, em fins do século XVII, as principais matas em que eram extraídas as madeiras para a armada Real eram do Recôncavo baiano. Contudo, a pressão sobre a busca das madeiras nessa região, fez com que “os senhores de engenho do Recôncavo se mostrassem contrários ao desenvolvimento dessa indústria”.²⁶⁷ Como consequência, essa elite local, “com todo seu poder de influência nas decisões da administração, acabou por exercer forte oposição ao desenvolvimento das atividades madeireiras e de construção naval em Salvador e no Recôncavo.”²⁶⁸

Gradativamente, a atividade do corte de madeira foi sendo projetada para as matas ao sul na Comarca de Ilhéus. Ali, os Jesuítas tornaram-se senhores de ricas extensões de terras na região da Vila de Camamú e fabricantes privados nas matas do entorno das Vilas de Cairú, Boipeba e do rio Jiquiriçá supriram, por muitos anos, a necessidade da Coroa por pranchões e tabuados.²⁶⁹

Quando a Coroa decidiu, a partir de 1716, administrar seus próprios cortes de madeira, o sistema adotado foi o de feitorias²⁷⁰. Essa medida visou amenizar os custos com as madeiras nas encomendas oficiais oriundos dos estaleiros de Salvador e Lisboa. As primeiras feitorias se localizavam nas matas ao redor da Vila de Cairú²⁷¹, mas ao passo em que se descobriam novas áreas extrativistas, outros cortes como os de Mapendipe, Una e Jequié surgiram, passando a integrar a Inspeção dos Reais Cortes de Madeiras da Comarca de Ilhéus, em 1780.²⁷²

Para a compreensão desse processo de centralização do controle das atividades dos cortes, faz-se necessário sua vinculação ao crescente interesse da Coroa na região. No bojo da política reformista pombalina que expulsou os poderosos Jesuítas de Ilhéus, a Coroa

²⁶⁷ DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 196, 2010.

²⁶⁸ DIAS, A floresta mercantil, p. 196

²⁶⁹ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Capítulo V.

²⁷⁰ As feitorias consistiam em unidades de cortes abertas em locais estratégicos nas matas, contendo uma estrutura administrativa própria e obedecendo às instruções do inspetor das Madeiras.

²⁷¹ Dos estaleiros da feitoria de Cairú, na atual cidade de Cairú no Baixo Sul baiano, foram remetidas para a ribeira de Salvador, além dos tabuados e pranchões de vinhático e potumujú, diferentes tipos de peças prontas para uso na construção naval, a exemplo de couçoeriras, mastros, suporte de mastros, quilhas, talões de quilha, vãos, coices de popa e proa, mastaréus, curvas, liames, pés de carneiro, barras de cabrestante etc. Quanto à periodicidade das remessas, estas se faziam anualmente, pelo que se pode aferir do exame das correspondências entre os governadores e os administradores da feitoria. Cf. DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, 2007.

²⁷² DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, 2007.

anexou duas importantes Capitâneas com ricas reservas de matas litorâneas, em 1759, (Porto Seguro) e 1761 (Ilhéus). Essas capitâneas foram anexadas à Capitania Real da Bahia transformando-se em suas Comarcas. Essa reorganização político-administrativa do território baiano teve, a nosso juízo, um caráter estratégico no abastecimento de madeiras para o Arsenal da Coroa. Vale ressaltar que a disputa entre os interesses Régios e os particulares por este recurso cresciam a passos largos nas últimas décadas do século XVIII.

A administração dessa atividade não se mostrou uma tarefa fácil. Há inúmeros indícios, na documentação florestal baiana, de corrupção, desvios de erário público, métodos inadequados de execução dos cortes, bem como críticas ao sistema extrativista Régio, feitas ao longo de anos por um conjunto de funcionários preparados na Universidade de Coimbra e agremiados pela Coroa no real serviço.

Essas observações sugerem o amadurecimento no seio da alta política portuguesa da necessidade de racionalização do uso das madeiras. Defendemos que esse gradativo amadurecimento das autoridades locais e metropolitanas sobre a necessidade de um controle mais rígido do Estado no cuidado das matas esteve associado ao ideário botânico de conservação e utilidade prática desse recurso. Nesse ideário, ao mesmo tempo em que subsidiou um olhar mais racional sobre os recursos naturais da colônia, a botânica auxiliou a construção de um “plano” de monopolização das madeiras, na Bahia, em fins do século XVIII.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto destacou, em uma de suas memórias sobre o corte das madeiras, um histórico da administração da intendência e sugeriu uma série de melhorias aos métodos utilizados nessa atividade. Buscando a “experiência” como fonte de suas observações, o capitão chamou atenção para o inadequado método utilizado no corte dos paus,

O mau método com que se cortavam os paus era outro golpe fatal para a Real Fazenda. Porque era feito o seu falquejo sem exame algum nem atenção ao estado em que se achava o pau nem às dimensões pedidas. O que também algumas vezes procedia das informes relações, que para esse fim se remetiam pelo Arsenal da Marinha da cidade da Bahia, seguindo-se disso o prejuízo da Real Fazenda e outras vezes dos fabricantes, a quem obrigavam a aceitar os paus refutados, apesar de não proceder deles o erro das bitolas.²⁷³

²⁷³ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscritos da BN, I-12,2,11*. p. 03.

Barreto sustentou que a escolha das árvores destinadas à confecção das peças era feita “sem exame algum”, acarretando, com isso, “o prejuízo da Real Fazenda”. Para o ilustrado, o devido procedimento deveria, primeiramente, atender à correta identificação da espécie mais adequada para cada tipo de peça. Esta deveria ser uma condição fundamental para que os “informes” remetidos “pelo Arsenal da Marinha” e os “fabricantes” pudessem contribuir para o devido corte.

Em sintonia com um seletivo grupo de naturalistas a serviço da Coroa, o capitão deixou clara a necessidade da Coroa de mapear a variedade de espécies e identificar os seus melhores usos de construção. Em que pese os saberes centenários dos produtores de embarcações na Bahia, seja na sua transmissão oral ou na acumulação de erros e acertos em suas experiências de trabalho, o conhecimento sobre a utilização das diversas madeiras baianas na indústria naval estava ainda por ser sistematizado.²⁷⁴

A atividade do corte de madeira encontrava-se amparado nas experiências localizadas dos fabricantes de madeira. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho um dos mentores das políticas naturais para a colônia brasileira, escreveu para o governador geral da Bahia, Dom Fernando José de Portugal ainda em 24 de Outubro de 1797 alertando para que se atentassem para os melhores tipos específicos de madeiras empregados. Coutinho alertou, por exemplo, que nas ocasiões em que fossem “muito necessária madeiras tortas”, os práticos deveriam aproveitar as que naturalmente tinham a curvatura para o dito serviço. Segundo ele, uma das possibilidades seria,

tirar as ditas madeiras das raízes das árvores que se cortam, por serem as raízes as que mais facilmente tem a configuração que se requer. Isto se tem praticado no Pará, onde tem vindo excelentes curvas tiradas das raízes das árvores.²⁷⁵

O trecho acima reafirma, em primeiro lugar, a necessidade do aprimoramento do conhecimento botânico na atividade dos cortes que ainda estava por ser feito. Essa ciência seria, no pensamento do ministro ultramarino, condição indispensável para o aumento do

²⁷⁴ MILLER, *Fruitless Trees*; DEAN, *A ferro e fogo*, 1996; DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*, 2007.

²⁷⁵ Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal, informando sobre as madeiras de construção e a retirada das raízes das árvores. Queluz, 24 de Outubro de 1797. *Anais do APEB* n° 57, Vol 83, Doc n° 61. p. 235.

conhecimento das melhores espécies para os específicos usos. Em segundo lugar, revela o papel da correspondência como mecanismo de socialização do saber, num mundo de dimensões imperiais.

Outra prática adotada nos cortes que recebeu críticas dos observadores contemporâneos foi o método utilizado no transporte dos paus. O capitão Barreto observou em sua memória que, à medida que as feitorias foram se estabelecendo e a atividade de extração avançando, os “paos” foram retirados cada vez à distâncias maiores das vilas, o que demandou a presença de maiores quantidades de juntas de bois para o arrasto, técnica convencional de deslocamento das madeiras. Segundo o capitão, este método devia ter sido há muito revisto. Em suas próprias palavras,

O informado método de conduzir também os paus ao porto de embarque unicamente pelos arrastos de bois, sem atender a nenhum outro meio físico que fizesse não só diminuir a força, mas desse brevidade, principalmente no arrasto dos paus tortos, cuja volta embaraça muito nas estradas, atrapalhando a brevidade da condução, servia de grande prejuízo à Real Fazenda.²⁷⁶

Ainda segundo Barreto, o problema relatado acima poderia ser evitado “com a construção de carros pouco altos, que suspendessem os paus por baixo dos eixos o que, dependendo de pouca força”, evitaria também, “a mortandade de bois pelo método até agora estabelecido nos arrastos.”²⁷⁷ Outra técnica de transporte destacada pelo naturalista foi a do descimento das madeiras realizado pelos índios da Vila de Santarém, ao norte da Comarca.

Os indígenas eram, no entender de Barreto, uma valiosa fonte de trabalho e conhecimento. Ao longo de seus escritos, sempre denunciou os maus tratos ocorridos nos aldeamentos e as vantagens para o sistema de cortes reais com a utilização desses sujeitos. O naturalista defendeu uma participação mais ativa dos indígenas no processo de extração das madeiras como uma alternativa de melhorar a produção. Segundo ele,

São muito robustos para o trabalho áspero do campo, insignes conhecedores de madeiras de construção e peritos trabalhadores dos Reais cortes, abridores de novas estradas para a condução dos paus à

²⁷⁶ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscritos da BN, I-12,2,11*, p. 10.

²⁷⁷ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscritos da BN, I-12,2,11*, p. 10.

borda d'água e lugar do embarque e que fazem navegar muitos pondo-se a cavalo sobre eles por caudalosos rios e perigosos saltos d'água, para evitar rodeios impraticáveis e ás vezes de maior despesa à Real Fazenda.²⁷⁸

As observações de Barreto sobre o papel dos indígenas brasileiros no projeto colonial lusitano se tornam ainda mais relevantes se considerarmos que, em geral, seus contemporâneos naturalistas tinham visões bem diferentes sobre eles. Para Alexandre Rodrigues, por exemplo, “os índios foram concebidos como trabalhadores agrícolas e denunciados pela inércia, preguiça e resistência ao ‘mundo civilizado’” e seus “ritos e mitos não despertaram a curiosidade do naturalista”²⁷⁹.

Os problemas com a atividade de extração das madeiras contrastavam nas observações dos contemporâneos com a importância desse recurso para o Estado português. Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, também denunciou a ação devastadora dos roceiros que destruíam as matas sem nenhum critério de conservação e sem nenhuma preocupação com o replantio.²⁸⁰

O engajamento de Bittencourt e Sá pela questão das madeiras foi motivado pela importância econômica desse recurso ao Estado. Segundo ele, caso não fosse tomada alguma medida para sanar as devastações ocorridas na Bahia, os danos poderiam ser os mais diversos, afetando, especialmente, a Real Fazenda, pois,

pelo axioma de que ninguém dá mais do que tem, em um dado tempo vir-se-ão a consumir todas as espécies de preciosas madeiras que possuímos, para o que principalmente contribui o não renascerem as espécies primitivas. E senão houver grande cuidado a respeito daquelas terras vizinhas aos portos marítimos e de fácil exportação como a Comarca dos Ilhéus, que ainda não tem sido tão atacada, em breve tempo, as madeiras serão um gênero muito caro. E esta falta já tem sentido o Estado a alguns anos a esta parte.²⁸¹

Como podemos ver, o naturalista defendeu um “grande cuidado” com as madeiras como meio de coibir esse processo degradante ao Estado. Assumiu ainda a posição de que

²⁷⁸ Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia. *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 18.

²⁷⁹ RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *Revista Tempo*, 2000, p. 09.

²⁸⁰ Ensaio de descrição física e econômica da comarca dos Ilhéus na América. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. In: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, Vol. I, Lisboa, 1990 [1789].

²⁸¹ *Ensaio de descrição física e econômica...*, p. 44.

caberia à Coroa a responsabilidade por este cuidado. Bittencourt e Sá não estava sozinho, sendo seu pensamento compartilhado por um seleto grupo de funcionários naturalistas que defenderam uma ação mais enérgica da Coroa no sentido de coibir a depredação das matas com duas frentes de ação: leis e fiscalização. Essa dupla ação foi expressa no pensamento de Bittencourt e Sá, quando alertou aos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa que

Interessará muito ao Estado expedir não ordens meramente, porque algumas já as têm expedido, se bem que sem proveito. Mas ministros que vigiem e regulem o corte das madeiras indistintamente, obrigando os proprietários dos terrenos marítimos a conservar ilesas as de construção que, ocupando uma parte pequena de seu terreno, não danificam por certo a sua cultura.²⁸²

Bittencourt e Sá defendeu, dentre outras coisas, que a Coroa deveria obrigar a “todos” a se dedicarem “aos meios para a reprodução” das matas que os roceiros estavam destruindo. Embora a tarefa parecesse difícil, ele afirmava não lhe parecia “impossível”, de modo que isso seria um bom instrumento de manutenção de um “número determinado das ditas espécies”. Novamente, o argumento utilizado pelo futuro intendente Câmara foi econômico.

Se tivéssemos tomado há mais tempo estas medidas, possuiríamos grande cópia de madeiras de construção e não nos veríamos necessitados a mendigar e comprar por bom preço os carvalhos da Pensilvânia, para o travejamento dos nossos navios de guerra.²⁸³

Está claro que o controle e fiscalização da extração das toras valiosas eram muito ineficientes. Uma hipótese para a ausência de cuidados pode estar relacionada à crença de que as matas coloniais eram inesgotáveis. Mas isso ainda merece alguns estudos particulares. O fato é que a contabilidade portuguesa sobre o tema é omissa e repleta de confusões, com bem mostrou Barreto em sua memória:

A escrituração seguida tanto na inspeção dos cortes, pelo escrivão deles, no arsenal da Bahia e ainda mesmo na Contadoria Geral da Junta da Real Fazenda era a mais irregular e informe. Por qualquer delas, e ainda tendo todas à vista, era dificultoso ao mais hábil escriturário tirar um cálculo exato, nem ainda saber ao certo o custo de cada peça de construção. E mesmo quando se quisesse fazer uma conferência nas relações que

²⁸² *Ensaio de descrição física e econômica...*, p. 45.

²⁸³ *Ensaio de descrição física e econômica...*, p. 45.

acompanhavam as remessas dos paus, se não conseguiria uma sombra de exatidão, sem deixar passar muitas coisas em duvida e outras com a maior indulgência.²⁸⁴

O resultado dessa crise administrativa expresso nesse quadro de denúncias ao sistema da Coroa de extração de madeiras foi uma demanda pela racionalização de seus usos a partir dos conhecimentos botânicos. Já assimilada nas centrais científicas portuguesas, a botânica passou assim a subsidiar reformas nos métodos de cuidado, seleção, extração, aprimoramento e usos das madeiras brasileiras. Na Bahia, podemos ver esse processo a partir da análise de sua aplicação na Inspetoria dos Reais Cortes de Madeira, resultando numa das maiores reformas existente na legislação colonial sobre as matas.

3.2 – A ciência botânica a serviço da política madeireira

Consideramos que a botânica desempenhou um papel importante na construção de uma renovada política florestal para a América portuguesa, nas últimas décadas do período colonial. Na Bahia Atlântica, é possível analisar esse papel a partir de dois pontos de análise. O primeiro diz respeito à sua aplicação nos estudos e nas práticas de tratamento das madeiras empreendidos pelos naturalistas locais. O segundo está ligado ao surgimento de um conjunto de discursos conservacionistas sobre os bosques da região. Vistos conjuntamente, estes dois canais de expressão botânica subsidiaram a construção de uma política monopolista na última década dos setecentos baiano.

3.2.1 - Saberes e práticas botânicas no trato das madeiras

De acordo com Warren Dean, a virada do século XVIII para o XIX representou o primeiro momento de classificação botânica no Brasil. O perfil desta ciência foi profundamente influenciado pelas denominações indígenas, principalmente do ramo tupi, as quais chegavam a representar dois terços dos nomes comuns de árvores no Brasil.²⁸⁵ Mais tarde, ao longo do século XIX, a botânica se institucionalizou plenamente no país

²⁸⁴ Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus. 1800. Atribuída a Domingos Alves Branco Munis Barreto. *Manuscritos da BN, Ms 512 (47, doc. 2)*.

²⁸⁵ DEAN, *A ferro e fogo*, p.104.

utilizando majoritariamente o sistema binomial desenvolvido por Carl Linnaeus, na sua obra *Species plantarum*, de 1753.²⁸⁶

Não temos o objetivo de compor um quadro econômico-botânico das espécies arbóreas conhecidas na Bahia Atlântica, pois esta tarefa se apresenta por demais embaraçosa.²⁸⁷ O que desejamos discutir é a importância da botânica no estudo e valorização das madeiras para a vida colonial baiana. Mas não podemos desconsiderar que a assimilação dessa ciência na política vegetal resultou no mais impressionante conjunto de registros da flora colonial da Capitania. Levada a cabo pelos funcionários naturalistas aplicados na atividade, esses levantamentos, para Dean, “registram o estado das florestas costeiras na virada do século XIX; de fato, oferecem mais informação que qualquer outra coisa que foi escrita desde 1500 concernente à distribuição das espécies arbóreas”²⁸⁸.

A discussão sobre a importância das madeiras nas Capitanias brasileiras ainda apresenta diversas lacunas à espera de estudos futuros que indiquem dados mais confiáveis de preços, quantidades de extração por Capitania, variedade biológica, entre outros aspectos. Contudo, é relativamente consensual na historiografia que as madeiras tiveram grande importância na Bahia. Como alertou Diogo Cabral, foram “a Bahia e o Pará os mais importantes centros de construção naval da colônia”.²⁸⁹ Já o estudo de Miller aponta o Rio de Janeiro como o mais importante centro produtor de madeiras na colônia, mas se restringe no período de 1796 a 1819, o que nos parece bastante limitado para este tipo de conclusão.

A racionalização botânica no trato das madeiras atingiu na Bahia uma dimensão muito maior do que freqüentemente é reconhecida. A partir de 1780, abundam registros da utilização de argumentos racionais oriundo desse campo científico para sustentar “melhorias” no tratamento das madeiras.

²⁸⁶ Cf. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência: um Caso de Política*. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História Social.) Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo.

²⁸⁷ Alguns esforços nesse sentido podem ser vistos em MILLER, *Fruitless Trees*, Capítulo 01; CRUZ, Ernesto. “A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII”. In: *RIHGB*, v.234, 1957.

²⁸⁸ DEAN, *A ferro e fogo*, p.152.

²⁸⁹ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e Árvores no Ecúmeno Colonial*. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 123.

Baltasar da Silva Lisboa, um naturalista e leal funcionário régio que se tornou um dos maiores peritos no tema, considerava o trato com as madeiras o “mais importante ramo da indústria, defesa e segurança pública” do Brasil. Lisboa queixava-se, contudo, que, em que pese tamanha importância, as madeiras eram desprezadas pelas autoridades coloniais, “ficando exposto o grande Império do Brasil aos projetos dos infames invasores que tanto tem destruído pela pirataria a Marinha Mercantil”²⁹⁰.

Lisboa foi um dos maiores peritos na “física dos bosques” e um dos principais estudiosos das matas baianas do período colonial. Uma de suas mais notáveis memórias sobre o tema intitula-se *Princípios de física vegetal*, na qual o autor apresenta um vasto campo de questões sobre os cuidados diversos com as árvores, métodos adequados de corte, identificações de tipos mais apropriados para a produção de determinados objetos, entre outros temas.

Uma de suas principais propostas para as matas passava pelo papel desempenhado pela “polícia florestal”, pois, segundo ele,

Resta à nossa polícia florestal, salva guarda da conservação das matas, nosso tesouro, que a natureza tão benignamente liberalizou, conservá-las sãs, curando as enfermas e só praticando os cortes delas oportunamente. E aproveitando esse restante do tronco da árvore cortada, limpando-a e curando-a daquela grande ferida com o emplasto de argila, calissa e urina, cobrindo para que as águas não penetrem, pois que em torno vem rebentando novas vergôntes que, conservada, segurada e recebendo das raízes a substancia vegetante, em poucos anos se torna reproduzida da [boaclla?] que perdera.²⁹¹

A combinação de argila, calissa e urina, conjuntamente, com o rodízio nos cortes para poupar as árvores “enfermas” parece ter sido um dos meios mais usados para conter as grandes feridas nos troncos das árvores. Essa mistura também foi a base de um método conhecido como o “remédio de Forsyth” que, segundo Lisboa, consistia,

em cortada a parte danificada e podre, se serviu de um emplastro formado de mistura da bosta de boi, caliça, areia fina e cinza desfeita em urina e água de sabão, untando a ferida com um pincel, cobrindo-a com um pó seco composto da cinza de pau, com a mistura de uma 6ª parte de cinzas de ossos queimados deitados em um vaso com buracos,

²⁹⁰ LISBOA, Baltasar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviços de Museus da Cidade, 1941. Tomo I, p. 401.

²⁹¹ *Princípios de Physica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras*. 27 folhas. *Manuscritos da BN, I – 28, 9, 55, 2º Cap, p. 6*

sacudindo-lhe o pó sobre a superfície da composição, até ficar toda coberta por meia hora, pois que neste intervalo absorve a umidade, se repete o emplasto a ficar seca, aquela superfície e úmida.²⁹²

O remédio de Forsyth é um indício importante da racionalização do uso das matas no período colonial tardio, momento em que os produtos agrícolas e os vegetais extrativistas se tornaram, substituindo o ouro, os principais produtos da colônia. Num contexto em que as árvores de *potumaju*, *vinhático* e outras espécies de grande procura estavam se tornando mais raras nas matas próximas às Vilas ou aos cortes, o tratamento dos exemplares enfermos foi um valioso instrumento na obtenção dos pranchões e toras adequadas ao uso régio. Por outro lado, representa a aplicação dos princípios botânicos na atividade de corte de madeira no âmbito da intendência Régia.

Outro método que sugere uma racionalização subsidiada pelo conhecimento oriundo da botânica aplicado na intendência dos cortes, diz respeito à reprodução ou reflorestamento das matas já degradadas. Na memória sobre os *Princípios vegetais*, Lisboa mencionou,

Neste estado de coisas tão tristemente referidas, cumpre que a nação empregue todos os meios de estabelecerem-se as matas artificiais de madeiras de construção, promovendo e animando a sua reprodução, substituindo, deste modo, ao incalculável dano que a falta daquelas madeiras causara a uma e outra marinha brasileira, suposto não poder obter as peças de que carecem os grandes navios, poderá obter, assim, o suprimento de muitas peças.²⁹³

Para o desenvolvimento das “matas artificiais”, um dos meios de amenizar o “incalculável dano” que as marinhas no Brasil estavam sofrendo, na opinião de Lisboa, era o da promoção de medidas de reflorestamento. O sucesso dessa empreitada dependia estritamente de estar “encarregada à administração pessoas sábias nas ciências da botânica, física, agricultura e das construções”, pois só elas teriam o conhecimento necessário para a escolha dos terrenos que a “natureza das árvores tão variadamente reclamam à sementeira por estacas, em vergôntes, segundo a situação e o clima demandarem, fazendo as

²⁹² Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 12. William Forsyth (1737 – 1804) foi um botânico escocês e autor de uma célebre obra neste campo cujo título é *A Treatise on the culture and management of fruit trees*.

²⁹³ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 9.

observações do seu anual crescimento.” O método a ser aplicado ao reflorestamento deveria consistir no seguinte:

Decotando os ramos oportunamente no ápice afim de que a haste principal suba diretamente vigorizada pela substância vegetante, preferindo a cultura das *sicuperamerim*, *jetahj*, *paus de óleo*, *copaíba do vermelha*, que não são achadas em todas as partes, obtendo-se, assim, depois de 50 anos, a reprodução das árvores, que cumpre, cultivadas sobre as regras e observações da arte agrônoma e o interesse da marinha, fazem mister.²⁹⁴

Vale ressaltar que o critério utilizado para a reprodução das árvores é assentado num argumento econômico, priorizando aquelas “que não são achadas em todas as partes”. A necessidade econômica, portanto, parece ter sido a motivação central de aplicação dos conhecimentos botânicos nas políticas reformistas. A necessidade de aprimoramentos técnicos e científicos no âmbito da Intendência dos Reais Cortes para racionalizar a produção de madeiras, cada vez mais caras e raras, fez da botânica uma referência importante.²⁹⁵

A importância desses saberes foi reafirmada em passagem na qual Lisboa fez uma proposta mais ampla, em que a Coroa deveria mandar “demarcar sem a menor perda de tempo, em toda a extensão desta Capitania, os lugares da costa ou dos rios que desembocam no mar onde se acham matas”. Para tal, deveriam os seus funcionários produzir detalhados “mapas dos mesmos sítios” e levantar “as mais circunstanciadas informações” sobre tudo o que disser respeito às matas, “remetendo amostras das diferentes madeiras, indicando-se os seus nomes, propriedades, usos e quais são aquelas matas”.²⁹⁶

Novamente, constatamos a necessidade de um detalhamento das informações relativas às características das diferentes madeiras e os saberes botânicos como seus legítimos anunciadores. Curioso notar que anos mais tarde Lisboa seria encarregado de auxiliar uma Carta Régia que instituiu um monopólio do uso das madeiras-de-lei a partir de um argumento semelhante. Nesse processo, o próprio naturalista foi encarregado de assumir o

²⁹⁴ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 10.

²⁹⁵ Para uma discussão sobre os conflitos em busca das madeiras na Bahia Colonial, ver: MILLER, *Fruitless Trees*; MORTON, *The royal timber in late colonial Bahia* e; DIAS, *A floresta mercantil*.

²⁹⁶ Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das Madeiras, Ordens que a este respeito se tem expedido; Regulamento dos referidos cortes e estado atual desta dependência, até o dia 01 de Agosto de 1803 por Baltasar da Silva Lisboa, S. I. (Cerca de 1803). *Manuscritos da BN*. I – 31, 30, 27, p. 03.

cargo de juiz conservador das matas de Ilhéus a fim de, dentre outras coisas, realizar um tombamento das matas reais.

Em ofício para Martinho de Melo e Castro, D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, destacou, com base numa cultura náutica já consolidada, que o uso de madeiras de *aderno* e *massaranduba* eram mais apropriadas na fabricação de remos.²⁹⁷ Provavelmente, amparou-se nas observações que os naturalistas empreenderam com os indígenas e fabricantes de embarcações sobre os melhores tipos de madeira para cada peça.²⁹⁸ Esses exemplos são atestados de um novo “olhar” ilustrado no trato das matas, no qual os conhecimentos específicos da botânica eram um produto de uma política de Estado que visava melhores resultados econômicos.

O inspetor dos Reais cortes, Francisco Nunes da Costa, em Ofício de 23 de Junho de 1789, remetido para o governador da Bahia, alertou sobre o cuidado necessário aos homens públicos do bom conhecimento da matéria das árvores. No ofício, Costa distinguiu com propriedade duas espécies de árvores, como alerta para o uso indevido que havia sido feito de suas madeiras.

Primeiramente, devo dizer a V. Ex., que a verdadeira e vulgar denominação desta madeira não é *pesseba*, como se anuncia no aviso, mas sim *jequitibá* e por tal geralmente tratada e conhecida em todo o Brasil. Todas as matas [...] desta capitania abundam prodigiosamente desta qualidade de madeira, da qual há longos anos se faz um geral uso na serraria de água para caixões de açúcar, com o que se tem feito um estrago imenso. [...] Com eles se tem suprido a tantos milhares de caixões que servem a grande e anual exportação dos açúcares desta capitania e deles se formam toras que, serradas, produzem caixões e tampos de quatro e cinco palmos de largo, e que faz evidente que a tora deve ter quinze palmos de roda no seu diâmetro.²⁹⁹

A classificação das espécies utilizadas foi premissas básicas aos funcionários ilustrados nessa atividade. Baltasar da Silva Lisboa, que ocupou de 1796 a 1818 o cargo de juiz conservador das matas, não mediu esforços para isso. Nesse posto, pôde realizar com alguma facilidade um inventário de espécies destinadas à construção civil e naval,

²⁹⁷ Ofício do Governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro, no qual informa acerca das madeiras mais próprias para os remos das embarcações, aderno e massaranduba. Bahia, 30 de Agosto de 1790. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa n° 72*, Doc. n° 13850. 1790.

²⁹⁸ DEAN, *A ferro e fogo*, Cap. VI.

²⁹⁹ Ofício de Francisco Nunes da Costa para o governador da Bahia em que trata das madeiras do Brasil próprias para a mastreação dos navios. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 34, 1912. p.116.

intitulado *Riquezas do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. Ao longo desse estudo, é notável um precioso acúmulo de conhecimentos arbóreos brasileiros, sobretudo de experiência indígena, numa demonstração de assimilação dos saberes locais pela ciência européia. *Riquezas do Brasil* foi um trabalho destinado ao próprio Dom Pedro I, no início de seu império no Brasil, como podemos ver em sua dedicatória,

O prodigioso desvelo com que Vossa Majestade imperial tem começado a levantar monumentos da sua glória, dando tão ativas providências para ressuscitar a marinha deste império, antes reduzida à decadência e ruína, animou-me a suplicar a Vossa Majestade imperial a graça de permitir-me dedicar à graça de seu Augusto Nome esta singela coleção de madeiras. Elas formam um dos ramos mais interessantes da riqueza natural do seu império suscetível de indefinido progresso sob os auspícios da criadora política com que Vossa Majestade Imperial tem influído em todos os espíritos o mais inflamado ardor do bem público.³⁰⁰

Seguem algumas descrições de espécies de seu trabalho:

Cajueiro cultivado: é árvore de vinte a trinta palmos com um a dois de grossura. Floresce em julho e agosto; o seu fruto amarelo ou encarnado tem sobreposta uma castanha, que contém uma amêndoa de excelente sabor; a sua casca é urente e cáustica. Do sumo da fruta se extrai um vinho agradável, vinagre e aguardente. A fruta é de reconhecida utilidade na hidropisia e mal céltico. A resina que espontaneamente rebenta pelo tronco é em tudo igual no préstimo à goma arábica. Serve a madeira para cabos de machado.³⁰¹

Copaíba branca: difere das outras pela sua folhagem e folhas brancas, com as quais se embeleza em novembro em ramalhetes pelas pontas dos galhos. Serve nas construções da mesma maneira e tanto mais por ser mais elástica. Tem eterna duração sendo cortada nos minguentes da lua, depois do fruto sazonado e descascada no tempo do cio ou seva um ano antes. O que produz geralmente em todas as árvores a boa qualidade de madeiras, não racharem e converte-se o antecasco em pau perfeito. Faz-se também uso das *copaíbas* para caixões, que conservam a boa qualidade do açúcar.³⁰²

Jequitibá: é árvore de cem e mais palmos de cumprimento, com quatro e mais de grossura. Floresce em novembro. Serve para mastros dos navios,

³⁰⁰ LISBOA, Baltasar da Silva. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. Rio de Janeiro, 1823. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1968. p. 01.

³⁰¹ LISBOA, *Riqueza do Brasil em madeiras...*, p. 238.

³⁰² LISBOA, *Riqueza do Brasil em madeiras...*, p. 235.

por ser leve e elástica a madeira. Porém, apodrece em pouco tempo na carlinga. E também geralmente se usa de fazer canoas e caixões.³⁰³

Vinhático: é das árvores mais elegantes e majestosas das matas. Chega a cento e cinquenta palmos de comprimento, a trinta e dois de grossura. Floresce em dezembro pelos galhos que se cobrem de flores em espigas compridas, brancas miudíssimas. Serve para cintados, alcaixes, tabuados de cobertas, obras das salas. Para serem duráveis as obras, se carece pregar as tábuas com pregos de cobre, porque os de ferro abrem com a ferrugem buracos no lugar pregado. O *vinhático* pesado que vai ao fundo e que não pode vir por água, senão depois de ser o pranchão exporto por seis meses ao sol, é de melhor qualidade, a madeira revessa, são variegadas as suas cores com fitas de carmim, luzentes e belas.³⁰⁴

A partir desse extrato, podemos identificar algumas características principais da botânica produzida na Bahia. A primeira constatação é que no ambiente colonial, a botânica se adaptou à realidade local. Não só pelas subjetividades dos naturalistas baianos que identificavam a questão das madeiras como central para desenvolver sua própria realidade, mas também pelo tipo de olhar ali empreendido.

As descrições acima assumem um traço marcadamente utilitarista, vinculando diretamente os diferentes tipos de espécies arbóreas aos seus variados usos como tônica principal. A escolha prática já começava na seleção dos tipos de árvores da região, deixando de fora aqueles que não eram úteis. Ao apresentar as dimensões de altura e largura, o naturalista deixou claro seu interesse no porte da árvore, marcando suas dimensões para ressaltar seus potenciais como toras ou pranchões de madeira. O mesmo vale para as estações de florescimentos e para os tipos de frutos, quando havia, os quais foram associados aos seus prováveis usos na culinária, medicina ou tinturaria.

O capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto também dedicou seu tempo à frente da governadoria da Fortaleza do Morro de São Paulo para as observações botânicas e ao tema das matas. Também utilizou a Intendência dos Reais Cortes de Madeira como espaço de observação para produzir críticas e propostas ilustradas. Para um melhor aproveitamento das árvores nos cortes de madeira reais, propôs que se observassem o que considerava “a demasiada distribuição do suco nutritivo” das espécies. Segundo ele,

³⁰³ LISBOA, *Riqueza do Brasil em madeiras...*, p. 245.

³⁰⁴ LISBOA, *Riqueza do Brasil em madeiras...*, p. 258.

O crescimento das árvores e o bom estado em que elas se devem conservar é onde reside toda a vantagem e utilidade da marinha Real e mercantil. O seu rápido crescimento e grossura proporcional dependem de sérios exames e de certas operações. O corte de certos galhos que impedem a sua força vegetativa se devem fazer antes que atraiam a si a maior força nutritiva e o mesmo se devem fazer aos diferentes olhos que, ao pé da raiz, querem formar diversos troncos.³⁰⁵

Barreto argumentou que um método para “o bom estado” das árvores era empreender o ordenamento da distribuição do “veículo nutritivo”, canalizando-o para sua concentração nos troncos e ramificações principais. Nesse argumento podemos encontrar, mais uma vez, a utilização dos conhecimentos em fisiologia vegetal para constatar que a grossura de uma árvore estava diretamente ligada à concentração do “suco nutritivo” que se podia manter. Essa necessidade de ordenamento também está presente na maneira como, segundo ele, devia-se tratar as matas, pois “é evidentemente certo que se o suco nutricao se reparte por diferentes troncos, ficam estes muito débeis e delgados”, além do que, “no Brasil as raízes não aprofundam como na Europa e as árvores esgalham muito”. Com a reflexão fisiológica sobre as características das árvores brasileiras, Barreto acabou deduzindo ainda que,

Se parte destes galhos se não cortarem de tempos a tempos, os grandes ventos impelem as árvores. E sendo derrubadas, sucede muitas vezes, o levar, uma de menos préstimo, diante de si muitos e preciosos paus, sendo que, também por isso é necessário desafogar as matas, cortando as que forem inúteis. Com esta providência também os paus crescem e o ar que então circula, sem embaraço, engrossa não só os troncos, mas as suas ramadas. E estas pelos mesmos motivos se estendem, assim como as suas raízes, que são as que dão os grandes paus de volta, os mais custosos e necessários na construção e que por isso se deve também fazer que a certos galhos das árvores enquanto estão na sua infância se lhe dêem direções curvas, amarrando e enlaçando-os com piaçava, para suprir aquela impossibilidade.³⁰⁶

Na prática, tal ordenação do espaço florestal era impraticável, uma vez que a Coroa não dispunha de uma polícia florestal disponível para a função. Mas, em tese, essa proposta reflete o espírito dos ilustrados estudiosos das matas, uma vez que sugere uma racionalização de seus usos e mecanismos de reprodução. A proposta de manejo das árvores, com a limpeza das espécies e galhas desnecessárias aos reais cortes foi baseada na

³⁰⁵ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscrito da BN, I-12,2,11*, p. 11.

³⁰⁶ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscritos da BN, I-12,2,11*, p. 12.

experiência prática dos homens que lidavam com a diversidade e densidade da floresta tropical. Ela tinha o propósito de maximizar os resultados, minimizando os esforços.

Recorrendo às análises dos solos presentes nas matas americanas, um tema bastante caro aos estudiosos da botânica da época, Barreto estabeleceu uma correlação direta entre a quantidade de sais minerais existentes em um determinado tipo de solo e o seu processo de absorção pelas moléculas vegetais.

Como a resistência dos paus é o objeto mais essencial da construção, se devem preferir as matas cujos terrenos se encontre conformidade das suas moléculas com as partículas vegetais, cuja união fez os referidos paus sólidos, compactos e muito duráveis pelos sais que se lhe comunicam e de que abundam, principalmente quando as árvores se frutificam em terra preta da primeira espécie de Lyneu.³⁰⁷

Ao citar Lineu e seus estudos sobre os solos, Barreto dá mais uma mostra de suas incursões no mundo das ciências através de seu auto-didatismo. Os teóricos mais importantes da história natural são oportunamente lembrados nas observações e reflexões realizadas pelo Capitão. Isto é uma pista significativa de que tais teóricos eram estudados nas colônias, muito provavelmente a partir de coleções particulares.

As incursões pelos estudos dos mestres naturalistas da Europa serviram ainda de modelo para o estudo da natureza americana, como fica evidente na passagem acima. Nela, o capitão estabeleceu uma relação entre as “moléculas” e as “partículas vegetais”, identificando os melhores paus como resultado de uma boa combinação entre esses elementos. No contexto colonial de fins do século XVIII, no qual a agricultura voltou a ser a fonte tradicional de riquezas, o estudo dos solos passaram a ter grande importância.³⁰⁸

Além de averiguar a distribuição do “suco nutritivo” e de perceber com clareza a necessária relação do crescimento das espécies vegetais com a quantidade de sais minerais existentes no solo, Barreto também alertou para a necessidade de se estabelecer a poda das árvores no seu devido tempo, pois segundo ele, “o principal objeto do corte das árvores para servirem na construção, consiste não só na boa escolha delas, como já foi dito, mas no

³⁰⁷ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscritos da BN, I-12,2,11*, p. 14.

³⁰⁸ Cf. por exemplo, DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1968; WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 316, p.170-278, jul-set. 1977.

verdadeiro tempo em que se devem cortar”. Prática fundamental para o crescimento vegetal, a poda deveria estar assim “inteiramente apartada da sua mortal crise”, pois segundo ele, “uma árvore que se observa com copa triste e pouco elegância” poderia ser um indício de “vício” e por isso “incapaz de se tirarem delas peças para se empregarem na construção”.

Mais uma vez, os argumentos arrolados pelo capitão para suas propostas recaíam sobre uma dimensão econômica a partir de uma justificativa botânica. Essa relação era definida pela natureza utilitarista do pensamento ilustrado luso-baiano e orientou as observações sobre o papel da natureza americana na economia colonial de Portugal. Como o próprio Barreto ressaltou, os conhecimentos sobre as matas na Bahia Atlântica deveriam ser muito bem vindos para a Real Fazenda, pois, como ressaltou,

Os navios que são fabricados de paus de semelhante natureza (viciados), obrigam os construtores a multiplicar as peças para suprir a força pelo aumento delas, do que resulta ficarem os navios muito pesados. As árvores que se estão cobrindo de novas folhas também não devem ser cortadas, porque os seus veios se acham sem força e solidez. O corte feito na verdadeira cizão da árvore dá também uma grande vantagem à construção.³⁰⁹

Com este argumento, o naturalista sintetizou o papel do conhecimento botânico aplicado na produção: o fortalecimento econômico do Estado. Na mesma linha de raciocínio, Joaquim de Amorim Castro, juiz de fora da Vila de Cachoeira e botânico egresso da Universidade de Coimbra, argumentou em carta à Rainha sobre a importância dos cuidados com as madeiras. Segundo ele,

As próprias descrições de cada uma das madeiras fazem ver as suas qualidades, resistências, comprimentos, grossuras e os diversos usos a que as aplicam os naturais e por elas se pode ver no conhecimento que resultará da sua aplicação, a pública e geral utilidade dos arsenais Reais.
310

³⁰⁹ Memória sobre os cortes de madeira... *Manuscritos da BN, I-12,2,11*, p.13.

³¹⁰ Carta do Juiz de Fora Joaquim de Amorim Castro, dirigida à Rainha, na qual lhe oferece a seguinte memória sobre as diversas qualidades de madeiras. *Anais da BN, Volume 34, Ano 1912*, p. 159.

A justificativa para o emprego da botânica recaía na necessidade prática de zelar pela “pública e geral utilidade”. A partir do estudo das “qualidades” das madeiras, os colonos poderiam utilizar suas resistências e formas de modo mais adequado, reduzindo o risco do desperdício e, em se tratando de embarcações, de naufrágios e desvantagens bélicas. Baltasar da Silva Lisboa argumentou que, à luz das ciências naturais, “conhecemos a composição dos humores, o esqueleto lignoso e as diversas partes dos vegetais”³¹¹, dados indispensáveis ao bom uso social das madeiras na colônia.

Nessa discussão, encontramos dois argumentos recorrentes na tradição de intelectuais da transição do século XVIII para o XIX. O primeiro é a importância dos recursos naturais como elementos de dinamização da economia colonial. O segundo, refere-se à importância das ciências naturais como instrumento de potencialização desses recursos. Lisboa, ao justificar a importância dos “esclarecimentos da anatomia fisiológica e patológica” das árvores, expressou,

Examinados separadamente, por hora só consideramos as árvores debaixo das relações higiênicas e artes, terminando pelas enfermidades que as afetam mais geralmente, lembrando, o que a verdade e experiência ainda reclamam: os esclarecimentos da anatomia fisiológica ou patológica das mesmas árvores e cuja utilidade se devem haver e obter assim a marinha como as artes.³¹²

A importância da botânica para o trato econômico das madeiras foi um argumento presente nos relatórios produzidos pelos intelectuais ilustrados luso-brasileiros. Embora tais saberes e práticas fossem valorizados por esses homens de ciência, as condições para desenvolvê-los não eram as mais favoráveis. Baltasar da Silva Lisboa observou em *Princípios de física vegetal* que,

tenho examinado as nossas plantas pelos meios apontados na esperança de que as experiências nos fizessem conhecer a fisiologia vegetal. Contudo, não tinha sido bastante que nos aproximasse a evidencia para oferecer dúvidas fortes nesta nova carreira, que exige um gasto particular e assídua aplicação em uma ciência que se pode afirmar sermos entre nós, para o esclarecimento da higiene [rasura] e de poder, apresentar então o lisonjeiro quadro das riquezas geopônicas e agrárias brasileiras,

³¹¹ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 19.

³¹² Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 13.

achadas nas densas nuvens das roças das matas, os profundos conhecimentos da agricultura e física vegetal.”³¹³

Lisboa enfrentou um quadro de dificuldades típicas de um funcionário-naturalista que não dispunha de tempo integral para suas investigações, tampouco recebia os incentivos financeiros específicos para tal. Essa relação tensa, e por vezes, contraditória entre os diferentes encargos como agente do Império aparece reiteradamente na documentação do período. Como ele próprio observou, “os importantes objetos da minha comissão me privavam do tempo de me entregar aos exames e observações agrônomas sobre a física das árvores de construção, que pediam a mais acabada e constante meditação”³¹⁴.

Com efeito, embora os discursos dos funcionários-naturalistas tendam a reforçar as dificuldades no exercício da ciência, existem algumas evidências de que suas dedicações ao estudo da natureza funcionaram como um mecanismo de barganha pela ascensão social na burocracia estatal portuguesa. Como bem observou Kury, “as práticas científicas, mesmo que não fossem reconhecidas internacionalmente, cumpriam, muitas vezes, funções locais de manutenção de laços sociais e reconhecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem”³¹⁵. O juiz de fora da Vila de Cachoeira, por exemplo, observou à Rainha na dedicatória de sua *Memória sobre as árvores* da dita vila que,

A obrigação, Senhora, de fiel vassalo e o desejo de adquirir novos conhecimentos sobre todos aqueles objetos que possam de algum modo utilizar o Estado para mais aptamente me empregar no Real Serviço de V. M. são as verdadeiras causas e os verdadeiros sentimentos que me fazem pôr humildemente na Real presença o resultado de meus trabalhos e observações. Para que merecendo na Alta Mente de V. M. a benigna e real consideração, se reconheça e se veja, finalmente, esse novo ramo de utilidade pública que, aos interesses do Estado, pode fornecer o território desta Vila.³¹⁶

O juiz prometeu dar com “individualização as suas respectivas descrições botânicas, utilidades e virtudes da flora paraguaçuense”. Por fim, reforçou suas relações clientelares

³¹³ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN, I – 28, 9, 55, p. 15*

³¹⁴ Ofício do Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere aos seus estudos botânicos. Bahia, 26 de Novembro de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc n° 19755.*

³¹⁵ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004. p. 116.

³¹⁶ Memória sobre as madeiras de Cachoeira, *Anais da BN, 1912, Vol 34, Doc. N° 13769, p. 161.*

declarando estar produzindo o trabalho “para ter a honra de pôr na Augusta e Real presença de Vossa Majestade”.³¹⁷ Como podemos ver, essa dedicação e presteza tinham um preço bem definido na lógica das relações clientelares do antigo regime português, o privilégio.

Como consequência lógica, o estudo sobre os bosques, em si um tema privilegiado aos olhos da Coroa, também atraiu resultados igualmente privilegiados. É salutar observarmos, assim, que boa parte dos esforços dos funcionários-naturalistas na Bahia Atlântica foram dedicados a esse campo de saber que encontrou seu espaço de institucionalização na esteira das ações de Estado sobre as matas.

Sua definição propriamente dita ainda exige estudos mais aprofundados, mas ainda sim não pode ser confundida com um sub-campo botânico. Nos moldes como se desenvolveu na colônia, tratou-se de uma categoria mais ampla do que a própria filosofia natural, a qual seria uma de suas partes constitutivas. Como nos relatou Baltasar da Silva Lisboa, junto a ela estariam ainda a,

física e matemática, a saber, a economia que ensina a maneira de cultivar e de cortar as árvores. A Política, que estabelece as leis florestais, com a respectiva parte das finanças, que trata em particular do uso que o Governo pode fazer das matas. Enfim, a parte legal, que respeita as controvérsias e decisões das penas, que cumpre infringir as faltas e delitos cometidos nas matas.³¹⁸

Como um campo vasto e complexo, a física dos bosques não se confundiu então com a botânica. Mas seus contornos não eram autônomos em relação a essa ciência. Ao contrário, advinham deste último os principais princípios e argumentos teóricos usados na organização mais racional no âmbito da Intendência dos Cortes de Madeira. Como alertou Lorelai Kury, “a ciência luso-brasileira da época enfrentou o desafio de implementar uma política de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis sobre a natureza”³¹⁹.

Os estudos sobre a física dos bosques como parte de um quadro mais completo da botânica colonial pode ser verificado no modo como Lisboa construiu sua definição de árvore em uma de suas memórias. Segundo ele,

³¹⁷ Memória sobre as madeiras de Cachoeira, *Anais da BN, 1912, Vol 34, Doc. Nº 13769*, p. 161.

³¹⁸ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN, I – 28, 9, 55*, p. 16.

³¹⁹ KURY, *Homens de ciência no Brasil*, p. 111.

elas são tidas por um vegetal lignoso mais ou menos elevado de uma continência mais sólida que dos outros vegetais, dotadas da exclusiva faculdade de elevar à região celeste uma haste lignosa mais ou menos aproximada à linha perpendicular. Carregada de ramos também lignosos, é suscetíveis da mesma maneira que o tronco de resistirem e de sobreviver às diferentes alterações ou temperaturas da atmosfera, nas diversas sessões, no estado ordinário das influencias atmosféricas sobre a vida vegetal. Considerando e examinando cada um daqueles vegetais se conhece um atributo exclusivo de serem vegetais perpendiculares.³²⁰

Dado o perfil eclético dos estudiosos da natureza, não imprimindo fronteiras claras entre os campos dos saberes, a física dos bosques se apropriava dos principais autores da botânica e dos campos auxiliares a essa ciência. Lisboa considerava justo indicar,

antes de tudo o devido reconhecimento aos autores, cujas obras consultei, e muito particularmente aos ilustres Duhamel e Senebier, ainda quando este tem o particular mérito de ser um tão hábil historiador e fisiológico das plantas, tendo mais que algum outro muito aperfeiçoado esta ciência pelas suas sublimes experiências.³²¹

Se o uso da teoria botânica foi utilizado no estudo dos bosques, o mesmo pode ser dito sobre os métodos. As observações sobre a física dos bosques, na Bahia Atlântica, estavam repletas de descrições empíricas baseadas em cheiros, gostos e cores. Lisboa observou alguns exemplares de árvores, lançando mão desse método,

Cortando-se transversalmente um corpo lignoso, encontramos pequenas veias que Malphegio e Grew [documento manchado] por vasos, suposto mal percebessem algum declínio de fluidos. Cortando eu transversalmente a árvore do *potumuju*, vi dele correr um licor sanguíneo e pelos vasos longitudinais coalhar uma resina encarnada como a do lacre, o que de algum modo me persuadia da existência de seus vasos próprios situados circularmente em torno do seu âmago. Semelhantemente, sucedeu com o d'oleo, que deu superabundante cópia do seu licor alambreado, cheiroso e amargo. O da *sicuperainerim* foi amarelo, amargo e pelas veias transversais se tirou a sua resina cor de enxofre. Do *angelim*, se obteve um licor branco, gosto acre e picante. Da *oiticica* amarela, de sabor picante. Do *jetahy*, o licor amarelo inodoro, porém, de gosto agradável. Do *jatobá*, alambreado e resinoso. Do *pau roxo*, purpúreo, sem sabor. Do *jetahy*, pelo encarnado estíptico. Do

³²⁰ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 18.

³²¹ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 13.

vinhático, encarnado resinoso e amargoso. Do *pau brasil*, carmin cheiroso. Do *tapinhoám*, óleo sem cheiro.³²²

A utilização dos sentidos foi um dos pilares da ciência moderna experimental e ganhou, na Bahia a atenção dos naturalistas. Isto reflete uma clara adequação metodológica ao exercício de descrição da natureza americana a partir de parâmetros primários conhecidos universalmente. Este sistema de classificação botânica ofereceu condições facilitadas de compreensão das informações e das práticas científicas baseadas em um instrumental de fácil acesso, os sentidos. Isso, provavelmente, contribuiu para a participação de sujeitos não letrados no campo botânico, bem como para o estabelecimento da comunicação com grupos indígenas, notáveis conhecedores desses produtos naturais.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto também utilizava esses métodos. O capitão observou e registrou, ao longo de sua viagem pela Comarca de Ilhéus, uma interessante constatação do gosto de uma planta que desconhecia. Segundo sua descrição,

Na manhã seguinte, saindo de passeio ao campo, observei em uma continuada distância alguns arbustos que o maior não excedia a duas braças de altura, que é o que se vê na Estampa nº (em branco) que representa dele uma pequena galha. Cortando um ramo, levei uma das suas folhas e parte da sua haste à boca e me deu nela um amargo tal que não perdeu em quatro horas, por mais que lavasse depois a boca. Recolhendo-me à povoação, procurei saber o seu nome do qual nenhum morador me deu noticia. E só afirmava o mesmo ervolário velho a quem mandei chamar e algumas outras pessoas ter virtude usada em banhos para moléstias cutâneas. Não pude deixar, pelo seu excessivo amargo, de mandar buscar mais quantidade da sua rama e levando parte dela com água ao fogo, extraí uma tintura.³²³

A partir da experiência gustativa, Barreto estabeleceu uma relação com uma provável aplicação social daquela espécie. Outros atributos foram reiteradamente apontados e utilizados como parâmetros de distinção por estes naturalistas em seus inventários. De todo modo, estas práticas refletiam a debatida vantagem do naturalista de campo frente ao de gabinete. Frente aos circuitos europeus de produção científica, estar na mata tropical, senti-la, poder vê-la e experimentá-la *in locus* conferiu vantagens ao naturalista baiano do que a

³²² Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28 , 9, 55, p. 21.

³²³ Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790. *Biblioteca Nacional. Manuscritos da BN*, I-12,3,10, p. 14-5.

seus colegas na Academia Real de Ciências de Lisboa. Como observou Kury, o naturalista americano em geral, “apesar da distância que o separa dos centros europeus, procura levar vantagem de sua situação, ou seja, do fato de estar no Brasil e ter a possibilidade de ver com os próprios olhos”.³²⁴

Com clara distância dos centros de decisão do império, o naturalista usufruiu de uma margem de autonomia que lhe possibilitou reelaborar a política científica da metrópole. Nos quadros da botânica colonial, o cuidado com a especificidade da natureza americana e, por conseguinte, com as madeiras brasileiras parece ter sido observado num nível de razoável sensibilidade pelos naturalistas baianos. De um modo geral, podemos levantar a questão, ainda em aberto, do quanto essa percepção da diferença entre os diversos recursos europeus e americanos ajudou a consolidar o campo da física dos bosques e, consequentemente, a botânica no Brasil. Baltasar da Silva Lisboa, por exemplo, já tinha alertado que as árvores do Brasil possuíam especificidades frente as do velho mundo. Segundo ele,

senão encontram nelas verificadas nos princípios sobre os quais os físicos e botânicos da Europa estabelecem os seus sistemas, sendo muito diferente o meio de que a natureza e a força na vegetação, florescência, crescimento e perecimento das árvores nestas partes do novo mundo. Resolvi para tanto, para melhor ocasião dos paus de madeiras, apresentar a V. Ex. o resultado das minhas observações relativas a esta matéria com a descrição de todas as árvores, seus usos à farmácia, as artes e a medicina, seu máximo aumento e perfeição, antecipadas as razões de sua deteriorização e perecimento, sua força e elasticidade.”³²⁵

A consciência das especificidades das espécies brasileiras atrelada à necessidade prática do uso das madeiras, motivou um seletivo grupo de funcionários-naturalistas a investigarem a dinâmica do crescimento das árvores. Como parte desse interesse, Lisboa observou o “entrecasco” das plantas, definindo-o como um,

pau imperfeito que depois se torna perfeito pela nova produção entre ele e o entrecasco em madeira sólida. A densidade e duração das camadas lignosas formam o crescimento anual, aumentando a circunferência do centro, o que lhe dá tanto maior solidez à proporção que se aproxima a

³²⁴ KURY, *Homens de ciência no Brasil*, p. 121.

³²⁵ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p, 23.

madeira. O tempo que a natureza emprega para converter o entrecasco em paos não é exatamente demonstrado.³²⁶

O estudo do entrecasco possibilitava estabelecer as espécies mais “adequadas” às construções, pois, como relatou Lisboa, “Buffon e Duhamel observaram que as árvores de construções têm o entrecasco mais duro, o que não acontece aos paos moles e tem maior quantidade de camadas e entrecasco”.³²⁷

Neste trecho, podemos perceber a necessidade prática do juiz conservador das matas de Ilhéus em estabelecer um sistema de diferenciação das madeiras a partir de suas características naturais. Os práticos e marceneiros do Estado podiam produzir artefatos mais duráveis e de maior adaptabilidade a cada uso.

Enfim, é possível constatar a presença da botânica subsidiando uma racionalização da atividade de extração da madeira. Esse processo contribuiu para transformar a Bahia Atlântica, na virada do século XVIII para o XIX, num importante centro de demandas botânicas. Ali, simultaneamente aos estudos botânicos houve o despertar da crítica em alguns contemporâneos ilustrados de que não bastava a aplicação da ciência, mas também coibir a devastação das matas.

3.2.2 - *O discurso da conservação natural na Bahia atlântica*

Richard Grove mostrou como o ambiente e os usos de seus recursos se tornaram uma problemática para as autoridades imperiais num período anterior às grandes transformações urbano-industriais do século XIX. Analisando experiências ocorridas nos espaços coloniais franceses, ingleses e holandeses, sobretudo nas ilhas no oceano Índico e Caribe, evidenciou como a forma violenta de exploração dos recursos naturais contribuiu para o surgimento de um pensamento “conservacionista”³²⁸ da natureza tropical.³²⁹

³²⁶ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 31.

³²⁷ Princípios de Physica vegetal... *Manuscritos da BN*, I – 28, 9, 55, p. 26.

³²⁸ Conjunto de idéias que expressavam a conservação dos recursos naturais por seu valor político dentro da economia moderna. Não pode ser confundido com o pensamento “preservacionista” da natureza, de fins do século XX, em que a natureza deveria ser preservada por seu valor intrínseco.

³²⁹ Cf. GROVE, R. *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600–1860*. Studies in Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Cf. também MACKENZIE, J. (dir.) *Imperialism and the Natural World*, Manchester: Manchester University Press, 1990.

Grove mostrou que os centros imperiais europeus contaram, ao mesmo tempo, com a ciência como modo privilegiado de entendimento do mundo e como instrumento de desenvolvimento do processo de expansão colonial. Destacou o papel desempenhado por homens dedicados tanto à administração quanto à ciência no desenvolvimento de uma crítica que focalizou o processo de degradação ambiental trazido pelas economias adotadas pelos colonizadores europeus no novo mundo.

Sua tese inova a discussão sobre a problemática ambiental numa perspectiva global, pois sugere que tais questionamentos se manifestaram muito antes do que geralmente se pensa e em regiões não européias. Ao contrário, surgem como produto das dinâmicas coloniais na passagem do século XVIII para o XIX.

Na esteira do que sugeriu Grove, pretendemos discutir como a presença de discursos críticos sobre o uso dos recursos naturais no âmbito das matas da Bahia Atlântica funcionou, atrelado ao discurso botânico racionalizador, como um instrumento de pressão dentro da alta política ultramarina, para a gradual centralização da política das madeiras adotados pela Coroa, na década de 1790.

Oriundo do mesmo contexto que propõe a dinamização da exploração colonial, os discursos de conservação dos recursos naturais expressaram-se sobre bases utilitaristas, racionais e revestidos de um grande senso prático. Construído no contexto da ilustração luso-brasileira, é fruto do mesmo processo da valorização das ciências, das quais a botânica se destacou. Assim, esses olhares positivados sobre as matas refletem o caráter essencialmente político da ilustração sobre a natureza.³³⁰

Inserido neste contexto, o pensamento aqui analisado não deve ser confundido com uma consciência ambiental aos moldes contemporâneos, tampouco revestido da percepção de que a natureza detinha um valor em si mesma. Antes disso, oriundo de uma matriz iluminista, manifestou-se no pensamento luso-brasileiro com um caráter político, dando valor aos elementos naturais e, portanto, justificando sua “conservação” a partir de um

³³⁰ Cf. DIAS, Aspectos da Ilustração no Brasil; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002; PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Geo-Ciências). Instituto de Geo-Ciências. Universidade Estadual de Campinas.

critério racional, econômico e assentado na idéia de que eram, antes de tudo, recursos potencialmente estratégicos para o fortalecimento do império.³³¹

Novos estudos referentes às políticas das matas promovidas pela Coroa portuguesa ainda precisam avaliar a sua efetividade. Em tese, elas sugerem mecanismos relativamente efetivos no combate à devastação e ao aproveitamento dos recursos florestais. Mas, na prática, sua efetivação foi débil. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, por exemplo, lamentou-se, pois a Coroa se via obrigada, em pleno final dos setecentos, “a mendigar e comprar por bom preço os *carvalhos* da Pensilvânia para o travejamento dos nossos navios de guerra”³³². A mesma percepção foi reforçada por Dean que, tratando da atividade de conservação, relatou que,

Essa atividade deve ter sido mal administrada. A despeito da extraordinária abundância de árvores gigantes nas florestas costeiras, cuja madeira era mais forte e resistente que qualquer outra disponível na Europa e, apesar da possibilidade de embarcar a madeira de graça, como lastro, os estaleiros reais continuavam a importar madeira da Nova Inglaterra, embora a Coroa recebesse repetidas notificações sobre contrabando da madeira brasileira por parte de holandeses e ingleses.³³³

A constatação de Dean foi sentida pelos naturalistas setecentistas que passaram a sistematizar informações sobre o problema. Segundo Bittencourt e Sá, tal situação era grave, pois as terras do Brasil estavam “cobertas de grandes e espessas matas” e com a depredação dos roceiros e a constatação de que aqui “não renascem as espécies primitivas”, o futuro seria incerto. É curioso relacionar essa constatação botânica com os estudos que estavam sendo feitos à época por Domingos Vandelli e por seu discípulo coimbrão Baltasar da Silva Lisboa que, em uma de suas memórias, mostrou, em análise comparativa, que as espécies nativas brasileiras demoravam décadas e, em alguns casos, centenas de anos para se regenerarem, o que inviabilizava o “plano” de replantio cogitado à época.³³⁴ Vandelli, por sua vez, observou que,

³³¹ Cf. PÁDUA, *Um sopro de destruição*.

³³² *Ensaio de descrição física e econômica...*, p. 13.

³³³ DEAN, *A ferro e fogo*, p. 150.

³³⁴ Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, ordens que a esse respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência, até o dia 1 de agosto de 1803. Baltasar da Silva Lisboa. *Manuscritos da BN, nº I-31,30, 27*.

Quantos aos bosques, raros são os que de novo se plantam e nos antigos não há todo o cuidado necessário para a sua conservação e aumento. Nota: seria necessário aplicar a este Reino as leis de França para os bosques.³³⁵

O mestre italiano ensinou às gerações de estudantes que passaram por Coimbra a relacionarem, sempre quando possível, os princípios da ciência aos assuntos de Sua Majestade. Note-se por exemplo, a observação de se aplicar, ao tema dos bosques, leis semelhantes às aplicadas em França, o que sugere que, para Vandelli, a legislação em vigor na América portuguesa era ineficiente.

Acreditamos que a emergência das denúncias oriundas do horizonte colonial estimulou os membros da alta política ultramarina a sintonizarem suas ações num conjunto de medidas novas de combate à devastação por roceiros e proprietários de terras. Entenderemos esse conjunto de medidas como parte de um mesmo processo de regulamentação dos Reais cortes de madeira, atrelado ao desenvolvimento de uma sensibilidade botânica ainda em formação, mas que estimulou e orientou os naturalistas à conservação política das matas.

O primeiro naturalista empenhado na denúncia e na crítica da devastação compulsória das matas baianas foi o ouvidor da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa. Desde 1780, Costa assumiu a fiscalização dos cortes de madeira atribuída pela Coroa aos ouvidores daquela Comarca, na condição de inspetor dos Reais cortes. Desde então, se empenhou na estratégica função de produzir e zelar pelas madeiras. Parte de seus encargos consistia no envio de remessas de madeiras, como podemos verificar em carta de sua autoria datada de novembro de 1781:

Em execução da ordem de Vossa Excelência comunicada em carta de vinte e sete de agosto precedentes, remeto trinta e quatro foros de madeiras diferentes, cujas qualidades e seus números demonstram a relação inclusa. E logo que mais se descobrirá irei fazendo pronta remessa. Deus guarde a Vossa Excelência. Cairú, 2 de Novembro de

³³⁵ Memória sobre a Agricultura deste Reino e das suas conquistas por Domenico Vandelli. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*. I, 1779. p. 165.

1781.³³⁶

Nessa carta, podemos perceber uma de suas funções básicas à frente da administração dos cortes, que foi a emissão de madeiras para o fabrico de embarcações ou outros fins, geralmente de construção civil e naval. Como indica o documento, os pedidos vinham já especificados quanto a suas quantidades, qualidades, bem como também suas medidas. A depender do perfil do pedido, o prazo de entrega poderia variar consideravelmente, pois alguns tipos de madeiras levavam dias, meses ou até não eram encontrados nas principais matas de extração. Como justificou o inspetor, os principais motivos eram a escassez de espécies apropriadas naquelas áreas ou por destruição ou retirada desordenada.

As atividades de Costa como vassalo na América portuguesa, bem como suas relações clientelares com a Coroa ainda permanecem cheias de lacunas. Contudo, o tema da conservação das matas certamente foi a razão de razoável comunicação direta com o trono, como deixa claro uma de suas representações datadas de 1784. No documento, ele pedia,

Remédio competente ao estrago com que as admiráveis matas da mesma capitania se vão arruinando e mostrando já a perda mais sensível para Vossa Majestade, para o comércio e para os moradores, que se ajudavam dessa riquíssima extração, pela prodigiosa abundância das madeiras, que pareciam inexauríveis nos primitivos tempos desta colônia.³³⁷

Costa denunciou um dos graves problemas que enfrentou à frente da administração dos Reais cortes: a destruição das matas. Como as reservas de madeira representavam uma importantíssima riqueza para o Estado português, tal matéria-prima deveria ser conservada a todo custo. A alternativa escolhida pelo ouvidor e, pouco depois, pelo Estado português foi a do monopólio Real da extração da madeira. Aliás, tal postura não foi exclusiva desses

³³⁶ Carta de encaminhamento de remessa de madeira de Francisco Nunes da Costa. Cairú, 02 de Novembro de 1781. *Correspondência da administração pública depositada no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)*. Anais do APEB, Vol 57, p. 54.

³³⁷ Representação de Francisco Nunes da Costa dirigida à Rainha sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens. Anais da Biblioteca Nacional Vol. 32, 1914 [1789] *Apud In: PÁDUA, Um sopro de destruição*, p. 98.

recursos, pois só ao longo da administração pombalina, o Estado português implementou monopólios sobre o ouro, diamantes, sal, entre outros produtos.³³⁸

Seguindo uma argumentação monopolista, típica do mercantilismo português, Costa chamou a atenção da Coroa para a urgente necessidade de banir os “estragos” que as “admiráveis matas” vinham sofrendo. Tais estragos, segundo ele, representavam uma perda sensível não só para a Coroa, mas também para a atividade comercial e para os particulares, que poderiam fazer usos desse recurso a partir de concessões autorizadas pelos prepostos Régios.

Costa foi um dos primeiros a relacionar mais claramente a necessidade de zelar pelas matas à uma postura de Estado. Na linha interpretativa do que propôs Grove, entendemos que este funcionário esclarecido representou um novo tipo de agente colonial, capaz de traduzir as preocupações com os recursos naturais no seio de um projeto Régio de potencialização de seu uso através das ciências naturais. Costa demonstrou com veemência o potencial limitado das matas, contra-argumentando uma percepção bastante difundida nos primeiros tempos coloniais de que as matas eram inesgotáveis. O inspetor, ao contrário, percebeu a falta de determinadas madeiras e o encurtamento das áreas extratoras, que já não detinham “prodigiosa abundância” de recursos florestais, os quais “pareciam inexauríveis nos primitivos tempos desta colônia”. Em representação dirigida à Rainha em 20 de Janeiro de 1785, a preocupação de Costa com as matas ficou mais uma vez evidente. Nela, o inspetor denunciou a devastação que estavam sofrendo, o que, segundo ele, representava a perda de uma riqueza incalculável, pois,

Os estragos que tem causado os intitulados roceiros de Nazaré tem sido tão rápidos que, estendendo-se em menos de seis anos pelo espaço de doze léguas, se acham atualmente ocupando as cabeceiras do rio Jiquiriçá, onde desprezando os avisos, advertências e notificações judiciais, tem reduzido à cinzas, matas preciosas e tão antigas como o mundo e fazendo uma perda, ao qual não há cálculo que a possa computar.³³⁹

Queixava-se o inspetor do fato de que tais “matas de Jiquiriçá” eram as mais próximas a Salvador, o que facilitava o transporte das madeiras até o porto da Ribeira. Sua

³³⁸ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

³³⁹ Representação... *Apud* PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 98.

degradação foi utilizada ainda como exemplo de um erro da falta de atenção do Estado que trouxe enormes prejuízos à Real Fazenda, pois, segundo ele, tais matas “foi um rico depósito onde se extraíam as melhores peças, seja para o reparo e concerto das naus de guerra, seja para a construção dos navios particulares”. Sua importância na indústria naval baiana foi justificada pelo fato de que aquela ter sido “a única mata onde se extraem os importantes pranchões e tabuados de vinhático, os melhores pela sua qualidade e os mais tomados pela conveniência da descida do rio.”

O inspetor propôs à Rainha a necessidade da aplicação do *Regimento do monteiro-mór* de modo a guardar tais “riquezas desprezadas por estes homens rústicos e ambiciosos”. Segundo ele, “este é o único ponto de vista mais importante que tenho a honra de por na presença de V. M.”. Por fim, arrematou Costa que seus esforços continuariam até que a Coroa empreendesse medidas,

consistente em se guardarem, defenderem e demarcarem as matas virgens, que ainda restam livres de ferro e fogo dos roceiros, ficando estes homens obrigados a fazerem as suas plantações nas imensas matas já aproveitadas ou nas vulgarmente chamadas capoeiras, formando-se das matas reais tombo, com as mesmas clarezas, confrontações e divisões, que se observam no referido regimento do monteiro-mór do reino.³⁴⁰

Os avisos de Costa denunciavam os estragos às matas e clamavam por medidas mais concretas de conservação. Acima, ele denunciou a atuação de alguns roceiros de Nazaré. Dessas denúncias, podemos destacar dois pontos importantes. O primeiro diz respeito a existência de uma estrutura jurídica já atenta para o problema da conservação, o que nos mostra que isso não era uma preocupação nova na época, nem, tampouco, exclusiva de Costa.

O segundo ponto refere-se ao porquê da conservação. Destacando a conservação das matas em fins do século XVIII como um produto da preocupação com o fortalecimento do Estado português, a natureza aparece, para Costa, como recurso a ser utilizado a serviço do homem³⁴¹. Na mesma linha política de tratamento da natureza baiana, Baltasar da Silva Lisboa se referiu a ela como um “sublime celeiro da natureza”³⁴², numa postura racional e

³⁴⁰ Representação... Apud PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 98.

³⁴¹ Para essa discussão ver PÁDUA, *Um sopro de destruição* e; DIAS, *Aspectos da Ilustração no Brasil*.

³⁴² Expressão escrita por Baltasar da Silva Lisboa em documento de 1808.

utilitária frente ao meio natural que, em última instância, forneceu o sustento material da humanidade. É significativo, nesse sentido, que a expressão empregada para dar sentido à natureza é “celeiro”, numa vinculação a um senso prático e produtivo.

Uma referência importante que o documento de Costa nos traz é a de que as matas do rio Jiquiriçá, no norte da Comarca de Ilhéus, “foi um rico depósito onde se extraíam as melhores peças” de madeira. O inspetor não estava apenas indicando para a Rainha que as matas da Comarca de Ilhéus estavam em pleno processo de destruição, mas que, dentre elas, a sua melhor área de extração, aquela onde se extraíam as melhores peças, também estava sofrendo com a ação dos infratores da lei, além de ser a “mais próxima da Bahia”, ou seja, uma região estratégica para a construção naval, estabelecida em Salvador.

É seguro afirmar que a destruição das matas foi constante, pois, como podemos observar nos documentos da época, além dos produtores não utilizarem técnicas menos agressivas que a coivara, não partilhavam das mesmas preocupações dos naturalistas. Não podemos deixar de levar em consideração, no quadro de suas ações, que isso fez parte de suas práticas culturais e suas relações com o meio. A mentalidade ilustrada e europeia de Costa o induziu a depreciar os homens que lidavam com a natureza de forma depredatória, considerando-os “homens rústicos e ambiciosos”.

Assim, “guardarem, defenderem e demarcarem as matas virgens, que ainda restam livres de ferro e fogo dos roceiros” devia ser a preocupação mais urgente do Estado, mesmo que, para isso, precisasse “acutelar até as matas dos particulares” como foi feito no *Regimento do monteiro-mór*, em Portugal. Essa passagem revela mais uma vez o posicionamento de Costa frente à questão da destruição das matas, que era taxativa em defender um monopolismo estatal no processo de extração, assessorado por punições mais severas àqueles que extraíssem madeiras-de-lei, até mesmo em suas próprias propriedades. É interessante percebermos que as propostas de Costa, ao longo de toda a década de 1780, encontraram eco na atuação do primeiro juiz conservador das matas da mesma Comarca, que seguiu linhas parecidas no trato com as matas.

Em 15 de Setembro de 1785, em um outro documento, Costa continuou a solicitar da Coroa uma solução,

Para guardar as matas e conservá-las, pois que da mal entendida liberdade que tinham os habitantes de entrar nelas ao seu arbítrio, sem

escolha nem observação, nascia a sensível falta das madeiras que cada dia se experimentava, pois que cada um cortava por onde queria, desperdiçando infinitos paus em navios mercantis, que deviam ser reservados para se empregarem em peças de primeira ordem e grandeza.³⁴³

Costa não só se destacou no processo de construção de uma nova postura do Estado frente ao desmatamento, levantando uma discussão que serviria de pano de fundo para a implementação de políticas no final da década de 1790, como também na gerência das atividades referentes aos Reais cortes. Em um ofício datado de 10 de Outubro de 1785 para Martinho de Mello e Castro o governador geral da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes, elogiou a atuação do inspetor, ressaltando que,

A atividade de um ministro como o servidor da Comarca dos Ilhéus (Francisco Nunes da Costa), tem concorrido fortemente para a pronta execução dessa ordem. Ele se tem desempenhado no corte e extração das madeiras de construção, tanto da remessa de Portugal, como da que se faz indispensável destas matas para a nova fragata. Tem feito promover na sua comarca a planta do arroz de sorte que este ano chegou a colheita a quarenta mil alqueires, que supriu a alguns navios a carga de açúcar, que lhes faltou.³⁴⁴

Costa foi um funcionário aplicado aos interesses da Coroa, atuando prontamente para o desenvolvimento da administração, fiscalização e desenvolvimento do Estado. Em documento direcionado à Rainha, datado de 09 de Setembro de 1785, ele ressaltou a sua penúria em alguns momentos à frente da Inspeção dos Reais Cortes, explicando as inconveniências pelas quais passou no exercício do seu trabalho. Ao longo do documento, deixou claro que se tratava de uma atividade cheia de responsabilidades e que exigia muito empenho por parte do burocrata, que tentou “resistir a tantos trabalhos e a viagens tão violentas” no exercício de sua função. Tal declaração faz mais sentido se levarmos em consideração que, para a época, havia muito poucos funcionários do preparo do ouvidor na

³⁴³ *Apud* PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 99.

³⁴⁴ Ofício de D. Rodrigo José de Menezes de 10 de Outubro de 1785 para Martinho de Mello e Castro onde elogia a atuação do Inspetor das matas baianas. *Anais do APEB n° 57, Vol 83, Doc n° 33*, p. 201.

Bahia, sobretudo, quando constatamos uma grande área sob sua jurisdição, o que aumentou o volume das tarefas no exercício da administração colonial.³⁴⁵

As notificações de depredação das matas continuaram. Em ofício do ouvidor para o governador da Bahia, datado de 27 de Janeiro de 1789, encontramos uma solicitação de Costa pedindo, urgentemente, a conservação e defesa das matas.

Devo aproveitar esta excelente ocasião de propor a V. Ex. a urgente necessidade que há de acudir pela conservação e defesa das matas, pois sendo elas por um direito indubitável realengas, os povos as reputam e tratam como públicas e de uso comum. O ferro e o fogo dos roceiros tem feito incomparáveis estragos na riquíssima mata de Jiquiriçá e são tais a ruína e a desordem, que em breves anos perderá o Estado este grande tesouro.³⁴⁶

Segundo ele, as matas estavam em uso comum, de forma pública e isso foi o principal fator de devastação. A Coroa deveria evitar que “o ferro e fogo” dos roceiros colocassem a perder “este grande tesouro” do Estado. As matas seriam um monopólio legítimo, “um direito indubitável realengas”.

Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá advertiu seus companheiros na Academia Real de Ciências de Lisboa que aquela região estava “pela maior parte ainda coberta de espessas matas”. No seu texto, Bittencourt e Sá dedicou um capítulo específico ao tema. A tônica recaiu também sobre a devastação presente nos territórios florestais onde os roceiros procuravam “diariamente destruir só com a pequena utilidade de uma até quatro plantações, feitas no espaço de dezesseis ou vinte anos, sem, contudo, aproveitarem as preciosas madeiras de construção, tinturaria e marchetaria”³⁴⁷.

O argumento usado por Bittencourt e Sá, assim como Costa, foi econômico. Justificou serem “bem conhecidas as utilidades” resultantes “das madeiras do Brasil a Portugal”, insistindo em seus usos na indústria naval, bem como na fabricação do açúcar, por serem os paus utilizados nas fornalhas dos engenhos.

³⁴⁵ Ofício de Francisco Nunes da Costa à Rainha de 09 de Setembro de 1785, em que relata a sua penúria em alguns momentos na frente da Inspetoria. *Anais do APEB n° 57, Vol 65, Doc n° 54*. p. 184.

³⁴⁶ Ofício de Francisco Nunes da Costa para o governador da Bahia. Bahia, 27 de Janeiro de 1789. *Anais da Biblioteca Nacional, V. 34, 1912*. p.116.

³⁴⁷ *Ensaio de descrição física e econômica...*, Capítulo III.

Suas queixas recaíam sob o fato de que os habitantes daquela terra ignoravam sua importância ao “bem comum”, pois desprezavam os avisos régios e empenhavam-se na “destruição” sem “constar que se tenha plantado um só pé das necessárias à construção e à combustão diária”. Sua mentalidade ilustrada sabia dos riscos que a Real Fazenda de Sua Majestade corria, pois alertou para “o axioma de que ninguém dá mais do que tem” cujo resultado, inevitavelmente, seria que “em um dado tempo vir-se-ão a consumir todas as espécies de preciosas madeiras que possuímos para o que, principalmente, contribui o não renascerem as espécies primitivas”.

Na mesma linha argumentativa do inspetor Costa, Bittencourt e Sá chamou a atenção para a responsabilidade da Coroa em coibir tais abusos, destacando algumas propostas para o “grande cuidado a respeito daquelas terras vizinhas aos portos marítimos e de fácil exportação, como a Comarca dos Ilhéus que ainda não tem sido tão atacada”. Seu objetivo foi evitar que “em breve tempo as madeiras se tornassem um gênero muito caro”, o que segundo ele, já vinha acontecendo em algumas regiões produtoras.

Baltasar da Silva Lisboa também se ocupou em produzir alertas sobre tais devastações. Tal qual Costa e Bittencourt e Sá, considerou a conservação das matas “um objeto de tanta importância quanto é a do Estado”. Seu principal argumento também foi econômico, uma vez que, sem madeiras, a Coroa não poderia “fundar a sua prosperidade sem manter a marinha Real e mercantil”.³⁴⁸

Como um dos principais mentores da política de controle das matas pela Coroa, Lisboa sentiu pela “irreparável perda dos monstruosos paus queimados e perdidos para a marinha e serviço público”. Para o coimbrão, só este fato já seria um “justificado motivo para se tomarem medidas seguras de embaraçar o progresso das derrubadas”.

Sintetizando, nas duas últimas décadas do século XVIII, estabeleceu-se na Bahia Atlântica uma crítica coletiva sobre o uso devastador dos recursos naturais. Um traço em comum entre esses autores foram suas trajetórias científicas nos principais circuitos ilustrados da Coroa, o que demonstra, tal qual apontou Grove, o importante papel das ciências ao subsidiar novos quadros mentais para os funcionários coloniais. Por fim, cabe-nos reconhecer que tais denúncias e críticas sobre o papel devastador do projeto colonial

³⁴⁸ Memória Topográfica e Econômica da Comarca dos Ilhéus de Baltasar da Silva Lisboa. In: *Histórias e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo IX, Lisboa, 1825, p. 222.

praticado na Bahia são importantes indícios de dois pontos importantes na relação Portugal-Bahia.

O primeiro diz respeito às margens de autonomia existentes para que os agentes Régios problematisassem o projeto colonial de dominação, apontando suas falhas ou contradições. Os funcionários naturalistas colocaram suas mentalidades ilustradas a serviço dos problemas locais, priorizando temas caros de desenvolvimento da Coroa, mas também de suas regiões.

O segundo ponto está ligado ao papel desempenhado pela resistência dos colonos em respeitar a legislação régia e suas madeiras. Esse processo será melhor analisado à frente, pois, ao nosso ver, impôs como um mecanismo de resistência à política monopolista da Coroa, tornando a Bahia um espaço em que prevaleceram os interesses locais frente aos metropolitanos. Para analisarmos como isso se deu, vejamos primeiro a empreitada da secretaria de ultramar no controle das matas.

3.3 - O processo de regulamentação dos cortes de madeira

Já destacamos a importância dos ministros da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos. Martinho de Melo e Castro teve um papel fundamental no refinamento e execução de muitas políticas formuladas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Em seu mandato, não poupou esforços para dinamizar a produção agrícola da colônia brasileira, bem como estabeleceu avanços no processo de racionalização administrativa no ultramar.³⁴⁹

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, substituto de Melo e Castro, deu prosseguimento a políticas reformistas que ganharam um novo impulso. Logo quando chegou ao cargo, em 1796, ordenou ao vice-rei do Brasil, Conde de Rezende um conjunto de ações. O objetivo era destinar à,

Secretaria de Estado melhor informação do estado físico e político dos domínios ultramarinos e para que as providências necessárias a promover o bem dos seus vassallos sejam dadas com todo o conhecimento de causa.

³⁴⁹ Cf. por exemplo, VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. Lisboa, 1997. Dissertação. (Mestrado em História). Departamento de História da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa; PATACA, *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas*.

V. Ex. proceda logo ao exame circunstanciado de todos os objetos aqui anunciados e dos mesmos me remeta todas as informações que puder haver, seja em relações circunstanciadas, seja em mapas individualizados de cada um dos mesmos objetos.³⁵⁰

Os objetos tratados eram variados. Dentre eles, Coutinho solicitou informações sobre a estrutura administrativa, impostos, demografia das principais vilas, grupos indígenas, estrutura eclesiástica, características geográficas da região, seus portos, produções naturais, dentre outros. Como justificativa, destacou a importância dos bosques como um pilar econômico da empreitada colonial. O mesmo pode ser observado em correspondência para Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, a qual destacou a importância de ter “sempre presente aquele princípio de eterna verdade: que minas e bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se ache calculada a sua utilidade geral”.³⁵¹

Os ministros tinham a intenção de empreender, através de seus prepostos nas colônias, um grande inventário das riquezas de além-mar.³⁵² No que tange às madeiras, suas preocupações recaíam no específico fato de que não deveriam ficar “abandonadas aos interesses dos particulares que, nestes casos, e só neles, podem contrariar a pública utilidade, formando uma notável exceção aos princípios da economia política.”³⁵³

Como vimos, estas preocupações estavam em sintonia com os discursos produzidos pelos funcionários naturalistas da Bahia Atlântica que, denunciando os abusos com os recursos naturais, clamavam por uma postura mais enérgica da Coroa. Sentindo a necessidade de um maior controle do Estado no cuidado das reservas de madeira, o ministro Coutinho empossou, em 1796, Baltasar da Silva Lisboa, um dos mais entendidos naturalistas nos estudos das matas, como juiz conservador das matas da Comarca de Ilhéus.³⁵⁴

³⁵⁰ Carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o Conde de Rezende. *ANRJ, códice 67, v.21, f.72-3.*

³⁵¹ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho de 24 de Novembro a Manoel Ferreira da Câmara, que vai para a Bahia, dando-lhe S. Majestade diversas missões a cumprir. Rio de Janeiro, *MAN, n° códice 807, vol. 1, 1800.*

³⁵² Cf. SILVA, André Mansuy-Diniz. As idéias políticas de um Homem das Luzes na época da Revolução Francesa: dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: *Portugal no século XVIII: de dom João V à Revolução Francesa.* Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII. Lisboa: Universitária Editora, 1991.

³⁵³ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho de 24 de Novembro... *MAN, n° códice 807, vol. 1, 1800.*

³⁵⁴ Cf. Ofício do Governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessárias para o Dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do lugar de Ouvidor da Comarca dos Ilhéus. Bahia, 10 de Novembro de 1797. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa n° 90, Doc. n° 17487.* O cargo de Juiz Conservador das Matas era inédito na administração colonial

Como alertou Diogo Cabral, este cargo não tinha a natureza de uma função formal nos quadros da burocracia estatal portuguesa, mas, antes, uma atribuição estratégica para um funcionário já empregado num posto jurídico ou administrativo. Em suas palavras, o cargo de juiz conservador das matas,

Mais do que uma função formal, tratava-se de algo como um “posto-apêndice”, até mesmo um título honorífico dado àqueles indivíduos já investidos nalgum cargo jurídico ou administrativo (como, por exemplo, juizes de fora ou ouvidores) com notório saber em ciências naturais e interessados no problema da degradação florestal – que, como bem demonstrou Pádua, significava, à época, degradação do Estado.³⁵⁵

Devemos analisar a atribuição da conservadoria a Lisboa como uma ação estratégica rumo a uma política mais centralizada sobre as matas. Em primeiro lugar, porque o naturalista já ocupava o cargo de ouvidor da Comarca de Ilhéus, com sede em Cairú, região privilegiada das feitorias. Outro ponto importante desta nomeação está ligado ao fato de que Lisboa era um dos maiores peritos no tema dos bosques na Bahia Atlântica, pois era um dos mais respeitados egressos da Universidade de Coimbra e discípulos de Vandelli.

Uma de suas primeiras iniciativas no cargo de juiz conservador das matas de Ilhéus foi colaborar ativamente na elaboração da Carta Régia de 13 de março de 1797.³⁵⁶ Esta chegou à Bahia declarando propriedade da Coroa: “todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou de rios que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias”³⁵⁷. Essa medida proibia, ainda, que “para o futuro se possam dar sesmarias em tais sítios” e pedia informações sobre “os meios por que se poderiam restituir à minha Real Coroa as sesmarias já dadas, indenizando os proprietários com terras equivalentes no interior do país”³⁵⁸.

É importante observar alguns aspectos sobre a Carta de 1797. Primeiramente, ela representou a primeira resposta efetiva ao conjunto de denúncias produzidas localmente, na Bahia Atlântica, como também em outras áreas da colônia brasileira. Inaugurou também um novo contexto na política ultramarina, da década de 1790, pois os agentes coloniais

portuguesa. Carta Régia para Dom Fernando José de Portugal, Queluz, 17 de Maio de 1796, Rio de Janeiro, *Biblioteca Nacional*, nº I-2, 3, 8.

³⁵⁵ CABRAL, *Homens e Árvores no Ecúmeno Colonial*, p. 135.

³⁵⁶ MORTON, *The royal timber in late colonial Bahia*; PÁDUA, *Um sopro de destruição*.

³⁵⁷ Carta Régia de 13 de março de 1797... *Anais da BN*, nº I-1, 4, 8, p. 01.

³⁵⁸ Carta Régia de 13 de março de 1797... *Anais da BN*, nº I-1, 4, 8, p. 01.

engajados na crítica às devastações florestais puderam contar com o apoio político do poderoso Coutinho em sustentar medidas polêmicas como a de 13 de Março.

A dupla iniciativa, a criação da Conservadoria das Matas e sua expressão política mais prática, a Carta de 13 de Março de 1797, foram complementadas ainda pela Carta Régia de 12 de julho de 1799, que estipulou o primeiro Regimento dos Cortes de Madeira para a América portuguesa.³⁵⁹

Consideramos este conjunto de ações sintonizadas como parte de um mesmo processo de regulamentação dos Reais cortes de madeira, fenômeno que apresentou com impactos sobre toda a colônia brasileira. Assim como um conjunto de documentos coloniais atesta o fluxo colonial das denúncias sobre os usos dos recursos naturais na América portuguesa, os impactos dessas medidas regulatórias da Secretaria de Ultramar também apresentam uma dimensão geral para o Brasil e, talvez, futuros estudos apontem uma direção imperial a partir da experiência do Brasil.

No Rio de Janeiro, a Coroa também criou um cargo de juiz conservador em que empregou Diogo de Toledo Lara Ordonhes para a função, como podemos verificar em documento do Arquivo Nacional,

Havendo sua Majestade despachado para intendente geral do ouro nessa Capitania o desembargador Diogo de Toledo Lara Ordonhes e julgando a Mesma Senhora que este magistrado tenha aptidão para exercer o emprego de juiz conservador das matas do Rio de Janeiro: É Sua Majestade Servida, que V.Ex., na conformidade da Carta Regia que em 13 de Março de 1797 lhe foi expedida, empregue o referido magistrado no exame daquelas matas, que precisam pela sua extensão e fertilidade de um juiz conservador e que depois de conhecidas as que dele precisam, V.Ex. o empregue na referida qualidade e informe disto mesmo por esta secretaria de Estado.³⁶⁰

O mesmo pode ser observado para a Capitania de Pernambuco, onde os territórios ao Sul, na Comarca de Alagoas, foram alvo da atenção de Sua Majestade que foi servida empossar para o cargo de juiz conservador as matas locais José de Mendonça de Mattos de

³⁵⁹ Regimento dos Cortes de Madeira. 12 de Julho de 1799. *Manuscritos da BN, n° I-1, 4, 9.*

³⁶⁰ *ANRJ, códice 67, v.23, f.78.*

Moreira. As matas de Alagoas eram reconhecidamente importantes para os entendidos da época e também foi palco de uma estrita regulamentação.³⁶¹

Reconhecendo a dimensão mais geral desse processo, acreditamos, contudo, que a Bahia Atlântica foi um cenário privilegiado para a composição dessa política monopolista da Coroa. Salvador e suas matas próximas foram um foco central de tensões, pois o principal arsenal da marinha Real estava ali instalado. Outro fator importante diz respeito ao fato de que Baltasar da Silva Lisboa, um dos mentores da Carta Régia de 13 de Março, distribuída pelas principais Capitânicas fornecedoras de madeiras, era baiano, profundo conhecedor das matas locais e já estava alocado na ouvidoria de Ilhéus. Registre-se o fato ainda de que, como observamos acima, a região foi palco de naturalistas que estudaram as matas locais à luz dos princípios botânicos, subsidiando uma urgente demanda conservacionista. Portanto, argumentamos que a Comarca de Ilhéus foi uma peça chave para o entendimento de todo o processo de regulamentação dos reais cortes de madeira na colônia brasileira.

Nesta Comarca, desde o início do século XVIII, a Coroa estabeleceu nas vilas do norte, em especial na de Cairú, feitorias para os cortes de madeira. Mais tarde, na década de 1780, a política régia direcionou-se para a criação da Intendência dos Cortes das Madeiras. Do período que vai de 1780 a 1792, coube aos ouvidores da Comarca a responsabilidade por essa intendência. Francisco Nunes da Costa, ao longo de sua gestão (1780-1792), teve um papel central no estabelecimento de uma postura real bem mais enérgica quanto aos estragos que “a ferro e fogo” os posseiros e demais “homens rústicos” estavam causando às matas. Esta crítica sobre o uso dos recursos desenvolvida pelo ouvidor, em muitos casos, diretamente à Rainha D. Maria I, assim como outros fatores, motivaram um clima de reformas políticas para o tema que culminou na segunda metade da década de 1790 com um conjunto de medidas no qual a figura de Lisboa teve um papel fundamental.³⁶²

Como sugerem Morton e Pádua, quando Lisboa se encontrava em Portugal, em 1796, este teria sido chamado pelo ministro Coutinho, que acabara de assumir a Secretaria de

³⁶¹ LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada. Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*. Maceió: EDUFAL, 2005. Ver Item 4 da Primeira Parte. Cf. também Regulamento da Conservadoria das Matas da Alagoas. Maceió 20 de Junho de 1822. *Arquivo Público de Alagoas, Catalogação: M 07 E 04 – A Conservadoria das Matas em Alagoas 1819-1849*.

³⁶² Cf. PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Papel de Francisco Nunes da Costa no Processo de Regulamentação dos Reais Cortes de Madeira (1780-1792)*. Ilhéus, 2007. Monografia (Graduação em História). Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual de Santa Cruz.

Marinha e Domínios Ultramarinos. O ministro estava projetando um conjunto de políticas de cunho reformador para as matas coloniais e utilizou a experiência de um perito das matas da Bahia Atlântica, um dos intelectuais mais preparados na “física dos bosques” para esta empreitada.

Assumindo a responsabilidade de pôr em prática, a partir de 1797, a política Real de cunho monopolista, o juiz tomou uma série de medidas. Fez tombamentos de terras públicas, criou mapas, realizou levantamentos de flora, estudou as espécies mais adequadas para cada uso e estabeleceu uma fiscalização mais severa com os particulares, a qual previa que só poderiam extrair madeiras em suas próprias propriedades mediante licença expedida pelo próprio juiz.

Baltasar da Silva Lisboa permaneceu no cargo de conservador das matas até 1818 e, na região, até a independência, produzindo, durante esse período, ampla documentação sobre a Comarca. Sua produção consistiu, basicamente, em documentos com finalidades administrativas e memórias científicas contendo suas observações.

Estudos futuros ainda precisam apontar respostas da efetividade concreta deste processo de regulamentação, bem como detalhar melhor suas linhas políticas e práticas utilizadas por seus executores. Neste trabalho, importa reconhecer que foi consolidado a partir da demanda do Estado, o qual concentrou esforços a níveis locais e imperiais para aprofundar o conhecimento e a conservação dos bosques. É a partir dele que podemos evidenciar mais claramente a relação estratégica delineada entre os saberes da botânica e as práticas de manutenção das matas.

Como efeito dos duros artigos da carta de 1797, podemos perceber que essa regulamentação trouxe uma série de conflitos com os proprietários de terras da região, uma vez que a iniciativa de conservação das matas se chocou diretamente com a necessidade de ampliação da fronteira agrícola, especialmente para a cultura da mandioca, como também a utilização das madeiras para os engenhos de açúcar.

Enfim, mesmo com todo um contexto político oportuno, um dos mais poderosos nichos do centro político português, a secretaria ultramarina não conseguiu empreender resultados concretos com suas políticas científicas para as madeiras. Na Bahia Atlântica, por exemplo, estas não surtiram efeitos substanciais em função da pressão colonial estabelecida pelos produtores de açúcar, farinha, bem como pela característica do exercício

do naturalismo ali praticado. Cite-se ainda a oposição direta de um naturalista proprietário de terras na região, egresso da Universidade de Coimbra. Na prática, a Bahia impôs seus mecanismos de pressão, neutralizando o poder de decisão exercido pelas autoridades de Lisboa.

3.4 – A pressão colonial

Já vimos a pressão exercida pelos senhores de engenho do Recôncavo baiano sob o uso das matas locais na segunda metade do século XVII. Essa pressão representou, ao mesmo tempo, a vitória dos interesses da elite do açúcar sobre o uso Régio para o seu arsenal da marinha, bem como obrigou a Coroa a lançar mão das matas mais ao sul, na Capitania de Ilhéus. Ali, além de tradicionalmente comprar as madeiras dos fabricantes locais, passou, a partir de 1716, a extrair madeiras sob o regime das feitorias.³⁶³

As matas do Recôncavo ficariam assim destinadas ao uso da produção do principal produto da colônia, o açúcar. Até o século XVIII, a lenha foi praticamente o único produto utilizado nas fornalhas durante a produção. Um observador contemporâneo registrou a grande necessidade que os donos de engenhos tinham pela matéria-prima, propondo o uso do bagaço de cana-de-açúcar como fonte alternativa de energia.³⁶⁴

Como observou Pedro Puntoni, a organização de uma zona produtora de farinha de mandioca nas “Vilas do Sul” a Salvador, especializando a produção e normatizando a obrigatoriedade da venda no norte da Capitania de Ilhéus para a sede administrativa da colônia, sugere o grande poder de apropriação dos canais de decisão, como a câmara da cidade, por parte dos representantes do capital açucareiro.³⁶⁵

O “conchavo das farinhas” integrou historicamente a economia das duas Comarcas, a da Bahia e de Ilhéus, apresentando um desafio concreto e contraditório à conservação das

³⁶³ DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens*; MILLER, *Fruitless Trees*.

³⁶⁴ PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 113.

³⁶⁵ PUNTONI, Pedro, O conchavo da farinha: especialização do sistema econômico e o Governo Geral da Bahia do século XVII, *In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*. 2009. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Puntoni-_Pedro.pdf [Acesso em 04-abr-2009].

reservas florestais por parte da Coroa que, ao longo de duzentos anos, teve que contar praticamente de forma exclusiva com a produção privada de madeira na região.³⁶⁶

Reinaldo Funes observou, para o caso cubano, que no final do século XVIII, em pleno contexto de difusão dos quadros teóricos da ilustração espanhola, houve muitos conflitos de semelhante natureza pelos usos das madeiras da Ilha. Como ele próprio observou,

Durante os conflitos com os fazendeiros em torno da exploração dos bosques, funcionários da marinha chamaram a atenção sobre os perigos que implicava o auge do cultivo da cana de açúcar, o qual requeria deixar amplas porções de terrenos limpos de árvores.³⁶⁷

Tanto para o caso cubano como para o da Bahia, o uso dos bosques apresentou razões semelhantes para os conflitos entre as autoridades coloniais e os colonos. Neste particular, torna-se importante observar como os centros imperiais, português e espanhol, não deram conta de coibir a supremacia dos interesses locais pelo uso das matas. Este processo de disputa por um recurso da natureza entre diferentes instâncias políticas, torna-se cada vez mais um interessante expediente para os estudos coloniais que focalizam esta relação. Como na Bahia Atlântica, em Havana, os interesses locais do açúcar prevaleceram, para Reinaldo Funes, sobre os interesses públicos, pois,

Nas últimas tentativas da marinha por manter os privilégios para a exploração florestal, se ofereceram fundamentos econômicos, jurídicos e ambientais contra a entrega dos bosques à exclusiva vontade dos particulares. Mas os grandes benefícios do salto açucareiro da ilha, para a oligarquia crioula e a Coroa espanhola, eclipsaram qualquer raciocínio oposto ao “sagrado” direito de propriedade.³⁶⁸

A política de conservação das matas empreendida, a partir de 1790, na Bahia, em que pese todos os esforços da Coroa para sua efetiva execução, não logrou êxito frente à resistência dos sujeitos coloniais a um uso regulado das madeiras da região. Em verdade, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho representou um grande aliado das matas e do juiz

³⁶⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói, 1991. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

³⁶⁷ MONZOTE, Reinaldo Funes. *De Los Bosques a los Cañaverales*. Una historia ambiental de Cuba, 1492-1926. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2004, p. 408. Tradução nossa.

³⁶⁸ MONZOTE, *De Los Bosques a los Cañaverales*, p. 414. Tradução nossa.

conservador em barrar o avanço dos particulares sobre os bosques no Brasil, mas quando este saiu de sua pasta para assumir a presidência do Real Erário, a política monopolista da Coroa perdeu força. Como observou José Augusto Pádua, “com a saída de Sousa Coutinho do Ministério do Ultramar, em 1801, o projeto de conservação e uso regulado das florestas brasileiras ficou completamente órfão de apoio político efetivo.”³⁶⁹

Ademais, trezentos anos de história na Bahia haviam ensinado aos particulares a suprirem suas necessidades com praticamente muito pouca ou até nenhuma interferência do Estado no uso das matas. Como lembra Marcelo Henrique Dias,

Nesse contexto, quando a Coroa começou a tomar para si a responsabilidade por um uso mais racional dos recursos da floresta, os interesses privados locais já haviam se tornado fortes o suficiente para imprimir assaz resistência às medidas conservacionistas oficiais.³⁷⁰

Nosso objetivo em discutir a política monopolista da Coroa para as matas coloniais é mostrar como a resistência, a burla, a adaptação ou a negação dos colonos em relação a ela criaram condições concretas para o seu fracasso. Acreditamos que, tanto a margem de “negociação” que as autoridades locais tiveram na periferia baiana para adaptar a política científica à realidade local, quanto à resistência ou adaptação empreendida pelos sujeitos coloniais tiveram um papel decisivo no esvaziamento das decisões do centro político português.

Em consonância com Maria de Fátima Gouveia, devemos problematizar a função de agentes coloniais dos funcionários naturalistas que atuaram na Bahia na virada dos oitocentos, pois,

muito mais que meros agentes administrativos, responsáveis por se fazer cumprir, implementar, no ultramar, determinações emanadas da metrópole, os oficiais podem, e devem, cada vez mais, ser analisados como “privilegiados instrumentos de conhecimento”³⁷¹

Torna-se necessário avaliar as funções que os funcionários da atividade de corte de madeira desempenharam na Bahia pois, como demonstrou Morton eram, na prática,

³⁶⁹ PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 112.

³⁷⁰ DIAS, *A floresta mercantil*, p. 206

³⁷¹ GOUVEIA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In: *Topoi*, v.5 (8), p.124, 2004.

“empresários locais que constantemente burlavam os trâmites legais, reclamando salários de trabalhadores não-existent, apropriando-se dos salários daqueles que, de fato, trabalhavam e vendendo madeira real para consumidores privados.”³⁷²

A pesquisa de Morton demonstrou uma forte associação entre os sujeitos estratégicos envolvidos na atividade dos cortes, sugerindo que os fabricantes³⁷³ aliaram-se aos responsáveis pelo transporte das madeiras para Salvador, donos das pequenas embarcações. Como o preço do transporte das peças de madeiras representava a maior parcela dos custos da atividade, esta associação entre fabricantes e donos de barcos agremiou, numa mesma região, um grupo de poder local que hegemonizou esse ramo da economia.

Morton sugeriu ainda que este grupo de poder concentrado em cinqüenta, talvez sessenta pessoas, não dispunha do mesmo poder obtido pelos senhores de engenho do Recôncavo, mas deteve uma razoável margem para frear os empenhos régios de estabelecer uma política que chocasse com seus interesses de uso das madeiras.

Como observou Thompson, a “burocracia florestal”, a qual estão presentes os naturalistas que refletiram sobre a intendência dos cortes, assumiu, na Inglaterra, um aspecto de “um grupo específico de interesses” estando longe de poderem ser encarados “como servidores leais de uma presença real”³⁷⁴.

Ao problematizar as práticas dos naturalistas, agentes da Coroa, como tendo autonomia de adaptarem seus conhecimentos para propostas que privilegiavam outros interesses que não o do Estado, Thompson abre importante perspectiva de análise de um curioso debate entre dois diplomados em Coimbra.

A atuação de Baltasar da Silva Lisboa no cargo de juiz conservador das matas enfrentou a resistência de um adversário à altura, José de Sá Bittencourt e Accioli. Experiente proprietário de terras da Capitania da Bahia e, tal qual o juiz conservador, um egresso de Coimbra com ampla bagagem teórica, publicou anonimamente um documento intitulado *Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da Capitania da*

³⁷² MORTON, *The royal timber in late colonial Bahia*, p.44-5.

³⁷³ Homens responsáveis pela produção de madeira em si, por serem proprietários das terras, incluindo das juntas de bois utilizadas no arrasto.

³⁷⁴ THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987, p.119.

Bahia, em junho de 1799, assumindo uma posição teórica radicalmente oposta ao do plano Régio, embasada em princípios liberais.³⁷⁵ Nas palavras de José Augusto Pádua,

A disputa teórica entre ambos, dessa forma, antepôs dois intelectuais formados na mesma tradição teórica e ao mesmo tempo separados por sensibilidades ambientais quase opostas. Accioli, no entanto, em sua defesa intelectual dos proprietários, assumiu uma postura moderada, que em nenhum momento procurava negar a validade de conservar as florestas. Seu argumento principal foi o dos direitos dos agricultores, com base em um enfoque jurídico e econômico de cunho liberal.³⁷⁶

Segundo Bittencourt e Accioli, não cabia à justiça Real “tirar dos seus vassallos todos os meios de subsistência”, sendo necessário evitar a opressão dos povos da Comarca que “estabelecidos há muitos anos nesses terrenos, edificaram à proporção das suas forças os engenhos para o fabrico do açúcar, aguardentes e para a farinha de mandioca”³⁷⁷.

Bittencourt e Accioli defendeu que o “plano” iria reduzir o abastecimento de farinha de mandioca no Recôncavo baiano, uma vez que, ao serem os proprietários de terras obrigados a plantarem em terras secundárias, ou capoeiras, não tirariam desse plantio grandes vantagens. A principal argumentação de Bittencourt e Accioli para sustentar a tese de uma produção de baixa qualidade neste tipo de terreno, consistiu em ressaltar o teimoso ataque das formigas, inexistente em terrenos de terras virgens.

Contra-argumentando pelos interesses privados, Bittencourt e Accioli buscou convencer seu oponente, o Juiz Lisboa de que também interessaria muito aos particulares a manutenção de tais recursos, pois muitos destes poderiam viver “da conservação das suas matas” tirando daí sua subsistência e, portanto, era de se esperar “que as não destruam”. Interessante comparar essa posição com a recente tese de Shawn Miller. Estudando a gerencia das matas americanas pelo império português, Miller concluiu que as políticas monopolistas da Coroa portuguesa, embora tivessem o propósito de conservar as matas, ao impossibilitar o uso comercial por parte dos proprietários de terras, deixaram a mata atlântica nas mãos de uma administração ineficiente. Isso teria incentivado os particulares a

³⁷⁵ Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia. José de Sá Bittencourt e Accioli. (atribuído a). Bahia, 1799. Rio de Janeiro, *Manuscritos da Biblioteca Nacional n° 22, 1, 9*. A atribuição do documento a Accioli foi feita por MORTON, *The royal timber in late colonial Bahia*, e reiterada por PÁDUA, *Um sopro de destruição*.

³⁷⁶ PÁDUA, *Um sopro de destruição*, p. 107.

³⁷⁷ Observações sobre o plano... *Manuscritos da Biblioteca Nacional n° 22, 1, 9*, p. 01.

empreenderem derrubadas voluntárias para a plantação da cultura da mandioca, uma vez que não lhes eram úteis à manutenção de reservas florestais em suas propriedades.³⁷⁸

Essa tese, embora seja muito bem fundamentada na teoria, não condiz com a realidade do Brasil atual, em especial, nas zonas de fronteira aberta. Tampouco pode ser aplicada ao contexto de nosso trabalho, pois como apontou José Augusto Pádua, até o início do século XIX, o processo de degradação imposto à mata atlântica brasileira, não apresentou o mesmo ritmo surgido com a falência do projeto estatal de salvaguardar o uso das matas pelos particulares.

A resposta de Lisboa insistiu na importância do Estado como grande defensor do “interesse público”. Essa noção prevalece em sua produção que apresenta uma sintonia com o projeto de intervenção estatal iniciado com Pombal em 1750. Embora tenha sido um intelectual que demonstrou conhecer a pertinência dos princípios liberais em pontos isolados de sua argumentação, o juiz considerava ser a mais urgente necessidade do Estado “providenciar a conservação das matas abundantes em madeira de construção”, afinal, como o grande agente da racionalidade pública, era o único capaz de estabelecer “uma impenetrável barreira à ambição indiscreta dos colonos” que “a ferro e fogo destruíam tão importantes terrenos”.

Como justificativa da importância de estabelecer um uso racional e regulado às madeiras, Lisboa continuou a utilizar o argumento de suas importâncias na atividade de construção naval, pois, através dela, os paus de construção “sustentam a independência e o poder do Trono”.

Consideramos que novos estudos ainda precisam apontar com mais segurança o quadro das madeiras baianas utilizadas na construção naval e em outras atividades, como no uso das caldeiras ou construção civil. Por ora, parece-nos que o processo de regulamentação do uso dos bosques não se assentou, num nível mais refinado, a tipos específicos de madeiras. Essa característica genérica da conservação que assumiu a política para os bosques na Bahia, resultou num nível de conflitos, igualmente, generalizado.

Essa parece ser mais uma evidência da relação entre o conhecimento científico sobre as madeiras e as políticas de Estado sobre as matas, pois o conjunto de esforços dos naturalistas mais leais à Coroa em sistematizar a identificação e os usos das madeiras

³⁷⁸ MILLER, *Fruitless Trees*.

apresentava-se num nível ainda muito inicial. Como consequência disso, na medida em que o Estado ainda não tinha condições efetivas de matizar as principais espécies, a racionalização botânica, expressou nas políticas do fim do século XVIII, sob o rótulo “de-lei” uma grande variedade de árvores, o que ocasionou um forte processo de resistência.

José Roberto do Amaral Lapa chegou a mesma conclusão pois “não eram idênticas as espécies vegetais que serviam a engenhos e estaleiros”. Caso a Coroa empreendesse um sistema legislativo mais racional e refinado, certamente sua implementação teria sido menos conflituosa.³⁷⁹

O estudo de Miller chamou a atenção para a omissão da legislação florestal em apontar o que seria, de fato, “madeira-de-lei” no Brasil colonial. Observa ainda que a inexistência de registros sobre a questão poderia sugerir ou uma lista pequena, tão óbvia ao colono brasileiro a ponto de sobre ela nunca especular, ou o contrário, entendendo qualquer madeira útil como reservado à Coroa.

Concordamos com Diogo Cabral sobre o fato de que nenhuma dessas duas possibilidades se apresentou como algo concreto. Como ele mesmo destacou,

cabe observar que ninguém, até hoje, encontrou um documento único e abrangente que relacionasse aquelas madeiras sobre as quais incidia a suposta lei – nem mesmo Miller. De acordo com as inspeções de engenheiros navais, relatórios de juízes conservadores ou simplesmente por indicação de qualidade feita por mestres construtores, se iam descobrindo, a pouco e pouco, as espécies mais apropriadas para construção naval, as quais passavam, por meio de uma legislação algo caótica, a ser de *acesso preferencial* da Coroa.³⁸⁰

Sintetizando, a resistência dos setores de poder colonial empreendeu sérias barreiras às intenções reformistas da Coroa. Seja pela pressão de senhores de engenho, fabricantes de madeiras, ou mesmo pela intervenção dos próprios naturalistas de Coimbra, a botânica encontrou grandes desafios para sua institucionalização na Bahia Atlântica.

Contudo, isso não significa que não tenha assumido uma função de dominação imperial, nem tampouco que não tenha se expressado na polêmica questão dos bosques baianos. Ao contrário, acreditamos ser um objeto de análise importante para avançarmos na

³⁷⁹ LAPA, *A Bahia e a Carreira da Índia*, p.33.

³⁸⁰ CABRAL, *Homens e Árvores no Ecúmeno Colonial*, p. 208.

leitura da relação estabelecida entre Portugal e a Bahia que, nesse caso, assumiu uma função de centro botânico.

Analisado o processo de regulamentação dos reais cortes de madeira como um produto da interface com as práticas e saberes botânicos no seio de uma política de Estado, cabe-nos avançar para um outro importante *locus* de manifestação botânica, as culturas agrícolas, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – A BOTÂNICA E AS CULTURAS AGRÍCOLAS NA BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL

O reino vegetal é, sem dúvida, a fonte mais fecunda, mais pronta e menos trabalhosa das riquezas de qualquer nação. E todo cuidado em promover esse manancial de felicidade pública será pouco, à vista do imenso proveito que daí se pode tirar.³⁸¹

O entusiasmo de Manuel Arruda da Câmara com o mundo vegetal foi compartilhado por gerações de naturalistas com influências fisiocratas. A “felicidade” humana, muito teorizada pelos teóricos setecentistas, residia, para muitos naturalistas a serviço da Coroa portuguesa, nos frutos da terra brasílica, tão cultuada desde as observações caminianas.

Neste capítulo, analisaremos as relações entre a botânica e a agricultura na Bahia Atlântica, na virada do século XVIII para o XIX, focalizando o papel botânico no estabelecimento de medidas políticas no âmbito da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos.

Num primeiro momento, analisaremos a influência da fisiocracia nos quadros mentais da ilustração luso-baiana, passando pelos estudos e propostas políticas/científicas estabelecidas a partir do contato botânica-agricultura e, por fim, avaliaremos alguns aspectos do fracasso da institucionalização dessas medidas no contexto baiano de fins dos setecentos.

4.1 - A fisiocracia no naturalismo luso-baiano.

A fisiocracia surgiu na França a partir dos escritos do médico François Quesnay (1694-1774). Sua primeira publicação sobre a doutrina, o verbete “arrendatários”, da Enciclopédia, data de 1756. O ponto central de sua argumentação residia na idéia de que o funcionamento da economia teria a natureza como dispositivo de regulamentação. Daí o

³⁸¹ CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1810. p. 04.

significado geral de fisiocracia: governo da natureza. Esta seria, para Quesnay, a fonte da ordem natural das coisas.³⁸²

Fazendo oposição ao colbertismo³⁸³, doutrina mercantilista hegemônica na França setecentista, a fisiocracia de Quesnay ressaltou que “a riqueza de uma nação media-se pela sua produção agrícola e não pela quantidade de dinheiro que podia acumular”.³⁸⁴ Opositora das ações centralistas da política-econômica do Estado monárquico francês, a fisiocracia valorizou ainda a liberdade de comércio para liberar os produtores agrícolas da “mão pesada” do mercantilismo francês. Como destacou Schumpeter, para a fisiocracia “a palavra dominante é *liberdade*: para comprar e para vender, para agir, livre concorrência”³⁸⁵. Como uma escola do pensamento econômico de fins do século XVIII, a noção de liberdade foi central para os autores fisiocratas, ou como destacou Paul Hugon, “a base do progresso econômico e social”.³⁸⁶

A natureza foi um elemento comum tanto para a fisiocracia quanto para a história natural, que possibilitou a construção de um projeto intelectual e prático engendrado no seio dos Estados modernos, vinculando a ciência produzida às teses fisiocratas. Como destacou Alfredo Gomes,

A Fisiocracia participa do naturalismo do século XVIII. [...] Somente a natureza é criadora. O homem apenas transforma, de modo que só os agricultores (que tinham na natureza suas riquezas) são verdadeiramente produtores. Todas as outras classes são estéreis. [...] Os fisiocratas formulam uma doutrina que excede o campo econômico e se projeta na ordem social e política.³⁸⁷

Se a vinculação entre fisiocracia e naturalismo na segunda metade do século XVIII foi evidente na França, cabe-nos problematizar suas expressões na experiência econômica portuguesa, sobretudo, nas políticas econômicas voltadas para a colônia portuguesa na América. Ali, a Coroa, ao mesmo tempo em que orientou a produção para a exportação

³⁸² RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi; OLIVEIRA, Terezinha. A Economia, a Educação e o Pensamento Fisiocrata no Século XVIII. In: *Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR*. “Patrimônio Histórico no Século XXI”. Maio de 2008.

³⁸³ Teoria econômica preconizada por Jean Baptiste Colbert que indicava a Balança Comercial Favorável como o principal índice de riqueza de um país. Cf. SARGENT, Arthur John. *The Economic Policy of Colbert*. Kitchener: Batoche Books, 2004.

³⁸⁴ HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Ed. Atlas, 1976, p. 98.

³⁸⁵ SCHUMPETER, J. A. *História da análise econômica*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964, p. 129.

³⁸⁶ HUGON, *História das Doutrinas Econômicas*, p. 119.

³⁸⁷ GOMES, Alfredo. *Introdução à Econômica: subsídios históricos e doutrinários*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p.129. Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-RJ.

agrícola, estimulou a institucionalização das ciências naturais a partir das políticas científicas focadas na agricultura. Como chamou atenção Heloísa Domingues,

É difícil medir a influência deste pensamento no Brasil, um lugar em que se produzia para exportar, porém, a agricultura foi revalorizada pela política portuguesa no fim do século XVIII, e trouxe como consequência a institucionalização das ciências naturais na colônia.³⁸⁸

Para discutirmos a aproximação das teses fisiocratas ao naturalismo luso-brasileiro, inicialmente, recorreremos a uma análise do pensamento do mestre do naturalismo português, Domingos Vandelli (1735-1816). Pensamos residirem no ideário do italiano as pistas para visualizarmos a relação que foi estabelecida entre as ciências naturais e a agricultura no universo das políticas científicas ultramarinas.

Durante seu período de formação na península itálica até sua vinda para Lisboa, em 1762, Vandelli esteve atrelado a um circuito de intelectuais, entre os quais se destacavam os napolitanos. Essa tradição debateu, no contexto do mercantilismo declinante europeu, os instrumentos de política econômica destinados à agricultura, visando a consolidação de novos preceitos econômicos, cuja orientação monetária superaria os tradicionais critérios metalistas.³⁸⁹

No horizonte político do império português, Vandelli encontrou um respaldo estratégico de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782) para empreender uma avaliação da situação econômica do Reino e de suas conquistas. Em um de seus relatórios, o naturalista avaliou o conjunto das potencialidades agrícolas e industriais do império. Em suas palavras:

Se em Portugal não fossem tão dificultosos e quase insuperáveis os espetáculos que impedem o aumento da agricultura. E se a indústria tivesse chegado ao estado de se aproveitarem todas as úteis produções da natureza, infelizes seriam os estrangeiros, que não possuem conquistas. Como em uma carta exclama o celebre Lineu: (Bom Deus! Se os

³⁸⁸ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência: um Caso de Política: As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. p. 19.

³⁸⁹ Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RIO.

lusitanos desconhecem os bens de sua natureza, como serão infelizes todos os outros que não possuem terras exóticas!).³⁹⁰

Cabe destacar no pensamento de Vandelli dois pontos importantes. O primeiro está ligado ao reconhecimento implícito da importância das “terras exóticas” para o Reino português. A valorização das conquistas tropicais portuguesas, provavelmente, foi um fator decisivo para Vandelli aceitar o convite de Pombal para trabalhar em suas instituições científicas e foi um tema recorrente nas correspondências com seu mestre Carl Lineu (1707-1778).

O segundo ponto diz respeito a uma avaliação negativa do “aumento da agricultura”, em função da existência de “difícultosos e quase insuperáveis obstáculos”. Note-se que Vandelli não separou a agricultura da indústria, que deveria aproveitar “todas as úteis produções da natureza”. Como podemos verificar no primeiro capítulo desta tese, a resposta do mestre naturalista aos “obstáculos” foi a organização de uma política ilustrada para a agricultura colonial brasileira em que as ciências naturais tiveram um papel importante. Como alertou Domingues, “em tal conjuntura intelectual, a agricultura passou a ser vista pelos cientistas como uma interferência do homem na natureza e, neste sentido, passou a ser objeto de interesse, passível de ser trabalhada à luz de conhecimentos sistemáticos”.³⁹¹

A importância do conhecimento científico para o desenvolvimento da agricultura fica evidente também na demarcação de uma proposta prática de Vandelli, a qual definiu que a saída para os seus problemas consistia “principalmente no conhecimento dos vegetais, da sua natureza, do clima e terreno em que nasceu, na causa da fertilidade da terra, na influencia do ar sobre os vegetais e nas regras práticas e necessárias para a boa cultura.”³⁹²

Em uma de suas memórias, o paduano acentuou a importância dos naturalistas estudarem o reino vegetal de modo a poderem aplicar tais conhecimentos no desenvolvimento da agricultura. Dentre as observações que Vandelli fez a seus discípulos, está a necessidade de permanecerem atentos, em suas viagens, aos “gêneros de primeira necessidade para o consumo diário”, razão de um tópico específico. Dizia ele em seu relatório, que os naturalistas deveriam observar,

³⁹⁰ MUNTEAL FILHO, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*, p. 217.

³⁹¹ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*, p. 18.

³⁹² Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charneças de Domenico Vandelli. *ANRJ, Códice 807, v.25, S.D., fl. 1.*

Se as terras são próprias para arroz, feijão, favas, milho, ervilhas. Se há grandes pomares de espinho e todas as outras frutas de que abundam, especificando o nome de cada uma, e dos frutos silvestres menos conhecidos, declarando quanto couber no possível o seu feitio e gosto no paladar e ainda os préstimos particulares de algumas. Se essas mesmas árvores a um mesmo tempo se conservam com frutos sazoados, verdes e flor.³⁹³

A identificação das culturas locais esteve entre as prioridades para o naturalista, uma vez que diversas produções ainda estariam por ser descobertas e teriam grande utilidade para a dinamização da exportação agrícola nas colônias. O mesmo valia para os cereais, pois, segundo Vandelli, os filósofos deveriam anotar ainda “todos os nomes dos que se conhecerem além dos inhames, carás, aipus, batatas e de cada coisa as diferentes espécies, que há”.³⁹⁴

Podemos notar, assim, a relação presente no pensamento de Vandelli entre a história natural e a agricultura, ao estabelecer para seus naturalistas uma relação metodológica direta. Como já havia observado o historiador Oswaldo Munteal,

O Naturalista italiano converteu progressivamente temas como o da: NATUREZA e o da AGRICULTURA, a uma finalidade prática, a recuperação econômica do Reino. A Natureza aparece nas Memórias Científicas de Vandelli através da disciplina “história natural”. A Agricultura surge em suas Memórias e ensaios como realização prática dos estudos efetuados no campo das ciências naturais.³⁹⁵

Ainda segundo Munteal, Vandelli inscreveu-se numa tradição intelectual, na qual se dedicou aos estudos que “contemplaram a natureza (através da história natural) e a economia civil (tendo a agricultura como eixo de uma nova política econômica).” Para esse autor, a singularidade da produção vandelliana residiu também na “interdependência dos estudos de história natural (classificação) e das investigações sobre a ciência da agricultura (utilidade).”³⁹⁶ Importante notar ainda que este processo de integração entre natureza e

³⁹³ Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam por Domenico Vandelli. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*. nº I, p. 187, 1789.

³⁹⁴ MUNTEAL FILHO, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*, p. 220.

³⁹⁵ MUNTEAL FILHO, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*, p. 19.

³⁹⁶ MUNTEAL FILHO, *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*, p. 55.

economia, além de ser um traço fisiocrata em Vandelli, representou uma nova fase intelectual do naturalista em Portugal, distanciando-o da Itália.

A importância da história natural como campo do saber aplicável à economia também foi matéria de observação do químico italiano, Dalla Bella (1730-1823), a serviço da Coroa portuguesa em Coimbra. Segundo ele, “a história natural e as observações feitas com tanto merecimento das diferentes academias da Europa nos dão os nomes, a natureza e a cultivação de tantos vegetais”. Ressaltando o destaque para a botânica nessas observações, ressaltou que, nas “artes”, na “farmácia” e “em outros usos de utilidade econômica”, esta ciência ensinaria “a cultura de outras plantas, novamente procuradas que não se acham, ou são muito raras em Portugal.” Por fim, serviria ainda no conhecimento de “novas ervas que formam prados artificiais, novas árvores para os bosques e as que podem subministrar folhas abundantes para alimentar os animais”.³⁹⁷

Dalla Bella finalizou sua justificativa sobre a importância dos incentivos na história natural portuguesa, arguindo seu leitor sobre “quantos destes gêneros transportados [...] em diferentes partes deste Reino não seriam convenientes a certas terras com vantagem da agricultura e do comércio.”³⁹⁸ Observe-se que a história natural, como prática de inventários de produtos e potencialização da economia, assumiu também, para Dalla Bella, uma função direcionada para o desenvolvimento da agricultura e, por conseguinte, do comércio ultramarino, constituído em grande parte por gêneros daí advindos.

De Coimbra para a Bahia, a importância da agricultura também pode ser verificada na tradição ilustrada luso-brasileira ali presente. Baltasar da Silva Lisboa sintetizou este tipo de pensamento ao afirmar que “nenhuma outra arte ou ciência pode tanto jamais influir na bondade pública, que a da agricultura campestre e pecuária.”³⁹⁹ Dedicado a entender o “grande celeiro da natureza”, numa alusão aos princípios fisiocratas, Lisboa se empenhou, sobremaneira, nas observações e propostas que pudessem aplicar os conhecimentos naturais em prol da agricultura.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto também foi um funcionário colonial que expressou o pensamento fisiocrata brasileiro. Como observou Maria Luisa Delerue, o

³⁹⁷ Discursos preliminares aos elementos de agricultura acerca dos modos mais convenientes para animar essa nobilíssima Arte em Portugal por G. A. Dalla Bella. *ACL, Série Azul, Manuscrito n° 199, s/d, 22fl.*

³⁹⁸ Discursos preliminares... *ACL, Série Azul, Manuscrito n° 199, s/d, 22fl.*

³⁹⁹ Discurso Político de Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito n° 697.*

capitão queixou-se em um de seus escritos que a exploração desenfreada do ouro no Brasil prejudicou o desenvolvimento da agricultura na colônia. Para ele, o desenvolvimento da América portuguesa passou pelo desenvolvimento das culturas agrícolas e a história natural teve todas as condições de auxiliar neste processo. Nas palavras de Delerue,

Para ele, a agricultura era a base da riqueza de qualquer país, pois ela alimentava o comércio e este exigia vias de comunicação, as quais, em Setecentos, eram essencialmente fluviais e marítimas, sobretudo no Sul, onde rios, lagoas e mar permitiam um fluxo regular de mercadorias. Na sua óptica, o Sul do Brasil reunia condições excepcionais para a agricultura, quer dos frutos nativos, quer daqueles que eram oriundos de outros continentes, os quais, uma vez para aí transplantados, se adaptariam excelentemente.⁴⁰⁰

Como funcionário colonial na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul até a década de 1780, Barreto teve a oportunidade de conhecer as potencialidades locais da agricultura. Dali em diante, uma característica de sua produção memorialista pôde ser identificada por sua preocupação com o tema. Um dos trechos de uma de suas memórias revelou, por exemplo, que a identificação das culturas agrícolas encontradas, bem como do potencial produtivo do terreno, era um assunto a ser registrado pelo capitão: “Os moradores que habitam nesta costa até o Tanhenga plantam mandiocas, tiram coquilha, piaçava, casca de mangue, e de (ilegível), e madeiras e daqui para diante plantam também arroz.”⁴⁰¹

Outro naturalista a atuar na Bahia Atlântica com este tipo de ideário de valorização da agricultura foi José de Sá Bittencourt e Accioli. Em sua memória intitulada *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação, sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no termo da Vila de Camamú, Comarca dos Ilhéus, governo da Bahia*. Bittencourt e Accioli empreendeu uma descrição elogiosa da fertilidade da terra, comparando “um teatro à sabia natureza”.

Oferecendo variadas espécies de vegetais “que cobrem a superfície do nosso globo”, proporcionando assim “a felicidade de seus habitantes”, a natureza teria o papel, para

⁴⁰⁰ DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Muniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. Porto:Universidade Portucalense, 1998. 2 v. (Tese de mestrado policopiada), p. 51.

⁴⁰¹ Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia. *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 04.

Bittencourt e Accioli, de repartir “com grande sabedoria os seus dons”, sem mesmo necessitar de nenhuma ajuda dos agricultores. Note-se um sentido positivado para a natureza que seria uma fonte privilegiada de riquezas e felicidades, expressão muito presente nos debates fisiocratas na Europa da época.⁴⁰²

Enfim, demarcados os contornos fisiocratas dos naturalistas que protagonizaram uma política científica para a agricultura colonial, passaremos à análise do papel da botânica nesse processo de revitalização da agricultura baiana nas últimas décadas do período colonial.

4.2 - A ciência botânica a serviço da dinamização agrícola.

Caio Prado Jr. foi um dos primeiros estudiosos a destacar a intervenção da Coroa na crise do antigo sistema colonial brasileiro. Segundo o autor, “no tempo da crise do velho sistema colonial, a metrópole tratou de tomar medidas políticas que incentivassem a qualidade e a quantidade da produção da colônia.”⁴⁰³

Nas últimas décadas, vem crescendo o interesse dos pesquisadores sobre as “medidas políticas” engendradas pelo Estado português na América na virada do século XVIII para o XIX.⁴⁰⁴ Em grande medida, uma premissa importante em boa parte dos recentes trabalhos sobre o tema é a de que a ciência tornou-se uma questão de Estado.

⁴⁰² ACCIOLI, José de Sá Bittencourt e. *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no termo da Vila de Camamu, Comarca dos Ilhéus, governo da Bahia*. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira, 1798.

⁴⁰³ PRADO, JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 56.

⁴⁰⁴ Cf. FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. *Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907*. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. USP; FONSECA, Maria Rachel F. da. *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. FFLCH-Universidade de São Paulo; COELHO, Mauro César. *A diligência do saber: uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RIO; FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1997; MUNTEAL FILHO, Osvaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em História). Departamento de História. UFRJ/IFCS; PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume, 2000; SILVA, Ana Rosa Cloulet da. *Inventando a nação*. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. IFCH/UNICAMP; SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto (1798-1805)*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Capinas: Unicamp, 2002; KURY, L. “Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações

Reforçando nosso objetivo geral deste capítulo em pensar o papel da ciência botânica na organização das políticas agrícolas na Bahia Atlântica, destacaremos as observações e práticas empreendidas pelos naturalistas na Capitania para desenvolver a agricultura. Mas, antes, cabe analisar as relações entre a botânica e o campo da agricultura. Como observou Heloísa Domingues,

o projeto de implementação da agricultura, que buscava a dinamização desta para a otimização da economia metropolitana, embora tivesse sido uma prerrogativa do Estado português, acabou por contribuir enormemente para o processo de institucionalização das ciências naturais no futuro país. Desta política resultou a promoção da diversificação dos produtos agrícolas, cujo resultado institucional mais efetivo e duradouro foi a criação dos jardins botânicos.⁴⁰⁵

Dialogando com Domingues, interessa-nos mostrar como a Coroa portuguesa se empenhou no tratamento da questão agrícola colonial como um assunto de Estado, viabilizando, por meio de seus funcionários naturalistas, uma série de medidas políticas e científicas para dinamizar as culturas locais e aumentar sua exportação imperial. Nesse processo, partimos do princípio de que a botânica, assim como foi importante para as políticas dos bosques, também teve um papel estratégico no que diz respeito à agricultura. As experiências de diversificação das espécies úteis promovidas pela botânica foram de fundamental importância para o campo da agricultura brasileira. Através dessa relação botânica-agricultura, o campo das ciências naturais foi, gradualmente, se institucionalizando no país, ao longo do século XIX.⁴⁰⁶

Com o intuito de analisar o processo de institucionalização da botânica no Brasil, em fins do século XVIII, conduziremos nossa análise focalizando as principais culturas agrícolas presentes na Bahia Atlântica Colonial, a saber, a *cana-de-açúcar*, *tabaco*, *mandioca*, *algodão*, *pimentas*, *canela*, *cochonilha*, *cacau*, *baunilha*, *café* e outros gêneros.

Antes, cabe uma pequena observação sobre a estruturação deste capítulo. Ao tratarmos das medidas políticas empreendidas para as diferentes culturas agrícolas, não podemos perder de vista a importância dos jardins botânicos nessa empreitada. Como a

(1780-1810)". In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. Vol. XI, p. 109-29, 2004; VARELA, Alex Gonçalves. "A Trajetória do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua 'fase européia'" (1783-1800). In: *Revista Tempo*. Niterói, UFF, 2007.

⁴⁰⁵ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*, p. 31.

⁴⁰⁶ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*.

política da Coroa objetivava desenvolver uma agricultura diversificada, sobretudo a exótica, caracterizada pelos produtos asiáticos, os jardins botânicos foram peças-chave para a aclimação e classificação das novas culturas. Como já havia observado Vandelli, “nos jardins botânicos como se cultivam as diferentes plantas de todos os climas e terrenos, conhecem-se e escolhem-se as mais próprias e adequadas ao país”.⁴⁰⁷ Reiterando as múltiplas funções de um jardim que, além de embelezar o museu Real, também tinha uma função importante para a medicina, as artes e o comércio, Vandelli destacou seu papel na agricultura. Em suas próprias palavras: “para a agricultura só o ignora aquele que não sabe quantas plantas de regiões remotas, por meio dos jardins, são hoje comuns e ordinárias na Europa e cujo número se vai cada dia aumentando.”⁴⁰⁸

De acordo com Vandelli, uma lista variada de produtos já ordinariamente utilizados no cotidiano europeu eram de origem distante e foram possíveis ser aclimatadas devido ao trabalho secular nos jardins da Europa. Dizia ele,

Quantas plantas são hoje comuns, ordinárias que trazem a sua origem das regiões mais distantes? O trigo, ainda que não se saiba verdadeiramente o lugar de seu nascimento, não é planta da Europa. O *milho painço* é da Índia. A *aveia* é da ilha de João Fernandes. As *borragens* vieram de aleppo. O *nabão* da China. O *milho* da América. O *arroz* é planta que se julga de Etiópia, que antes se cultivava na Índia. A *fava* é do Egito. A *amoreira* branca da China. Os *tomates* da América. A *beringela* é da Ásia, África e América. O *pimentão* do Brasil. A *cidreira*, o *limoeiro* da Ásia Média, Assíria. A *laranjeira* da China. O *inhame*, a *açafrão* é do Egito. A *piteira* é da América, etc. Quase todas as nossas árvores frutíferas são de outros países.⁴⁰⁹

Fica evidente então a importância dos jardins botânicos no projeto de diversificação agrícola tocado pela Coroa. Contudo, atendendo a uma melhor distribuição dos temas/debates por capítulos, optamos por trabalhar, de modo mais aprofundado, a questão dos jardins botânicos no capítulo V, por seu tema das ervas apresentar uma relação mais direta com a instituição, sobretudo o da Bahia. Evidentemente, essa divisão não exclui a possibilidade de trabalharmos, sempre quando possível, tal tema na análise que faremos a partir de agora.

⁴⁰⁷ Memórias sobre a utilidade dos jardins botânicos, à respeito da agricultura e principalmente da cultura das charneças de Domenico Vandelli. ANRJ. Códice 807, v.25, S.D., fl. 1.

⁴⁰⁸ Memórias sobre a utilidade... ANRJ. Códice 807, v.25, S.D., fl. 1.

⁴⁰⁹ Memórias sobre a utilidade... ANRJ. Códice 807, v.25, S.D., fl. 1.

4.2.1 - Cana-de-Açúcar

A cana-de-açúcar foi o produto mais importante de todo o período colonial brasileiro. Representou quase metade das exportações que saíram da colônia e foi, de longe, um grande símbolo da sociedade escravista. Na Bahia, desde as primeiras décadas do século XVI, a aristocracia local havia instalado engenhos aproveitando-se das melhores terras do Recôncavo. Como observou Stuart Schwartz, “falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos.”⁴¹⁰

Barickman observou que, na Bahia, no período 1780-1860, o açúcar “raramente representou menos de 45% de todas as receitas das exportações e muitas vezes sua participação foi maior”. Como consequência imediata, tamanha participação na economia de exportação da região praticamente determinou o crescimento ou revés de toda balança comercial baiana.⁴¹¹ Em suas palavras,

Em qualquer discussão da economia de exportação baiana, o comércio de açúcar merece um lugar de destaque. O açúcar era o mais antigo produto agrícola de exportação da província; os colonizadores portugueses que se estabeleceram no Recôncavo em meados do século XVI haviam cruzado o Atlântico com planos de cultivar cana e construir engenhos. Nos séculos seguintes, outros produtos entraram no rol das exportações baianas; mas, até as últimas décadas do século XIX, nenhum jamais se equiparou ao açúcar.⁴¹²

Um produto com tanta importância no sistema de exportações estabelecido na colônia, naturalmente, foi objeto de investigações científicas pelos naturalistas da Bahia. Em sua memória *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de Ilhéus na América*, de 1789, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá dedicou parte de seu estudo aos gêneros agrícolas da região. Embora tenha destacado sua predileção pela cultura do cacau frente à cana, o autor não abriu mão da análise dessa cultura, pois, segundo ele, “não seria fora de propósito ajuntar aqui algumas reflexões sobre a perfeição do açúcar e seu manejo” de forma a contribuir para a redução das “causas do seu atraso”.

⁴¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 94.

⁴¹¹ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p 71.

⁴¹² BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p 71.

Segundo Bittencourt e Sá, ninguém ousaria ignorar, na Bahia, em fins dos setecentos que “o maior ramo da indústria do Brasil” era “a cultura e manipulação do açúcar”. O naturalista destacou sua importância ao passo que lamentou a concorrência com “as diferentes nações que têm colônias na América e que importam para Europa uma porção muito mais considerável de açúcar que os portugueses”.⁴¹³

Em tópico específico de sua memória, no qual analisou a cana e sua manipulação, Bittencourt e Sá empreendeu um esforço reflexivo a partir da apropriação dos saberes da história natural para a apresentação de propostas quanto a novos métodos para serem empregados nessa cultura e no fabrico do açúcar. Sua intenção foi identificar os principais problemas enfrentados pela produção para, a partir daí, poder minimizá-los. Segundo ele, as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores seriam, “a fertilidade do terreno, a sua fortaleza e gordura que, subministrando às canas grandes quantidades de sucros, os quais dissolvendo o princípio sacarino com elas combinado, fazem incômoda e trabalhosa combinação”.⁴¹⁴

Após uma reflexão, visando atingir o melhor “princípio sacarino”, responsável por oferecer às canas seu aspecto adocicado, o naturalista passou a dissertar sobre um provável “remédio” utilizado para esse mal pelos produtores da região, que a esse tempo tentavam, “diminuir-lhe a força com diferentes plantações apropriadas, que lhe façam perder a soma de princípios nocivos à cultura da cana e venham estes a ter mais princípio sacarino e menos quantidade de líquidos”.⁴¹⁵

Sintonizado com as observações de seu mestre Vandelli, Bittencourt e Sá se empenhou em recolher relatos dos produtores locais, valorizando suas experiências, para identificar a raiz do problema à luz das ciências.

Os debates mais sérios da época sobre os solos no campo da química, sugeriam ao naturalista que a variação de culturas num mesmo terreno tendia a diminuir “os princípios nocivos” causadores de abundantes líquidos nas canas. Porém, ainda que se pudesse “dar a razão filosófica deste remédio”, ele próprio tinha conhecido, naquela Comarca, um senhor

⁴¹³ Ensaio de descrição física e econômica da comarca dos Ilhéus na América. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. In: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias econômicas*, Vol. I, Lisboa, 1990 [1789], p. 32.

⁴¹⁴ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 32.

⁴¹⁵ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 33.

de engenho que já “cultivava em terreno aberto há dezesseis anos e ainda não tinha boas canas, que sempre são ali muito sucosas e pouco doces”.⁴¹⁶

Ao refletir sobre o assunto, num “espaço de muitas horas, combinando a análise do açúcar e os seus princípios com a cultura e, principalmente, com os terrenos” de que tratava, não logrou “descobrir remédio algum por meio do qual obvie os incômodos ponderados”, sendo suas conclusões preliminares e “contingentes, de cuja certeza deverá decidir a experiência”.

Interessante observar que mesmo diante da limitação de suas observações, Bittencourt e Sá expressou sua mentalidade ilustrada a partir de um jogo metafórico característico dessa corrente de pensamento. Além disso, mesmo não sendo conclusivo, não se furtou de apresentar sua opinião acerca de suas observações. Como ele próprio relatou,

Submergido nas escuridades e abismos do como se opera a vegetação e não podendo nesta matéria adiantar proposição, que não encerre de algum modo dúvidas, não deixarei, contudo, de expor sobre este assunto as minhas idéias, combinando as diferentes observações e experiências dos filósofos.⁴¹⁷

Recorrendo assim a uma série de reflexões de outros naturalistas, químicos e botânicos, Bittencourt e Sá ousou sua hipótese de que, “os vegetais não recebem do terreno princípio nenhum fixo, mas somente os voláteis”, além das “substâncias aeriformes”. A composição dos “corpos” vegetais seria assim o resultado das diferentes combinações desses “elementos” que produziriam vegetais “tão diferentes entre si.”⁴¹⁸ O naturalista, “passando à aplicação da teoria”, concluiu que:

Isto posto, creio, e a experiência parece demonstrá-lo, que conhecidos os princípios por uma verdadeira análise de que se compõe um vegetal dado, que os meios mais conducentes a sua cultura serão aplicar ao terreno corpos que abundem dos mesmos princípios ou tenham maior afinidade com os nocivos que se encontram nos mesmos terrenos.⁴¹⁹

⁴¹⁶ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 34.

⁴¹⁷ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 33.

⁴¹⁸ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 34.

⁴¹⁹ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 36.

Bittencourt e Sá deixou clara a importância dos terrenos para a produção das culturas agrícolas coloniais, estabelecendo uma relação entre os vegetais e os “corpos nocivos” que abundam no solo. No caso específico da cana, concluiu que, para “a melhoria do terreno que há de produzir a cana que abunda em sucos”, o remédio seria,

Combinar-se com a terra corpos, que tendo maior afinidade com os princípios nocivos, venham a apoderar-se deles. A cal queimada e não extinta, isto é, que ainda se não tenha combinado com o ácido carbônico será quanto a mim, o corpo mais apropriado para este fim. O que parece em tudo conformar-se com as experiências e observações de Alston.⁴²⁰

A passagem acima deve ser discutida sob dois aspectos. O primeiro está ligado à importância da análise dos solos nos estudos de agricultura da época, empreendidos pelos naturalistas na Europa. Vandelli, que muito teorizou sobre a agricultura das conquistas portuguesas, deixou várias observações sobre a matéria, como podemos perceber na passagem abaixo,

Duas são as opiniões a respeito da fertilidade da terra. A primeira é que a terra serve somente de matriz aos vegetais, e de nada mais. A segunda, que os vegetais formam o maior nutrimento da terra. O que é, porém, incontestável, é que o maior nutrimento das plantas depende da água e principalmente da chuva, a qual com as partículas diferentes que traz da atmosfera e dos sais e óleos depositados na terra concorre muito para a vegetação. Além do que contribuem o calor, a luz e matéria elétrica.⁴²¹

Percebe-se a sintonia de pensamento entre Vandelli e Bittencourt e Sá, mestre e discípulo, no que diz respeito à importância dos solos e dos elementos “depositados na terra” no desenvolvimento dos vegetais.

O segundo aspecto importante da citação diz respeito à referência ao botânico escocês Charles Alston (1683-1760). Atuando na Faculdade de Medicina e no Jardim Botânico de Edimburgo, Alston fez parte de uma geração de botânicos europeus que criticaram o *Sistema Natural* de Carl Lineu, baseado no sexo das plantas. Para além da importância das observações de Alston sobre a interação das plantas com os solos, sua referência na

⁴²⁰ *Ensaio de descrição física e econômica*, p. 37.

⁴²¹ Memórias sobre a utilidade... *ANRJ. Códice 807*, v.25, S.D., fl. 1.

memória de Bittencourt e Sá é mais uma evidência concreta do sincretismo do naturalismo luso-brasileiro.⁴²²

Bittencourt e Sá foi o naturalista que mais se deteve sobre a cultura da cana, em grande parte por ser também um grande produtor da cultura na Bahia Atlântica. Ali, herdou o engenho de açúcar conhecido como da “ponta”, localizado na foz do Rio Paraguaçu, tornando-se “um dos fazendeiros mais respeitados da região, tanto pelo saber, quanto por suas práticas econômicas”.⁴²³

Sua experiência foi aproveitada desde sua atuação na Academia Real de Ciências de Lisboa quando publicou sua primeira memória, em 1789, até, pelo menos, a saída de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho da secretaria ultramarina, em 1801. Como observou Maria Odila Dias,

Através de cartas, D. Rodrigo procurava animá-lo em suas tentativas de fazer adotar entre os senhores de engenho o melhor ‘método de suprir as serpentinas para as destilações’ e de aproveitar melhor o combustível na cristalização do açúcar de modo a diminuir o seu consumo.⁴²⁴

Durante sua estada na Bahia até 1807, quando ocupou o cargo de intendente das minas, que futuramente lhe rendeu a identificação de “intendente Câmara”⁴²⁵, ocupou-se do melhoramento da cultura do açúcar, da divulgação dos melhores métodos de cultivo e adubagem, bem como dos novos processos para máquinas e fornos na produção do açúcar. Refletiu sobre como melhorar a qualidade do açúcar produzido na região que, para ele, entre outras providências, deveria banhar as caldeiras e utilizar o próprio bagaço da cana ao invés das madeiras nos fornos de preparação.

Constitui tarefa difícil para o historiador atual precisar os efeitos de suas observações ilustradas sobre o cultivo da cana em fins do século XVIII. Parece-nos que, apesar de todos os esforços e do rico instrumental oferecido pelas ciências, das quais interessa-nos a botânica, a cultura não atingiu a melhoria necessária, como destacou um observador

⁴²² BIRSE, Ronald M. *Science at the University of Edinburgh 1583-1993*. Edimburgo: University of Edinburgh, 1994.

⁴²³ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ: Zahar, 2002. p. 96.

⁴²⁴ DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 278, 1968, p. 125.

⁴²⁵ Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá foi o primeiro brasileiro a assumir o cargo de Intendente das Minas na região de Minas Gerais.

contemporâneo, ao dizer que “a cultura do açúcar tão antiga não tem a perfeição desejada. O nosso é inferior ao de fora. Este não é senão o sal essencial da cana”.⁴²⁶

É evidente ainda a ausência de grandes estudos sobre o tema da cana-de-açúcar na Bahia e, mesmo no rol de publicações da Academia Real de Ciências de Lisboa, numa demonstração que tais estudos deveriam estar focados nos produtos “alternativos” aos já exportados na Capitania.

Se é difícil assim mensurar as razões dessa baixa produção, mais fácil afirmar é que a produção em si, independente das melhorias, continuou crescendo, sobretudo, na década de 1790, quando os preços atingiram índices jamais vistos.⁴²⁷ Como observou o governador-geral da Capitania da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1798, “é igualmente certo ter crescido extraordinariamente a lavoura do açúcar e tabaco, sendo infinitos os engenhos, que durante o meu governo se tem construído de novo e atualmente se constroem”.⁴²⁸

Na Bahia Atlântica, a cultura da cana representou o primeiro lugar nas exportações, seguido do tabaco, que também foi objeto de investigações científicas no último quartel do século XVIII.

4.2.2 - Tabaco

Após a cana-de-açúcar, o fumo foi o maior produto de exportação da Bahia. De produção mais barata em relação ao açúcar, o plantio do tabaco representou uma importante oportunidade para produtores com menos capital a investirem numa cultura alternativa à *plantation* da cana. Como observou Barickman,

O fumo distinguia-se de novidades como o algodão, o café ou o cacau; havia muito, figurava como um dos principais itens do comércio de exportação da Bahia, só suplantado em importância pelo açúcar {...} a Bahia praticamente monopolizava o comércio brasileiro de fumo.⁴²⁹

⁴²⁶ Discurso Político por Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito nº 697.*

⁴²⁷ BARICKMAN, *Um contraponto baiano.*

⁴²⁸ Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. *Manuscritos da BN, II- 30, 06, 4.*

⁴²⁹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 63-4.

Havia dois tipos básicos de fumo, um de maior qualidade destinado a Portugal e outro de qualidade inferior (refugo), que era mergulhado numa espécie de xarope, sub-produto do açúcar, conferindo-lhe um gosto adocicado muito popular nas costas africanas, onde era trocado por escravos. A Bahia contou com grande produção do tipo “refugo” e sua produção concentrou-se no entorno da Vila de Cachoeira. Como afirma ainda Barickman, os “campos da Cachoeira” e as fazendas e sítios em vilas além dos limites do Recôncavo produziam quase todo o fumo que se exportava para Portugal – talvez até 90%- nos séculos XVII e XVIII, e uma parcela ainda maior nos anos 1796-1811”.⁴³⁰

Não por acaso, são da vila de Cachoeira os mais especializados registros sobre a cultura do tabaco sob a ótica da história natural. Joaquim de Amorim Castro, juiz de fora dessa vila, egresso de Coimbra e um dos mais destacados discípulos de Vandelli, produziu estudos substanciais sobre a cultura e pode ser considerado o maior especialista do tabaco colonial no Brasil.

O primeiro documento relevante foi uma memória diretamente enviada à Rainha D. Maria I, em 12 de Abril de 1788. Intitulada *Memória sobre as espécies de tabaco que se cultivam na vila da Cachoeira com todas as observações relativas a sua cultura, fabrico e comércio, e com a breve descrição botânica das mesmas espécies*, é considerada um dos primeiros estudos sobre a cultura no Brasil colonial, inclusive por seu autor.⁴³¹

Nessa obra, podemos perceber um misto de cientificismo e discurso político, característico de relatórios técnicos produzidos pelos naturalistas coloniais. Como justificativa para seus estudos, Castro observou que os habitantes da vila eram “aptos e capazes para as artes e ciências, mas atualmente destituídos pela maior parte da cultura necessária, e por isso pouco industriais.”⁴³² Deixando claro que se tratava de um esforço de sistematizar sua experiência sobre a cultura do tabaco adquirida ao longo de 11 anos como estudioso de história natural, Castro utilizou, de modo mais explícito, as obras *Dicionário econômico* de Zink e *Princípios de agricultura* de Valério.

Além de tratar das etapas principais na produção, como o preparo da terra, o plantio, a colheita, o preparo das folhas, entre outras, o naturalista indicou que a cultura do tabaco também tinha préstimos muito úteis à medicina, uma vez que cozidas, as folhas do tabaco

⁴³⁰ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 63-4.

⁴³¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

⁴³² LAPA, *Economia Colonial*, p. 178.

tornavam-se “um antifebril de primeira ordem”. A busca por produções naturais que auxiliassem na cura das “febres” foi se tornando uma prática comum entre os naturalistas nas conquistas do novo mundo português, estimulado, em grande parte, pela necessidade da Coroa em conter esse tipo de enfermidade nos efetivos militares.⁴³³

Castro observou ainda que,

serve também a folha da corda do tabaco distorcida para fazer resolver várias nascidas, ainda aquelas em que há perigo de gangrena e costumam, por essa razão, os naturais muitas vezes lavarem as feridas com água do mesmo fumo depois de nela ser cozido.⁴³⁴

Naquele mesmo ano, em julho, Castro encaminhou também à Rainha, D. Maria I, outras observações sobre a agricultura e a manufatura do tabaco. Novamente, argumentou neste documento que só a história natural poderia subsidiar o desenvolvimento da cultura, arguindo à Coroa, “quantos erros se não acham sacrificadas a cultura e manufatura deste gênero pela total inércia e falta de observações dos mesmos lavradores, que concorrem muito para a sua ruína”.⁴³⁵

Uma de suas observações relativas ao plantio da cultura do tabaco revela o emprego da botânica como subsidiária das melhorias agrícolas. Nela, Castro refletiu acerca da “fisiologia vegetal da mesma planta”, relacionando-a com as necessidades que esta tem por terrenos arenosos. O juiz denunciou a prática insistente dos lavradores locais que, não observando os princípios vegetais do tabaco, plantavam-no em terrenos argilosos.

Curioso notar a este respeito que seu mestre Vandelli já havia observado a importância da relação entre plantas e solos. Como ele próprio observou:

Se eu quisesse dilatar sobre este assunto que tem sido tratado por muitos autores de agricultura, seria muito difuso. Basta que se saiba que uma terra a qual não dá passagem às águas com o barro, nem admite a influência do ar, é estéril para algumas plantas e fecundo para outras. E que um terreno arenoso o qual não retém as águas nem os sais necessários, é infecundo para muitas plantas e fecundíssimo para outras.⁴³⁶

⁴³³ Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul.-set. 2007.

⁴³⁴ LAPA, *Economia Colonial*.

⁴³⁵ LAPA, *Economia Colonial*, p. 215-229.

⁴³⁶ Memórias sobre a utilidade... *ANRJ. Códice 807*, v.25, S.D., fl. 1.

Ainda sobre o plantio, Castro concluiu a partir de suas ingerências sobre a fisiologia vegetal do tabaco, que as principais espécies catalogadas por Lineu (*Nicotina fruticosa* e *Nicotina glutinosa*) necessitam de campos bem adubados para um melhor crescimento. Assim, o naturalista propôs a utilização do estrume de gado na plantação do tabaco. Curioso é que a criação de gado foi proibida, em 1701, na Bahia, numa extensão inferior a 80 km da costa litorânea, salvo uma pequena quantidade utilizada nas moendas e outras finalidades pontuais.⁴³⁷

Das inúmeras espécies do gênero *Nicotiana*, além das duas citadas acima (*fruticosa* e *glutinosa*), Castro descreveu a respeito da variedade mais utilizada na produção de cigarros e charutos até hoje, a *Nicotiana tabacum*. Vejamos sua descrição:

Nicotiana tabacum: É esta a primeira espécie que se cultiva na Cachoeira, na qual tiram seus habitantes grandes interesses pelo consumo e exportação para a capital do Estado. Tem como todas as espécies desta classe e ordem o seu calis periances monofilo. O vado partido em cinco lacínias acominadas e persistentes. A corola monopetada, (ilegível). Com o tubo mais comprido que o próprio cális. Tendo o seu limbo ou extremidade das pétalas potente e quase direita em cinco partes pelas quais se fixam as pétolas à maneira de leque. Os seus estames são cinco filetes asoveltados de comprimento quase da corola. As anteras (obangas) o seu germen ovado com estilhete fitiforme do comprimento dos estames, terminando em um estigma (captatis globizo) e emargenado. O seu poricarpo é do feitio de uma cápsula quase ovada, estriada de linhas e uma de outra parte de duas válvulas e de duas (concamarações) abertas nas extremidades com muitas sementes (veniformes), erugizas vegeta em uma (canhas) semente; (ervassea) (silindrica) com folhas (lanciolatas) (ilegível), decorrentes cheias de veias pela parte inferior; com (felpa) por ambas as faces; (compreende) vários (pedimentos) particulares com muitas flores. A sua germinação se faz pelas sementes disposta no terreno pela maneira que a diante diremos.⁴³⁸

A descrição de Castro sobre o tabaco atendeu às recomendações de seu mestre Vandelli que, através de suas instruções, sugeriu aos naturalistas descreverem com a maior riqueza de detalhes botânicos as produções naturais das conquistas. Castro empreende uma descrição pormenorizada da estrutura fisiológica da planta e de suas propriedades

⁴³⁷ SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, 1580-1750: As Grandes Lavouras e as Periferias. In: BETHELL, Leslie. (org). *História da América Latina: américa latina colonial*. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. Volume II, p. 379.

⁴³⁸ Cultura, Fabrico e Comércio do Tabaco por Dr. Joaquim Amorim Castro. *BNP. Cód. 4569*.

fornecedoras de tabaco, de modo que seus pares possam conhecê-la do outro lado do atlântico.⁴³⁹

Castro propôs firmemente a criação de uma Superintendência do Tabaco na Vila de Cachoeira, o que, evidentemente, o colocava numa situação privilegiada para assumi-la. Segundo ele, uma das decisões mais acertadas da Coroa seria indicar,

Um magistrado superintendente do tabaco nesta vila da Cachoeira com os conhecimentos de história natural para promover, adiantar a agricultura daquele gênero. E dar todas as providências necessárias para a sua melhor conservação, com as correspondências precisas para a Mesa de Inspeção, examinar todas as casas públicas de enrola, vigiar sobre seus administradores, fiscalizar os interesses públicos.⁴⁴⁰

Joaquim de Amorim Castro, provavelmente, se amparou para sugerir tal cargo, dentre outras coisas, no grande prestígio que tinha diante da câmara da Vila que, no mesmo período, relatou à Coroa o quanto o naturalista era, “ativo e zeloso na promoção do tabaco da Virgínia, descobrindo outros muitos objetos úteis à mesma agricultura e ao comércio”. Sobre as demais culturas agrícolas referidas pelo documento, os senadores da câmara faziam menção às “repetidas memórias sobre o tabaco, cochonilha, linho, madeira de construção e várias descrições das ciências naturais, do reino animal e vegetal”, produzidas por Castro.⁴⁴¹

Apesar da sugestão, tal superintendência nunca foi efetivamente criada. Em parte, temos que considerar o papel de Castro como naturalista dedicado ao ramo de cultura do tabaco e, por outro lado, o papel da Mesa de Inspeção do Tabaco presente na Bahia, controlando a qualidade e os preços da exportação do produto, desestimulando, na prática, a variação desse oneroso cargo.⁴⁴²

⁴³⁹ Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam por Domenico Vandelli. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*. nº I, p. 187, 1789. Ver também a este respeito, do mesmo autor, a Memória sobre Agricultura deste Reino e das suas conquistas. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Nº I, f. 164-175, 1789.

⁴⁴⁰ LAPA, *Economia Colonial*, p. 215-229.

⁴⁴¹ Representação da Câmara da Vila de Cachoeira sobre o Juiz Joaquim Amorim e Castro. Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa 209, doc. 42.

⁴⁴² KIRSCHNER, Teresa Cristina. *A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808)*. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza_cristina_kirschner.pdf. Acesso em: 28 out. 2009.

Sua dedicação ao tema parece ter sido duradoura, pois em carta enviada ao governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, em 1796, Castro revelou esforços para o desenvolvimento da cultura do tabaco. Em suas palavras,

Il.mo Ex.mo Senhor, as duas espécies de tabaco da Virgínia conhecidas no sistema de Líneo por *Nicotina fruticosa* e *Nicotina glutinosa* que por ordem e insinuação do Ex.mo Snr. Martinho de Mello e Castro, fiz plantar neste território, tem correspondido na produção as experiências que tenho posto na presença do mesmo Senhor, pelas quais se tem conhecido a superioridade. As amostras do ano passado, alteradas pela grande demora dos navios, as ponho na respeitável presença de V. Ex.a para que se digna animar este novo ramo de comércio que pode ser para o futuro considerável.⁴⁴³

Argumentando ao governador sobre a importância “do novo ramo de comércio”, Castro insistiu na relevância das políticas científicas para a região, uma que vez que, segundo ele, o Brasil oferecia “por todos os lados objetos interessantes aos naturalistas”, os quais deveriam “ser cultivados pelos botânicos para manifestar suas vantagens”. Mais uma vez, notamos a sintonia com o pensamento vandelliano sobre a importância da natureza brasileira para o Estado português.⁴⁴⁴

Um traço importante da carta diz respeito aos laços de clientelismo que Castro tentou criar ao articular a sua produção de história natural ao sistema de mercês e proteção política do antigo regime. Ele revelou ao governador estar escrevendo “*A flora brasileira*”, texto que pretendia dedicar em sua homenagem, por “consagrar os conhecimentos de botânica”, os quais “ornariam o espírito” do governador.⁴⁴⁵

Castro relacionou o emprego dos estudos botânicos ao efetivo sucesso da variedade agrícola da Capitania, esperando que o governador visse “pelas suas respectivas descrições a multiplicidade de vegetais úteis ao Estado, às artes e úteis ao Homem.”⁴⁴⁶ Finalmente, após demonstrar as vantagens que o Estado teria diante de tais estudos, Castro desabafou: “se eu tiver a felicidade de merecer a proteção de V. Ex.a, e que os pequenos ensaios dos

⁴⁴³ Carta de Joaquim de Amorim Castro ao Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área de botânica. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 200. Doc. nº 14447. 1796.*

⁴⁴⁴ Carta de Joaquim de Amorim Castro... *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 200. Doc. nº 14447. 1796.*

⁴⁴⁵ Carta de Joaquim de Amorim Castro... *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 200. Doc. nº 14447. 1796.*

⁴⁴⁶ Carta de Joaquim de Amorim Castro... *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 200. Doc. nº 14447. 1796.*

meus trabalhos sejam acolhidos à sombra de V. Ex.a, não cessarei das observações botânicas e mineralógicas, nem das repetidas experiências das novas agriculturas.”⁴⁴⁷

Os estudos sobre a cultura do tabaco desenvolvidos por Joaquim de Amorim Castro demonstram a aplicação da história natural a serviço da agricultura colonial. Nesse processo, a botânica se destacou, pois seu instrumental foi utilizado nas análises. Como no caso da cana-de-açúcar, é difícil mensurar os efeitos concretos de tais políticas científicas engendradas pelos funcionários coloniais a serviço da Coroa, mas é seguro afirmar que, nesse processo, a botânica encontrou um lugar de destaque.

Após a cana-de-açúcar e o fumo, a mandioca foi o produto mais exportado na balança comercial baiana. Mas sua importância como base da alimentação colonial já há muito foi destacada. Vejamos como esta cultura agrícola foi objeto das políticas científicas no período aqui estudado.

4.2.3 - Mandioca

A cultura da mandioca foi muito valorizada na Bahia Atlântica durante os séculos XVII e XVIII, em função de ter sido a base da alimentação colonial. Sua farinha, rica em carboidrato, ofereceu grande fonte de energia aos colonos.⁴⁴⁸

Já destacamos anteriormente a articulação governamental e privada na produção de mandioca nas “vilas de baixo” para especializar a produção nesse território e salvaguardar a produção açucareira no Recôncavo, conhecido como o “conchavo das farinhas”. Como produção estratégica na Bahia Colonial, essa cultura também foi estimulada pela Coroa, como atesta a resposta do governador da Capitania, Dom Fernando José de Portugal a um ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho,

Em resposta à carta que me foi expedida por esta Secretaria de Estado, em data de 20 de junho do ano passado, em que me ordenava dar as providências necessárias, para que se aumentasse, quanto fosse possível, a plantação de mandioca, para, deste modo, suprir também a falta que

⁴⁴⁷ Carta de Joaquim de Amorim Castro... *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 200. Doc. nº 14447. 1796.*

⁴⁴⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói, 1991. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

tem havido neste Reino de pão, que subiu a um preço que não podem chegar as pobres famílias.⁴⁴⁹

No rol de estudos científicos sobre as produções agrícolas baianas, constatamos um curioso contraste entre a importância dada à mandioca e os estudos destinados a esta produção. Ao longo da pesquisa, encontramos, para o período aqui estudado, apenas um estudo destinado ao algodão, de José de Sá Bittencourt e Accioli, que faz breve menção a fatores de decadência da mandioca.⁴⁵⁰

Bittencourt e Accioli, filósofo natural egresso de Coimbra e proprietário de terras na região da Vila de Camamu, manifestou em sua memória princípios marcadamente fisiocratas. Segundo ele, “a terra, mais rica na sua superfície, que nas suas entranhas serve de teatro à sábia natureza, que a renova todos os dias com as suas produções”.⁴⁵¹ Ao longo do texto, é nítida a valorização da terra e da prática da agricultura como o grande fator de “civilização” dos “países coloniais”.

Recuperando um caloroso debate sobre o papel do clima na vegetação, Bittencourt e Accioli afirmou não se cansar de se “referir às diferentes observações dos filósofos, para provar que o clima influi mais na vegetação do que a terra, por ser esta matéria muitas vezes discutida e provada”. O naturalista procurou comprovar tal assertiva a partir do argumento de que a terra era “a mesma em toda a parte e suscetível de receber as modificações do agricultor”, mas, ainda sim, viam os lavradores a “grande dificuldade em se fazer propagar as plantas de diferentes climas transplantados”.⁴⁵²

A terra, “o meio no qual se faz a germinação”, seria para ele não apenas o “laboratório, aos sucos que lhe são destinados”, mas teria um papel importante “em grande parte da sua composição”. Embora destacando tal importância, em razão dos “ocultos segredos da natureza que o homem não podia perceber”, considerou o ar ainda mais importante, por ser “muito necessário para a perfeita vegetação”, entrando “em grande parte na sua composição”.⁴⁵³

⁴⁴⁹ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere à plantação de mandioca. Bahia, 31 de Dezembro de 1796. *Anais da Biblioteca Nacional*. 1912, Vol 34. Doc n° 16779.

⁴⁵⁰ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*.

⁴⁵¹ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 7.

⁴⁵² ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 8.

⁴⁵³ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 8-9.

Bittencourt e Accioli parte da discussão acima para apresentar sua tese sobre a agricultura na região de Camamu pois, mesmo desejando se demorar “em relatar teorias sobre os princípios da vegetação”, bastava-lhe “provar que o clima diferente influi nesta ou naquela lavoura para que o agricultor perceba as utilidades com vantagens”.⁴⁵⁴ Deste modo, organizou seu pensamento ao longo de todo o estudo para explicar as características agrícolas da região. Segundo ele,

O terreno da Vila do Camamú, que fica entre quatorze e quinze graus, desviado da Bahia ao Sul vinte e quatro léguas, é o país mais irregular nas suas estações que tenho visto. Sempre as chuvas são continuadas. E o calor no verão, conforme o termômetro de Fahrenheit, não chega mais do que a oitenta graus e meio, o que faz, com que as plantações se conformem à irregularidade do clima e se não lhe possa nele cultivar com vantagens, senão mandiocas, cafés, arroz e cacau.⁴⁵⁵

Embora construída com características do iluminismo luso-brasileiro, recorrendo aos trabalhos de Abades Rosier e Tessier como referências no campo da agricultura, a memória de Bittencourt e Accioli não avançou no estudo botânico da planta de mandioca tal qual faz com o algodão, limitando-se a destacar seus prováveis fatores de “decadência”.

O primeiro ponto destacado foi a falta de animais para o seu fabrico. Os animais utilizados para o transporte de cargas ou empregados para obtenção da tração em prensas e outras atividades, provavelmente eram uma carência estrutural na Bahia colonial dos fins dos setecentos. A questão já tinha sido apontada em outras ocasiões. Barreto, por exemplo, alertou as autoridades competentes sobre o alto custo pago pela Real Fazenda no aluguel dos bois necessários para o arrasto das madeiras nas matas da Comarca de Ilhéus. Propôs assim medidas de incentivo ao aumento do número de animais na América portuguesa.⁴⁵⁶ Mais tarde, Baltasar da Silva Lisboa, conjuntamente com o próprio Barreto, cuidaram ainda para estabelecer pastagens destinadas aos animais nos arredores do rio Jacaré.⁴⁵⁷

⁴⁵⁴ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 9.

⁴⁵⁵ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 10.

⁴⁵⁶ Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia atribuído ao Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro, *Manuscritos da BN*, I-12,2,11.

⁴⁵⁷ Ofícios para Baltasar da Silva Lisboa em que se refere ao estabelecimento das pastagens necessárias para a alimentação dos bois precisos para os arrastos dos cortes de madeira. Presídio do Morro, 02 de Setembro de 1800. *Anais da BN*, vol. 36, 1914. Doc n° 20861 e 20863.

A escassez de matas virgens constituía, no entender de Bittencourt e Accioli, a segunda razão da decadência da mandioca, pois “enquanto havia matas virgens à borda do mar ou de muitos rios navegáveis que entravam algumas léguas terra a dentro, a lavoura se fazia com facilidade”. Ainda segundo o naturalista, com os desmatamentos nessas áreas, as mandiocas produzidas tinham que ser plantadas nas capoeiras, “minadas de formigueiros” e a qualidade do produto em relação ao plantado em terras virgens era de “cinco a dez para quarenta, cinqüenta ou sessenta”. Aqueles que optavam por plantar a longas distâncias em terras virgens, para garantir a qualidade perdiam muito por necessitarem de muitos animais para conduzir a produção que antes era feita apenas “às costas de escravos”.⁴⁵⁸

A terceira razão de decadência da mandioca se deu em função dos povos da Comarca, “humildes por natureza e pela criação muito grosseira” que não se animavam em “procurar melhoramento, não só pela pequenez de seu ânimo, como por lhe faltarem os animais necessários para conduzirem de mais longe as suas farinhas”⁴⁵⁹. Aqui constatamos, mais uma vez, o tratamento dado pelos naturalistas dessa tradição ilustrada luso-brasileira aos habitantes locais, sempre descritos como homens destituídos de motivação e saberes para desenvolverem suas culturas agrícolas.

Por fim, a análise do estudo de Bittencourt e Accioli, bem como a ausência de referências a outros sobre a cultura da mandioca sugere que, embora essa produção tenha sido tão cautelosamente acompanhada pela Coroa, sua importância não justificou maiores aprofundamentos botânicos. Cabe analisar alguns aspectos dessa ausência de estudos. O primeiro pode estar ligado à própria característica dos naturalistas da Bahia colonial, não raros, senhores de engenhos como Bittencourt e Accioli que, assim como seus pares produtores, não deram muita importância à mandioca, fugindo dela sempre que possível.

Outro aspecto pode estar ligado à própria eficácia do conchavo das farinhas ou do aumento dos preços desse produto constatado na década de 1790, o que poderia sugerir que tal cultura, embora ainda apresentasse fatores de “decadência”, não seria a prioridade de estudo para os naturalistas. Como observou um contemporâneo que destacou a falta de atenção dada pelos produtores de Camamu às culturas da cana e do tabaco, tais produtos no “norte da Bahia” (Recôncavo) mereciam “toda a atenção dos agricultores”, contrastando

⁴⁵⁸ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 20-1.

⁴⁵⁹ ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 21.

com a realidade local, onde “nem sequer chegam a merecer o resto do tempo que lhes sobra da cultura da mandioca”.⁴⁶⁰

Interessante notar ainda que, se para a mandioca, produto tradicional, não houve grandes análises, o mesmo não pode ser dito para a cultura do algodão, entendido como uma nova alternativa econômica para a Bahia.

4.2.4 - Algodão

A cultura do algodão foi alvo das medidas políticas e científicas da Coroa portuguesa na Bahia Atlântica. Para os ministros ultramarinos e os agricultores baianos, o algodão representou uma alternativa econômica frente ao açúcar da região pois, como observou Dauril Alden, “por volta de 1800, o algodão representava 28 por cento do valor das exportações portuguesas de produtos oriundos do Brasil, em comparação com 57 por cento do açúcar e apenas 4 por cento do fumo”.⁴⁶¹

O próprio governador da Bahia escreveu para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, dando diversas informações relativas aos produtos exportados para o Reino, observando que, dentre outras coisas, tinha “também aumentado a plantação do algodão, objeto já considerável no comércio”.⁴⁶² Dom Fernando José de Portugal foi um grande incentivador do desenvolvimento desta cultura na Bahia, sempre atento às determinações do ministro de ultramar. Em outro ofício a Coutinho, Portugal revelou ter recebido do ministro “um pouco de semente de algodão da Pérsia”, tendo trabalhado intensamente na sua aclimação e já relatado seus resultados. No mesmo documento, o governador observou estar “remetendo igualmente amostras de várias espécies de algodão nascido nesta Capitania, com as informações que algumas pessoas me deram a este respeito”.⁴⁶³

⁴⁶⁰ Para uma discussão sobre o papel da Comarca no abastecimento de gêneros alimentícios no Recôncavo Cf. DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

⁴⁶¹ ALDEN, Dauril. O Período Final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. (org). *História da América Latina: América latina colonial*. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. Volume II, p. 569.

⁴⁶² Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe dá diversas informações sobre a exportação de mercadorias para o Reino e sobre as que de lá se importavam. Bahia, 25 de Agosto de 1798. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc nº 18375*.

⁴⁶³ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as experiências da cultura dos algodões e a memória que José de Sá Bittencourt e Accioli escreveu sobre as

A referência às amostras de algodão colhidas na Bahia é sintomática de um contexto em que seus naturalistas se esforçavam para identificar suas espécies locais, bem como aclimatar outras variedades de maior valor. Domingos Alves Branco Muniz Barreto, por exemplo, em suas andanças pelas “vilas de baixo” da Comarca de Ilhéus, já havia também observado que,

O algodão é um gênero de infinito preço e utilidades cotidianas. A multiplicidade de fábricas estabelecidas na Europa de fustões, chitas e velbutes afiançam o seu consumo. Todo o Brasil produz com igualdade o algodão, mas os comerciantes dão a preferência aos de certos países. Ainda não é conhecido o dos Ilhéus, pelo pouco que ali se planta. A nação lucrará muito no aumento de sua cultura.⁴⁶⁴

A passagem acima revela um estágio de conhecimento botânico a respeito do algodão ainda muito inicial na Bahia do final dos setecentos, onde os esforços empregados pelos naturalistas no estudo desta cultura focalizaram a descrição das principais espécies já existentes no território. A referência de Barreto ao algodão de Ilhéus revela a presença do produto na região, embora o grande exportador brasileiro fosse a Capitania do Maranhão, inclusive do valioso *algodão da Pérsia*.⁴⁶⁵

A variedade persa de algodão deteve os maiores esforços de Coutinho e Portugal para sua aclimação no território baiano. Conforme o governador respondeu ao ministro,

Mandando espalhar pelas Comarcas desta Capitania a semente do *algodão da Pérsia*, que V. Ex. me remeteu em carta de 30 de março de 1794, [...] resultou desta diligência nascer nas partes em que se plantou do modo que dá a conhecer as amostras inclusas na boceta nº 1, crescendo o arbusto unicamente até palmo e meio, pouco mais ou menos, o qual, imediatamente dá o capucho seco, ficando inútil para outra produção, o que assim não acontece ao algodão deste país, cujo arbusto cresce até grande altura, continuando a dar todos os anos fruto, com o benefício somente de serem decotas as vergôntes antigas.⁴⁶⁶

plantações que se fizeram no termo da Vila de Camamú. Bahia, 12 de Outubro de 1797. *Manuscritos do AHU, Bahia, cx. 89, doc. 17474. 1797.*

⁴⁶⁴ Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790. *Manuscritos da BN, I-12,3,10, p. 27.*

⁴⁶⁵ ALDEN, *O Período Final do Brasil Colônia.*

⁴⁶⁶ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, em que dá informações sobre as experiências da cultura do algodão. Bahia, 11 de Abril de 1796. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc nº 16612.*

A atuação de Portugal na tentativa de aclimar outras variedades de algodão na Bahia parecem ter sido de longa data. Na passagem acima, datada de 11 de abril de 1796, o governador escreveu ao ministro do ultramar dando-lhe informações sobre suas experiências com a cultura do algodão. Foi uma satisfação às ordens de Martinho e Melo e Castro vindas do Reino, ainda em 1794, para “espalhar pelas comarcas desta Capitania a semente de *algodão da Pérsia*”. O governador lamentou não ter logrado sucesso com a aclimatação, pois, “crescendo o arbusto unicamente até palmo e meio, pouco mais ou menos, o qual imediatamente dá um capucho seco” ficava “inútil para outra produção”. Chamou atenção também para o fato de que, embora não tivesse resultados tão satisfatórios com o algodão da Pérsia, era necessário apostar no “algodão deste país, cujo arbusto cresce a grande altura, continuando a dar frutos todos os anos”. O mesmo aconteceu na Comarca de Jacobina, onde as experiências tiveram os mesmos resultados em comparação a uma espécie “que se persuade ser da mesma qualidade da que veio da Pérsia, a que no sertão chamam de *algodão do mato*.” Além dessa variedade, também foi encontrado na Capitania da Bahia o *algodão da Índia*, “espécie de algodão muito superior ao comum” e que nascia “sem maior trabalho”.⁴⁶⁷

A preocupação com a cultura do algodão continuou evidente entre as altas autoridades baianas. Em 12 de Outubro de 1797, o mesmo governador escreveu novamente a Coutinho, enviando-lhe uma memória escrita por José Bittencourt de Sá e Accioli sobre o tema. Tratava-se de uma compilação das experiências do filósofo natural combinado com sua bagagem enquanto agricultor na região do termo da Vila de Camamu.⁴⁶⁸ Bittencourt e Accioli não estava alheio às preocupações de seus superiores e sabia bem o quanto o assunto interessava ao Estado. Sabia também que era uma grande oportunidade de almejar concessões e privilégios a partir de sua experiência com a cultura dos algodões e já havia escrito dois dias antes ao próprio Coutinho referindo-se à sua memória e solicitando um posto militar. Sua justificativa para o pedido baseou-se na argumentação de que maior autoridade entre os indígenas iria facilitar seu domínio “sobre tais povos em suas

⁴⁶⁷ Ofício para Luiz Pinto de Sousa, em que dá informações sobre as experiências da cultura do algodão. Bahia, 11 de Abril de 1796. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. n° 16612.*

⁴⁶⁸ Ofício de Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho informando sobre a Memória dos Algodões. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. n° 17474.*

caminhadas pelos sertões”.⁴⁶⁹ A memória também havia sido enviada à Academia Real de Ciências de Lisboa e apresentou uma quantidade de espécies de algodão bem maior do que a catalogada em 1794.

Segundo Bittencourt e Accioli, Lineu teria classificado a planta que produz o algodão na “classe *Monadelpia*, Ordem *Polyandria* e Gênero *Gosypium*”. Na região de Camamu, teria identificado espécies variadas que produziam indivíduos com diferentes características. Vejamos algumas.

A primeira variedade descrita pelo filósofo foi de um “algodão do caroço inteiro, comprido e preto”. Este tipo ainda que possuindo uma qualidade mais áspera de lã, era “de muita vantagem na sua cultura, porque mais fértil”. O nome dado era *algodão do Maranhão*, uma denominação “vulgar” por possivelmente ter vindo da região e sua “árvore” apresentava menor duração.

A segunda variedade era o “algodão de caroço inteiro e preto, porém não tão comprido como o do Maranhão”. Chamavam a este tipo também de “*algodão vulgar*”. Segundo Bittencourt e Accioli, tratava-se de uma variedade cuja lã era muito parecida com a do Maranhão, com a diferença de apresentar um fio mais fraco e uma “árvore de mais duração”.

A terceira variedade era o “*algodão de caroço unido*”. Sua lã possuía a coloração parda, o que fazia com que lhe chamassem de “*algodão do caroço pardo*”. Com árvore de bastante duração, esta espécie apresentava uma lã com características “mais macia e doce que a do Maranhão”, além de ter um fio “fortíssimo”.

A quarta variedade descrita foi o “algodão de caroço unido coberto de um pelo verde”. O nome dado a este tipo era “*algodão do caroço verde*” e possuía as seguintes características: “a sua lã é abundante, doce, branda e forte no fiar e sua árvore é de uma grande duração”.

O quinto tipo foi o “algodão de caroço inteiro, preto e lã parda ou cor de ganga”. Por apresentar tal coloração, podia “servir para se fazerem as gangas e outras obras de fustões em que entrem listras cor de ganga”. Apresentava uma lã muito macia e ao mesmo tempo forte.

⁴⁶⁹ Carta de José de Sá Bittencourt e Accioli para Dom Rodrigo na qual se refere a uma memória sobre os algodões e pede que lhe seja dado um posto militar. Bahia, 10 de Outubro de 1797. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. n.º 17470.*

A sexta variedade foi o “*algodão da Índia de caroço dividido*”. Esta espécie era coberta de um pelo branco bem semelhante aos caroços ou sementes do algodão da Pérsia. Apresentava uma lã com um “branco fino muito doce, que produz um fio forte, capaz para as obras mais delicadas”.

A sétima variedade foi o “*algodão da Índia de caroço preto*”. Com lã muito semelhante ao anterior, apresentava uma “maçã maior e os casulos ou capuchos mais abundantes de lã”. Distinguiu-se ainda do antecedente quanto às árvores, pois tinha a sua “mais crescida” enquanto a outra “mais rasteira”, ainda que apresentando durações semelhantes quando “cultivadas em terreno fértil e estrumado”.

Além da já mencionada variedade de algodão da Pérsia, o naturalista citou ainda duas outras espécies presentes na região do Rio de Contas consideradas silvestres e que tinham as mesmas “propriedades do algodão da Índia”, o que representou um número bem maior do que os apresentados até mesmo por seus colegas naturalistas em outras oportunidades.⁴⁷⁰ Como observou o capitão Barreto,

Também observei por todos os campos e lados das estradas da Vila de Santarém uma grande quantidade, nascida espontaneamente, de uma espécie de algodão, cobertas as suas miúdas sementes de uma felpa muito fina, porém muito curta, de forma que de modo algum se poderá fiar, e em quanto a mim só servirá para acolchoadas, e creio ser a que Gaspar [Bauhino] chamou *Xilon arboreum* e *Linneo bombax*.⁴⁷¹

Na descrição dos algodões de Ilhéus feita por Barreto é significativo encontrarmos a presença de referências européias como o botânico Gaspar Bauhino, que publicou em 1718 uma *História das plantas da Europa...*, incorporando uma boa relação das plantas vindas do ultramar. Ao mesmo tempo em que tais referências foram utilizadas pelos naturalistas na Bahia, outras produções contemporâneas como a própria memória de Bittencourt e Accioli pareciam ser desconhecidas por seus colegas de profissão e Capitania. O mesmo parece ter ocorrido com o próprio Bittencourt e Accioli que não levou em conta a *Memória sobre os algodões* de João de Loureiro, publicada na Academia Real de Ciências de Lisboa.⁴⁷²

⁴⁷⁰ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,10*, p. 1 e; *Ensaio de Descrição Física e Econômica*.

⁴⁷¹ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,10*, p. 09.

⁴⁷² *Historia das plantas da Europa e das mais usadas que vem de Ásia, de África e da América: onde se vê suas figuras, seus nomes, em que tempo florescem, o lugar onde nascem com um breve discurso de suas qualidades e virtudes específicas, acomodada na forma do grande Pinax de Gaspar Bauhino*. Impresso na

Na parte final de sua memória, Bittencourt e Accioli apresentou o que chamou de “cálculo analítico” da produção da cultura. Os números apresentados visavam o estímulo do agricultor à cultura, uma vez que, segundo seus cálculos:

Um escravo trabalhando em algodão dá de rendimento no sertão 250\$000
Prepara terra para 500 pés
Que dão de lã 62 e 15 a
Tirada de 1364 maçãs, que produz razão de 4 cada pé de colheita ordinária lib. por pé
Além disso, planta o milho, feijão para o seu sustento e para criar porcos, galinhas, etc.⁴⁷³

Importante lembrarmos que a reflexão mostrada acima foi uma das principais funções da política agrícola da Coroa: estimular as culturas que ofereciam um retorno mais rápido e seguro. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, em seu *Ensaio de descrição física da comarca dos ilhéus na América*, fez algo parecido ao estabelecer uma comparação entre os custos e benefícios da cultura da cana e do cacau, concluindo que sob todos os aspectos, deveriam os agricultores dar preferência ao cacau, uma vez que, esta espécie traria maior riqueza ao Estado com menor dispêndio de trabalho do lavrador.⁴⁷⁴

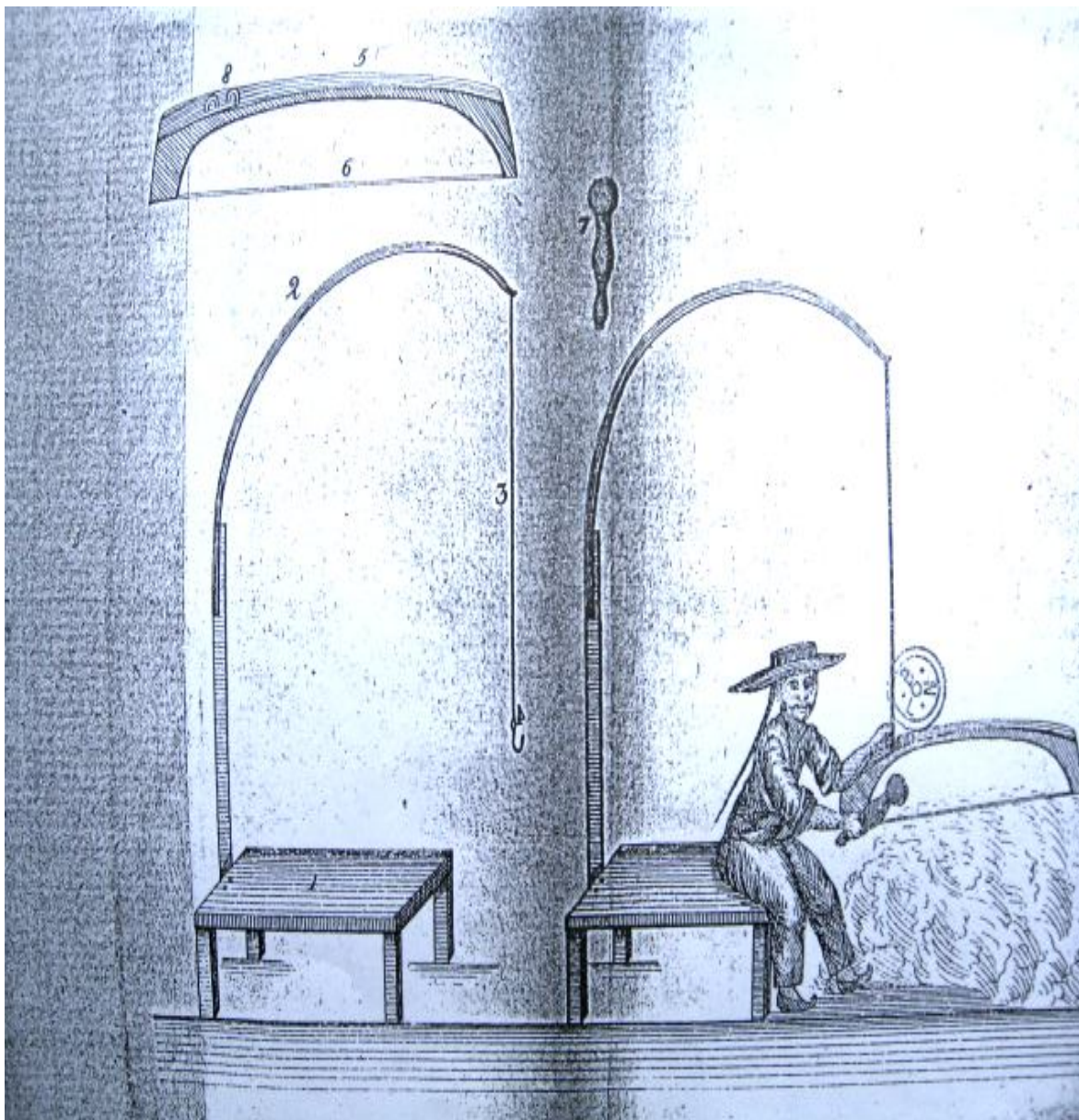
A função política da memória de Bittencourt e Accioli completou-se, ainda, com a proposição de uma máquina fabricada na China e utilizada para carnear o algodão. O autor não deixou clara a fonte de tal invento, deixando-nos em dúvida se teria sido observado por ele próprio no país de origem ou se tomou conhecimento através de intercâmbio de informações. De qualquer modo, pela estampa produzida (ver Imagem I) e pelo detalhamento de seu funcionamento, o naturalista pareceu ser entendido na questão.

Oficina de Anisson, Posuel & Rigoud, 1718; Memória sobre o Algodão, sua cultura e o fabrico por P. João de Loureiro. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Tomo I. 1789.

⁴⁷³ *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas, no Termo da Vila de Camamu, Comarca dos Ilhéos, na Bahia*. Apresentada e oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brasil por José de Sá Bittencourt e Accioli. Lisboa. Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

⁴⁷⁴ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*.

Imagem I – Máquina chinesa de carnear algodão



Legenda: 1. Um banco onde se senta o carmerdor. 2. Uma verga flexível. 3. Um cordão, onde suspende o arco. 4. Gancho de ferro que engata na argola do arco. 5. Um arco de pau. 6. Uma corda de rabeção bastante grossa. 7. Um maço pequeno com que bate na corda e com o dente que tem pega na dita corda e puxando para si faz um estremeciemento grande, o que faz sacudir, carmeando, dividindo todo o cujo. 8. Argola de ferro onde engata o gancho nº 4. Fonte: ACCIOLI, *Memória sobre a plantação dos algodões*, p. 36.

Dois aspectos são relevantes na análise da imagem acima. A primeira diz respeito à ampla dimensão do horizonte ilustrado português, recebendo influências das regiões mais remotas do império marítimo, como a China, que fornece, no estudo de Bittencourt e Accioli, um modelo de uma máquina de carnear algodão ainda bastante desconhecida dos baianos. Outro aspecto interessante diz respeito à ausência de inovações tecnológicas deste tipo no território da Bahia Atlântica. Com exceção de uma máquina hidráulica de serrar madeiras pertencentes aos Jesuítas, no período está presente o debate sobre a introdução de algumas outras tecnologias já amplamente utilizadas na Europa como, por exemplo, o arado, ainda se encontrava em curso.⁴⁷⁵

Vale chamar atenção, pelo que foi acima exposto, que o algodão representou, na Bahia colonial da virada para os oitocentos, a grande cultura complementar ou alternativa às lavouras tradicionais. Evidências concretas dessa posição ocupada pelo algodão podem ser confirmadas pela grande atenção dada pelas políticas agrícolas para tal plantação, assim como por seu impacto na balança de exportação. Outras culturas seriam também valorizadas, mas sem obter tanto sucesso.

4.2.5 - *Pimentas e Canela*

Atualmente, a Bahia apresenta uma boa variedade de pimentas que se constituem em ingredientes já tradicionais na culinária regional. Mas nem sempre foi assim. A introdução sistemática da pimenta no território baiano deveu-se ao conjunto de medidas da Coroa portuguesa através da ação de seus naturalistas no final do século XVIII.

Em 18 de Março de 1797, por exemplo, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho escreveu para o governador da Capitania, Dom Fernando José de Portugal, solicitando que este verifique se o plantio das sementes de pimenta obteve sucesso na Bahia.

Tendo-se conhecido quanto o território dessa Capitania é próprio para a importantíssima cultura da *pimenta*, de que nesta corte existem evidentes provas: É Sua Majestade Servida que V. S.a procure com aquela

⁴⁷⁵ PÁDUA, *Um sopro de destruição*.

atividade exata que mostra no Seu Real Serviço, não só animar e ascender aquela útil cultura, da qual Dom Rodrigo de Menezes viu aí consideráveis produtos, mas logo que ela tiver prosperado e tomado pé nessa Capitania, procure V. S.a com igualdade distribuir sementes da mesma pimenta pelas Capitánias vizinhas, a fim de que se tenha os felizes resultados da inteligência e prontidão com que V. S.a responde do benéfico (ilegível) da Rainha Nossa Senhora.⁴⁷⁶

Essa determinação visou “animar e ascender” uma produção de pimenta que já dava frutos consideráveis ao tempo de Dom Rodrigo de Menezes como governador da Capitania (1784-1788). Com base nessa aparente adaptação da pimenta, produzindo “consideráveis produtos”, Menezes solicitou sua distribuição pelas Capitánias vizinhas a fim do estabelecimento definitivamente dessa cultura.

Outro documento atesta também a preocupação com os métodos e conhecimentos adequados de se cultivar a pimenta.⁴⁷⁷ Nas duas ocasiões, se, por um lado, podemos verificar a preocupação com a cultura, por outro, o caminho indicado para o estabelecimento de melhorias no cultivo foi o das observações, sempre recomendadas aos especialistas da história natural ou a seus incentivadores.

Embora atestemos tal interesse no fomento da pimenta nas políticas ultramarinas, desconhecemos um estudo sobre sua produção na Bahia. Ainda não estão claras as razões para esta contradição, mas a julgar pelos dados relativos à balança de exportação dos produtos baianos na segunda metade do século XVIII, a participação desse produto foi praticamente inexistente.⁴⁷⁸

A mesma contradição pode ser encontrada no que diz respeito à *canela*. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho solicitou ao Intendente Geral da Agricultura, em Goa, Diogo Vieira e Albuquerque que procurasse “por todos os modos conseguir o conhecimento do método porque, em Ceilão, se tiram das caneleiras as cascas e se forma a canela”. Segundo Coutinho, este e outros produtos eram todos “objetos que sua Alteza Real deseja muito naturalizar no Brasil”. Para atingir tais objetivos, Coutinho ordenou Vieira e Albuquerque a

⁴⁷⁶ Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Fernando José de Portugal, solicitando que verifique se tem sucesso o plantio de pimenta nesta Capitania. Queluz, 18 de Março de 1797. *Anais do APEB*, nº 57, Vol 84, Doc nº 32, p. 256.

⁴⁷⁷ Rio de Janeiro. AN, *Códice 519*, v.1, fl.670.

⁴⁷⁸ ALDEN, *O Período Final do Brasil Colônia*.

“adquirir homens que, em Goa, estabeleçam a cultura daquelas árvores e que depois as transplantem para o Brasil”.⁴⁷⁹

Vieira e Albuquerque respondeu a Coutinho descrevendo a cultura da canela, um produto que, segundo ele, em Goa, nascia “entre os matos” sem “cultura alguma” e crescendo do “tamanho das maiores laranjeiras”. Vejamos sua descrição

Canela – Há em Ceilão esta planta e semeia-se nas grandes hortas que há destinadas para este fim, e se lhes continua somente até pegar as suas raízes, [...], dissipam todos os seus ramos, para ser canela da mais especial, depois de dissipada, cortam as hastes em pedaços de comprimento de um palmo, e por incisão de alto a baixo separam a casca de miolo, raspando levemente a casca e deixam a secar, lançando fora o miolo, que não serve para coisa alguma.⁴⁸⁰

Na Bahia, a memória de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá ao descrever as políticas manuelinas sobre as especiarias da Ásia, observou que, embora tivessem retirado do Brasil tais produtos presentes no século XVI, “da canela restavam alguns pés que se tem espalhado por todo o Brasil e que dão hoje grande parte da que se gasta no reino”.⁴⁸¹

Novamente, o ministro Coutinho escreveu a Dom Fernando José de Portugal para relatar suas experiências com alguns pés de canela que cuidava no Reino, os quais observou “que algumas das ditas plantas não estavam bastante rigorosas e que, pelo rigor da presente estação, possam sofrer na viagem algum detrimento, pelo que se resolveis demorar a sua expedição até a primavera próxima”. O ministro fez menção ainda à remessa de “alguns exemplares de uma nova *Memória sobre a caneleira de ceilão*”, texto que subsidiaria o governador, “a fim de propagar o conhecimento desta utilíssima planta e de facilitar os meios de nos aproveitarmos do que já existir deste governo, ou de preparar o caminho para procurar o que nos falta.”⁴⁸²

A comunicação entre Coutinho e Portugal sobre a canela continuou em carta em que recomendou algumas pequenas árvores de canela a fim de se introduzir esta cultura na Bahia. Dizia o Ministro,

⁴⁷⁹ Rio de Janeiro. AN, *Códice 519*, v.1, fl.670.

⁴⁸⁰ Rio de Janeiro, AN, *Códice 519*, v.1, fl.682-83.

⁴⁸¹ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 20.

⁴⁸² Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Fernando José de Portugal, comunicando sobre a remessa de algumas plantas de canela e alguns exemplares sobre a nova Memória sobre a caneleira do Ceilão. Queluz, 04 de Dezembro de 1797. *Anais do APEB*, nº 57, Vol 83, Doc nº 73, p. 237.

Sua Majestade, desejando promover por todos os modos possíveis a riqueza de que são suscetíveis os seus domínios ultramarinos e sendo a introdução de novos artigos de cultura e de novas produções um dos meios mais próprios para aquele fim, manda a mesma Senhora remeter a V. Ex.a algumas pequenas árvores de canela [...] Sua Majestade espera que esta tentativa não seja malograda e que V. Ex.a faça todos os esforços para que, nessa Capitania, se introduza este novo e importante ramo de cultura.⁴⁸³

Curioso contrastar as impressões de Coutinho sobre a canela do Ceilão, um “novo artigo de cultura”, com as observações de Manuel Ferreira da Câmara e Sá, o qual afirmou que na “Comarca de Ilhéus [...] já se encontram muitos pés” de uma canela semelhante a presente no Ceilão” que ainda não “foram olhados como um meio seguro de riquezas”.⁴⁸⁴

O exemplo das pimentas e canelas expressa a contradição entre o centro e a periferia, a primeira instância assumindo um papel de estímulo ao incremento das novas culturas e a segunda resistindo ao seu desenvolvimento, em função de lavouras mais tradicionais e rentáveis. O argumento da rentabilidade, ao que parece, foi crucial no levantamento de novos ramos de comércio agrícola e não pode ser desconsiderado. O exemplo da Cochonilha é revelador.

4.2.6 - Cochonilha

A cochonilha⁴⁸⁵ também foi um dos ramos de comércio que os naturalistas baianos se empenharam em cultivar na Capitania. Inspirados na produção das colônias hispânicas, a rede de naturalistas e políticos que engendraram as políticas científicas para a dinamização agrícola não puderam deixar de lado essa produção. Baltasar da Silva Lisboa em seu *Discurso político*, ainda na década de 1780, observou a respeito que,

⁴⁸³ Carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal recomendando algumas pequenas árvores de canela para que se introduza este novo ramo de cultura na Bahia. *Anais do APEB, Doc. 65*, p.235.

⁴⁸⁴ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 22.

⁴⁸⁵ Inseto (*Dactylopius coccus*) produtor do ácido carmínico, de onde se extrai um corante natural de coloração marmim. Geralmente confundido com cactus, habitat onde predomina atraído pela umidade da planta.

Não devo omitir a cultura da cochonilha, que faz um dos mais poderosos ramos das riquezas da Espanha. Negam alguns sua introdução ao Brasil, porque dizem que se serram as figueiras e, por conseguinte, improvável a exaçoão deste inseto, ao que devo responder, que os espanhóis concederam aos índios muitas gratificações para obterem esta cultura.⁴⁸⁶

O tema já havia sido objeto de uma memória na Academia Real de Ciências de Lisboa, com detalhado texto sobre as várias etapas de sua produção. Nesta academia, conforme já indicamos antes, os textos assumiam um papel de manual agrícola, voltado para os sócios da instituição e para os produtores coloniais.⁴⁸⁷

Quando Joaquim de Amorim Castro produziu na Bahia, no termo da Vila de Cachoeira, onde foi juiz de fora, nas décadas de 1780 e 1790, sua *Memória sobre a cochonilha no Brasil*⁴⁸⁸, o tema não era propriamente uma novidade no âmbito do naturalismo luso-brasileiro.

Alguma novidade consistiu na escolha do território da Vila de Cachoeira como um centro produtor da cochonilha. Como alertou o naturalista, os “insetos conhecidos com o nome de cochonilha” espalhavam-se por “terrenos secos por entre pedras e pedregulhos em tanta abundância que todo o sertão do Jacuípe, Camisão, Tapicurú se encontram matas quase inteiras desta planta”.⁴⁸⁹

Castro há tempo se empenhava nos estudos “filosóficos” acerca da produção do tabaco, a primeira riqueza da Vila de Cachoeira. Como naturalista atento às investidas da Coroa para a dinamização da produção agrícola, observou que, dada a abundância da cochonilha naquele território, não poderia deixar de incentivar tal ramo tão valioso de comércio.

Foi nesse sentido que passou a descrever, à luz da botânica, a planta da “palmatória”, segundo ele, “o *Cactus tunei* de Líneo”, planta da cochonilha conhecida nos contornos do rio do Jacuípe, àquela altura, pertencente ao temo da dita Vila. Segundo sua descrição,

O seu cálice é monofilo, superior e imbricado. A sua corola é de muitas pétalas, postas uns sobre as outras. O seu fruto é encarnado, conhecido na

⁴⁸⁶ Discurso Político, por Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito nº 697*.

⁴⁸⁷ História do Descobrimento da Cochonilha no Brasil, da sua Natureza, Geração, Criação, Colheita e Utilidades por José Henriques Ferreira, s/d. *In: Patriota*. Jornal do Rio de Janeiro, vol. III, p. 03-13.

⁴⁸⁸ Memória sobre a Cochonilha do Brasil por Joaquim e Amorim Castro *In: Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789.

⁴⁸⁹ Memória sobre a Cochonilha... *In: Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 135.

frase dos naturalistas com o nome de bacca, de uma só concamerção, que contém muitas sementes. O seu caule é ascendente, ramificado em vários troncos parciais. As suas folhas são carnosas e unem-se umas às outras por certas articulações, as quais produzem outras, e por isso, Lineu lhe dá o nome de *Articula prolífera*. Essas articulações são de figura oval e oblonga, cheios todos de espinhos agudíssimos espalhados por toda a sua superfície. Da extremidade de cada uma dessas articulações vão nascendo outras da mesma configuração espinhosa. Os espinhos se acham espalhados em toda a superfície desta planta em pequenas moitas. Cresce de ordinário da altura de doze a quinze palmos, pouco mais ou menos, espalhando muito para os lados os seus troncos. Quando está com fruto é vistosa com a cor encarnada que os mesmos mostram. A cor desta planta é de um verde claro.⁴⁹⁰

Podemos perceber a função das descrições botânicas realizadas pelos naturalistas nos mais remotos cantos do mundo em busca do “teatro da natureza”: a padronização da apresentação de qualquer planta. Castro, ao descrever com detalhes cada estrutura da planta, observando sua cor, forma, tamanho, fisiologia e outros elementos, possibilitou que, nas centrais de cálculo portuguesas, Vandelli, Mattiazzi, os sócios da academia e até a Rainha pudessem imaginar como seria tal planta.⁴⁹¹

O mesmo recurso foi utilizado na descrição dos insetos, hoje utilizados na obtenção do corante de cor vermelho-escuro pela indústria cosmética e alimentícia, a partir de sua produção de ácido carmínico, substância secretada com funções de defesa. Conhecido por *Dactylopius coccus*, este inseto se alimenta parasitando a seiva de cactos e plantas como o descrito acima por Castro. Vejamos sua descrição dos insetos,

Os insetos que produzem esta admirável cor da cochonilha são pequenos, convexos pela parte superior e chatos pela parte inferior, cobertos de um pelo finíssimo que parece algodão. O seu abdômen é escarlate, as suas antenas são duas do feitio de sovelas, mais breves do que o corpo. Tem seis pernas da cor do mesmo abdômen e os machos quando lhe passam a sua metamorfose lhe nascem duas asas, com as quais se transformam em pequenas moscas, vivendo poucos dias neste novo estado. Eles são os insetos que Líneo chama de *Coccus cactus* da Ordem dos *Hemípteros* e a descrição que o mesmo Líneo dá destes não convém com as mesmas observações que eu fiz com as suas qualidades e quais foram igualmente vistas e achadas por outros naturalistas que trataram do mesmo inseto.⁴⁹²

⁴⁹⁰ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 135.

⁴⁹¹ MUNTEAL FILHO, *Uma Sinfonia para o Novo Mundo*, 1998.

⁴⁹² Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 136.

Chama a atenção, em primeiro lugar, a divergência da descrição que Castro faz em relação às que Lineu já havia empreendido. As explorações botânicas feitas pelos naturalistas coloniais sugerem um alargamento do conhecimento sobre o mundo natural feito até então nas centrais de cálculo européias. Elas evidenciam o modo como foram produzidos, na Bahia Atlântica, novos ciclos de acumulação que entraram em choque com os produzidos anteriormente no velho continente, uma vez que apresentavam descrições completamente novas.

Outra observação importante é que, ao analisar insetos e plantas, Castro estava interessado não apenas nas suas descrições e papéis isolados, mas nas relações estabelecidas entre eles. Como ele afirmou, o “inseto se acha sobre a planta espalhado por toda a sua superfície em pequenas teias, como de aranha, que os cobrem e formam as nódoas brancas...”⁴⁹³. O texto de sua memória demonstrou a importância das relações ecológicas entre esses dois organismos.

Sua justificativa para o estudo da cochonilha em muito se assemelhou ao que já havia observado Baltasar da Silva Lisboa, em seu *Discurso político* sobre as produções naturais do império português. Segundo Castro, todo mundo sabia “o grande artigo de comércio que fornece este gênero aos espanhóis, os quais tiram das suas conquistas um prodigioso número de arrobas deste inseto e que, pela utilidade visível, [...] deve ser tratado com toda a individuação e seriedade”.⁴⁹⁴

Sobre o cultivo da cochonilha, Castro, que era conhecedor da realidade colonial de Cachoeira, região especialista na produção do tabaco, sugeriu que a cochonilha seria um modo estratégico de diversificar a produção da Vila. O naturalista apostava na sua abundância “por todo o sertão da distância de vinte, vinte e cinco e trinta léguas da Vila” e previa que o mais difícil para o Estado não seria a sua produção em si, mas encontrar um “meio de fazer olhar os naturais do país para este objeto com utilidade”.

Castro sugeriu ainda que a cultura da cochonilha seria um modo de complementar a agricultura da vila, pois, “de ordinário, as terras mais secas para outra agricultura são as que produzem a palmatória fertilíssima da cochonilha”. Mas se essa especialização natural na produção de Cachoeira era um fator favorável à dinamização agrícola da região, Castro

⁴⁹³ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 136-7.

⁴⁹⁴ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 137.

lamentou-se acerca das “verdadeiras causas que impossibilitam aos naturais a execução e adiantamento desta cultura e ramo de comércio da Vila de Cachoeira e seu termo”. Segundo ele, essas causas seriam “a falta de utilidade que representa neste Estado do Brasil aqueles insetos, o incômodo com que se tiram das palmatórias por falta de uso e exercício e a natural inércia a outras agriculturas”.⁴⁹⁵

Como saída para a “decadência” da cultura, o naturalista sugeriu que o Estado, como grande agente da racionalidade pública, deveria assumir o papel de animar a sua produção. Castro propôs que a Coroa deveria comprar, inicialmente, a produção de cochonilha da Vila, pois isso “animaria e convidaria a muitos a execução e adiantamento deste projeto.”. Outra proposta para o mesmo fim seria “concederem-se àqueles que os ocuparem com este gênero de plantação” os terrenos devolutos do Estado. Para o naturalista, essas medidas eram “os meios mais proporcionados para se obter o fim do estabelecimento e conservação deste ramo de comércio”.⁴⁹⁶

A diversificação da produção na vila teria como resultado último o emprego dos produtores que não estivessem a cargo da cultura da cana e do tabaco, “devendo este estabelecimento formar uma particular agricultura”, a qual se “empreguem homens desocupados ou lavradores de outra qualquer agricultura que não sejam as mencionadas, tirando dela a sua primária subsistência, como os lavradores tiram do tabaco e do açúcar”.⁴⁹⁷

O Estado, ao assumir para si a prerrogativa de “animar este valioso ramo de comércio”, imediatamente desencadearia três conseqüências para Castro.

1ª: A abundância da palmatória fertilíssima do inseto da cochonilha [...] asseguraria o estabelecimento deste importantíssimo ramo de comércio. [...] 2ª: O estabelecimento de um preço certo e vantajoso para os lavradores deste gênero [...] facilitaria o estabelecimento desta agricultura e; 3ª: Estabelecer certos privilégios ou ônus aos lavradores grossos que fornecerem anualmente maior quantidade de livras ou de arrobas ao comércio, convidaria voluntariamente aos mesmos à dita agricultura e o torna necessário requisito para sua conservação.⁴⁹⁸

⁴⁹⁵ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 138-9.

⁴⁹⁶ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 139.

⁴⁹⁷ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 140.

⁴⁹⁸ Memória sobre a Cochonilha... In: *Memórias Econômicas da ACL*. Tomo I. 1789, p. 141-2.

Mais uma vez, é possível perceber a composição de um quadro de propostas para um ramo de cultura que diversificaria a balança de exportações e tornaria a Coroa portuguesa ainda mais rica. Contudo, como sugerem os dados de exportação do final do período colonial, essas medidas parecem não ter prosperado. Novamente, nessa tese não estamos interessados, no geral, nos resultados efetivos destas medidas, mas sim no seu teor científico e, em particular, em como a ciência botânica participou da construção dessas novas medidas reformistas. As observações de Castro sobre a cochonilha podem ser valiosas para este tipo de investigação.

Na apresentação feita por Castro de sua *Memória sobre a cochonilha* à Rainha, Maria I, em 27 de Julho de 1789, o texto ressaltou a importância da Coroa em dar a devida atenção ao “novo ramo de comércio”. Segundo ele, tamanha importância teria sido a razão principal de ter se dignado a enviar à “V. Majestade que procura com tanta eficácia aumentar a agricultura nacional, adiantar as artes e promover a pública e particular utilidade do Estado”.⁴⁹⁹

Além disso, motivos de ordem pessoal também o teriam motivado a escrever tal estudo, pois, “não só a qualidade de fiel vassalo empregado no Real Serviço me incitou ao exame e observação deste objeto”, mas “o desejo de me habilitar como os sábios das ciências naturais a servir dignamente a V. Majestade foram os principais motivos que me obrigaram a pôr na Real presença de Vossa Majestade o plano sobre a cochonilha”.

Castro informou ainda à Coroa estar enviando um segundo estudo, ainda mais amplo que o primeiro, intitulado *História natural do Brasil*. Segundo ele, seria esse “plano” “o mais amplo por fornecer objetos em cujas observações sacrificarei todos os meus trabalhos por fazer ver os meus compatriotas as utilidades que o Brasil pode fornecer às ciências, ao Estado e ao homem.”⁵⁰⁰

Por fim, o naturalista revelou sua mentalidade ilustrada de valorização das ciências como caminho de desenvolvimento do Estado e do “bem comum”, afirmando que

Os conhecimentos das ciências naturais são os que habilitam os homens a tais descobertas. O tempo e a experiência irão mostrando a utilidade

⁴⁹⁹ Carta de Joaquim de Amorim Castro à Rainha sobre a cochonilha e a sua cultura em cachoeira. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 191. Doc. nº 14000. 1789.*

⁵⁰⁰ Carta de Joaquim de Amorim Castro... *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 191. Doc. nº 14000. 1789.*

destes estudos que, com tanta glória e eficácia, V. Majestade promove e adianta.⁵⁰¹

O naturalista também enviou sua *Memória sobre a cochonilha* e sua *História natural do Brasil* ao ministro Martinho de Melo e Castro. Na carta de apresentação de seu estudo ao ministro, Castro deu interessantes informações sobre seu último estudo. Segundo ele,

Ela contém descrições exatas de vários animais, aves, anfíbios, peixes, da palmatória, salsa e tabaco com observações relativas ao comércio e às artes, com quarenta e uma estampas iluminadas e fiéis. Nele se vê nas estampas trinta e nove, quarenta e quarenta e um todo o fabrico do tabaco, desde o seu princípio até o estado em que se transposta para Portugal e a nova imprensa cilíndrica, a mais nova e fácil para a feitura do tabaco de folha, conforme as minhas observações feitas, sobre este importante objeto que tive a honra de por o ano passado na Real presença de S. M. E à proporção que forem aparecendo na minha *História natural do Brasil* objetos dignos de subirem à Real presença de S. M. pelas utilidades visíveis, que mostrarem ao comércio, às artes e ao Estado, as porei com as suas respectivas descrições e observações na muito respeitável presença de V. Ex.”⁵⁰²

As atividades naturalísticas de Castro, envolvendo principalmente madeiras-de-lei, tabaco e cochonilha, ainda merecem muitos estudos futuros. Elas revelam uma participação da botânica como instrumental de análise desse naturalista que tão bem captou os interesses da Coroa para a América portuguesa, mas que não se efetivaram na Bahia colonial em função das relações políticas estabelecidas com Portugal.

4.2.7 - Cacau

O *cacau* foi introduzido na Bahia a partir da Amazônia, nas últimas décadas do século XVIII e representou o filho próspero das medidas da Coroa para a região, tornando-se, nas

⁵⁰¹ Carta de Joaquim de Amorim Castro... *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 191. Doc. nº 14000. 1789.*

⁵⁰² Carta do Juiz de Fora da Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro, para Martinho de Mello e Castro, na qual se refere à seguinte memória sobre a cochonilha (planta e inseto), a um aparelho para prensar o tabaco e a sua *História Natural do Brasil*, cujo 1º volume enviava à Academia Real das Ciências. Bahia, 27 de Julho de 1789. *Anais da BN. 1912, Vol 34. Doc nº 13297.*

primeiras décadas do século XX, o principal produto de exportação na parte sul do Estado.⁵⁰³

Foi também objeto de análise do naturalista Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá que o considerou objeto de “predileção entre algumas nações” devido ao chocolate e “seu gosto particular”. Ressaltou ainda o fato de que “a cultura fácil desse gênero” possibilitava a simultaneidade de produção por não oferecer “outro trabalho que não seja o de colher”. Apresentando-o como um produto de grandes possibilidades para a região, Bittencourt e Sá empreendeu uma longa observação com um forte teor político a favor dessa cultura. Segundo ele,

A atenção que me tem merecido este objeto obrigou-me a entrar em maiores averiguações e cálculos estreitos a respeito do incômodo trabalho e despesa que se emprega na cultura do cacau e da cana. E, segundo eles, eu creio que a despesa, incômodo e trabalho da cultura do cacau são como um para vinte a respeito da cultura da cana. Os lucros, porém, na razão inversa da despesa, incômodo e trabalho.⁵⁰⁴

Detalhando gastos, trabalho e lucros finais obtidos na cultura da cana e comparando-os com a do cacau, este filósofo desempenhou um de seus principais papéis como letrado “a serviço da nação”: a descoberta de meios mais rentáveis aos seus concidadãos e ao Estado. O naturalista passou a “inculcar os meios agrônomo-políticos para o adiantamento da cultura” do cacau, refletindo sobre o método de seu plantio. Utilizando toda a sua experiência como fazendeiro na região, Bittencourt e Sá descreveu o cacau como cultura “particularíssima”, pois

Consiste, principalmente, em fazer fermentar as amêndoas por meio de um muco ou substância pegajosa que une umas às outras dentro de uma grande cápsula, que contém quarenta e cinco, até cinquenta amêndoas; e a mucilagem é branca e doce, mostrando assim a existência do principio sacarino. Logo que as cápsulas colhidas e amontoadas tomam um grau de calor perceptível, que pelo termômetro de Reaumur será de quinze até dezoito graus, é prova de que as amêndoas estão em termos de se plantarem. Abrem-se as cápsulas e, antes que esfriem, devem estar as covas abertas para imediatamente se cobrirem de terra.⁵⁰⁵

⁵⁰³ FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. *Caminhos ao encontro do mundo*. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus: Editus, 2001.

⁵⁰⁴ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 14.

⁵⁰⁵ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 17-8.

O que nos interessa no estudo sobre o cacau de Bittencourt e Sá é sua insistência nas vantagens dessa cultura em relação à cana-de-açúcar, produto hegemônico nas exportações baiana e brasileira. Apresentando-a como alternativa viável à cana, ele expressou bem o espírito de dinamização da agricultura incentivado pela Coroa. Suas propostas não encontraram eco na Bahia Atlântica, pois, como observamos no tópico relativo à cana-de-açúcar, este produto consistiu na maior fonte tradicional de riquezas da colônia.

A resistência dos colonos, sobretudo do Recôncavo baiano, em plantar cacau frente à cana-de-açúcar ainda precisa ser melhor analisada, mas, ao que parece, constitui-se num elemento decisivo para a manutenção da cana como principal cultura agrícola até fins do século XIX. Também tem um papel importante na consolidação da cultura cacauzeira em outras regiões, como o sul da Bahia, que, no início do século XX, experimentou uma riqueza jamais vista, constituindo-se a maior produção de todo o Estado.⁵⁰⁶

4.2.8 - Baunilha

Cultura pouco conhecida entre os naturais da Bahia, a *baunilha* não deixou de compor o rol de produtos a serem incentivados para a produção local. Como Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá observou, sua importância consistia no fato de a “baunilha ser a segunda matéria componente do chocolate, ainda que muita parte dele a não contenha, por ser assaz cara”.⁵⁰⁷

Fazendo menção aos mexicanos como os maiores produtores do gênero, lamentou-se por não terem se “lembrado ainda o cultivar-se no Brasil, porque alguma que de lá venha é silvestre”. Bittencourt e Sá informou na Academia Real de Ciências de Lisboa que a região de Ilhéus contava com a presença das plantas produtoras, mas lamentou-se pois, “os seus habitantes, quando por acaso a acham, apenas a colhem por deleite e jamais por utilidade”.

Bittencourt e Sá não escondeu seu entusiasmo nas orquídeas produtoras de baunilha da região como uma fonte importante de comércio e “civilização” dos habitantes locais. Como afirmou, “que diferentes, porém, devem ser as vistas de todos aqueles que podem

⁵⁰⁶ FREITAS; PARAÍSO, *Caminhos ao Encontro do Mundo*.

⁵⁰⁷ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 20.

influir na cultura deste e de muitos gêneros, ou que procuram tirar da terra toda a utilidade possível”.⁵⁰⁸

Em seu texto, podemos perceber o otimismo de Bittencourt e Sá com o potencial produtivo da Comarca, pois, apesar de ainda não terem “lembrado o cultivar-se no Brasil”, este gênero “em sendo cultivada”, seria de “presumir que a nossa seria a melhor”. Chama a atenção, a valorização dada por ele àqueles que, procurando “tirar da terra toda a utilidade possível”, apresentaram “vistas” bem diferentes dos habitantes que, da baunilha, apenas “colhem por leite e jamais por utilidade”, reafirmando o utilitarismo e o eurocentrismo de sua mentalidade. Para Dean,

Essa crítica acadêmica dos métodos agrícolas costumeiros não os explicava como reação lógica a limitações ambientais, a locação eficiente de capital e trabalho, ou mesmo conseqüência da impossibilidade de uma família pobre adquirir título legal; invés disto imputava-os à “ignorância e barbaridade” ou à “preguiça e ignorância”.⁵⁰⁹

Ao estudar a baunilha, Bittencourt e Sá revelou seus conhecimentos sobre os estudos botânicos de classificação de Lineu, que haviam denominado a orquídea produtora de “*Epidendrum vanilla*”. Contudo, mais uma vez, não apresentou um estudo descritivo da variedade encontrada na Comarca de Ilhéus, nem, tampouco, se alongou sobre a matéria.

A ausência de uma descrição botânica pormenorizada contrasta com uma crítica política à própria realeza ao recuperar os discursos do Padre Antônio Vieira. Segundo ele, “o nosso Padre Vieira dizia que o Brasil tivera no princípio do seu descobrimento todas as especiarias da Ásia, e que El Rei D. Manoel as mandara arrancar para haver de dar consumo às produções da Ásia e promover as conquistas do Oriente.”⁵¹⁰

Nesse ponto, Bittencourt e Sá através de uma sutil argumentação, realizou uma crítica ao Rei D. Manuel que, por uma “não bem entendida política” para assegurar o monopólio das culturas asiáticas, mandou destruir e proibir o plantio dessas iguarias em solos da colônia brasileira. Para reforçar sua argumentação, citou ainda Duarte Ribeiro de Macedo, “escrita que nos faz honra”, que, desde o século XVII, já apontou que “o Rei de Portugal

⁵⁰⁸ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 20.

⁵⁰⁹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 155.

⁵¹⁰ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 20.

tinha um meio assaz pronto e fácil para dar um corte aos holandeses” por meio da transferência das especiarias da Ásia para a colônia portuguesa na América. Isso se daria, pois, segundo Macedo, “não haveria dificuldade de se produzirem no trópico de capricórnio os mesmos gêneros que se produzem abaixo do trópico de câncer”.

A crítica de Bittencourt e Sá deve ser vista como um indício do descompasso entre as medidas políticas dos primeiros tempos da colônia e o contexto científico da segunda metade dos setecentos. O naturalista demonstrou ainda, em seu texto, uma certa margem de adaptação das políticas botânicas oriundas do centro político português à sua realidade colonial brasileira.

4.2.9 - *Café*

No já citado *Discurso político* de Baltasar da Silva Lisboa, o coimbrão afirmou que “por própria experiência”, os naturalistas haviam sido “convencidos das utilidades das culturas recentemente tentadas [...] como o *café*, que ainda carece de maior cultura e perfeição para fornecer a toda a Europa.”⁵¹¹

Poucos observadores, na década de 1780 e 1790, poderiam prever o sucesso que obteria o café no contexto de reformas pela valorização de novos produtos agrícolas. Ele representou para o Brasil aquilo que o cacau representaria para Bahia, em fins do século XIX e início do século XX: riqueza.

Na Bahia, sua produção foi estimulada pelo conjunto de medidas políticas e científicas aqui estudadas. Não sendo um produto de destaque, muito menos justificando as atenções dos mais ricos do Recôncavo, o café se espalhou lentamente pela Comarca de Ilhéus. Tal qual nos aponta Barickman,

Grande parte do café exportado pela Bahia nessa época vinha da comarca de Ilhéus, logo ao sul do Recôncavo. Ali, os lavradores da vila de Camamu haviam começado a plantar café pelo menos no início da década de 1780; de Camamú, a nova cultura espalhou-se pelas vilas vizinhas.⁵¹²

⁵¹¹ Discurso Político, por Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito nº 697.*

⁵¹² BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p 61.

O café foi registrado na região pelas observações atentas de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Na sua memória, o naturalista destacou as observações de Humboldt, “o filósofo a quem tem merecido mais contemplação a América e seus produtos”, para analisar o café. O naturalista lembrou a afirmação de Humboldt, através de longo cálculo, que a exportação do café feita pelos espanhóis no México, excediam “a soma de ouro extraído”. Em tom otimista, Bittencourt e Sá argumentou que o mesmo poderia se passar com o café da Comarca de Ilhéus, uma vez que este se constituía num verdadeiro “espetáculo” que “encantaria assaz ao expectador filósofo”. Tanta motivação não era encontrada, porém, nos habitantes da região que, sem “as luzes”, não tiravam “pouco ou nenhum partido da prodigalidade da natureza”, por estarem satisfeitos “com a cultura da mandioca e do arroz, que seus primeiros pais lhe ensinaram”. Mais à frente, o autor amenizou sua crítica afirmando que “tanto a mandioca e o arroz são os ramos mais consideráveis da cultura e comércio da Comarca”.⁵¹³

Enfim, é curioso notar o otimismo de Bittencourt e Sá frente a produção do café de Ilhéus que, segundo o autor, possuía uma qualidade que “se não excede, ao menos se iguala a todo cultivado no Brasil”. Novamente, contrasta o otimismo de Bittencourt e Sá com a falta de uma descrição naturalística. Neste aspecto, o autor se contentou em apresentar uma discussão via nota de rodapé sobre um debate, ainda recente, relativo aos efeitos da cafeína no organismo humano. Em suas palavras,

Muitos escritores do nosso século contestaram o dano que provém do uso ordinário do café e a debilidade de nervos que resulta do óleo empircumático que se encontra nele depois da torrefação, preparação essencial desta bebida que, sem dúvida, tem deteriorado a espécie humana.⁵¹⁴

A ausência de observações botânicas sobre o café na memória de Bittencourt e Sá pode atestar, em que pese seu otimismo, a falta de expectativa com o desenvolvimento da produção desse ramo de comércio. Também é significativa a ausência de produções sobre o café no âmbito da Academia Real de Ciências de Lisboa. Essa realidade iria ser profundamente alterada com o incremento da produção no Rio de Janeiro e São Paulo, ao

⁵¹³ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 20.

⁵¹⁴ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 12.

longo do século XIX. Mas, no final do século XVIII, o café ainda estava longe do lugar que ocuparia décadas mais tarde.

4.2.10 - Outros gêneros

O projeto de aclimação de espécies “exóticas” na colônia americana voltado para a sua domesticação agrícola contou, pelo menos em tese, com um número razoável de novos produtos. Como apontou Dean, a diversificação foi uma das prioridades de homens como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Segundo ele,

O Ministro Rodrigo de Souza Coutinho era especialmente atento às possibilidades de aclimatar e transferir espécies. Mandou que os governadores no Brasil enviassem amostras das madeiras nativas com indicações dos seus usos e que contratassem jardineiros peritos para colecionar e enviar sementes de espécies nativas de interesse econômico, cultivadas ou silvestres, ao Jardim da Ajuda. Manuel Ferreira da Câmara foi mandado ao Brasil, encarregado da coordenação desses esforços, inclusive o de transferir os novos produtos exóticos de Belém para Salvador e Rio de Janeiro. Os governadores da Bahia reiniciaram as experiências do século anterior de cultivo da pimenteira e da caneleira, desta vez com algum sucesso. O plano ambicioso de Souza Coutinho era o de publicar uma flora “completa e geral do Brasil e de todos os domínios de Portugal”, porém os recursos humanos para empreender uma tarefa tão importante eram ainda escassos.⁵¹⁵

Como afirma Dean, é notório o contraste entre o projeto ambicioso da Coroa e suas reais condições de efetivação. Do ponto de vista teórico, as políticas botânicas tinham uma grande abrangência de produtos selecionados como potencialmente econômicos a partir de critérios variados utilizados pelos naturalistas.

Dentro da grande variedade de produtos encontramos, por exemplo, o *anil*. Segundo Bittencourt e Sá, este seria encontrado na Comarca ou mesmo em “toda nossa América”, o que mereceu desse naturalista um estudo comparado entre uma variante “silvestre”, tido como de “grande utilidade e riqueza,” por ser de melhor qualidade, e um tipo presente em países como a Guatemala.⁵¹⁶

⁵¹⁵ DEAN, Warren. *A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 224.

⁵¹⁶ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 23.

Outro exemplo importante diz respeito às observações de Bittencourt e Sá sobre o *tamarindo*. Em sua memória, o naturalista defendeu a viabilidade da aclimação do fruto e sugeriu uma maior fertilidade da Comarca de Ilhéus frente as regiões produtoras asiáticas. Segundo ele, a aclimação do tamarindo na América portuguesa, além de boa fonte de renda à Coroa, evitaria o alto custo com o seu distante comércio e deixaria de provocar os “grandes danos à humanidade” pela sua importação das produções preparadas com vasos de cobres, o que, segundo Bittencourt e Sá, seria nocivo à saúde humana.

Citando a obra “*Indiae utriunfque de re narali Etc.*”, do naturalista Pison, que analisou uma espécie de palmeira da qual se produzia linho de finíssima qualidade, Bittencourt e Sá sugeriu que esta palmeira era presente na Comarca de Ilhéus, a qual os habitantes locais chamariam de *tocúm*. Ainda a respeito das plantas produtoras de linho, o autor apresentou a *macaúba*, “espécie de *palmeira* que dá um linho igualmente fino e forte que há na Comarca de Sabará, em Minas Gerais”. Demonstrando conhecimento sobre as culturas da colônia em suas diversas regiões, bem como dos estudos pertinentes, analisou os métodos de produção deste linho e concluiu,

Os fios destas palmeiras parecem seda à primeira vista. A reflexão e tato, porém, desvanecem esta suspeita. Uma vez extraído pelo método ordinário do linho, isto é, macerado, perderá alguma aspereza de que é dotado e a experiência me tem feito ver no branqueamento que tenho dado a algum extraído pelo método indiano.⁵¹⁷

No que diz respeito à produção de azeite, afirmou que existiam várias possibilidades “devido aos diferentes cocos e palmeiras que se encontravam nesta Comarca”, e que podiam ser utilizados em diferentes usos, em nada perdendo para o da azeitona, produzido na Europa. Destacou que o “*amendoim*, o *gergelim*, a *castanha do caju* e *andiroba* podem igualmente subministrar muito azeite e nenhum destes ramos da indústria utilizam a Comarca”. O naturalista chamou atenção ainda de seus sócios na Academia de Lisboa para a necessidade de se tomarem providências urgentes, uma vez que “as plantas e árvores que dão os óleos referidos tais produtos [...] se encontram, pela maior parte, espontaneamente”.⁵¹⁸

⁵¹⁷ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 26.

⁵¹⁸ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 28.

Mas, de fato, o grande destaque dado pelo autor nesse tópico foi para a *mamona*. Afirmou ser o grande gênero da Comarca na produção de óleos, mas concluiu que o método utilizado na região para se extrair o seu azeite era “sobremaneira torpe”, pois, “depois de tostarem os grãos, o que enegrece o azeite e o torna empireumático, passam depois a extraí-lo por meio do cozimento.” O naturalista propôs assim uma mudança no método de extração dos óleos extraíndo-os a partir de “simples moedura e expressão”.⁵¹⁹

Quanto à produção de vinhos, Bittencourt e Sá destacou a produção a partir do *ananás*, do *caju* e, curiosamente, o de *cana*⁵²⁰. Sobre este último fez uma longa observação mostrando as razões que o obrigam “a julgar que da cana se pode fazer um excelente vinho”. Segundo ele, “é demonstrado entre todos os químicos que o suco de todos os frutos doces entram em fermentação, uma vez que tenham certa fluidez, certo grau de calor, etc”. Observou ainda que “é igualmente demonstrado que sem o princípio sacarino eles não fermentam ou ao menos a fermentação vinhosa será muito rápido e insensível”. Recorrendo às experiências do célebre naturalista Lavosier, concluiu que “o espírito extraído do vinho devido a este estado da fermentação, é formado pela combinação de uma parte do óleo essencial dos frutos, com gás inflamável”. Com base nesse princípio, Bittencourt e Sá conclui

que a cana sendo aquela que abunda em mais princípio sacarino, deve entrar mais facilmente em fermentação, e que esta chegando ao seu segundo estado de vinhosa ou espirituosa há de produzir um excelente vinho, assaz espirituoso, o que bem prova a grande quantidade de água ardente que se tira da cana.⁵²¹

Arrematando suas observações sobre as possibilidades de produção de vinho na Comarca de Ilhéus, observou que “com pouca diferença se fará o vinho dos frutos acima mencionados”, bem como outros, como o *umbu*, a *jabuticaba*, o *jenipapo*, o *pequi*, o *maracujá* e “muitos outros” que “parecem aptos para o mesmo fim”.

No que diz respeito ao *umbu*, Bittencourt e Sá fez uma interessante observação sobre as propriedades médicas da fruta em “destruir o cálculo da bexiga”. O naturalista afirmou

⁵¹⁹ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 28.

⁵²⁰ Embora a denominação utilizada por Bittencourt e Sá tenha sido vinho, muito provavelmente esteja se referindo à cachaça.

⁵²¹ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 31.

ter “comunicado este projeto a alguns dos nossos melhores médicos”, os quais poderiam utilizar o tratamento das pedras de cálculo, injetando o suco da fruta no órgão afetado. Segundo ele, o umbu era uma,

fruta particular do nosso Brasil, já referido por Busching, que tem a propriedade de gastar o cálculo dos dentes e os mesmos dentes dos animais que a comem e que além de ser doce tem um ácido que parece ter mais afinidade com a terra calcária que nenhum outro vegetal.⁵²²

No que diz respeito aos cereais, Bittencourt e Sá chamou atenção para a preponderância do *arroz* e, especialmente, da mandioca no fabrico “do pão” para a alimentação dos habitantes de Ilhéus. Neste tópico, o naturalista mencionou a experiência dos Açores que produzia pão a partir do *inhame* ou *arum*, para ressaltar, a partir de seus conhecimentos de história natural, que “de todas as espécies se pode fazer um muito bom pão fermentado, bem como do arroz e mandioca”.⁵²³

O autor ainda discorreu sobre “todos os frutos próprios da América meridional, cultivados ou agrestes,” que ali se encontravam. Segundo ele, muitos desses frutos tinham uma qualidade “superior aos cultivados em Europa”, como por exemplo, “*manga, ananás, o pequiá, o mucugê* e finalmente, as *jacas*”. Curioso observar que o autor desconhecia a procedência asiática da manga e da jaca, apresentando-as como próprias do continente. Na mesma postura crítica aos habitantes do local, já observado, Bittencourt e Sá destacou “uma grande parte dos frutos da Europa, que vulgarmente se encontram em quase todo o Brasil”, como *maçã, marmelo, pêssego, as ameixas* e outros que eram tidos como improdutíveis na região, mas que “a experiência feita por pessoas mais inteligentes” decidiu a questão ao ter resultados positivos. Tais experiências “desenganaram” os produtores locais e os fez “dar pouco crédito ao que dizem dos outros frutos”, bem como confirmou o juízo que fazia “de sua indolência”.

⁵²² *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 31.

⁵²³ *Ensaio de Descrição Física e Econômica*, p. 29.

4.3 - A força das lavouras tradicionais

Vimos que a história natural subsidiou as intenções das reformas para a dinamização da agricultura no período final da colônia, o qual apresentou as culturas agrícolas como principais riquezas da colônia. Nosso objetivo, a partir de agora, será discutir as razões do insucesso das medidas agrícolas para a Bahia Atlântica, atrelando tal análise aos elementos limitantes da institucionalização da botânica através do desenvolvimento da agricultura. Essa análise nos ajudará, por um lado, a entender o contexto dessa ciência e, por outro, problematizar as razões da falência do projeto Real na agricultura baiana do período.

Como podemos ver, apesar do crescimento do mercado de gêneros agrícolas experimentados pelos produtores baianos, nas últimas décadas do século XVIII, a estrutura da balança exportadora não se alterou de modo significativo. Isso porque, se por um lado, o mercado experimentou um extensivo crescimento, por outro, esse crescimento não se traduziu em uma transformação da dinâmica da economia regional.⁵²⁴

De fato, o aumento produtivo não representou uma modificação na relação dos produtos exportados a partir da Bahia. Por outro lado, a crise da produção aurífera na economia colonial brasileira serviu para recolocar a produção de cana-de-açúcar num lugar hegemônico, já vivenciado por esta cultura, nos primeiros séculos da empreitada colonial.

Na Bahia Atlântica, sua produção tendeu a se especializar no Recôncavo, a partir de um cinturão da cana, que se constituiu em ricos solos de massapês próximos ao porto de Salvador.

A distribuição de massapês e salões teve, de fato, grande influência na geografia da indústria açucareira no Recôncavo. Onde quer que encontrassem terras com esses solos argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram engenhos. A lavoura canavieira veio assim a dominar a paisagem num largo arco que, das freguesias de Cotegipe e Pirajá, nos arredores de Salvador, se estendiam para o oeste, ao longo da margem da baía, até abranger a freguesia de Santiago do Iguape, na foz do Paraguaçu. {...} aproximadamente 90% dos 221 engenhos que fabricavam açúcar na Bahia em meados da década de 1790 se localizavam nestes distritos.⁵²⁵

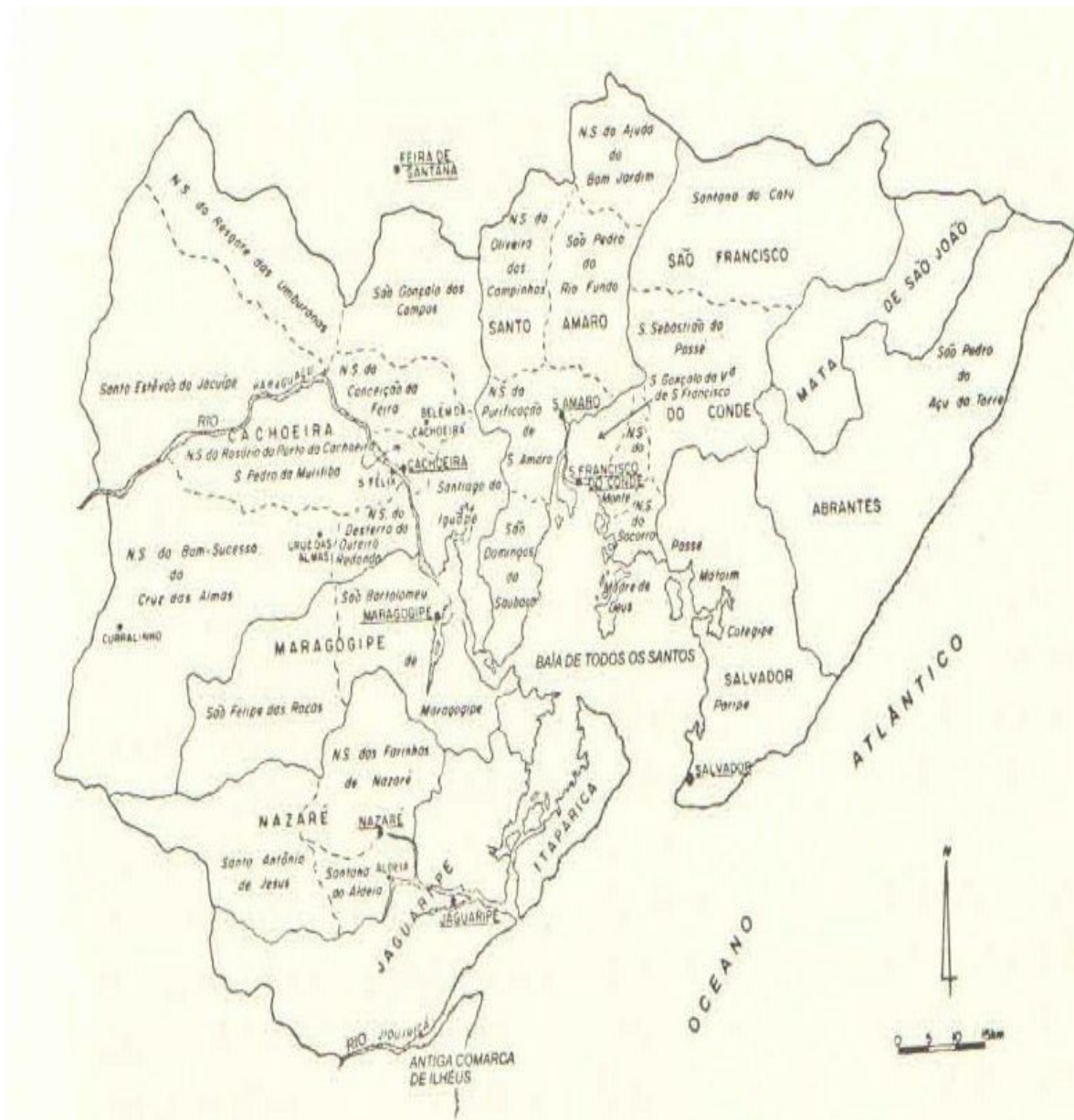
⁵²⁴ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 30.

⁵²⁵ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 40.

Essa correspondência entre os solos apropriados para as culturas da cana, do tabaco e da mandioca, os três principais produtos da Bahia colonial, também é evidenciada por Barickman quando afirma que, “mesmo levando-se em conta essas variadas atividades, fica claro que, de fato, prevalecia um certo grau de especialização geográfica no Recôncavo”. Afinal, o “açúcar provinha, sobretudo, de São Francisco do Conde, Santo Amaro e da freguesia de Santiago do Iguape; o fumo, de Cachoeira; e a farinha, das vilas do sul.”⁵²⁶

⁵²⁶ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 44.

Mapa VII - Vilas e freguesias do Recôncavo baiano, meados do Séc. XIX.



Fonte: BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 40.

A preponderância do açúcar na produção baiana foi observada pelo cronista Luis dos Santos Vilhena, o qual, em suas cartas, disse que “não há quem não queira ser lavrador de canas-de-açúcar”. Segundo ele, tal hegemonia das canas foi a principal “razão porque os lavradores, que sempre foram de farinhas, vão deixando de o ser, só para lavrarem açúcar, de que uma arroba lhes dá para comprarem quatro alqueires de farinha”.⁵²⁷

Stuart Schwartz também concluiu que a pressão pela monocultura assumiu diversas formas na Bahia e uma das constantes reivindicações da elite açucareira, monopolizadora das melhores terras próximas dos rios e dos portos, ideais para a *plantation*, foi a exclusão dos produtores de gêneros alimentícios.⁵²⁸

A produção de gêneros alimentícios sofreu um forte desestímulo, motivado pelo crescimento dos preços do açúcar e do tabaco. Como consequência da boa fase por que passaram os dois principais produtos coloniais da Bahia Atlântica em fins do século XVIII, as políticas científicas ultramarinas encontraram uma forte resistência dos sujeitos coloniais para diversificarem sua produção. Como nos informa Schwartz,

Os preços altos do açúcar e do fumo levavam produtores de gêneros alimentícios a abandonarem a produção, destinada ao mercado local, para usufruírem de alguma forma da recuperação da economia exportadora. Movimento que põe por terra a política metropolitana de interiorização do plantio de alimentos.⁵²⁹

As razões para a recuperação do açúcar são variadas, mas dentre elas podemos destacar duas tormentas políticas. A primeira foi em decorrência das rebeliões escravas que abalaram o comércio Atlântico, como, por exemplo, no Haiti. A segunda foi motivada pela independência das treze colônias na América do Norte que, perturbando o comércio com o Caribe e a Europa, contribuiu para a recuperação do açúcar ainda na década de 1780, na Bahia.⁵³⁰

Barickman observou também o processo de aumento de preços referentes à cultura do tabaco, igualmente motivado por pressões do mercado externo. Como o fumo produzido na Bahia tinha um papel estratégico no comércio de escravos africanos, com o aumento da

⁵²⁷ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969, 3 v, p. 37.

⁵²⁸ SCHWARTZ, Stuart B. Indian labor and New World plantations: European demands and Indian responses in Northeastern Brazil. *In: The American Historical Review*, 83 (1): 43-79: 54. Feb. 1978.

⁵²⁹ SCHWARTZ, *Indian labor and New World plantations*, p. 56.

⁵³⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; BARICKMAN, *Um contraponto baiano*.

demanda por este tipo de mão-de-obra, ocasionado pelo aumento da demanda agrícola, os preços tiveram um bom incremento. Nas palavras do autor,

Nas últimas décadas do século XVIII, quando o ressurgimento da agricultura de exportação na Bahia e em todo o Brasil resultou na expansão da demanda de mão-de-obra escrava, os lavradores de fumo e os comerciantes tiveram novas oportunidades de aumentar a produção e as exportações. Nesse mesmo período, as várias guerras e revoluções provocaram, muitas vezes, a alta dos preços e abriram novos mercados. Já na década de 1780, as exportações anuais haviam quase duplicado, chegando a uma média de 615 mil arrobas.⁵³¹

A resistência pela diversificação agrícola, na Bahia, já havia se expressado frente aos alvarás e provisões régias de 1642, 1680 e 1690, que obrigaram, tanto os senhores de engenho quanto os lavradores de cana, ao cultivo de mandioca para a subsistência de seus escravos. Outros decretos no século XVIII ainda renovaram tal obrigação fixando a obrigatoriedade do cultivo em, pelo menos, quinhentas covas de mandioca por cada escravo a seu serviço.⁵³²

A relação do cultivo da cana-de-açúcar e a resistência à diversificação agrícola, sobretudo por gêneros alimentícios, foi direta na Bahia Atlântica. Como nenhum produto incentivado pela Coroa representou a mesma garantia de lucros para os produtores coloniais, a cana continuou a ser hegemônica na exportação da Bahia e, através dela, a colônia resistiu às políticas botânicas como alternativa para o enriquecimento da Real Fazenda.

A aversão por outros produtos nas lavouras coloniais, contraditoriamente, atingiu até mesmo os naturalistas baianos, proprietários de terras na região. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, por exemplo, se recusou a plantar mandioca como um sintoma significativo da aversão aos gêneros alimentícios ou qualquer outro que não fosse a cana e o tabaco. Como ele próprio relatou em uma de suas cartas, “não planto um só pé de mandioca, para não cair no absurdo de renunciar a melhor cultura do país pela pior que nela há, e para não obstar a uma por outra cultura e complicar trabalhos de natureza diferente.”⁵³³

⁵³¹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 65.

⁵³² Cf. SILVA, *As idéias políticas de um Homem*; BARICKMAN, *Um contraponto baiano* e; DIAS, *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*, 2007.

⁵³³ *Apud* BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 107.

Mesmo diante das crises de abastecimento que assolaram Salvador durante as invasões holandesas, a política do plantio de outros gêneros agrícolas rendeu muitos conflitos na Bahia. A própria dinâmica do “conchavo das farinhas” revela uma mentalidade de transferência de responsabilidade baseada na lógica de privilégios do antigo regime para as vilas menos abastadas do Sul. Como observou Baltasar da Silva Lisboa, referindo-se ao presídio do morro de São Paulo,

As câmaras do Sul se obrigaram de sustentar de farinha aquele presídio e o fizeram por vários anos dando-se a esta contribuição voluntária, o nome de farinha conchave, da qual foram desobrigadas por provisão do Conselho Ultramarino de 10 de Março de 1738.⁵³⁴

Como já discutimos, a “desobrigação” do envio das provisões parece não ter saído do papel. Afinal, como observou Francisco Carlos Teixeira da Silva, o período que vai de 1700 e 1770, apresenta “registros de cerca de vinte e quatro crises de subsistência, envolvendo a carência de farinha, motivadas por circunstâncias diversas: secas, chuvas em excesso, carestia, pragas, contrabando, etc.”⁵³⁵ A lógica de abastecimento compulsório de farinhas, imposto às “Vilas de baixo”, parece ter sido um elemento de sustentação da longevidade da cultura da cana na Bahia.

A história do Celeiro Público da Bahia também oferece indícios da resistência do controle Real no mercado por parte das elites agrárias da Bahia. Assumindo um papel no controle da fome e das crises de subsistências, foi uma instituição criada para o controle da produção dos gêneros agrícolas na Capitania. Diante de tal prerrogativa, entrou em rota de colisão com os interesses dos particulares avessos à intervenção estatal. Como observou Avanete Pereira Sousa, “não deixou de ser objeto de crítica dos que acreditavam na desregulamentação da sociedade e no abandono do poder de ‘polícia’, tido como única forma de manutenção do poder.”⁵³⁶ Como ainda nos informa a autora,

Em linhas gerais, a conjuntura de crise, em seu aspecto econômico-político, que se inicia nas últimas décadas do século XVIII, nas áreas coloniais, fora marcada, entre outros fatores, pelos impasses ocasionados pelo pacto colonial e pelas resistências/críticas ao sistema de monopólio,

⁵³⁴ *Apud* NEVES, *Caminhos do Sertão*, p. 162.

⁵³⁵ SILVA, *As idéias políticas de um Homem*, p. 184.

⁵³⁶ SOUSA, Avanete Pereira. Poder local, crises de subsistência e autonomia camarária (Salvador, século XVIII). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 08.

cuja solução era o regime de livre comércio. Eram, pois, tensões mais amplas, mais profundas, que, no plano interno, enraizavam-se em questões cotidianas: aumento de impostos, falta e carestia de gêneros de primeira necessidade, etc.⁵³⁷

Os impasses ocasionados pelas políticas agrícolas no quadro das reformas pós-pombalinas são um produto do desencontro de interesses entre as elites coloniais baianas e as autoridades metropolitanas. No âmbito da agricultura, os interesses, sobretudo, dos senhores de engenho do Recôncavo, barraram o avanço botânico rumo à sua institucionalização, em fins do século XVIII. Como observou Heloísa Domingues, a botânica teria que esperar ainda algumas décadas para se tornar consolidada no país a partir da agricultura.⁵³⁸

Concordamos com Barickman, que destacou as diferenças entre o açúcar e o fumo, comparando-os com a cultura da mandioca para desnudar uma densa rede de relações que, na Bahia, ligavam as vidas cotidianas de senhores de engenhos, compradores urbanos, roceiros, escravos rurais e trabalhadores de fumo a mercados externos e também locais.⁵³⁹ É evidente que tais relações de poder foram organizadas para criar uma margem de autonomia na economia colonial que acabou sendo utilizada para dificultar a política régia de diversificação agrícola.

Nas últimas décadas do período colonial, embora a agricultura tenha se constituído na fonte de principal riqueza, os esforços feitos para se desenvolver novos produtos de exportação rendeu poucos resultados na Bahia. Vários produtos novos nunca saíram de sua fase experimental. Outros como o *cravo-da-Índia*, a *canela* e a *pimenta* nunca se consolidaram como produtos significativos de exportação de peso.

Se a diversificação agrícola na América nunca foi, de fato, um êxito histórico da Coroa portuguesa, devemos reconhecer, pelo menos no plano teórico, as contribuições da botânica para que este projeto se realizasse. Subsidiando a prática dos naturalistas, estimulou as observações sobre o mundo vegetal, em maioria no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa, além de ter sido o campo preferido dos principais mentores da

⁵³⁷ SOUSA, Poder local, crises de subsistência e autonomia camarária, p. 03.

⁵³⁸ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*.

⁵³⁹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 32.

ilustração portuguesa. A botânica serviu, nesse contexto, como instrumento importante de dominação colonial, pelo menos no âmbito teórico.

Em síntese, a discussão do presente capítulo reforça a presença de uma tensão entre Portugal e a Bahia no âmbito das políticas botânicas para a agricultura. Tal tensão se expressou numa postura de resistência tanto dos senhores de engenho, da câmara de Salvador, dos lavradores menos capitalizados e, até mesmo, de alguns naturalistas frente à diversificação agrícola. Uma avaliação de conjunto dos resultados ou a ausência, pode sugerir isto.

O *algodão*, por exemplo, recebeu grande atenção dos naturalistas que desenvolveram ricos estudos botânicos atendendo às mais cuidadosas recomendações das autoridades ultramarinas e do governador de Capitania. Houve, portanto, uma relação direta entre o nível de produções referentes a esta cultura e os seus índices de exportação na balança comercial baiana.

O argumento das possibilidades econômicas também funcionou com a cochonilha, fonte de riquezas da Coroa espanhola, o que justificou estudos detalhados tanto no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa, quanto na própria Bahia Atlântica.

Por outro lado, a obtenção de riquezas foi o parâmetro para a exclusão e/ou minimização das políticas para determinadas culturas. Um exemplo é o cacau que, apesar de merecer a atenção dos estudos naturais e ter subsidiado um forte apelo por parte de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, não avançou como cultura agrícola significativa, pois esbarrou na prática tradicional de plantio de cana-de-açúcar, tabaco e mandioca.

A relação estabelecida entre os colonos com o café também oferece indícios importantes para pensarmos a pressão exercida pelas lavouras tradicionais no processo de diversificação agrícola incentivado pela Coroa, pois o produto que se tornaria o carro chefe da economia nacional na virada do século XIX para o XX, era o mesmo que enfrentou, na Bahia de cem anos antes, uma certa indiferença frente aos produtos mais rentáveis de exportação.

CAPÍTULO V – A BOTÂNICA E AS ERVAS NA BAHIA ATLÂNTICA COLONIAL

Neste último capítulo, analisaremos o papel das ervas no conhecimento botânico relacionado à Bahia Atlântica. Conjuntamente com as madeiras e as culturas agrícolas, as ervas formavam o tripé do projeto botânico para a região. A análise dos estudos sobre as plantas utilizadas na medicina, alimentação, indústria civil e nos demais aspectos da vida social colonial abre oportunidades ao historiador contemporâneo mostrar como, numa sociedade pré-industrial, ceras, resinas, fibras, óleos, corantes, frutos, raízes e sementes foram partes fundamentais da organização de seu dia-a-dia.

No âmbito do império marítimo português, a produção de conhecimentos de ervalaria sempre acompanhou os interesses dos viajantes, marinheiros, funcionários, militares e, até mesmo, degredados. No final do século XVIII, a ciência surgiu como um elemento ativo de estímulo na formação de muitos compêndios sobre as floras do mundo.

Este capítulo possui quatro partes. A primeira avalia a rede imperial portuguesa de circulação de plantas. A segunda se detém nas experiências de aclimatação, estudos de plantas e suas circulações na Bahia Atlântica. A terceira discute o papel do Jardim Botânico da Bahia e, por fim, refletimos sobre as relações entre a Bahia e as instituições científicas de Portugal no que se refere ao uso das ervas.

5.1 – A rede imperial de circulação de plantas

Jared Diamond recolocou no debate sobre as civilizações humanas, a questão do papel das plantas na história. As práticas de domesticação de vegetais, geralmente, têm sido associadas à própria consolidação de complexas sociedades humanas, sobretudo por seu papel decisivo na produção agrícola de subsistência.⁵⁴⁰

Alfred Crosby destacou o papel de plantas, animais, germes e doenças na colonização do mundo além da Eurásia. No que diz respeito às plantas, não só argumentou que elas tiveram um papel estratégico no processo de conquista estabelecido pelos europeus, como

⁵⁴⁰ DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço*. Os destinos das sociedades humanas. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

também argumentou, a partir de um amplo repertório histórico, uma provável “superioridade” de inúmeras espécies europeias frente às encontradas no mundo tropical americano.⁵⁴¹

A circulação de plantas pelo mundo e o seu papel no mundo moderno têm sido temas cada mais enfrentado por muitos autores.⁵⁴² De caráter interdisciplinar, amplo, de longa-duração e, por vezes, polêmico, o assunto coloca um conjunto de questões aos historiadores ambientais. Artigo recente de William Beinart e Karen Middleton tentou mapear algumas questões importantes no estágio atual de discussão.⁵⁴³

No âmbito do império marítimo português, o debate também é promissor, uma vez que a circulação de materiais biológicos sempre foi uma constante entre as conquistas em todo o mundo. Já em 1563, Garcia de Orta publicou em Goa o seu *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, em que apresentou completas caracterizações botânicas sobre muitas plantas medicinais. Este trabalho é tido como um dos primeiros trabalhos europeus sobre o mundo botânico asiático.

No Brasil, além da *Carta de Caminha*, abundante em registros sobre a natureza brasileira, a *Relação do piloto anônimo* também evidencia o interesse dos portugueses pelos recursos vegetais locais. Como informou ao Soberano o piloto desconhecido, “alguns dos nossos foram à terra donde estes homens são, que seria a três milhas da costa do mar e compraram papagaios e uma raiz chamada inhame, que é o seu pão que comem os árabes.”⁵⁴⁴

O diplomata português Duarte Ribeiro de Macedo, mesmo residindo fora do Reino, nunca deixou de se ocupar com o seu desenvolvimento. De Paris, indicou um conjunto de medidas práticas destinadas à dinamização da economia no novo mundo e, em 1675,

⁵⁴¹ CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁵⁴² BROCKWAY, Lucile. *Science and Colonial Expansion: the role of the British Royal Botanic Gardens*. Nova York/Londres: Academic Press, 1979; MACKENZIE, J. (dir.) *Imperialism and the Natural World*, Manchester: Manchester University Press, 1990; OSBORNE, Michael. *Nature, The Exotic and the Science of French Colonialism*. Indianápolis: Indiana University Press, 1994; GROVE, R. *Green Imperialism: colonial expansion, tropical island edens and the origins of environmentalism, 1600–1860*. Studies in Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; MACKENZIE, J. (dir.) *Imperialism and the Natural World*, Manchester: Manchester University Press, 1990; DRAYTON, Richard. *Nature's Government: science, imperial Britain, and the 'improvement' of the world*. New Haven: Yale University Press, 2000.

⁵⁴³ BEINART, William; MIDDLETON, Karen. Transferências de Plantas em uma Perspectiva Histórica: o estado da discussão. Tradução de Henrique Bertulani. In: *TOPOI*, v. 10, n. 19, jul-dez. 2009, p. 160-180.

⁵⁴⁴ PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999. *Relação do Piloto Anônimo*. Capítulo III, p. 01.

sugeriu ao Rei uma política ousada de transferências de especiarias asiáticas ao Brasil, sustentando a tese de que, nessa colônia, tudo se aclimataria com facilidade.

Publicada em 1711, em Lisboa, a obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de André João Antonil descreveu uma realidade econômica e social na qual plantas introduzidas atingiram grande sucesso agrícola, como nos casos da cana-de-açúcar e do tabaco. O próprio Rei de Portugal se viu obrigado a proibir sua circulação à época, após consulta ao Conselho Ultramarino, por julgar que não seria prudente expor ao mundo as riquezas brasileiras.⁵⁴⁵

Como já apontamos antes, a segunda metade do século XVIII foi especialmente favorável para trocas de plantas e saberes botânicos. No contexto das reformas pombalinas do ensino secundário e universitário em Portugal, foram contratados naturalistas italianos no Colégio dos Nobres (1764), no Museu da Ajuda (1768) e na Universidade de Coimbra (1772). Eles encontraram um ambiente favorável para articular uma grande rede de naturalistas ao longo das conquistas ultramarinas, envolvendo, sobretudo, egressos de Coimbra. Também havia funcionários de toda ordem da burocracia estatal desenvolvendo ações deste tipo.

Concordamos com o argumento apresentado por Ângela Domingues sobre a natureza da rede de circulação de produtos e saberes de história natural. Segundo ela, tal rede seria pautada, basicamente, nos viajantes naturalistas e nos agentes administrativos. Estes últimos constituíam-se em vice-reis, governadores de Capitania, ouvidores, juízes de fora, entre outros como funcionários. Também havia expressivo número de escrivães, militares, negociantes, marinheiros, entre outros tipos sociais nessa empreitada. Na ausência de uma estrutura centralizada de Estado, as redes informais de lealdade à Coroa exerceram o papel de institucionalização do poder Real.

Os viajantes naturalistas percorreram grandes extensões de domínios de Sua Majestade a fim de inventariar os recursos naturais e enviá-los às instituições científicas do Reino. Ali, naturalistas de gabinete iriam realizar um trabalho complementar de limpeza, catalogação e estudo das amostras advindas do campo de coleta. Os naturalistas podiam ser identificados a partir de suas atividades, constituindo-se em dois grupos: os viajantes-

⁵⁴⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Atalaia; São Paulo: Ed. da USP, 1997.

naturalistas e os naturalistas de gabinete. Os dois tipos de trabalho, no campo e no gabinete, assumiram, por sua vez, características notadamente distintas. Como nos alertou Ermelinda Pataca,

o campo é qualitativamente diferente do local de trabalho controlado e fechado do laboratório, e o trabalho de campo é conformado pelas convenções culturais. As práticas de laboratório são muito mais previsíveis e podem ser sistematizadas e padronizadas. Por outro lado, a diversidade de fatores do campo, como clima, interações interpessoais, transportes, as diferenças da paisagem, acesso a equipamentos e instrumentos, etc, transformam completamente os resultados e as interações dos viajantes no campo.⁵⁴⁶

Em que pese à complementação dos dois tipos de trabalho, na tradição portuguesa, as viagens assumiram uma feição positiva quando confrontadas ao trabalho de gabinete. Elas foram vistas como um instrumento privilegiado de conhecimento do mundo natural, pois possibilitavam ao naturalista viajante conhecer *in locus* os recursos naturais. Como observou Domingos Vandelli sobre a prática das viagens, elas contribuía “muito para o aumento da agricultura e perfeição das artes, (...), pois só desta sorte se pode conhecer o que o nosso país tem e o de que é capaz.”⁵⁴⁷

Seja pelas viagens ou a partir da ação dos funcionários da burocracia de além-mar, a circulação de plantas e saberes botânicos constituíram-se em um projeto de Estado.

5.2 – Estudos, circulação e aclimação de ervas na Bahia atlântica

Existem muitas definições populares para o termo “ervas”, pois não se trata propriamente de um termo científico. Alfred Crosby observou que “na moderna linguagem botânica, a palavra ‘erva’ refere-se a qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras, na competição pelo solo alterado”.⁵⁴⁸ Também podem ser caracterizadas como

⁵⁴⁶ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em Geo-Ciências. Universidade Estadual de Campinas, p. 08.

⁵⁴⁷ Vandelli. Memórias sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita ao reino e depois nos seus domínios. *Arquivo Nacional. Códice 807, v.24, S.D., fl.14*.

⁵⁴⁸ CROSBY, *Imperialismo Ecológico*, p. 136.

plantas medicinais, portadoras de substâncias com propriedades terapêuticas, profiláticas ou paliativas.⁵⁴⁹

Os documentos analisados neste trabalho revelam igualmente um uso genérico do termo “erva”, mais identificado aos seus usos na medicina ou culinária do que por suas características botânicas. Arriscando um sentido mais preciso, as ervas foram utilizadas no jargão botânico dos naturalistas setecentistas para se referir a espécies de plantas úteis para a cura de doenças, em febres, feridas ou diarreias; aplicação culinária, como temperos, condimentos e conservantes; na obtenção de ceras, resinas, fibras, corantes e outros produtos para a utilização diversa e; até mesmo, venenos ou substâncias tóxicas diversas.

Vandelli, em sua memória *Perguntas a que se deve responder sobre as produções do Brasil pertencentes aos três reinos da natureza*, destacou, no item “arbustos e ervas para o uso botânico”, que a missão do naturalista viajante consistiria em buscar

Todos os nomes das ervas medicinais úteis para bebidas, como para aplicação das feridas. E os sítios onde se conhecem mais abundância e em que tempo e estação se deve fazer a colheita dela incluindo-se aqui a notícia de algumas receitas que a experiência tenha feito conhecer úteis, para as diferentes enfermidades tanto exteriores, como interiores, bem entendido que se deve também insinuar o modo de operar com elas. Onde há *salsa parrilha, contra-herva, ipecacoanha, sêne, tallappa, cascarrilha, arapabaca* ou *pegalha, canafistola, guajarojara*. Se há notícia de alguma casca de árvore, que seja de alguma casca de árvore, que seja amargosa e semelhante à *quina*. Se há alguma erva que se possa assemelhar ao chá. Se as terras serão ou são capazes para a plantação do *cacau, café, açafão, anil, algodão, tamarindos, tabaco, açúcar*.⁵⁵⁰

Foi organizado no gabinete da Ajuda, provavelmente por Julio Mattiazzi e Vandelli, em 1780, o primeiro *Dicionário botânico* da história de Portugal. Atendendo a um sentido prático de orientação das viagens realizadas no além-mar, o *Dicionário* logrou sistematizar informações de conhecimento natural orquestrada nas centrais de cálculo portuguesa, em Coimbra e Lisboa, e serviu como fonte preciosa para os futuros trabalhos. Como destacou Oswaldo Munteal,

O conhecimento que circulou no Gabinete da Ajuda, para além do seu eventual exotismo, foi proveniente das histórias das plantas. O Dicionário

⁵⁴⁹ ALMEIDA, E. R. *As plantas medicinais brasileiras*. São Paulo: Hemus, 1993.

⁵⁵⁰ VANDELLI, Domenico. Perguntas a que se deve responder sobre as produções do Brasil pertencentes aos três reinos da Natureza. *Arquivo Nacional. Cód. 807, v. 10, fls. 99 – 103*.

Botânico, escrito pelos jardineiros em 1780, foi uma primeira tentativa de organizar os vegetais do Novo Mundo a partir das suas serventias, usos e propriedades. Foram identificados os males e as curas para as diarreias e prisões de ventre, impotência, infecções generalizadas e as suas terapias através das sangrias, beberagens contumazes, ventosas e até mesmo intervenções cortantes.⁵⁵¹

Entre as plantas que concentraram as atenções das análises desenvolvidas no gabinete da Ajuda, as ervas detiveram um lugar importante. A sua relevância na produção do conhecimento botânico esteve diretamente ligada ao papel que desempenharam no conhecimento médico, desde a antiguidade, amplamente apoiado na utilização de produtos vegetais.

A importância das ervas em Portugal, nas últimas décadas do século XVIII, possuía certamente um sentido político nesse cenário. A partir da década de 1780, é possível encontrar inúmeras referências na documentação colonial sobre a coleta, circulação e produção de conhecimentos sobre as ervas. Em 12 de Setembro de 1795, por exemplo, Martinho de Melo e Castro escreveu ao governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, informando-lhe sobre as ordens régias para o envio de remessas de plantas ao Reino. Como observou o ministro

Sua Majestade é servida que V. S. mande recolher, acondicionar e remeter por conta de sua Real Fazenda, para o Seu Real Jardim Botânico, todas e quaisquer plantas que forem naturais deste país, principalmente aquelas que tiverem alguma utilidade médica ou econômica, transportando-se as referidas plantas vivas e dispostas em caixões, que venham cheias da mesma qualidade de terra matriz donde se tirarem, e vindo cada remessa acompanhada de uma relação, na qual se declare não somente o nome vulgar de cada planta, se o tiver, mas também o lugar onde nasce e o uso ou préstimo que tem. O que participo a V. S. para que assim o faça executar.⁵⁵²

Essa correspondência evidencia como as ordens régias institucionalizavam os chamados “nomes vulgares” das plantas brasileiras, nomes localmente conhecidos, quase sempre de origem indígena. Na medida em que se ordenou declarar “o lugar onde nasce e o

⁵⁵¹ MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira de. *Minas Gerais e a História Natural das Colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, p. 36.

⁵⁵² Ordem Régia de Martinho de Melo e Castro para Dom Fernando José de Portugal para o envio de remessas de plantas. Lisboa, 12 de Setembro de 1795. *Manuscritos do AHU, Bahia, Códice 606, fl. 64*.

uso ou préstimo que tem em cada planta”, como também os seus “nomes vulgares”, as altas autoridades metropolitanas reforçaram o uso das denominações tradicionais, não reconhecendo apenas as denominações oriundas dos renomados sistemas de classificação científica, como o proposto por Lineu e ensinado por Vandelli.

Outro ponto importante diz respeito à recomendação de transportar as plantas utilizando suas “terras matriz”. A técnica foi recomendada por inúmeros naturalistas, que a reconheciam como bem sucedida na transposição de plantas de climas diferentes. Joaquim de Amorim Castro realizou observações a respeito dessa técnica. Segundo ele, seria muito fácil conservar uma planta exportada com sua terra matriz para diferentes climas e solos. O naturalista recomendou a transposição ao invés de fazer “nascer pela semente transplantada”.⁵⁵³

Em outro ofício da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos, o governador da Bahia também foi notificado do desejo Real de ordenar a remessa de “toda a qualidade de sementes de plantas, que possa mandar colher com a etiqueta do nome que tem no país, juntando-se muito particularmente as que produzirem celas e cheirosas albres”.⁵⁵⁴

Tanto Martinho de Melo e Castro, quanto Dom Rodrigo de Sousa Coutinho tiveram um papel importante na dinamização das ervas do império. Ao longo de décadas, esses dois ministros direcionaram a secretaria de ultramar para uma intensa circulação de plantas, estimulando os governadores e funcionários capacitados de cada Capitania a realizarem levantamentos das plantas úteis, bem como constantes remessas ao museu da Ajuda. Há registros de que o próprio Coutinho tenha oferecido ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira um caixote que recebeu da Bahia com casca semelhante à de *quina*.⁵⁵⁵ A árvore da quina foi, por muito tempo, um produto de cobiça da Coroa portuguesa. Já em 1786, Dom Rodrigo José de Menezes, governador da Bahia escreveu para o Ministro Melo e Castro para relatar as propriedades de algumas variedades de quina. Em suas palavras,

Da América se avisa que a casca que na Corte se chama de *quina branca americana*, os índios a recomendam como um remédio infalível para toda a qualidade de febres, para fortificar o estômago e para lombrigas. [...] A

⁵⁵³ Carta de Joaquim Amorim Castro para Dom Rodrigo de 02 de Julho de 1796. *Biblioteca Nacional de Lisboa, MSS, 258, n° 74.*

⁵⁵⁴ *Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Códice 519, v.1, fl.654.*

⁵⁵⁵ Lembrete da Secretaria de Marinha e Ultramar sobre o recebimento de um caixote vindo da Bahia com casca semelhante à quina. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa n° 218. Doc. n° 15282. 1800.*

casca chamada *quina forte, cavaco de anta*, [...] é mais seguro nas febres podres e malignas e nas dores de ventre. A *quina parda*, que na América tem diferentes nomes, também tem feito um admirável proveito, pois tendo-a tomado, muitos doentes de lesões em doses de oitava, em poucos dias se lhe vão.⁵⁵⁶

A grande atenção das autoridades metropolitanas na busca pela quina foi motivada por suas propriedades de combate às febres nas fileiras militares que, a essa altura, empenhava-se em garantir as fronteiras coloniais americanas frente à Espanha. Em 11 de Junho de 1798, Dom Fernando José de Portugal escreveu a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho informando-o que recebeu “vários exemplares da estampa da árvore da *quina do Peru*, com outros da descrição da mesma planta”, os quais tinha feito “distribuir por algumas pessoas inteligentes da Capitania, fazendo-lhes as mais vivas recomendações desta árvore de tanta utilidade”.⁵⁵⁷ Outras referências podem ser vistas ao longo da documentação.⁵⁵⁸

De um modo geral, as ordens emitidas em Portugal pelas autoridades metropolitanas foram razoavelmente atendidas pelos funcionários ultramarinos. Na Bahia, ainda em 1786, o governador geral tranquilizou o ministro Melo e Castro informando-o de que tinha posto em “execução” as “outras descobertas” solicitadas por Sua Majestade e que assim que tivesse “a felicidade de os concluir” lhe participaria, imediatamente.⁵⁵⁹

As correspondências informando remessas também são abundantes nos arquivos brasileiros e portugueses. Em ofício de Dom Rodrigo José de Menezes, enviado também para Melo e Castro, informou sobre a remessa de “seis arrobas da casca da árvore que se denomina neste país *cavaco de grem* ou *pau para tudo*.” Ainda sobre o *cavaco de grem*, o governador complementou que,

No caixotinho que também recebeu o mestre deste mesmo navio vai um ramo com folhas, flores e frutos desta árvore para que se possa fazer com perfeição os exames precisos, com um vidro com espírito dois frutos da

⁵⁵⁶ Ofício de Dom Rodrigo José de Menezes para Melo e Castro sobre remessas para o reino de amostras de árvores frutíferas e medicinais. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 195, Doc. nº 13824. 1786.*

⁵⁵⁷ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere às experiências de plantações de quina do Peru e a uma planta descoberta pelo boticário Domingos José Corrêa. Bahia, 11 de Junho de 1798. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc nº 18349.*

⁵⁵⁸ *AHU, Códice 606, fl. 133-134; Manuscritos do AHU, Bahia, Códice 608, fl. 285.*

⁵⁵⁹ Ofício de Dom Rodrigo José de Menezes para Melo e Castro sobre remessas para o reino de amostras de árvores frutíferas e medicinais. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 192, Doc. nº 10234. 1786.*

dita árvore e assevero a V. Ex.a que a folha e flor ainda tem maior amargo que a própria casca.⁵⁶⁰

Em outro trecho do mesmo ofício, o governador informou ao ministro o envio pela mesma ancoretta de “um pomo em espírito, a que chamam *jaca*” que, segundo ele, embora não fosse dos maiores, servia “de sustentação da plebe desta Capitania na falta de necessário sustento e a experiência tem mostrado que é bastante substancial, mas igualmente indigesta.”

Dom Rodrigo José de Menezes informou a Melo e Castro o envio de algumas variedades de árvores que apresentavam folhas, as “quais se servem os marceneiros para lixar as obras e certamente que a sua lixa é finíssima e supre na falta da que vem da Europa”.

Além do governador, outros funcionários régios atenderam às instruções da secretaria de ultramar para obter amostras e informações acerca das ervas locais. Ainda sobre o *cavaco de grem*, o ouvidor da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa informou, em ofício, algumas características sobre a erva. Segundo ele,

É esta casca ou cortiça geralmente conhecida nesta Capitania dos Ilhéus com a denominação de *cavaco de grem*, por terem os índios desta nação [...] os que a deram a conhecer. Eles usavam dela e a recomendavam como um remédio infalível contra toda a qualidade de febres, para fortificar o estômago e para lombrigas. Estendiam o seu uso a todas as enfermidades e daí lhe veio a outra mais célebre denominação de pau para tudo.⁵⁶¹

Como podemos notar na explicação de Costa, a erva *cavaco de grem* foi bastante utilizada pelos indígenas locais contra febres, problemas estomacais e outras enfermidades. Seu conhecimento constituiu-se num efetivo instrumento contra as enfermidades coloniais e foi alvo de atenção das políticas naturais da Coroa. Outros documentos atestam ainda sua importância nesse processo de potencialização do uso dos recursos naturais na colônia.⁵⁶²

⁵⁶⁰ Ofício de Dom Rodrigo José de Menezes para Melo e Castro sobre remessas para o reino de amostras de árvores frutíferas e medicinais. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 195, Doc. nº 13824. 1786.*

⁵⁶¹ Ofício do Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, Francisco Nunes da Costa para o Governador da Bahia, em que lhe comunica a remessa de cascas de plantas medicinais, cujas propriedades relata. Cairú, 15 de Janeiro de 1786. *Anais da Biblioteca Nacional. 1912, Vol 34. Doc nº 12.064.*

⁵⁶² MUNTEAL FILHO, *Minas Gerais e a História Natural das Colônias*, p. 109-110.

Como deixa claro uma correspondência entre o governador da Bahia e o ministro da Secretaria de Domínios Ultramarinos, a rota convencional de circulação dos produtos coloniais foi do interior das Capitanias (onde as plantas eram coletadas) para o Reino (rumo ao Jardim Botânico da Ajuda). Na ocasião, o governador remeteu “várias plantas próprias deste país” com destino ao “Real jardim botânico”. Ainda segundo ele, as plantas foram enviadas com a observação de “suas estações e descrições”, em cumprimento das próprias ordens régias.⁵⁶³

A troca de correspondências entre as autoridades metropolitanas e baianas compõe um privilegiado quadro da política da Coroa em relação às ervas brasileiras. Reduzindo a escala de observação para focalizar a experiência baiana, podemos perceber que as atividades naturais relacionadas com ervolaria estavam inseridas num jogo clientelar e eram potenciais mecanismos de ascensão na burocracia estatal portuguesa pois, além de enriquecer o acervo da Ajuda, as remessas foram pretextos importantes na busca de reconhecimento de lealdade. Como deixa transparecer um ofício da secretaria de ultramar para o governador da Bahia em 1803, tais atividades poderiam ser reconhecidas e gerar bons retornos aos vassalos régios. Como disse o ministro,

Subiu a Real Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor o ofício de V. Mce. que trazia a data de 16 de Setembro do presente ano e acompanhava a semente da preciosa erva intitulada pelos naturalistas *Panicum altissimum* e S.A.R., a quem foi muito agradável esta remessa, manda louvar o zelo e desvelo com que V. Mces. procuram contribuir para o adiantamento da agricultura nessa capitania. 23 de Novembro de 1803.⁵⁶⁴

A história natural foi um mecanismo de barganha pela “honra” na sociedade do antigo regime luso-brasileiro, e alguns naturalistas da colônia brasileira também se aventuraram nesses estudos. Na Bahia, pelo menos três funcionários naturalistas podem ser destacados nas duas últimas décadas do século XVIII. O primeiro é Domingos Alves Branco Muniz Barreto, capitão de infantaria que atuou na fortaleza do Morro de São Paulo. Barreto utilizou-se de sua ampla experiência no trato com os grupos indígenas da Capitania, aproveitando-se de seus conhecimentos sobre as ervas locais.

⁵⁶³ Ofício do Governador Dom Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, no qual participa a remessa das plantas medicinais. *Manuscrito do AHU, Bahia, Caixa nº 85, Doc. 16665. 1796.*

⁵⁶⁴ *Manuscritos do AHU, Bahia, Códice 608, fl. 184.*

Em pelo menos duas viagens que realizou entre a Comarca da Bahia e a de Ilhéus, produziu duas memórias repletas de identificações de espécies vegetais, a partir dos nomes dados pelos homens locais, intituladas *Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias das Comarcas dos Ilhéus e norte da Capitania da Bahia e Relação que contém a descrição de um diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, capitão de infantaria do regimento de extremos de 1790.*⁵⁶⁵

O Capitão Barreto, autodidata na história natural, embora não desconhecesse o sistema de classificação lineano e as demais obras “clássicas” na área, privilegiou a utilização dos nomes indígenas para as suas classificações. Em uma de suas passagens, fica clara a relação que Barreto estabeleceu entre sua metodologia de identificação e a utilizada por um naturalista da época, do qual já dera indícios de ser leitor,

Fiz também toda a possível diligência nestes matos, para descobrir a árvore que dá o fruto de que trata Pison, a respeito do Brasil, na sua história natural, dando-lhe o nome de *andá* pelo qual é inteiramente desconhecido dos Índios, e por eles seriam mal dadas todas as indagações, se eu me não tivesse prevenido de levar em minha companhia uma fruta, pela qual conhecendo os índios o que eu procurava, me asseveraram que entre eles era conhecida por *sapecuerana*, e que agora não era a estação própria de recolher, e me disseram as havia muito mais adiante do sítio a que pude chegar, podendo somente adquirir os que vão à boceta N. 15, que foram colhidas no ano anterior.⁵⁶⁶

Se Barreto empreendeu uma interessante adaptação da ciência europeia aos nomes indígenas locais como elementos de definição, no que diz respeito às suas estampas botânicas, ele não é menos singular. Ao longo de sua produção, utilizou uma metodologia que combinou experiências indígenas e aplicação de seus próprios desenhos, resultando numa curiosa intersecção entre saberes. Após desenhar, o naturalista baiano “para melhor se persuadir do que afirmavam” os índios sobre as características das “ervas medicinais”,

⁵⁶⁵ *Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia.* Rio de Janeiro. *Biblioteca Nacional. Manuscritos da BN, I-12,3,13* e *Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos, 1790. Manuscritos da BN, I-12,3,10.*

⁵⁶⁶ *Relação que contém... Manuscritos da BN, I-12,3,13, p. 14.*

mandou “por diferentes vezes dois índios, que nenhuma inteligência tinham desta matéria, procurar, de mistura entre outras ervas, aquelas” que lhes parecia, para as quais “dava as estampas e, com efeito, conseguia que por elas” lhes “trouxessem o mesmo que lhe pedia”.⁵⁶⁷

Outra importante característica das estampas de ervas de Barreto diz respeito ao emprego de um método destoante do usualmente praticado na Academia Real de Ciências de Lisboa. Para o capitão, a confecção das estampas a partir de uma escala proporcional era possível, desde que fosse acompanhada de uma estampa que oferecesse ao observador as reais dimensões do vegetal e suas estruturas. Em uma de suas memórias enviadas à academia, ressaltava que, caso necessário, realizaria as “correções”, ao mesmo tempo em que justificava com ênfase seu modo de desenhar,

Enquanto às estampas que remeto, sei que essa academia poderá notar o não serem estampadas as ervas e arbustos proporcionalmente no seu todo e raiz, o que não pus em prática tanto por que o tempo não me sobrava, como por me parecer que semelhante sistema somente sem ser acompanhado da estampa do verdadeiro tamanho, feitio e cor da folha, não é o mais próprio. (...) Se um perito ervolário por estampas reduzidas a pequeno ponto não poderá procurar de modo algum o que se lhes pedir, quanto mais os que disso não tiverem inteligência.⁵⁶⁸

A argumentação do naturalista sobre a técnica das estampas em dimensões e traços reais assumiu uma dimensão prática, pois para Barreto, tanto o uso de termos populares para a classificação das ervas, quanto o seu registro em tamanho, formas e cores fiéis ao próprio vegetal facilitaria o acesso ao fazer da ciência, uma vez que os amadores ou os particulares na Capitania, poderiam contribuir com o avanço desse campo de conhecimento.

Na mesma época, o juiz de fora da Vila de Cachoeira, funcionário naturalista também egresso da Universidade de Coimbra, em carta ao próprio Dom Rodrigo de Sousa

⁵⁶⁷ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 10. Para uma discussão mais aprofundada dessa interessante intersecção de conhecimentos europeus e americanos Cf. SAFIER, Neil. *Global Knowledge on the Move: Itineraries, Amerindian Narratives, and Deep Histories of Science*. Isis, Vol. 101, No. 1 (March 2010), pp. 133-145 e; CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, empire, and nation : explorations of the history of science in the Iberian world*. Stanford: Stanford University Press, 2006. Capítulo 6.

⁵⁶⁸ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 08.

Coutinho, também defendeu a produção das estampas de modo “fiel” às plantas. Segundo ele, esse seria o modo de se obter “uma perfeita coleção botânica”. Em suas palavras,

Se parecer alentado a V. Ex.a, que além de irem vivas plantas, ainda acompanhar uma fiel estampa, iluminada com as próprias cores, estando exatamente as suas florescências, com a descrição botânica à margem, uso e virtudes das mesmas, para se conhecer a diferença relativa ao clima que muito influencia na vegetação.⁵⁶⁹

A partir dos relatos conhecidos, conseguimos perceber dois tipos de “modos” de estampar. O primeiro utilizava um sistema proporcional de dimensões, representando os vegetais em sua totalidade, mas sem respeitar seu tamanho real. O segundo representava os vegetais, ou parte deles, em seu tamanho real, e foi defendido por alguns naturalistas brasileiros, como Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Não obstante, os argumentos em defesa do segundo sistema não desautorizavam o primeiro. Barreto defendeu, em sua memória sobre as *Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito que*

Ainda que seja muito útil que nas estampas, a bem do que vou advertir, se pratique este meu sistema, que é de estampar uma pequena parte da rama de qualquer vegetal ou arbusto de modo que por elas, ainda que sem inteligência, se possa procurar nos campos o que se precisar, nem por isso se devem também deixar de estampar no todo os mesmos vegetais, demonstrando o seu caule, ou tronco, a sua configuração, etc.⁵⁷⁰

Mantendo “fidelidade” às plantas coletadas, o capitão organizou um documento - que só mais tarde teria sua autoria reconhecida - com um conjunto de descrições botânicas de vários vegetais considerados importantes da Bahia Atlântica todos, em suas formas, cores e tamanhos naturais.

⁵⁶⁹ Carta de Joaquim Amorim Castro para Dom Rodrigo de 02 de Julho de 1796. *Biblioteca Nacional de Lisboa. MSS, 258, n° 74.*

⁵⁷⁰ BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *O feliz clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1793)*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. 99.

Imagem II – Estampa do Capitão Barreto: “*pau vermelho medicinal*”.



Legenda: O *pau vermelho medicinal* por haver muitos que tendo esta cor o não são, eleva a muito alto, esgalhando a três partes. A sua folha é do mesmo tamanho, divisão, cor e feitio que se vê. O sabor é agro azedo. Virtudes: A raiz desta árvore cozida e bebida a dose proporcional é excelente vomitivo e ótimo purgativo, desfazendo as [oscilações], extinguindo antigas febres e confortando o cérebro. Fonte: BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *O feliz clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1793)*. Rio de Janeiro: Dantes, p. 179.

Como podemos ver, nas estampas do capitão, há a preocupação em compor o desenho com os traços mais realistas possíveis do vegetal. No caso do *pau-vermelho*, é perceptível o seu cuidado em destacar as formas estruturais do vegetal em suas exatas dimensões, bem como apresentar sua típica coloração verde-escura.

Imagem III – Estampa do Capitão e Barreto: “ervinha”.



Legenda: Não cresce mais que do tamanho que se vê, se bem que esgalha mais. A sua folha é estreita à imitação de um canudo, com suas partes em cada uma delas. A sua cor é incerta, em uma parte escura, em outra clara. O seu sabor é ácido. Virtudes: Serve tanto a raiz como a folha, sendo cozida, para dores de estômago, do peito e do fígado. Fonte: BARRETO, *O feliz clima do Brasil*, p. 141.

Note-se que a preocupação do autor em apresentar tais informações guia também a descrição realizada nas legendas das imagens. No caso da descrição acima da *ervinha*, as referências sobre seu tamanho e sua coloração evidenciam esse cuidado.

No documento acima referenciado, o interesse do naturalista recaiu sobre as propriedades medicinais das ervas, o que pode se expressar no cuidado descritivo em suas legendas. Barreto, mais uma vez, não escondeu a sua admiração pelos conhecimentos de ervolária indígenas, fonte principal de suas memórias.

Em um dos trechos de seu estudo, o capitão lembrou seu leitor da “necessidade também de dar extração às mesmas ervas medicinais”, prática que, segundo ele, ainda seria bem pouco explorada, com exceção clara dos indígenas. Muniz Barreto argumentou que “ainda que se faça uma grande descoberta nesse interessante artigo, os únicos indivíduos que se aproveitaram disso, como se aproveitam, são os índios”.⁵⁷¹

A crítica de Barreto recaiu sobre os médicos coloniais que, para ele, “nada mais fazem para um costume abusivo que esgotarem os miseráveis enfermos com sangrias”. O naturalista denunciou sua pouca confiança dos médicos nos vegetais coloniais, quando muito consumindo “*malvas, chicórias, borragens ou flores de viola*”, ao mesmo tempo em que apresentou um conflito comum entre as práticas médicas coloniais e os usos tradicionais de cura.

E se sucede a algum médico novo querer afastar-se desse sistema, é tal o cerco que lhe fazem os que figuram de padres mestres da província pela sua antiguidade, [que a poucos passos] não tendo nada que trabalhar, nem a quem curar, não tem remédios senão ceder àquela opinião, com o que, tornando à sua graça, fica então admitido para as conferências, nas quais, aprendido também o modo de votar, fica logo construído na classe dos bons médicos.⁵⁷²

A relação de Barreto com os grupos indígenas - uma vez que foi oficial encarregado dessa questão - acabou contribuindo, sobremaneira, para a singularidade da produção e das idéias botânicas desse ilustrado militar. Esse reconhecimento das habilidades indígenas o motivaram a incorporar suas práticas e saberes, tornando sua ciência uma prática bem adaptada à sua realidade colonial. Nas palavras de Vera Regina Beltrão Marques,

⁵⁷¹ BARRETO, *O feliz clima do Brasil*, p. 103.

⁵⁷² BARRETO, *O feliz clima do Brasil*, p. 103.

Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto haviam sido úteis para os viajantes e colonizadores fazerem suas descrições no século XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de História Natural em terras do Brasil. Como ‘mais entendidos’, localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas. Contavam, pois, os naturalistas dos fins dos setecentos com os saberes dos habitantes da terra e as velhas descrições e utilidades das plantas elaboradas no Quinhentos e Seiscentos por curiosos colonizadores e viajantes.⁵⁷³

A utilização dos saberes indígenas por Barreto fica clara em diversas partes de suas memórias. Até mesmo na construção de seus planos de viagem, o capitão não deixou de aproveitar para conhecer seus aldeamentos na Capitania, onde procurava os homens mais velhos de seus grupos em busca de informações de ervas. A própria logística de suas viagens não seria possível sem seus guias indígenas. Como relatou em seu texto, assim que chegou à Vila de Santarém, procurou “conhecer os índios que fossem mais famosos em conhecimento de ervas medicinais, produzidas na famosa ilha de Quiepe, (...) cujos conhecimentos tem pela experiência dos seus antepassados”. Após regressar à mesma Vila, o capitão informou ainda que,

nela procurei certificar-me de um índio de avançada idade e que por isso me não pode acompanhar. E com muita inteligência e experiência daquelas ervas, de quanto me asseverarão aqueles índios, cuja verdade ficou bem indagada. Porque por cada uma das estampas me foi dando os mesmos nomes e préstimos de que eu já tinha feito lembrança, só com a diferença de que, em algumas, pela maior experiência aumentou ele as suas virtudes.⁵⁷⁴

Em suas memórias, Barreto descreveu sua trajetória sempre atenta aos conhecimentos locais. Em outro trecho, relatou que alterou sua rota de viagem por ter tomado conhecimento que, na aldeia dos índios de São Fidelis, a uma légua e meia de onde se encontrava, os índios ali residentes eram bastante conhecedores das “ervas medicinais”. Ao procurá-los, o capitão ficou “muito satisfeito”, pois o regente do aldeamento lhe recomendou seis Índios, “os mais experientes ervolários para me darem notícia de todas as

⁵⁷³ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999, p. 116.

⁵⁷⁴ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 16.

frutas silvestres”. Segundo Barreto, aqueles homens teriam lhe mostrado “muitas ervas, que eram as mesmas que tinha estampado na ilha de Quiepe”, concordando com eles “a respeito das virtudes”, pois conferiu com as informações que os índios daquela ilha lhe deram.⁵⁷⁵

Utilizando-se da “experiência de seus antepassados”, o naturalista serviu-se dos saberes transmitidos, de geração a geração, através de fortes tradições orais e experiências cotidianas de uso dos recursos naturais. Nessa intersecção prática e teórica de saberes, Barreto tendeu a valorizar os conhecimentos indígenas no nível prático de seus usos, mas não deixou de os deslegitimar no âmbito dos padrões da ciência produzida na Europa ilustrada. Essa tendência já havia sido destacada por Vera Regina Beltrão Marques, quando observou que,

Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam usualmente descredenciados no nível discursivo, não parece tê-lo sido no nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas, tiveram seus usos posteriormente abalizados por experimentos científicos. E antes mesmo destes conhecimentos serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulos de farmacopéia portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados obtidos por aqueles que as usavam.⁵⁷⁶

Não apenas dos saberes de grupos indígenas se apropriou o capitão para dar início a suas viagens e reflexões. Certa feita, nas proximidades da Vila de Cairú teve “notícias que em uma das casas daquela vizinhança, havia um homem pardo de idade de 80 anos” provavelmente de fora, mas que ali vivia “perto de 40 anos de curar os moradores daquele círculo com ervas medicinais”. Nesse contato, Barreto refletiu sobre a possibilidade dos conhecimentos transmitidos sobre as ervas, na região, terem assumido elaborações específicas para cada grupo, uma vez que muitas espécies eram utilizadas em regiões e grupos diferentes para fins também diferentes. Como ficou evidenciado em uma de suas passagens, o naturalista perguntou “a respeito das virtudes” das plantas e viu que alguns índios diferiam em suas respostas, o que levou o capitão à “conjecturar que além daqueles préstimos, já sabidos, ainda restavam alguns outros”.⁵⁷⁷

⁵⁷⁵ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 07, 09 e 14.

⁵⁷⁶ MARQUES, *Natureza em Boiões*, p. 70.

⁵⁷⁷ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 24.

Visando à obtenção de novos tipos de tintas, um subproduto importante do ramo da ervolaria, Barreto moveu-se a “fazer a mais séria reflexão” acerca da casca de *jequitibá* trazida por um índio, o qual havia relatado que, uma vez “pisada, dava de si tinta preta capaz de usar dela na escrita”. O capitão fez “pôr em prática esta observação que não produziu bom efeito porque nunca azevichou a mesma tinta”. Após refletir mais sobre o assunto, o naturalista reparou “que depois que extraiu a mesma tinta daquela casca, depois de macerada, se reduziu a uma espécie de estopa (...) de melhor qualidade que a ordinária que se usa, chamada *embira*”.⁵⁷⁸

Outra experiência de Barreto foi a com cabos de *jussara*. Encontrando em uma estrada uma junta de bois, muito utilizada no arrasto das madeiras extraídas das matas, percebeu que “não usavam os combeeiros de cordas de linho, mas sim de uma espécie de estriça grossa e mal torcida”. Indagando aos homens que ali trabalhavam sobre “a razão de não usarem os linhos”, responderam-lhe “que nas puxadas de paus pesados (...) não havia coisa que resistissem como a chamada *jussara*”. Pretendendo com isso fazer “uma necessária e curiosa experiência”, mandou a um índio coletar uns poucos pés “para com mais vagar, depois que se recolhesse à cidade, fazer o cálculo sobre a sua força comparada com o do cânhamo”. Barreto chegou às seguintes conclusões,

mandando preparar dois cabos do comprimento de três braças e de grossura de uma polegada um de linho cânhamo e outro de *jussara*, quebrou este depois de suspender os pesos pelo espaço de cinco minutos com seis arrobas, cinco \$. E o de cânhamo por seis ½ minutos, com três quintais, e quatro \$. Diferença esta muito considerável pela qual vim a conjecturar que toda a sua força momentânea procede enquanto nova, pelas partes úmidas que em si conserva e que absorvidas estas, perdem de todo a sua atividade. E não duvido porque pondo eu de infusão em água o mesmo cabo de *jussara* por doze horas, e fazendo depois segunda observação e exame sustentando então os pesos por sete ½ minutos, quebrou com sete arrobas, e onze \$, do que bem evidente é o que digo, pelo aumento que teve de força, cujo cabo é o que vai em N. 20., assim como a sua rama em N. 21. De qualquer modo não se pode duvidar da sua útil serventia, pois que sem despesa da Real Fazenda se puxam os paus naqueles cortes ao porto de mar.⁵⁷⁹

⁵⁷⁸ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 18.

⁵⁷⁹ Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 30-1.

Outro funcionário empenhado nas remessas de ervas para a Corte foi Baltasar da Silva Lisboa. No cargo de juiz conservador das matas da Comarca de Ilhéus, região estratégica na questão das madeiras, a partir de 1796, teve condições de levar à frente seus estudos de história natural, sobretudo no que dizia respeito às espécies vegetais da colônia portuguesa na América. Autor de grande produção naturalística, deixou em um compêndio sobre as matas baianas e fluminenses seu interesse pelas ervas. Nesse documento, sua intimidade com o tema transparece na discussão de como obter tintas:

Da casca da *araíba*, pisada em cozimento com os sais, se obtém a cor de rosa.
Da raiz de *gingibre*, de dourar a tinta amarela.
Da *tinctoria* pérola, a tinta vermelha.
Da *ruiva*, o mesmo.
Das folhas do *maracujá*, a tinta verde.
Das frutas verdes do *jenipapo*, a tinta preta.
Do sumo da *cana do brejo*, a tinta escura.
Da casca do *mangue*, a tinta vermelha.
Das rasuras do *ipê*, a tinta rubra.
Das rasuras do *pau roxo*, a tinta rubra.
Das folhas da *povana*, a tinta amarela.
Da casca e rasura da *aratingui*, a de cor de rosa.
Das bagas da *coirana*, a tinta roxa e carmim.
Da *erva do bixo*, a tinta escura.
Do entrecasco do *pequiá* e *sapocaia*, a tinta preta.
Do *brasilete cesalpina*, a cor de púrpura.
Do *urucu*, a tinta rubra.
Do suco das *esporas*, a tinta azul.
Do *pau-brasil*, a tinta vermelha.⁵⁸⁰

Da relação acima, cabe destaque para os sete tipos em que era possível extrair a coloração vermelha, tintas mais caras. No mais, prevaleceram as tintas mais escuras, verdes ou azuis. Importante notar que a busca e o controle do *pau-brasil* na região da Comarca de Porto Seguro ainda era uma atividade recorrente nas últimas décadas do século XVIII, afinal sua tinta avermelhada foi de grande importância na indústria têxtil. Visando esse ramo de comércio é que Lisboa não perdeu a chance de mostrar ao imperador o potencial das tintas naturais brasileiras.

Lisboa, provavelmente, acumulou conhecimento de ervolaria com ajuda dos indígenas brasileiros, sobretudo, em suas andanças pelas Comarcas de Ilhéus e na Capitania do Rio de

⁵⁸⁰ LISBOA, *Riqueza do Brasil em madeiras...*, p. 259.

Janeiro, onde publicou os *Anais do Rio de Janeiro*. Seu reconhecimento pela utilidade dos saberes indígenas já tinha sido expresso ainda antes de sair da Universidade de Coimbra, onde se formou. Em seu *Discurso político*, destacou os potenciais econômicos do Reino e, principalmente, do Brasil, no qual afirmou que “os índios conhecem muitas plantas que são específico remédio para muitas enfermidades de lá”. Lisboa destacou ainda que embora fossem conhecedores de “remédios” para as enfermidades americanas, que “a humanidade tem recebido tantos bens como o *bálsamo peruano*, o de *cupaiva*, a *salsa parrilha*, a *ipecacoanha*, a *contraherva*, a *quina*, a *caipa* e muitas outras contra o mal venéreo, vomitórios, purgantes, febres podres e gangrenas.”⁵⁸¹

O juiz utilizou-se de todo o conhecimento de história natural adquirido na Universidade de Coimbra, além da experiência secular dos indígenas brasileiros para levar adiante o projeto da Coroa de inventariar todas as ervas úteis aos diversos ramos de comércio português, além de facilitar a vida cotidiana com novos compostos contra doenças, animais peçonhentos e outras adversidades.

Embora fosse um destacado egresso de Coimbra e discípulo de Domingos Vandelli, Lisboa sempre foi muito próximo ao jardineiro Real, Julio Mattiazzi. No que diz respeito às ervas, o juiz conservador procurou manter contatos com Mattiazzi, sobretudo por esse ser o responsável, no museu da Ajuda, pela catalogação das plantas que vinham de além-mar. Em Ofício de 24 de março, Lisboa escreveu a Mattiazzi informando a remessa de “duas produções da natureza (...) muito dignas do Real gabinete e de serem apresentadas a V. As., a quem tanto devem as ciências e o Brasil inteiro.” O envio de tais “produções” provavelmente deve ter se dado em função das ordens da secretaria de ultramar. Lisboa, aplicado funcionário naturalista, informou ainda que continuava a confecção de sua “história natural do Rio de Janeiro”, a qual bastava “concluir o segundo volume” e brevemente a faria chegar à presença do jardineiro.⁵⁸²

Restam ainda muitas lacunas para entendermos a relação estabelecida entre Lisboa e Mattiazzi. Contudo, não há dúvidas de que ambos trocaram significativa correspondência, na qual podemos encontrar referências positivas sobre o trabalho desenvolvido pelo jardineiro na Ajuda. Como o próprio juiz observou, “felizmente hoje temos as plantas no

⁵⁸¹ Discurso Político de Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito n° 697*.

⁵⁸² Carta de Baltasar da Silva Lisboa para Julio Mattiazzi. Rio de Janeiro, 20 de Março de 1794. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa 156, doc. 28*,

Real jardim conservadas pelos cuidados do Sr. Júlio, homem verdadeiramente amante das belezas da natureza”.⁵⁸³

É interessante observar, nessa correspondência do juiz Lisboa, uma ressalva sobre o trabalho desenvolvido por Mattiazzi com as plantas na Ajuda. Lamentava a ignorância de “seus nomes do Brasil, que devem, sem dúvida, descobrir-se nas observações botânicas do país”. Essa observação pode reforçar a hipótese da institucionalização, na botânica portuguesa, das nomenclaturas utilizadas pelos indígenas brasileiros, até mesmo como estratégia de identificação entre os próprios brasileiros.

As observações de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá encontram-se em sua memória intitulada *Ensaio de descrição física da comarca dos Ilhéus*. Nesse documento, Bittencourt e Sá elencou um tópico específico para pensar as ervas da *salsa parrilha*, da *contra-herva* e da *ipecacoanha*, além do *cravo do Maranhão*. Bittencourt e Sá, que se encontrava em Portugal à época, escreveu sobre as ervas baianas pelas “últimas notícias da América por um naturalista”,⁵⁸⁴ que o informava da presença desses gêneros na Comarca. Sua ênfase recaiu sobre o *cravo do Maranhão*, o qual relata que,

O uso cotidiano que deles se faz para licores e cozinhas, pela carestia do cravo Asiático e barateza do nosso, faz com que quase todos gastando-o, venham assim a ter grande consumo. Maior seria a utilidade deste gênero, se extraísse o seu óleo essencial, que em muito pouco difere do que se extrai do cravo Asiático.⁵⁸⁵

Ao longo de seu texto, Bittencourt e Sá defendeu a posição estratégica da colônia americana na exportação de produtos de ervolária e outros tipos para Portugal. Seu argumento baseou-se na posição privilegiada da colônia brasileira, que tinha, em relação a Portugal, uma menor distância, se comparada aos mercados asiáticos. Outro dado observado foi o potencial produtivo da América que, segundo ele, apresentava o Brasil como a melhor opção no cenário das políticas agrícolas e de ervolárias portuguesas.

As observações de Bittencourt e Sá parecem ter sido incluídas no conjunto de medidas políticas para a transposição de ervas dos domínios asiáticos para o Brasil. Em

⁵⁸³ Discurso Político... *ACL, Série Vermelha, Manuscrito n° 697*.

⁵⁸⁴ Provavelmente seu irmão José de Sá Bittencourt e Accioli, estudado mais à frente.

⁵⁸⁵ Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. *In: Academia das Ciências de Lisboa, Memórias econômicas, vol. I, Lisboa, 1789, p. 23.*

ofício de 1801, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho informou ao então governador da Bahia o envio de uma remessa de *sândalo* para a sua aclimação.

O Príncipe Regente nosso Senhor, tendo tomado em Sua Alta Consideração, os avultados interesses, que podem resultar aos seus fiéis Vassallos de se semear e cultivar nas terras de seus domínios a preciosa árvore de *sândalo*. Manda remeter a V. S.a uma porção de sementes da dita árvore que aqui se acaba de receber do governador e capitão general do Estado da Índia.⁵⁸⁶

Um aspecto central na política de ervolaria portuguesa consistia na prática da aclimação das espécies forasteiras aos climas brasileiros. Essa prática rendeu alguns importantes frutos e exigiu um razoável exercício de reflexão.

5.2.1 - *Experiências de aclimação*

Após a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, Vandelli e seus discípulos se empenharam em sistematizar os procedimentos em forma de *Instruções*⁵⁸⁷ que serviriam, em especial, aos naturalistas nos domínios mais remotos de Sua Majestade. O documento tinha o propósito de servir de guia para os naturalistas a respeito de uma infinidade de procedimentos. Esse tipo de publicação foi de extrema importância e expressava um momento especial da história natural portuguesa, no qual procedimentos e saberes estavam em vias de serem padronizados. Daí a importância desse tipo de “manual”, sobretudo, em realidades coloniais onde o acesso à informação era extremamente difícil.

No que diz respeito ao modo mais prático de remeter as plantas secas, as *Instruções* recomendavam o envio de “todas as partes que as caracterizam”, adotando para esse fim a opção de colher “as plantas pequenas com raiz, tronco, folhas, flores e frutos.” No caso das plantas “que não produzem no mesmo tempo as flores e os frutos”, o que inviabilizaria o respeito à regra anterior, o procedimento correto deveria ser o de colher “dois pés”, tendo “cada qual, uma das duas coisas”.

⁵⁸⁶ Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para Francisco da Cunha e Menezes a respeito de se semear e de cultivar a árvore do *sândalo*. Queluz, 16 de Dezembro de 1801. *Anais do APEB*, nº 58, p. 82. Vol 93. Doc nº 47.

⁵⁸⁷ *Breves instruções aos correspondentes da academia das ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um museu nacional*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1781, p.26–9.

Para o envio de espécies maiores, como árvores, arbustos e plantas maiores, a recomendação seria “colher um ou dois dos ramos mais tenros com o seu fruto e com as suas flores”. Quando não fosse possível ao naturalista enviar “todas estas partes juntas” poderia enviá-las separadas, “contanto que se declarasse a que planta pertence cada uma delas”.

A secagem das plantas para o seu envio foi um procedimento fundamental, sem o qual não seria possível ao Jardim da Ajuda receber as amostras americanas devido ao longo tempo no trajeto pelo Atlântico. A desidratação foi a técnica padrão utilizada. Nesse tema, as *Instruções* também traziam as informações detalhadas.

Para se secarem estes ramos ou plantas inteiras, depois de se estenderem perfeitamente todas as suas folhas entre dois papéis pardos, se comprimirão em uma prensa ou debaixo de uma tábua carregada de pesos, mudando de papéis uma ou duas vezes no dia, até que esteja de todo extraída a sua umidade. Para maior segurança, depois desta operação, será conveniente expor, por algum tempo, ao calor do sol estas plantas quando se tirar a última vez da prensa.

As instruções foram um bom exemplo da preocupação dos naturalistas portugueses em padronizar a ciência de modo que, em qualquer região do império, se produzisse informações e amostras úteis para o trabalho feito no Reino. Outro documento de grande valor nessa discussão é a carta de Joaquim de Amorim Castro, destinada diretamente a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e que tinha o propósito de apresentar “razões” destinadas às “melhores relações das presentes remessas” feitas pelo juiz. Segundo ele, teria sido

encarregado pelo atual governador, capitão genenal desta Capitania para prontificar as plantas vivas com as suas terras matrizes, preferindo aquelas que possam prestar socorro a medicina, artes, economia, para serem remetidas ao Real jardim botânico de S. Magestade, em obediência do aviso que V. Ex.a houve por bem expedir.⁵⁸⁸

Sua justificativa reforça nossa argumentação de que os funcionários capacitados para os trabalhos em história natural na Capitania foram ordenados a realizarem tais trabalhos pelo governador geral e suas produções tinham como destino o Museu da Ajuda.

⁵⁸⁸ Carta de Joaquim Amorim Castro para Dom Rodrigo de 02 de Julho de 1796. *Biblioteca Nacional de Lisboa, MSS, 258, n° 74.*

Castro demonstrou grande intimidade com a matéria da transposição de plantas, mesmo aquelas oriundas de climas bem diferentes. Ao longo da carta, deu uma série de informações ao ministro, demonstrando técnicas importantes para a aclimação. O juiz, em que pese os cuidados indicados, parecia ter a noção das dificuldades enfrentadas no trânsito de espécies entre Portugal e suas colônias. Como ele próprio relatou,

É, contudo, necessário notar-se que mudam alguma coisa as plantas endógenas de um país transportadas a outro. E algumas vezes retarda-se a sua vegetação a ponto de não florescerem e darem fruto. Como acontecem em muitas que são da Europa exportadas aos países quentes do Brasil, por exemplo, as oliveiras e outras muitas.⁵⁸⁹

Ao atender ao pedido de envio de plantas da Bahia para o Museu da Ajuda, Castro também se preocupou com a observação de “suas virtudes e usos conhecidos”. Segundo ele, isso seria uma medida cautelosa pois, “caso elas estranhassem o clima da Europa, que impeçam a sua florescência, não podendo ser examinadas”, ao menos já se teriam disponíveis, no Museu da Ajuda, as informações básicas. Segundo Castro, essa medida era ainda mais importante no caso de “espécies novas e não descritas para os naturalistas Línio, Plumier e Tornefour.”

Outra observação da carta de Castro dizia respeito ao “socorro das sementes”, elementos que deveriam ser “igualmente transplantadas com as devidas cautelas”. Segundo ele, alguns fatores poderiam inviabilizar a floração das sementes e deveriam ser alvo de cuidados. O uso “da terra que não lhe é própria” foi um problema destacado, pois poderia “envolver a pluma vegetal” impedindo seu crescimento ou o clima estranho poderia não oferecer um “calor gradual e suficiente para pôr em ação o embrião da planta contida na semente”.

Castro finalizou sua carta aproveitando para reforçar suas relações clientelísticas com o ministro Coutinho. Ao expor alguns princípios básicos de transposição de plantas de uma região para a outra, o naturalista não perdeu a oportunidade de agradecer ao português sobre sua proteção política dentro da estrutura tradicional de relações assimétricas de poder no antigo regime.

⁵⁸⁹ Carta de Joaquim Amorim Castro... *Biblioteca Nacional de Lisboa, MSS, 258, n° 74.*

Oferecendo à V. Ex.a os meus fracos trabalhos e observações das plantas endógenas deste país, dignando-se V. Ex.a pela sua grande bondade de me amparar e proteger para poder desempenhar com Deus os meus planos e observações botânicas.⁵⁹⁰

Os pedidos de aclimação de espécies estratégicas à Real Fazenda também sugerem uma ampla política de transposição para a Bahia. De um modo geral, devemos entender a prática da aclimação como um elemento de institucionalização do campo botânico em sua interface com a agricultura colonial. Inúmeros são os exemplos dessa prática no corpo das políticas oriundas da secretaria de ultramar. Em ofício de 10 de novembro de 1800, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho solicitou a Dom Fernando José de Portugal que tomasse todas as providências para “naturalizar” a “preciosa árvore de construção” chamada *teca*.

O Príncipe Regente, nosso Senhor, manda remeter a V. Ex.a uma porção de semente de *teca*, para que V. Ex.a a mande semear nesta Capitania, tendo todo o cuidado na plantação desta preciosa árvore de construção, que seríamos muito felizes se pudéssemos naturalizar.⁵⁹¹

A árvore da *teca*, asiática de origem, foi muito cobiçada pelos portugueses para a construção naval. O objetivo da Coroa era a sua “naturalização” na Bahia para que, dali, pudesse ser espalhada pelas demais Capitanias. A mesma intenção pode ser observada em uma carta do Visconde de Anadia ao Arcebispo da Bahia, na qual solicitou que ali se cuidasse “seriamente da cultura da planta *Morus popyrifero*, para depois de naturalizada, se pudesse espalhar pelas demais Capitanias do Brasil.”⁵⁹²

Baltasar da Silva Lisboa também contribuiu para a política da Coroa de aclimatar ervas na Bahia. Ao longo de toda a década de 1790, foi possível identificar uma ampla documentação enviada à secretaria de Ultramar, que davam “conta de suas atividades como naturalista” e de seus trabalhos em história natural. Nessa documentação encontramos referências ao envio de “espécies vegetais para o Jardim Botânico de Lisboa” e de pedidos

⁵⁹⁰ Carta de Joaquim Amorim Castro... *Biblioteca Nacional de Lisboa, MSS, 258, n° 74.*

⁵⁹¹ Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Fernando José de Portugal, comunicando o envio para esta Capitania de uma porção de sementes de *teca*. Queluz, 10 de Novembro de 1800. *Anais do APEB, n° 57, p. 412. Vol. 90. Doc. n° 78.*

⁵⁹² Carta do Visconde de Anadia para o Arcebispo da Bahia e demais Governadores interinos da mesma Capitania, determinando que se cuide seriamente da cultura de uma determinada planta. Queluz, 20 de Outubro de 1801. *Anais do APEB, n° 58, p. 112. Vol. 94. Doc. n° 102.*

de “reconhecimentos pelos seus serviços prestados”, o que reforça nossa leitura da prática da história natural como mecanismo de barganha por honra e ascensão na magistratura.

A respeito das ervas acima, o juiz conservador teve um papel importante nas tentativas de aclimação. Sobre o *Morus popyrifero*, em ofício que tratou do assunto, o governador Visconde de Anadia deixou claro que Lisboa estava empenhado “não só em promover seriamente a cultura das tais plantas de *Morus popyrifero*”, mas também em dar conta dos resultados a que tinha chegado com tal espécie. O governador disse ainda que “a mesma planta se tem aumentado e que o dito juiz conservador não se descuidava em sua promoção”.⁵⁹³

Quanto à cobiçada *teca*, em outro ofício ao governador interino da Bahia, Lisboa informou “que nada conseguira de suas sementeiras” ainda que tivesse procedido a suas observações “com o maior cuidado e interesse”.⁵⁹⁴ Segundo Dean, a teca, apesar dos fracassados cuidados do juiz Lisboa, foi aclimatada no Brasil colônia. Ainda que se apresentasse como possibilidade muito interessante no ramo das madeiras de construção, essa cultura teria sido esquecida pela administração portuguesa.

As atividades de aclimação faziam parte dos encargos administrativos dos funcionários especializados na Capitania. O acúmulo dos encargos administrativos ordinários com os trabalhos de história natural devia ser muito oneroso aos burocratas ilustrados. Mas, ao que parece, tais atividades foram executadas com razoável prontidão. E os pedidos, além de não pararem de chegar à Bahia Atlântica, eram relativamente variados, como podemos perceber num ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o governador Dom Fernando José de Portugal de 23 de junho de 1800,

O Príncipe Regente N. S. é servido que V. Ex.a faça remeter a esta Corte todas as cascas e plantas medicinais e toda qualidade de sementes da mesma natureza que por tais forem aí recrutadas, ajuntando-lhe um catálogo dos nomes que tiverem no país que as produz, e com particularidade das plantas que brotares belas flores. O que o mesmo

⁵⁹³ Ofício do Governador interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido as ordens necessárias para se promover a cultura do *Morus Popyrifero*. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa, 119, Documento, 23.603*.

⁵⁹⁴ Ofício para o Governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teca, a que procedera com o maior cuidado e interesse. Valença, 12 de Janeiro de 1802. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc n° 23567*.

Senhor há por muito recomendado a V. Ex.a. D. G.de a V. Ex.a. Palácio de Queluz em 23 de junho de 1800.⁵⁹⁵

Esse processo de adaptação monitorada das ervas ditas “exóticas”, ou não “naturalizadas”, assumiu feições amplas, mas quase sempre voltadas para uma finalidade utilitária a serviço do fortalecimento do Estado. Um aspecto central dessa política estava diretamente ligado à implementação de uma rede imperial de jardins botânicos pelas possessões portuguesas, a qual deu sustentáculo ao projeto de criação do Jardim da Bahia, em 1803, motivando muitas experiências adaptativas entre naturalistas e funcionários locais.

5.3 – O jardim botânico de Salvador

Para pensarmos essa instituição colonial torna-se necessário inseri-la numa discussão mais ampla sobre a rede colonial de jardins botânicos no Brasil e Portugal. Os jardins, presentes nas principais cidades européias, pelo menos desde a Renascença, assumiram novas funções no limiar do século XVIII. Como destacou Heloísa Domingues, “aos poucos, os jardins botânicos *modernos*, passaram a ser os centros dinâmicos de coleção e aclimatação da flora originária de zonas climáticas diferentes”. Como funções principais, essas instituições passaram a adaptar e produzir para o comércio atlântico as espécies procuradas para utilização na medicina, culinária, indústrias gerais, entre outros setores. Como observou Domingues, “os jardins botânicos surgidos na colônia portuguesa não fugiram a esta característica e eram, neste sentido, jardins *modernos*.”⁵⁹⁶

Oswaldo Munteal também observou, na mesma linha de pensamento de Domingues, o papel dos jardins botânicos a partir do século XVIII, argumentando que,

As coleções de plantas organizadas segundo sistemas em que predomina o caráter taxonômico voltam com força no século XVIII, num momento em que o ideário ilustrado introduz uma perspectiva integrada de conhecimento, podemos assim dizer, utilizando critérios mais abrangentes em função dos quais os três reinos da Natureza (vegetal,

⁵⁹⁵ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal, Governador da Bahia recomendando-lhe que remeta à Corte cascas, plantas medicinais e sementes. Palácio de Queluz em 23 de Junho de 1800. *Anais do APEB, Vol. 91, Doc. 89.*

⁵⁹⁶ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*, p. 32. Sobre essa discussão Cf. Castel-Branco, C. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: AAJBA/Livros Horizonte. 1999.

mineral e animal) se encontram ordenados em um Sistema da Natureza. Nesse momento, os jardins assumem uma nova feição (via enciclopedismo) em grande parte da Europa Centro-Occidental.⁵⁹⁷

Os jardins botânicos assumem uma função política dentro da trama moderna dos impérios ultramarinos. A organização das coleções foi submetida a um novo quadro ideológico que mesclou conhecimento e poder. Saber e poder operaram uma relação inextricável a serviço dos interesses Régios e, nesse processo, institucionalizaram espaços destinados à catalogação e pesquisa do mundo natural com perspectivas mundiais.⁵⁹⁸ Os jardins tornaram-se uma expressão do poderio dos impérios coloniais e constituíram-se em espaços de consolidação, por excelência, da botânica moderna. Concordamos com Heloísa Domingues ao acreditar que “as experiências com os produtos exóticos nos jardins especializados vieram (...) dar ênfase a uma especialidade das ciências naturais, a botânica.”⁵⁹⁹

As atividades institucionais dos jardins instalados na colônia brasileira, a exemplo de Belém, Olinda e Rio de Janeiro, apenas para citar os mais expressivos, estabeleceram uma margem institucional para a prática botânica sem precedentes na história colonial. Finalmente, como observou Domingues, “os jardins botânicos funcionaram como os mais importantes receptores das plantas oriundas do exterior que eram distribuídas pelos países ou eram submetidas aos trabalhos de aclimação botânica nas suas dependências.”⁶⁰⁰

Cabe refletir então, dentro do processo de institucionalização botânica na colônia portuguesa da América, sobre o sentido mais preciso que os jardins desenvolveram nesse processo. Como espaços destinados à obtenção de ervas medicinais, tornaram-se centros agremiadores de relação já antiga entre a botânica e a medicina. Nas palavras de Keith Thomas,

o principal estímulo para os estudos botânicos era medicinal. Não por acaso, praticamente todos os primeiros botânicos foram médicos ou boticários, preocupados com os usos e “virtudes” das plantas. A descoberta do Novo Mundo intensificou a busca de plantas medicinalmente úteis; nos chamados “jardins medicinais”, cultivavam-se as novas espécies. A utilidade prática do mundo das plantas forneceu por

⁵⁹⁷ MUNTEAL FILHO, *Minas Gerais e a História Natural das Colônias*, p. 73.

⁵⁹⁸ Jobim, L. C. Os Jardins Botânicos no Brasil Colonial. In: *Bibl. Arq. Mus. Lisboa*, Vol.2, pp.53-120. 1986.

⁵⁹⁹ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*, p. 34.

⁶⁰⁰ DOMINGUES, *Ciência: um Caso de Política*, p. 40.

muito tempo aos botânicos o seu principio organizador mais importante.⁶⁰¹

Os Jardins estavam voltados para a obtenção de remédios; para a aclimação de ervas raras e cobiçadas para a alimentação; na extração de ceras, tintas, resinas, fibras ou outros produtos de usos gerais, além de outros usos como a “naturalização” de espécies estratégicas no fornecimento de madeiras ou, até mesmo, venenos. Para tal empreitada, os jardins botânicos da Coroa portuguesa no Brasil não atuaram sozinhos, mas em forma de uma rede de trocas que interligou os pontos centrais da colônia e esta com os circuitos botânicos europeus, a partir dos jardins na Ajuda e em Coimbra.

Em ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal, governador da Bahia, datado de 19 de novembro de 1798, o ministro de ultramar instruiu seu funcionário a providenciar as instalações do jardim da Bahia, tendo este um modelo já estabelecido no norte da colônia:

Tendo o governador e capitão-general da Capitania do Pará formado naquela cidade um horto botânico, em que já se achavam as plantas do catálogo incluso e que é de esperar que ele vá aumentando gradualmente: Manda Sua Majestade recomendar a V. Exca. e mercês que procurem estabelecer nessa Capitania com a menor despesa que for possível um jardim botânico semelhante ao do Pará, em que se cultivem todas as plantas assim indígenas, como exóticas, e em que particularmente se cuide em propagar de sementes as árvores que dão madeiras de construção para depois se semearem nas matas Reais.⁶⁰²

As intenções de Coutinho com o jardim baiano tornam-se mais claras se vistas numa política mais ambiciosa de aclimação de ervas para a colônia brasileira. Em carta destinada ao mesmo governador, Coutinho empolgou-se com a elaboração de uma “*Flora geral*” do Brasil e dos “vastos domínios de Sua Alteza Real”, fazendo uma relação direta deste projeto com “o aumento do Real jardim botânico e [...] o adiantamento da botânica”, tarefas cuja inspeção lhe havia sido pessoalmente confiada pelo príncipe Dom João VI.

A carta reforçou ainda uma determinação, já dada, e que se apresentou como sendo de grande importância. Em suas palavras, o ministro observou,

⁶⁰¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978, p. 61.

⁶⁰² Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, enviando-lhe o catálogo das plantas do Horto do Pará. Palácio de Queluz, 19 de Novembro de 1798. *Manuscritos da BN, I-47, 16, 1, n. 8*.

É o mesmo Senhor servido para estes fins ordenar a vossa Excelência que usando de algum herbarista ou jardineiro perito proceda a formar uma coleção de sementes de todas as plantas, que vegetam nessa capitania as quais vossa excelência irá remetendo.

As remessas de sementes e plantas secas deveriam ser dirigidas diretamente ao diretor do Jardim Botânico da Ajuda com seus catálogos enviados também ao próprio Coutinho, que os fariam presentes à própria Realeza. Sobre a catalogação, mais uma vez, constatamos a legitimação dos nomes comuns utilizados na colônia, uma vez que o ministro o advertia que

cada papel devia trazer o respectivo nome que às plantas se dá no país, exceto quando ele não constar, e nesta generalidade hão de ser compreendidas não só as sementes de plantas que se extraírem das feiras cultivadas, mas também as dos bosques e das partes totalmente incultas.
⁶⁰³

A relação de Coutinho com Dom Fernando Portugal parece ter sido mediada pelos préstimos do magistrado no Brasil ao ministro em Portugal. Ao comunicar-lhe sua nomeação como vice-rei do Brasil, em 1801, Coutinho previu atividades com ervas também na Capitania do Rio de Janeiro, onde deveria “com a mesma atividade e inteligência procurar aperfeiçoar e ampliar as culturas já existentes nessa Capitania e as novas que tenho mandado recomendar ao vosso predecessor”.⁶⁰⁴

Mesmo com a saída de Portugal do cargo de governador da Bahia, em 1801, Coutinho continuou a ordenar pesquisas sobre as ervas, já como presidente do Real Erário. Também deixou a Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos, no mesmo ano, o novo governador da Capitania, o Sr. Dom Francisco da Cunha de Menezes.

Em ofício datado de 05 de junho de 1802, destinado ao novo governador, Coutinho reforçou as ordens prioritárias expedidas ao seu predecessor. Como primeiríssima ordem, ele destacou a questão do jardim,

⁶⁰³ Carta de Dom Rodrigo sobre a constituição de uma Flora Geral. *Manuscritos da BN, I – 31,30,105.*

⁶⁰⁴ Carta do Rei de Portugal para Dom Fernando José de Portugal comunicando sua nomeação como Vice-Rei do Brasil e dando-lhe diversas instruções a este respeito. Queluz, 15 de Julho de 1800. *Manuscritos do Arquivo Nacional. Códice 67, Volume 26.*

A 1ª [ordem] versa sobre o estabelecimento de um jardim botânico em que se cultivem as plantas dessa Capitania para se reconhecerem e serem remetidas, ou vivas, ou secas, em herbário para o jardim botânico desta Cidade, destinando também este jardim para nele se fazerem experiências que introduzam novas culturas que possam ser úteis à Capitania, tais como a caneleira, pimenteira, o cravo da Índia e a árvore de pão, que se pode mandar ir do Pará, onde já existem em um jardim botânico muito econômico, mas muito produtivo.⁶⁰⁵

Esse tipo de recomendação nos faz concordar com Nelson Sanjad sobre as funções básicas dos jardins botânicos brasileiros, os quais “apareciam como peças essenciais para a política agrarista em vigor,” na medida em que “suas funções eram reunir as produções naturais da colônia e realizar ensaios para o cultivo em larga escala, bem como aclimatar espécies de fora”.⁶⁰⁶

O Jardim Botânico da Bahia foi implantado em Salvador, em 1803, na “roça adiante do campo de São Pedro, no caminho que vai para a Vitória”⁶⁰⁷. Tinha como objetivo cultivar “todas as plantas assim indígenas, como exóticas, e em que particularmente se cuide em propagar de semente as árvores que dão madeiras de construção para depois se semeassem nas matas Reais”⁶⁰⁸.

O seu primeiro diretor foi Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, médico que estudou em Montpellier, na França, e indicado, em 1799, pelo governador da Bahia ao ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, para prontificar a instalação de suas dependências e ser o seu diretor.⁶⁰⁹ A referência aos seus vencimentos também é indicativa da importância da função exercida. No ofício de 17 de maio de 1800, o governador disse: “mandei registrar na Junta da Real Fazenda, a fim de se satisfazer a Inácio Ferreira da Câmara a pensão anual de 400\$000 rs., que já principiou a cobrar”⁶¹⁰.

⁶⁰⁵ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Francisco da Cunha de Menezes, Governador da Bahia, sobre as ordens expedidas ao seu antecessor, referentes ao Jardim Botânico da Capitania. Palácio de Queluz, 05 de Junho de 1802. *Manuscritos da BN, I-31, 30, 106*.

⁶⁰⁶ SANJAD, Nelson Rodrigues. Éden Domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820. In: *Anais de História de Além-Mar. CHAM. Vol. VII, 2006*, p. 260.

⁶⁰⁷ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN II-33,26,27*.

⁶⁰⁸ Carta para o Governador da Bahia em que se manda estabelecer na Bahia um Jardim Botânico semelhante ao do Pará de 19 de novembro de 1798. Palácio de Queluz. *Manuscritos da BN I-47,16,1 n.8*.

⁶⁰⁹ Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. *Manuscritos da BN, II- 30, 06, 4*.

⁶¹⁰ Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 17 de Maio de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc nº 20.550*. p. 1. Para se ter uma ideia da importância desse

Em Ofício de 28 de maio de 1797, o governador D. Fernando José de Portugal reforçou a informação de que havia enviado para a Corte uma remessa de plantas vivas, um herbário e algumas sementes e raízes organizadas por Inácio Ferreira da Câmara, a quem havia proposto uma pensão anual de 600\$000 rs. para que ele pudesse se dedicar exclusivamente aos trabalhos botânicos.⁶¹¹

Esse ofício do governador pretendia responder às determinações anteriores de Coutinho. Nele, Dom Fernando José de Portugal informou que “pessoas com conhecimento de história natural [...] eram bastante raras neste continente” de modo que, empolgado, informou ter achado a “Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, sobrinho do desembargador João Ferreira Bittencourt e Sá, que tinha se aplicado à história natural e à botânica”. Em sua descrição, o governador tranqüilizou o ministro, informando-o de que “este moço era formado em medicina pela Universidade de Montpellier, sócio correspondente da Sociedade Real de Ciências da mesma cidade, da Medicina e Agricultura de Paris e da Academia Real de Lisboa”. Informa ainda que o Abade Corrêa poderia lhe dar “largas informações do seu talento e préstimo”, o que sugere que Bittencourt provavelmente tinha algum vínculo clientelar com o abade.⁶¹²

A justificativa usada pelo governador para a pensão consistiu no fato de Bittencourt residir “na Comarca dos Ilhéus, onde vivia em um engenho com sua mulher e filhos”, não tendo assim “meios para subsistir nesta cidade, como se faz necessário para a remessa das plantas”. Julgava oportuno então que “Sua Majestade ordenasse que, pela Junta da Real Fazenda, se lhe desse anualmente a pensão de 600\$000 rs. pouco mais ou menos”, pois

pagamento, Baltasar da Silva Lisboa comprou, a vista, em 1814 uma propriedade pelo mesmo valor na região da cachoeira de Tabuna com diversas benfeitorias de ½ légua de frente e seis de fundo. Cf. DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, p. 405, (tabela 24).

⁶¹¹ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que participa a remessa de remessa de várias plantas vivas, um herbário e algumas sementes e raízes colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para o qual havia novamente propõe uma pensão anual de 600\$000 rs. para se dedicar aos trabalhos botânicos. Bahia, 28 de Maio de 1797. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 89, Doc. nº 17359*.

⁶¹² Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, no qual participa a remessa de várias plantas para o Jardim Botânico de Lisboa, coligidas por João Ferreira da Câmara. Bahia, 16 de Julho de 1796. *Manuscrito da AHU, Bahia, Caixa nº 85, Doc. nº 16661-16662*.

Bittencourt poderia ficar “encarregado de escolher, descrever e dispor as plantas que daqui se hão de remeter e fazer tudo o mais que for necessário a este respeito”.⁶¹³

Os pedidos do governador baiano surtiram efeito e a Coroa autorizou a pensão destinada ao Diretor do Jardim, como podemos notar na carta Régia dirigida a Dom Fernando José de Portugal em 28 de maio de 1799. A carta destacou

a utilidade que haveria de estabelecer uma pensão a Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, para que se pudesse empregar inteiramente em objetos de história natural e, *principalmente, nos de botânica*, em que se tem dado decisivas provas de suas luzes e conhecimentos. É servido determinar, que pela junta da Fazenda dessa Capitania, se assista ao dito naturalista com uma pensão anual de quatrocentos mil réis, ficando-lhe, por isso, obrigado não só a remeter para o Meu Real Jardim Botânico todas as plantas vivas e secas desta Capitania, mas também encarregado de cuidar efetivamente no estabelecimento, a ereção de um jardim botânico a fim de que, cultivando-se no mesmo as plantas naturais e exóticas, possam depois ser distribuídas pelos lavradores aquelas que dão mais utilidade e proveito, como são as plantas da canela, da pimenta, da noz-moscada, do açúcar e do tabaco.⁶¹⁴

Bittencourt deveria assim “remeter para o Real jardim botânico todas as plantas vivas e secas, que aqui (Capitania da Bahia) houver e de cuidar efetivamente no estabelecimento e direção”⁶¹⁵ do jardim da Bahia. Apesar da determinação de Coutinho sobre a instalação da instituição datar de 1798, nos anos 1800, o governador respondeu-lhe não ter “sido possível até agora comprar-se o terreno para ele, por falta de meios em razão das extraordinárias e indispensáveis despesas que tem ocorrido”⁶¹⁶. O principal problema enfrentado pelo diretor do jardim nos primeiros anos de sua instalação foi encontrar uma localidade adequada e disponível para sua implantação.

O próprio diretor idealizou uma escola para funcionar dentro do jardim com uma função pedagógica para os estudantes das plantas. Pelo desenho que rascunhou, tal escola

⁶¹³ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa... *Manuscrito da AHU, Bahia, Caixa nº 85, Doc. nº 16661-16662.*

⁶¹⁴ Carta Régia dirigida a Dom Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, determinando que seja dada uma pensão anual de quatrocentos mil réis ao naturalista Inácio Ferreira da Câmara, para estudar Botânica e dirigir o Jardim Botânico a se erigir nesta Capitania. Lisboa, 28 de Maio de 1799. *II – 33, 29, 71. Anais da BN, nº 68, Doc. nº 670.* Grifo nosso.

⁶¹⁵ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa... *Manuscrito da AHU, Bahia, Caixa nº 85, Doc. nº 16661-16662.*

⁶¹⁶ Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa... *Manuscrito da AHU, Bahia, Caixa nº 85, Doc. nº 16661-16662.*

deveria conter um jardim destinado as suas atividades, o qual poderia chegar a abrigar 1144 plantas, com trinta e duas braças de comprimento e vinte e uma de largura. Como podemos ver pela Imagem IV – Planta da escola do Jardim Botânico da Bahia, as plantas seriam dispersas por vinte e seis canteiros simétricos de cada lado, todos numerados de acordo com as variedades das espécies, dispostos por um corredor central capaz de oferecer uma boa circulação aos interessados pelos conhecimentos naturais. No centro do corredor, o desenho projetava uma fonte, provavelmente destinada a espécies aquáticas, bem como para o abastecimento do jardim.

A partir da imagem abaixo e da descrição trazida por Bittencourt sobre os aspectos ideais para um jardim no próximo tópico deste trabalho, podemos perceber que cada parte dessa instituição foi pensada em sintonia com os jardins europeus, que seguiam um padrão estético e funcional remanescente da renascença.⁶¹⁷

⁶¹⁷ SOARES, Ana Luísa; CASTEL-BRANCO, Cristina. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Jardim Botânico d'Ajuda, 1999.

Imagem IV – Planta da escola do Jardim Botânico da Bahia



Fonte: Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. Manuscritos da BN, II-33,26,27.

Uma carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho relativa ao jardim baiano reforçou a ideia da atuação da instituição como *locus* de desenvolvimento da ciência. Segundo Dom Rodrigo, o governador deveria mandar “recolher em todos os distritos da Capitania as sementes das plantas, que ali vegetam”, a fim de “semear e cultivarem”, em Portugal. Como sempre, o ministro reforçou o pedido pelos seus “nomes botânicos” locais, a fim de “promover e adiantar” a botânica “com glória e honra da nação”.⁶¹⁸

No que diz respeito ao funcionamento do jardim, existem distintos ofícios de Coutinho solicitando remessas de mudas, sementes ou plantas, além de delegar outras atividades aos funcionários dessa instituição. O ministro - mesmo após deixar a secretaria de ultramar para assumir, em 1801, a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - continuou na supervisão do jardim a pedido do Príncipe Regente Dom João VI. Esse havia solicitado, em 1801, que, para o “adiantamento da botânica”, se publicasse “uma flora completa e geral do Brasil e de todos os vastos domínios de Sua Alteza Real”. A recomendação do envio das plantas com seus respectivos nomes “nativos” refletiu o ecletismo dos procedimentos botânicos luso-brasileiros, que misturava os sistemas taxonômicos mais respeitados na Europa, como o de Lineu, com as identificações locais usadas na Bahia. Os envios das plantas ao Jardim Botânico Real, em Portugal, aparecem como a principal função do jardim da Bahia, que atuou como um catalisador das espécies locais, contribuindo tanto na adaptação de indivíduos provenientes de outros biomas, dinamizando a variedade das culturas sobre domínio português, bem como na constituição do projeto de uma *Flora geral*.

As principais culturas visadas nas experiências de aclimações e trocas com os demais jardins ao longo do mundo deveriam ser espécies como a “caneleira, pimenteira, o cravo da índia e a árvore de pão, que se pode mandar vir do Pará, onde já existia um jardim botânico muito econômico, mas muito produtivo.”⁶¹⁹ As coletas das espécies deveriam ser feitas “em todos os distritos da capitania (...) a fim de se semear e cultivarem”, no Reino, “pondo-se-lhes nomes botânicos, para promover e adiantar esta ciência com glória e honra da nação.”⁶²⁰

⁶¹⁸ Carta de Dom Rodrigo sobre Jardim Botânico da Bahia de 1802. *Manuscritos da BN, I-31,30,106*. 1802.

⁶¹⁹ Carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o Jardim Botânico da Bahia. 1802. *Manuscritos da BN, I-31,30,106*.

⁶²⁰ Carta de Dom Rodrigo sobre o Jardim... *Manuscritos da BN, I- 31,30,106*.

Os pedidos de remessas de plantas e sementes foram constantes e focalizavam as amostras obtidas no interior da Capitania. Em ofício de 13 de dezembro de 1796, Coutinho solicitou ao governador Portugal remessas “bem acondicionadas em frascos de boa larga e cheios de areia seca” de plantas vivas e diversas qualidades de sementes. No documento, ele reforçou o pedido do envio dos materiais “com a declaração dos nomes próprios do país, se o tiverem”.⁶²¹

Ainda restam muitas lacunas sobre o papel desempenhado pelo jardim baiano no envio de amostras locais para a Europa. Algumas inclusive sem nexos aparentes, mas que se recuperarmos a relação em rede das instituições científicas portuguesas com o resto do continente fazem algum sentido. Uma evidência importante listou sementes, ervas, cascas e raízes destinadas ao envio à Ajuda e ao Jardim Botânico de Berlim. Nela, a relação do conteúdo de dois caixões sugere que uma grande quantidade de produtos vegetais foi destinada às instituições européias a partir do Jardim de Salvador.

Caixão Nº 1 contém:	Caixão Nº 2 contém:
<p><u>Sementes:</u> <i>Tabaco – Nicotina</i> <i>Amendoins</i> <i>Batata de Purga</i> <i>Gergelim</i> <i>Lima da Pérsia</i> <i>Andá</i> <i>Siririques Frolegoso</i> <i>Mamona</i> <i>Caju</i> <i>Quiabo</i> <i>Baga Vermelha</i> <i>Mandiroba</i> <i>Manjeriçã</i> <i>Melancia</i> <i>Maxixes</i> <i>Abóbora</i> <i>Manjeriçã da folha larga</i> <i>Pimentas de Diversas qualidades</i> <i>Malvaísco</i></p>	<p><u>Sementes:</u> <i>Mulungu</i> <i>Saboeiro</i> <i>Canafitula</i> <i>Angelim</i> <i>Maracujá</i> <i>Jaqueira</i></p> <p><u>Raízes:</u> <i>Mechoachan</i> <i>Ipecacuanha negra</i> <i>Orelha de onça medicinal</i> <i>Cipós</i> <i>Carinana</i> <i>Botica</i> <i>Ipecacuanha alfa viola</i></p> <p><u>Cascas:</u> <i>Quina do norte do Brasil</i> <i>Baunilha</i>⁶²²</p>

⁶²¹ Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, a respeito do envio das plantas vivas para o Jardim Botânico. Queluz, 13 de Dezembro de 1796. *Anais do APEB*, nº 57. p. 217. Vol. 82, Doc. nº 25.

⁶²² Relação das Sementes e Raízes que se destinam ao Jardim Botânico de Berlim e Lisboa. *Anais da BN*, nº 68, Doc. nº 709.

<p><i>Cabaço</i> <i>Farinheira</i> <i>Mataporto</i> <i>Maravilhas</i> <i>Chagas</i> <i>Fruta de Conde</i></p> <p><u>Ervas:</u> <i>Cipó de chumbo</i> <i>Sarografo</i> <i>Salsa</i></p> <p><u>Cascas:</u> <i>Jaboticabas</i></p>	
--	--

A grande quantidade de sementes em relação a ervas, casca e raízes atesta a preferência já observada por Joaquim de Amorim Castro por esse método de naturalização em detrimento da transposição das plantas vivas. Outra observação importante é que havia uma quantidade substancial de sementes de frutas brasileiras ou já aclimatadas. Esse dado pode estar relacionado ao interesse pelas frutas tropicais, escassas no centro europeu. Por fim, destacamos a presença de ervas e raízes destinadas à cura de diversas enfermidades, como a *quina*, a *ipecacuanha*, a *orelha de onça medicinal* e outras, cujas propriedades já foram apontadas acima.

O diretor do jardim, Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, foi o principal naturalista por trás dessas remessas. Além de mapear os lugares em Salvador onde seria conveniente instalar o jardim, acabou administrando a instituição com razoável dedicação. Em carta ao Governador da Bahia, Bittencourt declarou ser seu dever “mandar plantas tanto secas como vivas para o aumento do jardim d’Ajuda e do herbário de Sua Alteza Real”. Dentre as prioridades nas remessas, Bittencourt informou se dedicar “aquelas plantas somente que achasse que iriam aumentar os catálogos” da Ajuda e que presumisse não existirem no jardim. O diretor informou ainda estar convencido de seu importante papel de administrador e naturalista no desenvolvimento dos projetos régios, dentro de suas possibilidades ao declarar: “a este dever tenho satisfeito como tenho podido”.⁶²³

⁶²³ Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN*, II-33,26,27.

Embora fosse o grande responsável pelo jardim, Bittencourt não acreditou na estratégia de desenvolver a política sobre ervas na Capitania somente a partir dele. Compartilhou com alguns contemporâneos a ideia de que este trabalho deveria ser desenvolvido a partir de uma ação conjunta entre naturalistas e administradores régios. Uma de suas propostas destinadas ao governador da Bahia para reduzir os custos de obtenção das sementes consistiu em “passar ordens aos capitães mores e juizes das Vilas da Capitania para mandarem, por alguma pessoa das mais entendidas, principalmente pelos índios, de fazer a colheita de toda a sorte de sementes.”⁶²⁴

Como foi observado antes, tanto nas políticas madeireiras quanto agrícolas, a botânica enfrentou fortes barreiras para a sua implementação, sempre relacionadas aos fatores locais da Bahia Atlântica. No caso das ervas, também é possível observarmos fatores que atuaram como limitantes da ação botânica, mais uma vez assentados nas relações de poder entre o Reino e a Capitania.

5.4 – Contradições e resistências na política das ervas baianas

A política para as ervas na Bahia Atlântica pode ser sistematizada no Jardim Botânico de Salvador, instituição que agremiou e representou os trabalhos de naturalistas e funcionários ao longo da Capitania na coleta de sementes, cascas, raízes e plantas, bem como na confecção de estampas, observações e experiências de aclimação. Indagar sobre os rumos do jardim baiano é, por sua vez, um modo de colocar em perspectiva a política de ervas da Coroa para a Bahia.

Nesse ponto da análise, ganha relevância indagar quais condições históricas levaram ao fracasso do jardim que, instalado em Salvador em 1802-3, não apresentou indícios de uma vida longa.

Para enfrentarmos essa questão faz-se necessário o entendimento da política dos jardins botânicos para a colônia da Coroa. Segundo Sanjad,

ela começou a ser formada em 1796, quando Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Ministro da Marinha e Ultramar do Príncipe Regente Dom João, expede carta circular ordenando a construção de

⁶²⁴ Ofícios relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN, II-33,26,27.*

hortos botânicos em vários pontos do Império, destinados à “educação das plantas”, como então se dizia.⁶²⁵

Sanjad mostrou como Coutinho articulou as autoridades do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e outras localidades para a construção de uma rede de instituições botânicas. A mais importante parceria estabelecida pelo ministro de ultramar foi com seu irmão Dom Francisco de Sousa Coutinho, governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro na construção do Jardim Botânico de Belém. Este jardim constituiu-se como a mais importante instituição botânica da colônia brasileira e, como tal, serviu de modelo para todos os demais espalhados pelos pontos mais importantes do território.

Em ofício de 31 de julho de 1799, o ministro informou ao seu irmão, em Belém, que o Rei mandou louvá-lo “pelos esforços com que tem criado e aumentado o jardim”.⁶²⁶ Na realidade, como grande idealizador dos jardins botânicos coloniais, o ministro não só utilizou todo seu prestígio e influencia diante do Trono para desenvolvê-los, quanto articulou, através de uma poderosa rede clientelar, os leais préstimos de seu irmão, no Norte do Brasil, ao Rei.

No que diz respeito ao jardim, informou a Dom Francisco de Sousa Coutinho, seu administrador, que dificuldades iniciais não deveriam motivar desânimo, pois “para o futuro se hão de seguir os melhores efeitos, ainda que ao princípio sejam vagarosos”. O ministro Coutinho creditou ainda o sucesso da empreitada ao emprego “sucessivo da razão” que “com o tempo e com o efeito lento [...] hão de fazer-se úteis e palpáveis”.⁶²⁷

Para os irmãos Coutinho, o Jardim Botânico de Caiena intitulado La Gabrielle, na Guiana Francesa, foi sempre uma grande referência. Esse jardim concentrou todo o poderio do império francês no Ultramar e foi cobiçado pelas autoridades européias por conter plantas e outras produções preciosas. Quando as tropas napoleônicas pilharam, em 1807, o jardim da Ajuda, levando um incalculável acervo de história natural, as autoridades portuguesas planejaram o saque do jardim de Caiena, que possibilitou à Coroa portuguesa a posse de alguns produtos há muito cobiçados, como, por exemplo, a *cana caiena*.

⁶²⁵ SANJAD, *Éden Domesticado*, p. 253.

⁶²⁶ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho a Dom Francisco de Sousa Coutinho. Palácio de Queluz, 31 de Julho de 1799. In: SANJAD, *Éden Domesticado*, p. 258.

⁶²⁷ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho a Dom Francisco de Sousa Coutinho. Palácio de Queluz, 31 de Julho de 1799. In: SANJAD, *Éden Domesticado*, p. 259.

Na década de 1790, o jardim de Caiena só estaria acessível através de relações diplomáticas ou do contrabando. Em ofício de 24 de novembro de 1796, o ministro Coutinho informou ao irmão Francisco Coutinho que Sua Majestade mandou

encarregar a V. S.a da aquisição das plantas da *noz-moscada*, *mostarda*, *do cravo*, *clou de girofle* (cravo), que existem em Caiena, onde tem prosperado. E manda recomendar muito a V. S. a conservação do *caneleiro*, que já adquiriu, o que certamente lhe faz muita honra. Ficando V. S.a. também incumbido no caso de poder haver estas plantas, de estender a sua cultura a toda a América e de procurar que dessa Capitania se propaguem para todas as outras.”⁶²⁸

O ofício dos irmãos Coutinho confirma as observações de Nelson Sanjad sobre a cobiça portuguesa pelas produções do jardim de Caiena. Essas deveriam ser transplantadas para o Pará que, através de seu jardim, serviria de modelo para toda a colônia. Segundo Sanjad, “era certamente esse complexo, sua produtividade e seu sucesso na aclimação de vegetais exóticos, que os irmãos Coutinho tinham como modelo quando instalaram o Jardim paraense e planejaram a reforma urbana de Belém”.⁶²⁹

Diante do exposto, fica clara a preferência do maior articulador das políticas botânicas no Reino português, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, pelo jardim do Pará. Essa preferência estava ancorada numa clara relação familiar e clientelar, a qual focalizou o projeto da Coroa portuguesa para o jardim botânico, em Belém. Evidentemente, outros jardins prosperaram em outros pontos da colônia. Porém, quase sempre foram criados à luz do jardim paraense e passavam a integrar a rede de distribuição de plantas que vinha do Pará para o Sul.

É inegável que o jardim paraense estava situado numa região estratégica. Em primeiro lugar, perto da Guiana Francesa e de La Gabrielle. Estava, em termos náuticos, mais próximo de Lisboa que outras regiões da colônia, o que facilitava suas remessas a Ajuda ao mesmo tempo em que supria os jardins brasileiros. Por fim, contou com um nome de poder em sua administração, o que interligou as produções amazônicas diretamente à Corte

⁶²⁸ Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Francisco de Sousa Coutinho a respeito da aquisição de diversas plantas no Jardim de Cayena. Queluz, 24 de Novembro de 1796. *Manuscritos do Arquivo Nacional, Fundo Vice-Reinado, Caixa 747, pct 01.*

⁶²⁹ SANJAD, *Éden Domesticado*, p. 262-3.

lusitana. Mas o que importa para nós, nesse trabalho, é observarmos que tal centralidade no jardim de Belém ofuscou a política de ervas na Bahia, sobretudo, seu jardim botânico.

Além dos fatores relacionados à política ultramarina, o jardim de Salvador enfrentou, como um projeto de Estado, a indiferença e, em alguns casos, a resistência da população local. Um conflito ligado à compra do terreno para sua instalação gerou um indesejável atraso para a Coroa que pode ser entendido tanto pelos baixos preços pagos pela Coroa, como pelos desejos particulares no uso dos terrenos.

Encarregado de procurar e examinar “alguns lugares ou sítios dentro ou perto da Cidade para se escolher os mais cômodos e próprios ao estabelecimento e fundação do Real jardim botânico”, Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt averiguou os sítios de “Nazaré até o forte de São Pedro”, achando “dois lugares com capacidade para o jardim”.⁶³⁰

Bittencourt fez então uma ampla relação de argumentos voltados a indicar como a melhor opção, dentre as duas encontradas, “a roça Tororó”. Para além das características internas do terreno, facilitadoras da instalação do jardim, Bittencourt argumentou que o terreno do Tororó era melhor por “estar perto da Cidade em muito boa posição para os que deverem e quiserem freqüentar este útil estabelecimento”.⁶³¹ Nesse aspecto, percebe-se a preocupação do diretor naturalista com variados aspectos destinados ao sucesso do empreendimento. Como reiterou ao governador da Bahia, sua escolha baseou-se ainda no fato de que “as obras do Rei jamais se devem fazer em lugares retirados, mas sim nos mais públicos e vistosos, para melhor realçar a Sua Real Grandeza”.⁶³²

Em função de sua escolha, em maio de 1800, Bittencourt sugeriu a compra da roça do Tororó, propriedade do Sr. José Vieira de Araújo. Segundo ele, o proprietário era um “homem de idade avançada”, que havia servido como “capitão mor em Benguela”⁶³³ e utilizou desses argumentos para não vender a roça à Coroa, “a não ser que fosse obrigado”. A negociação com Vieira Araújo não prosseguiu e o processo de busca continuou, mas a negociação foi demorada.

Em ofício de 02 de Agosto de 1802, o diretor apresentou uma justificativa para a indicação de compra dos terrenos, dentre os quais ainda estava o de Vieira Araújo. Nela,

⁶³⁰ Ofícios, relações e outros documentos relativos ao Jardim Botânica da Cidade da Bahia. Bahia, 1802/1803. 12 documentos. *II – 33, 26, 27. Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

⁶³¹ Ofícios, relações e outros documentos... *II – 33, 26, 27. Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

⁶³² Ofícios, relações e outros documentos... *II – 33, 26, 27. Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

⁶³³ Ofícios, relações e outros documentos... *II – 33, 26, 27. Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

Bittencourt ofereceu uma descrição, embora longa, mas bastante oportuna das características que deveriam ter o terreno a ser construído o jardim:

1º Faz-se necessário um vasto e plano terreno à entrada do Jardim, para em uma parte deste disporem-se metodicamente as plantas que ali se cultivarem. É neste lugar que o Professor deve fazer todos os anos a demonstração das plantas na estação mais convincente para a instrução da mocidade que se destina para a medicina, cirurgia e farmácia. A outra parte deste local, deve ser ocupada por plantas que são vividouras e com aquelas cujas raízes conservam-se debaixo da terra, de onde nascem novas plantas todos os anos. Este parterre (canteiro) é suscetível de alguma ordem e arrançamento que contribua ao ornato e recreio, conservando três ou quatro pés de cada espécie de planta, de onde se tiram algumas, havendo a necessidade para a escola. Os estudantes e curiosos acharão neste lugar objetos para as suas observações.

2º Um lugar baixo e úmido exposto aos ventos de Nordeste até Sul, sendo aqui os primeiros frescos e os últimos frios e chuvosos para a cultura das plantas de algumas Capitánias, que são mais frias, como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

3º Um local bastante extenso e que tenha um bom fundo de terras sem pedras ou rochedos, que é destinado para a plantação e disposição das árvores que se devem deixar crescer livremente para conservarem a sua verdadeira configuração. Parecem-me que seria mais conveniente dispô-las também metodicamente do que pô-las entre plantas e arbustos na Escola, pois que ainda que sejam cortadas e podadas jamais deixarão suas sombras fazerem-lhes mal.

4º Um lugar próprio para as sementeiras, o que deve ser abrigado dos ventos do Sul, estando defendido por algum monte, muro ou árvores. Neste lugar, devem-se fazer canteiros bem estrumados em que se semeiem as sementes das plantas medicinais e de algumas hortaliças que não são aqui conhecidas. Também conservando-se aqui vasos com terra estrumada para as sementes das plantas exóticas que podemos alcançar dos estrangeiros ou de outras Capitánias entretendo uma correspondências com os Jardins que muitos se estabelecem.

5º Enfim, é preciso não só que haja uma fonte d'água boa, mas ainda um lago para as plantas aquáticas, aquelas que só vivem nos lugares úmidos. Faz necessário umas casas para as pessoas empregadas e para a preparação das plantas que se devem secar e formar o herbário de que estou encarregado para o Gabinete de História Natural de Sua Alteza Real. Também são necessárias para abrigar certas plantas que não podem suportar maior calor, assim como na Europa se defendem do maior frio. É indispensável uma assaz cômoda para a morada das peças empregadas,

tanto no jardim, como na reparação das plantas vivas e secas que Sua Majestade manda servirem para o seu Real jardim da corte.⁶³⁴

Vieira de Araújo justificou sua impossibilidade de venda do terreno por ser “aquela fazenda denominada Tororó” propriedade da qual tirava sua “atual assistência” e por não possuir outra alguma na cidade. O proprietário alegou ainda ter feito melhorias na localidade no valor de mais de cinqüenta mil cruzados e ser a roça um local de cuidados dos enfermos provenientes de seus três engenhos de açúcar.⁶³⁵

O terreno para o jardim finalmente acabou sendo comprado, em 1803, do Coronel Caetano Maurício Machado, numa área que, “alem de estar perto da cidade e em uma boa e aprazível situação, tem toda a suficiência para o estabelecimento que se pretende por ora fazer”. Essa localidade possibilitava ainda, segundo o diretor do jardim, se “poder alargar para o futuro com a roça contígua denominada canelas”. Entretanto, a compra desta propriedade também apresentou dificuldades, “por ali morar a proprietária doente e já avançada em anos”.⁶³⁶

Segundo o termo da avaliação do terreno comprado, este já possuía - para a instalação do jardim - da seguinte estrutura e avaliação

A casa de vivenda feita de adobes e estuque com a liceria de alvenaria, que compreende os repartimentos interiores, tudo coberto de telha, seis contos e cinqüenta mil reis. A frente da porteira feita de alvenaria com paredes dobradas e mais doze alicerces de alvenaria para se sobreponem pilares de tijolo, coberta de telha digo, se sobreponem pilares de tijolo, duzentos mil reis. Uma casa que serve de cocheira e cavalariço com dois quartos no fundo feita de adobes com pilares de tijolo, coberta de telha, duzentos e cinqüenta mil reis. Um poço no brejo de alvenaria com sua abobada, cem mil reis. Um telheiro ao pé da porteira feito de taipa de mão coberto de telha muito arruinado, dez mil reis. E por esta forma avaliaram os ditos medidores as obras referidas em um conto, duzentos e dez mil reis. (...) E procedendo eles ao exame e avaliação das árvores, deram-lhe os valores seguintes: há quinze mangueiras a dois mil reis, trinta mil reis. A trinta e uma jaqueiras a dois mil reis, setenta e dois mil reis. Há quarenta e um coqueiros a três mil reis, cento e vinte e três mil reis. Há seis arassazeiros a cento e sessenta, novecentos e sessenta reis. Há quatorze coqueiros a cento e sessenta e dois mil duzentos e quarenta. Há quatro oitizeiros a seis contos e quarenta, dois mil quinhentos e Sessenta reis. Há sete dendezeiros, a duzentos e quarenta, mil seiscentos e oitenta reis. Há seis genipapeiros a trezentos e vinte, mil noventos e

⁶³⁴ Ofícios, relações e outros documentos... II – 33, 26, 27. *Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

⁶³⁵ Ofícios, relações e outros documentos... II – 33, 26, 27. *Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

⁶³⁶ Ofícios, relações e outros documentos... II – 33, 26, 27. *Anais da BN, n° 68, Doc. n° 798.*

vinte. Vindo a importar duzentos e vinte e quatro mil reis, e a importância total da avaliação dois contos, quatrocentos e trinta e quatro mil trezentos e sessenta reis.⁶³⁷

Embora a compra do terreno tenha satisfeito Bittencourt e possibilitou a instalação do jardim, o processo de compra do terreno aponta uma relativa dificuldade em sua instalação. As queixas de Bittencourt indicam ainda uma resistência dos proprietários de sítios locais em vender suas posses para o empreendimento Régio. Isso sugere que o jardim estava longe de convencer os baianos de sua importância para o desenvolvimento do Reino a ponto de venderem suas propriedades. Como projeto de Estado, desde o momento inicial de sua instalação, enfrentou a indiferença dos habitantes locais mais preocupados com suas produções de cana-de-açúcar, tabaco e outras culturas agrícolas. Definitivamente, a diversificação de ervas não foi um projeto atrativo para os particulares.

Finalmente, é preciso destacar que os primeiros anos do século XIX não foram favoráveis para a continuidade da política de ervas na Bahia. Em primeiro lugar, ainda em 1801, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho deixou o cargo de ministro da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos, pasta responsável pela efetividade das produções coloniais. Neste mesmo ano, Dom Fernando José de Portugal foi nomeado para vice-rei do Brasil, indo residir no Rio de Janeiro e deixando Salvador e seu cargo de governador geral da Capitania. Como já destacamos acima, tanto Coutinho quanto Portugal, tiveram um papel de grande relevância nas políticas botânicas da Capitania. Ou seja, após 1801, a Bahia perdeu definitivamente sua favorável parceria política para os projetos botânicos, mesmo Coutinho ficando ainda com a responsabilidade direta de cuidar do avanço do jardim e da botânica.

Mesmo com as intenções de Sousa Coutinho, com o trabalho feito pelos funcionários naturalistas na Bahia e a assistência dos centros do saber em Portugal (Universidade de Coimbra, Ajuda e a Academia de Ciências), a primeira década dos oitocentos empurrou Portugal para um período de grandes turbulências com as guerras napoleônicas na Europa.

Como desfecho dessa grave conjuntura, a família Real abandonou o Reino – e o acervo da Ajuda, pilhado pelas tropas napoleônicas – e transferiu-se para o Rio de Janeiro, depois de uma rápida passagem em Salvador. Como consequência imediata, em 1808, Dom

⁶³⁷ Ofícios, relações e outros documentos... II – 33, 26, 27. *Anais da BN*, n° 68, Doc. n° 798.

João VI não poupou esforços para desenvolver o jardim botânico do Rio de Janeiro, a essa altura, já o centro político e econômico da colônia.

CONCLUSÃO

A botânica se constituiu numa ciência estratégica na mediação de Portugal com a Bahia Atlântica nas últimas décadas do Século XVIII, uma vez que auxiliou um modo de governar que priorizou a exploração dos recursos vegetais para o fortalecimento da economia política do Estado. Mais do que um campo do saber voltado para o estudo das plantas, a botânica exerceu um papel ativo e dinâmico na constituição de projetos de exploração coloniais na era moderna portuguesa.

A institucionalização da botânica em Portugal se deu através da filosofia natural praticada nos principais centros de ciência e ensino do Reino, em dois momentos na história da cultura científica portuguesa. O primeiro abrange, basicamente, os marcos da ação pombalina e deve ser entendido do período que vai de 1764, com a chegada dos primeiros naturalistas da missão italiana à 1779, ano de fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa. É possível identificar, nessa fase, a passagem de uma mentalidade individual nas ciências a um processo de sociabilidade intelectual coletiva, que se consolidou no período mariano e joanino. As ciências naturais foram estimuladas por Pombal e executadas por ilustrados portugueses e italianos no âmbito dos principais centros científicos portugueses.

Os anos 1779-1808 expressam o segundo momento desse processo. Nele, a apropriação da política pombalina desenvolveu as ciências a partir de uma tônica naturalística, principalmente, nas viagens filosóficas pelas colônias e, especialmente, pelo Brasil. Esse período de quase trinta anos foi único, por um lado, na postura fomentista da Coroa, ciente do papel da história natural para o desenvolvimento do Reino e, por outro, no desenvolvimento de um contexto favorável à institucionalização da botânica na colônia brasileira.

Dentre os naturalistas envolvidos no desenvolvimento das ciências, destacou-se Domingos Vandelli, botânico convidado na missão italiana para trabalhar em Portugal. Com a ajuda de Julio Mattiazzi, jardineiro também integrante da missão italiana, Vandelli não perdeu a oportunidade de dar início a uma coleção botânica nas colônias tropicais portuguesas, que iam desde a Ásia, África e América, além de fazer vir sementes e plantas dos mais ricos jardins botânicos da Europa. Esses esforços visavam a produção de uma

cobiçada *História natural das colônias*, apoiada num amplo levantamento das produções dos reinos vegetal, animal e mineral, visando a descoberta de novas espécies e o desenvolvimento científico e econômico do império. Para tanto, os naturalistas italianos contaram com os quadros da Universidade de Coimbra, com destacados estudantes para executar tal projeto a partir das viagens filosóficas.

Dentro desse contingente encontramos um conjunto de naturalistas que se dedicaram a desenvolver seus estudos botânicos na Bahia. Como vimos, a Bahia Atlântica foi um *locus* de atração desse corpo técnico especializado e apto a exercer a ciência. Evidentemente, esse foi um quadro expressivo, se considerado as características da burocracia estatal na Bahia, com reduzido número de funcionários régios.

Estes homens vivenciaram viagens filosóficas pelo território baiano, produziram estudos e deixaram uma documentação administrativa capaz de fornecer um levantamento dos recursos naturais da região. Contribuíram ainda com a organização de instituições coloniais que abrigaram e desenvolveram os estudos e práticas botânicas, como o Jardim Botânico da Bahia.

Contudo, tais iniciativas não foram suficientes para a implementação de um conjunto de medidas políticas da Secretaria de Ultramar na Bahia. Em verdade, além de enfrentarem a resistência da elite senhorial local em adotar técnicas e novas lavouras sugeridas por seus estudos, a ciência produzida no além-mar foi bastante adaptada às suas realidades coloniais. Em alguns momentos, o resultado disso foi o reforço das lavouras tradicionais ou o uso do conhecimento científico para justificar a liberdade do plantio.

Pertencentes a uma mesma tradição intelectual - o que não significou a anulação das singularidades individuais - esses funcionários-naturalistas produziram estudos e relatórios que raramente eram conhecidos por colegas, mesmo atuando em regiões ou temas semelhantes. A centralização das informações nas centrais de cálculo portuguesas parece ter, ironicamente, impedido que conhecessem, como deveriam, a produção alheia.

Com efeito, essa incapacidade de potencializar as informações produzidas, na Bahia Atlântica, em outros ciclos de conhecimento sobre sua natureza atesta a fragilidade da produção efetiva dos ciclos de acumulação tanto baianas quanto portuguesas.

Também chama a atenção para o fato de que a originalidade da ilustração luso-brasileira baseava-se mais na forma e do que propriamente no conteúdo das discussões

científicas realizadas em solo europeu. A serviço da burocracia estatal portuguesa, estes homens puderam contribuir com as intenções régias de dinamizar a Bahia Atlântica a partir do conhecimento da botânica. Assim, devemos entendê-los como agentes do império, em sua maioria, atuando como ouvidores de comarca, juízes de fora, capitães ou como encarregados da Coroa. Eram, em geral, egressos da Universidade de Coimbra e/ou proprietários de terras na região e não exerceram a botânica na condição específica de naturalistas, dispondo de tempo, estrutura e reconhecimento para tal. Contudo, exerceram, dentro da estrutura clientelar de uma sociedade de antigo regime, práticas convencionais de barganha a partir de seus feitos naturalísticos.

O projeto vandelliano das viagens filosóficas pelos espaços coloniais portugueses esteve intimamente ligado a uma valorização fisiocrata da natureza colonial, uma vez que, deveria dinamizar as culturas locais e, ao mesmo tempo, atender ao projeto de consolidação de um amplo acervo no Jardim Botânico da Ajuda.

O Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda se transformaram num centro natural de todo o mundo português, para onde funcionários de diversas colônias enviavam coleções e amostras. Atuando como o centro de uma rede de transferências de plantas, sementes, raízes, cascas, árvores, memórias e conhecimento que iam do Reino à Índia, da África ao Brasil, no mundo dinâmico e articulado do colonialismo português, o “complexo” da Ajuda, passou a assumir a função de um grande celeiro de espécies vegetais úteis a Portugal.

Um dos pontos dessa rede, nosso objeto de análise, foi a Bahia Atlântica, uma porção da Capitania da Bahia intimamente conectada à dinâmica imperial. Nossa análise revela que essa região apresentou um destacado nível de integração local e imperial, sobretudo em função de sua localização Atlântica, constituindo Salvador no porto mais importante do Atlântico Sul. Sendo a Capital da colônia até 1763 e, portanto, agremiando as funções administrativas e um corpo de letrados funcionários, pôde servir de palco para os estudos naturais estimulados no Reino. Foi assim uma importante região para a Coroa, sobretudo, por conter uma rica diversidade natural oriundo de suas matas tropicais, de onde se extraíam, entre muitas coisas, as melhores madeiras-de-lei essenciais à construção naval.

Para observar como a botânica mediou a relação das políticas da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos com a Bahia Atlântica foram considerados três frentes

de análise, a saber, madeiras, culturas agrícolas e ervas. Para evidenciarmos o lugar da Bahia nessa relação, adotamos um modelo multicêntrico, multivetorial e dinâmico, quebrando a premissa tradicional em que Portugal assume um papel de centro e a suas colônias de periferias.

A primeira frente analítica, as madeiras, constatou que denúncias produzidas localmente à Coroa as alertaram para um uso devastador dos bosques e tiveram um papel importante na constituição de um plano político de regulamentação do uso das matas. A urgente demanda pela conservação das madeiras ofereceu à botânica um contexto favorável para sua aplicação, pois foi relativamente bem utilizada para subsidiar propostas políticas para um uso mais racional dos bosques.

No âmbito prático, as políticas régias subsidiadas pela botânica não lograram sucesso e o espaço para a institucionalização dessa ciência não foi aproveitado pela Coroa. Uma vez que a resistência dos proprietários de terras locais e uma frouxa política do Governo local possibilitaram a continuidade do uso livre das madeiras, as intenções da Secretaria de Ultramar perderam força.

Outro aspecto que chama atenção é que o processo de regulamentação dos cortes reais deteve um lugar destacado na discussão sobre o uso das madeiras em outras regiões da colônia brasileira. O cargo de Juiz Conservador das Matas, criado na Comarca de Ilhéus, em 1796, bem como o Regimento dos Cortes de Madeira, idealizado pelo baiano Baltasar da Silva Lisboa, em 1799, iniciativas inéditas na administração colonial, atestam a centralidade baiana nesse processo.

A análise das culturas agrícolas mostra, mais uma vez, a presença da botânica racionalizando a produção, diversificando as possibilidades de plantio e apontando melhorias nas técnicas de processamento dos produtos. Sem sombra de dúvidas, os naturalistas que pensaram a agricultura na Bahia em fins do século XVIII e início do XIX deram destaque à botânica como ciência privilegiada de análise. Contudo, nossa análise revelou que, no conjunto, foram feitos poucos estudos, com pouca variedade de novas alternativas agrícolas e as memórias apresentaram um caráter muito inicial dos conhecimentos botânicos sobre as culturas agrícolas analisadas.

Como resultado, como nenhum produto incentivado pela Coroa e destacado pelos naturalistas, na Bahia, representou a mesma garantia de lucros para os produtores coloniais,

a cana-de-açúcar continuou a ser hegemônica na exportação da Bahia e através dela, a colônia resistiu às políticas botânicas como alternativa para o enriquecimento da Real Fazenda. Essa contradição expressa mais uma tensão entre Portugal e a Bahia no âmbito das políticas botânicas. Tal tensão é representada por uma postura de resistência dos senhores de engenho, da câmara de Salvador, dos lavradores menos capitalizados e, até mesmo, alguns naturalistas frente à diversificação agrícola. Uma avaliação de conjunto dos resultados, pode constatar isto.

O algodão representou a grande cultura complementar e/ou alternativa às lavouras tradicionais. As pimentas e canelas reforçam a contradição citada, uma vez que no plano teórico assumiam grande importância, mas, na prática, não conseguiram representar uma alternativa às lavouras mais tradicionais e rentáveis.

Duas culturas apontadas por alguns naturalistas, mas desprezadas pelos produtores locais tiveram trajetórias de muito sucesso cerca de um século depois. O cacau, se tornou o grande produto agrícola da Bahia, desbancando, inclusive, a cana-de-açúcar e o café se tornou o grande produto de exportação da jovem república brasileira, que chegou a ser a maior produtora do mundo.

Diante da resistência pela diversificação agrícola, a botânica – que encontrou um *locus* privilegiado no plano de intenções políticas da Secretaria de Ultramar – não encontrou espaço nas práticas agrícolas brasileiras no final do século XVIII. Esta ciência teria que esperar cerca de um século para se institucionalizar no país, exatamente auxiliando a agricultura.

Na análise das ervas, podemos perceber que os levantamentos feitos na Bahia estavam conectados com uma rede imperial de circulação de plantas, raízes, cascas, sementes, ceras e outros derivados vegetais. Tanto a circulação desses produtos quanto o trabalho aplicado na sistematização da ervolaria local demonstram o exercício de naturalistas em inserir as ervas baianas num conjunto maior de práticas imperiais.

A política para as ervas na Bahia Atlântica encontrou uma expressão institucionalizada, o Jardim Botânico de Salvador. Essa instituição sistematizou e agremiou os esforços de naturalistas e funcionários ao longo da Capitania na coleta de sementes, cascas, raízes e plantas, bem como na confecção de estampas, observações e experiências de aclimação. Podemos perceber também que os rumos do jardim baiano foram

amplamente prejudicados, em parte por uma resistência local em aclimatar e distribuir produções novas e em função da centralidade assumida na Secretaria de Ultramar pelo Jardim Botânico do Pará, instituição modelo e beneficiada pelo clientelismo dos irmãos Sousa Coutinho.

Conjuntamente, a análise feita na tese revela uma participação muito maior da botânica do que a historiografia sobre a Bahia colonial é capaz de reconhecer. Mas que tipo de botânica se expressou ali? Embora tenhamos que reconhecer as constantes referências aos paradigmas botânicos do Reino, definitivamente, a ciência praticada na Bahia não foi a mesma da Europa ilustrada.

Num contexto de baixa disponibilidade de naturalistas, com uma frouxa padronização dos métodos de produção, um conjunto pulverizado de interesses de análises, dificuldades irreversíveis para executar as viagens pelos caminhos coloniais, dentre outras coisas, a botânica se apresentou revestida de variadas estratégias metodológicas, bem como focalizando diferentes e inusitados objetos de análises.

As centrais de cálculo portuguesas e baianas obtiveram algum sucesso em agremiar informações relativas à Bahia Atlântica, mas não lograram a transformação desse conhecimento em um poder político que atendesse aos interesses régios. Como consequência, a apropriação do conhecimento botânico da região não resultou num controle efetivo da dinâmica colonial.

De maneira geral, as observações botânicas assumiram um caráter descritivo e enciclopédico, com um objetivo de catalogar informações e acumular dados passíveis de comparação taxonômica. Mas, diferentemente do naturalismo Vandelliano, raramente assumiu com isso a função de extrair os elementos de sua ordem “caótica”, dando-lhes um(a) lugar/função no grande “inventário da natureza”. Uma prática recorrente que reforça essa constatação é a análise das plantas a partir de seus usos locais, sem uma preocupação maior com sua classificação vegetal.

Metodologicamente, os usos do conhecimento indígena e/ou local assumiram uma importante função na ciência ali desenvolvida. A utilização dos nomes, usos e conhecimentos dos sujeitos coloniais não só reforça a íntima relação com a realidade colonial assumida pela botânica, mas imprime a essa ciência parâmetros próprios. Sua percepção se torna clara no conjunto de proposições práticas voltadas para o modo de se

catalogar, desenhar, realizar experimentos, bem como sensibilizar as autoridades locais e metropolitanas de suas aplicações.

Enfim, a botânica esteve presente na elaboração das principais políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica na virada do século XVIII para o XIX, a saber, para as madeiras, culturas agrícolas e ervas. E embora sua participação não tenha sido pequena no quadro de políticas metropolitanas, não encontrou espaço de institucionalização efetiva na Bahia Atlântica, pois o contexto colonial impôs sérias restrições à sua implementação por complexas razões ligadas às contradições da relação Portugal-Bahia.

Em função disso, a botânica precisou esperar mais meio século para se institucionalizar no Brasil a partir dos seus recentes institutos de pesquisa e um quadro de interesses mais substanciais pela agricultura praticada no país. Mas sua dificuldade em se consolidar como uma ciência presente nas instituições e práticas agrícolas coloniais não deve ser confundida com sua ausência. Sair à sua procura a partir dos moldes como ela se manifestou em Portugal e no resto da Europa é uma atitude míope e estéril ao pesquisador das ciências coloniais que deve estar atento aos seus contextos de manifestação e com um olhar mais abrangente para suas manifestações.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais Manuscritas

Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra - AUC

Ficheiros da Universidade de Coimbra

Lisboa

Academia das Ciências de Lisboa – ACL

Discurso Político. Baltasar da Silva Lisboa. *ACL, Série Vermelha, Manuscrito n° 697.*

Discursos preliminares aos elementos de agricultura acerca dos modos mais convenientes para animar essa nobilíssima Arte em Portugal por G. A. Dalla Bella. *ACL, Série Azul, Manuscrito n° 199, s/d, 22fl.*

Memória de Joaquim de Amorim Castro mandado pelo seu sábio mestre e senhor Domingos Vandelli, a observar o aumento da Mina de Figueira dividida em duas partes. Na primeira se mostra, aumento da mina, e juntamente a bondade do carvão que presentemente se extrai. Na segunda a fabricação da caparroza com muita comodidade junto a mina. E finalmente se faz menção da descoberta de uma nova mina junto à crapinheira. Joaquim de Amorim Castro. *Série azul, cod. 376, p. 124 -138.*

Plantas do Brasil. 1780. *ACL, Série Azul, Manuscrito n° 300, 150 fl.*

Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar, 1779. Domingos Vandelli. *ACL, Série vermelha, Manuscrito n° 405.*

Arquivo Histórico do Museu Bocage - AHMB

Carta para Domingos Vandelli de Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres agradecendo pelo recebimento de um compendio de Botânica com estampas que seria utilizado em seus estudos nas diligências. Vila Bela, 25 de Maio de 1773. *AHMB – CN/C – 111.*

Carta de Joaquim de Amorim Castro sobre as remessas de tabaco e de imagens das espécies que o naturalista cultivava na Bahia. Cachoeira, 16 de Março de 1791. *AHMB – Rem. 588.*

Carta de Baltasar da Silva Lisboa para Julio Mattiazzi sobre a remessa de pedras e barros. Bahia, 23 de Junho de 1790. *CN/L – 5.*

Método de Recolher, preparar, remeter e conservar os Produtos Naturais segundo o Plano que tem concebido e publicado alguns Naturalistas para o uso dos Curiosos que visitam os Sertões e Costas do Mar. Lisboa, 1781. *AHMB – Reservados.*

Carta de Luiz Pinto de Souza para Domingos Vandelli sobre a remessa de plantas e de um catálogo com plantas. Villa Bella, 1 de Dezembro de 1771. *AHMB – CN/B – 93.*

Caixotes vindos do Rio de Janeiro (e recebidos em 28 de Maio de 1783). Letra de Alexandre Rodrigues Ferreira. Relação de plantas numeradas entre nº 19 e 22. *AHMB – Rem. 569.*

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Carta à rainha [D. Maria I] sobre a cochonilha e a sua cultura no termo e sertão da referida vila. Bahia, 27/7/1789. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 191, D. 14000.*

Carta de Joaquim de Amorim Castro ao príncipe regente, [D. João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na capitania da Bahia. Cachoeira, 15/3/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 201, D. 14476.*

Carta de Joaquim de Amorim Castro à Rainha sobre a cochonilha e a sua cultura em cachoeira. *Manuscritos do AHU. Bahia, Caixa nº 191. Doc. nº 14000. 1789.*

Carta de Joaquim de Amorim Castro ao Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área de botânica. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 200. Doc. nº 14447. 1796.*

Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica. Cachoeira, 20/1/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 200, D. 14447.*

Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as experiências da cultura dos algodões e a memória que José de Sá Bittencourt e Accioli escreveu sobre as plantações que se fizeram no termo da Vila de Camamú. Bahia, 12 de Outubro de 1797. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 89, doc. 17474. 1797.*

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, o Dr. Baltasar da

Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx, 90, doc, 17.530.*

Ofício do Governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessárias para o Dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do lugar de Ouvidor da Comarca dos Ilhéus. Bahia, 10 de Novembro de 1797. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 90, Doc. nº 17487.*

Ofício do Governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro, no qual informa acerca das madeiras mais próprias para os remos das embarcações, aderno e massaranduba. Bahia, 30 de Agosto de 1790. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 72, Doc. nº 13850. 1790.*

Ofício de Joaquim de Amorim Castro para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica. Cachoeira, 20/1/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 200, D. 14447.*

Representação da Câmara da Vila de Cachoeira sobre o Juiz Joaquim de Amorim Castro. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa 209, doc. 42.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT

Baltasar da Silva Lisboa – Habilitação da Ordem de Cristo, *Letra B, Maço 10, documento 4. 10 de Setembro de 1805.*

Carta ao Ministro de Dom José. *In: Coleção geral das ordens e providências para a nova fundação da universidade. D. Francisco de Lemos. 1772. ANTT, Ministério do Reino, v. 436, fl. 76.*

Dicionário Botânico. Júlio Mattiazzi e Domingos Vandelli. 1780. *ANTT. Manuscritos da Livraria. Nº 1854. 300fl.*

Memória sobre a Faculdade de Filosofia de Domingos Vandelli. *ANTT - Ministério do Reino. Maço 520, cx 647.*

Plano de administração do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda de Alexandre Rodrigues Ferreira. *ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, caixa 555.*

Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco. Domingos Vandelli. s/d. *ANTT, Ministério do Reino, Maço 444.*

Biblioteca Nacional de Portugal – BNP

Catalogus Plantarus Botanici. Júlio Mattiazzi. 1782. *BNP. Coleção Pombalina. Manuscrito, nº 30.*

Cultura, Fabrico e Comércio do Tabaco por Dr. Joaquim de Amorim Castro. *BNP. Cód. 4569.*

Rio de Janeiro

Arquivo Nacional - AN

AN, Códice 519, v.1, fl.682-83.

AN, Códice 519, v.1, fl.670.

AN, Códice 67, v.23, f.78.

Carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o Conde de Rezende. *AN, códice 67, v.21, f.72-3.*

Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charneças de Domingos Vandelli. *AN, Códice 807, v.25, S.D., fl. 1.*

Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho de 24 de Novembro a Manoel Ferreira da Câmara, que vai para a Bahia, dando-lhe S. Majestade diversas missões a cumprir. Rio de Janeiro, *AN, nº códice 807, vol. 1, 1800.*

Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho de 24 de Novembro... *AN, nº códice 807, vol. 1, 1800.*

Biblioteca Nacional – BN

Carta Régia para Dom Fernando José de Portugal, Queluz, 13 de Março de 1797, Rio de Janeiro, *Manuscritos da BN, nº I-1, 4, 8.*

Carta Régia para Dom Fernando José de Portugal, Queluz, 17 de Maio de 1796, Rio de Janeiro, *Manuscritos da BN, nº I-2, 3, 8.*

Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das Madeiras, Ordens que a este respeito se tem expedido; Regulamento dos referidos cortes e estado atual desta

dependência, até o dia 01 de Agosto de 1803 por Baltasar da Silva Lisboa, S. I. (Cerca de 1803). *Manuscritos da BN, I – 31, 30, 27.*

Memória sobre a viagem do terreno Nitroso (dos Montes Altos da Bahia). 1800. *Manuscritos da BN, 11, 2, 14.*

Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus. 1800. Atribuída a Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *Manuscritos da BN, Ms 512 (47, doc. 2).*

Notícia da viagem e jornadas que fez por terra o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios Sublevados nas Vilas e Aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia. Rio de Janeiro. *Manuscritos da BN, I-12,3,13.*

Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt e Accioli. (atribuído a). Rio de Janeiro, *Manuscritos da BN, nº 22, 1, 9.*

Ofícios de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt relativos ao Jardim Botânico da cidade da Bahia. *Manuscritos da BN. II-33,26,27.*

Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. *BNRJ, Manuscritos da BN, II- 30, 06, 4.*

Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 12 de fevereiro de 1798. *BNRJ, Manuscritos da BN, II- 30, 06, 4.*

Princípios de Physica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras. 27 folhas. *Manuscritos da BN, I – 28 , 9, 55.*

Regimento dos Cortes de Madeira. 12 de Julho de 1799. *Manuscritos da BN, nº I-1, 4, 9.*

Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790. *Manuscritos da BN, I-12,3,10.*

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB

Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt Accioli. *IHGB, Lata 109, pasta 4.*

Maceió

Arquivo Público de Alagoas - APA

Regulamento da Conservadoria das Matas da Alagoas. Maceió 20 de Junho de 1822. *Arquivo Público de Alagoas, Catalogação: M 07 E 04 – A Conservadoria das Matas em Alagoas 1819-1849.*

Fontes Documentais Impressas

ACCIOLI, José de Sá Bittencourt e. Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas, no Termo da Vila de Camamú, Comarca dos Ilhéus, Governo da Bahia. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira, 1798.

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *O feliz clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1793)*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

BOUGAINVILLE, L. A. Viaje alrededor del mundo por la fragata del rey la Boudeuse y la fusta la Estrella em 1767, 1768 y 1769. Buenos Aires, Espasa-Calpe. 1771. *Apud* LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. *In: Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, Feb, p. 10, 1995.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1810.

Carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal recomendando algumas pequenas árvores de canela para que se introduza este novo ramo de cultura na Bahia. *Anais do APEB, Doc. 65*, p.235.

Carta de encaminhamento de remessa de madeira de Francisco Nunes da Costa. Cairú, 02 de Novembro de 1781. *Correspondência da administração pública depositada no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)*. Anais do APEB, Vol 57, p. 54.

Carta de José de Sá Bittencourt e Accioli para Dom Rodrigo na qual se refere a uma memória sobre os algodões e pede que lhe seja dado um posto militar. Bahia, 10 de Outubro de 1797. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. n° 17470*.

Carta do Juiz de Fora Joaquim de Amorim Castro, dirigida à Rainha, na qual lhe oferece a seguinte memória sobre as diversas qualidades de madeiras. *Anais da BN, Volume 34, Ano 1912*, p. 159.

Carta do Juiz de Fora da Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro, para Martinho de Mello e Castro, na qual se refere à seguinte memória sobre a cochonilha (planta e inseto), a um aparelho para prensar o tabaco e a sua História Natural do Brasil, cujo 1º volume enviava à Academia Real das Ciências. Bahia, 27 de Julho de 1789. *Anais da BN. 1912, Vol 34. Doc n° 13297.*

COUTINHO, Dom Rodrigo de Souza. Discurso sobre a mendicidade. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. (org.) *Textos políticos, econômicos e financeiros*. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 1993, t. I.

CRUZ, Ernesto. “A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII”. In: *RIHGB*, v.234, 1957.

DIDEROT, M; D’ALEMBERT, M. (org). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Genebra: Pellet, 1728. Vol. 17, p. 565.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. 3.v. (edição facsimilar).

Historia das plantas da Europa e das mais usadas que vem de Ásia, de África e da América: onde se vê suas figuras, seus nomes, em que tempo florescem, o lugar onde nascem com um breve discurso de suas qualidades e virtudes específicas, acomodada na forma do grande Pinax de Gaspar Bauhino. Impresso na Oficina de Anisson, Posuel & Rigoud, 1718; Memória sobre o Algodão, sua cultura e o fabrico por P. João de Loureiro. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa. Tomo I.* 1789.

História do Descobrimento da Cochonilha no Brasil, da sua Natureza, Geração, Criação, Colheita e Utilidades por José Henriques Ferreira, s/d. In: *Patriota*. Jornal do Rio de Janeiro, vol. III, p. 03-13.

IEB, Carta 9ª, 31/03/1777. Apud SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto (1798-1805)*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Capinas: Unicamp, 2002. p. 44.

LISBOA, Baltasar da Silva. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. Rio de Janeiro, 1823. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: s/d.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviços de Museus da Cidade, 1941. Tomo I.

Memória sobre a Cochonilha do Brasil por Joaquim de Amorim Castro In: *Memórias Econômicas da ACL. Tomo I.* 1789.

Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. Baltasar da Silva Lisboa. *Anais da Biblioteca Nacional, n. 37, 1915.*

Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam por Domingos Vandelli. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*. nº I, p. 187, 1789.

Memória sobre Agricultura deste Reino e das suas conquistas. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Nº I, f. 164-175, 1789.

Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas, no Termo da Villa de Camamú, Comarca dos Ilhéos, na Bahia. Apresentada e offerecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil por José de Sá Bittencourt e Accioli. Lisboa. Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas, Domingos Vandelli. In: *Aritmética Política, Economia e Finanças*, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, número 8, Introdução e Direção de Edição José Vicente Serrão, Lisboa, Banco de Portugal, 1994. pp. 143-152.

Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam por Domingos Vandelli. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências*. nº I, p. 187, 1789.

Memória sobre as madeiras de Cachoeira, *Anais da BN 1912, Vol 34, Doc. Nº 13769*, p. 161.

Memória para a Rainha... In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v.32, 1910, p. 116.

Memória Topográfica e Económica da Comarca dos Ilhéus de Baltasar da Silva Lisboa. In: *Histórias e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo IX, Lisboa, 1825, p. 222.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Plano para Civilização dos Índios no Brasil*. In: RIHGB. Rio de Janeiro: s/d.

Ofício de Baltasar da Silva Lisboa para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual agradece os louvores que lhe foram dirigidos em reconhecimento do dedicado zelo e inteligente desempenho dos seus serviços. Valença, 25 de Junho de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc nº 20739*.

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que participa a remessa de plantas vivas, de um herbário, e de algumas sementes raízes, colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para o qual novamente propõe a pensão anual de 600\$000 rs para se dedicar aos trabalhos botânicos. Bahia, 28 de Maio de 1797. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 34, 1912, Doc nº 17359*.

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, em que dá informações sobre as experiências da cultura do algodão. Bahia, 11 de Abril de 1796. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc nº 16612*.

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica ter dado instruções às Câmaras da Bahia e da Cachoeira para subsidiarem alguns estudantes que cursarem a Universidade de Coimbra ou a Academia de Lisboa. Bahia, 01 de Junho de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc nº 19.386.*

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe dá diversas informações sobre a exportação de mercadorias para o Reino e sobre as que de lá se importavam. Bahia, 25 de Agosto de 1798. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc nº 18375.*

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as experiências da cultura dos algodões e a memória que José de Sá Bittencourt e Accioli escreveu sobre as plantações que se fizeram no termo da vila de Camamú. Bahia, 12 de Outubro de 1797. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. nº 17474.*

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere à plantação de mandioca. Bahia, 31 de Dezembro de 1796. *Anais da Biblioteca Nacional. 1912, Vol 34. Doc nº 16779.*

Ofício de Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho informando sobre a Memória dos Algodões. *ABN, Vol 34, 1912, Doc. nº 17474.*

Ofício de Domingos Alves Branco Muniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual, relatando os seus serviços, pede o deferimento das suas pretensões. Presídio do Morro, 18 de Setembro de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc nº 20865.*

Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Dom Fernando José de Portugal, informando sobre as madeiras de construção e a retirada das raízes das árvores. Queluz, 24 de Outubro de 1797. *Anais do APEB nº 57, Vol 83, Doc nº 61. p. 235.*

Ofício de Dom Rodrigo José de Menezes de 10 de Outubro de 1785 para Martinho de Mello e Castro onde elogia a atuação do Inspetor das matas baianas. *Anais do APEB nº 57, Vol 83, Doc nº 33, p. 201.*

Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Fernando José de Portugal, comunicando sobre a remessa de algumas plantas de canela e alguns exemplares sobre a nova Memória sobre a caneleira do Ceilão. Queluz, 04 de Dezembro de 1797. *Anais do APEB, nº 57, Vol 83, Doc nº 73, p. 237.*

Ofício de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Fernando José de Portugal, solicitando que verifique se tem sucesso o plantio de pimenta nesta Capitania. Queluz, 18 de Março de 1797. *Anais do APEB, nº 57, Vol 84, Doc nº 32, p. 256.*

Ofício de Francisco Nunes da Costa para o governador da Bahia. Bahia, 27 de Janeiro de 1789. *Anais da Biblioteca Nacional, V. 34, 1912. p.116.*

Ofício de Francisco Nunes da Costa à Rainha de 09 de Setembro de 1785, em que relata a sua penúria em alguns momentos na frente da Inspetoria. *Anais do APEB n° 57, Vol 65, Doc n° 54.* p. 184.

Ofício de Francisco Nunes da Costa para o governador da Bahia em que trata das madeiras do Brasil próprias para a mastreação dos navios. *Anais da Biblioteca Nacional, V. 34, 1912.* p.116.

Ofício do Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere aos seus estudos botânicos. Bahia, 26 de Novembro de 1799. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 36, 1914, Doc n° 19755.*

Ofício do Governador da Bahia para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 17 de Maio de 1800. *Anais da Biblioteca Nacional. 1914, Vol 36. Doc n° 20.550.* p. 1.

Ofícios para Baltasar da Silva Lisboa em que se refere ao estabelecimento das pastagens necessárias para a alimentação dos bois precisos para os arrastos dos cortes de madeira. Presídio do Morro, 02 de Setembro de 1800. *Anais da BN, vol. 36, 1914. Doc n° 20861 e 20863.*

Ofício para Luiz Pinto de Sousa, em que dá informações sobre as experiências da cultura do algodão. Bahia, 11 de Abril de 1796. *Anais da BN, Vol 34, 1912, Doc. n° 16612.*

Representação dirigida a Rainha por Francisco Nunes da Costa, sobre as devastações que estavam sofrendo as matas virgens. *Anais da Biblioteca Nacional, V. 32, 1910.* p.568.

Requerimento do Dr. Baltasar da Silva Lisboa em que pede aumento de ordenado a título de aposentadoria. *Anais da Biblioteca Nacional, Vol 34, 1912, Doc n° 17624.*

SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *In: Academia das Ciências de Lisboa, Memórias econômicas, vol. I, Lisboa, 1789.*

VANDELLI, Domingos. Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos, a respeito da Agricultura e principalmente da cultura das charnecas. *In: Dicionário de Termos Técnicos de História Natural de Domingos Vandelli.* Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

Dicionários, Livros, Capítulos de Livros, Teses, Dissertações, Artigos e Revistas

ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das 'luzes' e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul.-set. 2007.

ABREU, Yma Souza de. O Método de Aristóteles para o Estudo dos Seres Vivos. *In: Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, nº 11, p. 35-40, 1994.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN/Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.

ALDEN, Dauril. O Período Final do Brasil Colônia, 1750-1808. *In: BETHELL, Leslie. (org). História da América Latina: américa latina colonial*. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. Volume II, p. 569.

ALMEIDA, Marta de. *República dos Invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ADAN, Caio F. Fernandes. Cartografia de um “engano”: Navegabilidade e integração territorial na Bahia colonial. *In: Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Maio, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Ubiratan. Castro de. A baía de Todos os Santos : um sistema geo-histórico resistente. *Bahia – Análise e Dados*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 10-23, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. (org). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BABER, Zaheer. *The Science of Empire: Scientific Knowledge, Civilization, and Colonial Rule in India*. Albany: State University of New York Press, 1996.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEINART, William; MIDDLETON, Karen. Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. (tradução). *In: Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez, p. 160-180, 2009.

BERNASCHINA, Paulo. *Gabinete Transnatural de Domingos Vandelli*. Lisboa: Artez, 2008.

BIRSE, Ronald M. *Science at the University of Edinburgh 1583-1993*. Edimburgo: University of Edinburgh, 1994.

BORDIEU, Pierre. "O Campo Científico". In: ORTIZ, R. (org). *Pierre Bordieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOSCHI, Caio César. *Achegas à história de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p (Série estudos e documentos).

BOXER, Charles. R. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda (1510-1800)*. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.

_____. *O Império Colonial Português. 1415-1825*. Lisboa: Edições Setenta, 1981.

_____. *O Império Marítimo português*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Maria (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRANNSTROM, Christian. "Repensando a Mata Atlântica brasileira: Cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930". In: *Varia História*, nº 26. Janeiro, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 2000.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Cia da Letras, 2009.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e Árvores no Ecúmeno Colonial. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CALAFATE, Pedro. (org.) *História do Pensamento Filosófico Português: as luzes*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, v. 3.

CAMPOS, José da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, empire, and nation : explorations of the history of science in the Iberian world*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CARVALHO, Rômulo de. *A Atividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.

_____. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CASTEL-BRANCO, Cristina. *Félix de Avelar Brotero: botânico português (1744-1828)*. Paris/Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTRO, Carlos F. de Abreu. *Gestão florestal no Brasil Colônia*. Brasília-DF, 2002. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Gestão Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

CHAMBERS, David Wade; GILLESPIE, Richard. "Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge". In: *Osiris*, History of Science Society, 2001.

COELHO, Mauro César. *A diligência do saber: uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RIO.

COHN, Bernard S. *Colonialism and its Forms of Knowledge: The British in India*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná.

_____; PEREIRA, Magnus. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. In: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 9, p. 205-228, 2009.

DEAN, Warren. "A Botânica e Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil". In: *Revista Estudos Históricas*: Rio de Janeiro, 1991, v. 4, nº 8, p. 216-228.

_____. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Muniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. Porto:Universidade Portucalense, 1998. 2 v. (Tese de mestrado policopiada).

DENIS, Henri. (org). *A Formação da Ciência Econômica*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

DIAS, J. P. Sousa. A Farmácia e a Expansão Portuguesa (Séculos XVII e XVIII) *In: A Universidade e os Descobrimentos*. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 209-227. (colóquio promovido pela Universidade de Lisboa).

DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Européia (sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953.

DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *In: Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1968.

DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

_____. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *In: História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 2001.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência: um Caso de Política*. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História Social.) Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo.

DRAYTON, Richard. *Nature's Government: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000.

DUARTE, Regina. Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *In: História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 11(1): p. 33-56, jan.-abr. 2004.

_____. "Facing the Forest: European Travellers Crossing the Mucuri River Valley, Brasil, in Nineteenth Century". *In: Environment and History*. v. 10, nº 01. February, 2004.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FARIAS, Poliana Cordeiro de. *Domingos Alves Branco Muniz Barreto: ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800)*. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1997.

FERRI, Mário Guimarães. "A Botânica no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando de. (org). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

_____. "História da Botânica no Brasil". In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (coord). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979-1980.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. *Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907*. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. USP.

_____. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional. (1875-1934)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FONSECA, Maria Rachel F. da. *A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. FFLCH-Universidade de São Paulo.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope*. Revista de História e Ciências Sociais, nº 23, 2000, pp. 67-88.

FREITAS, Antônio F. Guerreiro; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: A Capitania, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista. Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'na*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

_____. *Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, HUCITEC, 1999.

GASCOIGNE, John. *Science in the Service of Empire. Joseph Banks, the British State and the Uses of Science in the Age of Revolution*. Cambridge:Cambridge University Press, 1998.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GAY, Peter. *The Enlightenment: the rise of modern paganism*. New York e London: W. W. Norton, 1996, v. 1.

GOMES, Alfredo. *Introdução à Econômica: subsídios históricos e doutrinários*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p.129. Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-RJ.

GOUVEIA, Isabel de Barros. *Fantasia, ciência e espetáculo em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

GOUVEIA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In: *Topoi*, v.5 (8), p.124, 2004.

GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

_____. *Peripheries and Center. Constitutional Development in the Extended Politics of the British Empire and the United States, 1607-1788*. Athens & London: University of Georgia Press, 1986, pp. 19-42.

GROVE, Richard. *Green imperialism*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.

HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HEADRICK, Daniel. *The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. ; XAVIER, Ângela Barreto. A Representação da Sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. Vol IV: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HODGE, Joseph M. Science and Empire: An Overview of the Historical Scholarship. In: *Science and Empire. Knowledge and Networks of Science across the British Empire, 1800-1970*. Hampshire: Palgrave Macmillan, October 2011.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Ed. Atlas, 1976.

JANCSÓ, I. *Na Bahia Contra O Império*. História do Ensaio de Sedição de 1798. São Paulo: HUCITEC, 1996. v. 1.

JANEIRA, Ana Luísa. Configurações Epistémicas do Coleccionismo. *In: Episteme*. Porto Alegre, nº 20, Suplemento Especial, jan/jun, 2005.

KIRSCHNER, Tereza. Tradição e Reformismo. *In: Penélope*, nº 30/31, pp. 79.

_____. *A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808)*. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza_cristina_kirschner.pdf. Acesso em: 28 out. 2009.

KUHN, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *In: Hist. cienc. saude-Manguinhos*. vol.11, 2004.

_____. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. *In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico*. França, 1460-1610. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAFUENTE, Antonio. La ciencia periférica y su especialidade historiográfica. *In: SALDAÑA, J. J. (ed). El Perfil de la ciencia en la América*. México: Sociedade Latinoamericana de historia de las ciencias e de la tecnologia; Cuadenos Quipu, p. 31-40, 1986.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

_____. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Editora Unesp: São Paulo, 2000.

LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática Científica no Brasil Colônia: Ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza*. Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana.

LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada*. Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real. Maceió: EDUFAL, 2005.

LOPES, Maria Margareth. Culturas das Ciências Naturais. *In: Ciência & Educação*, v. 11, n. 3, 2005.

LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund. O Áuge de Suas Investigações Científicas e a Razão para o Término das Suas Pesquisas*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo.

MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. *In: Bracara Augusta – Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*, Braga, v. 28, nº 65-66 (77-78), pp. 179-202, 1974.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MATTOSO, Kátia, *Bahia no Século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAURO, Frédéric. “Political and Economic Structures of Empire”. *In: BETHELL, Leslie (ed.). Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge UP, 1987.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 2003, v. II.

MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do Império luso-brasileiro”, *In: Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MAYR, Ernest. *O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

MACKENZIE, J. (dir.) *Imperialism and the Natural World*, Manchester: Manchester University Press, 1990.

McCLELLAN III, James. Scientific Institutions and Organizations of Science. *In: PORTER, Roy. (org). The Cambridge History of Science. Eighteenth Century Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 87-106, Volume 4.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1933.

MONZOTE, Reinaldo Funes. *De Los Bosques a los Cañaverales*. Una historia ambiental de Cuba, 1492-1926. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2004.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MOREIRA LEITE, Mirian L. Viajantes Naturalistas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995.

MORTON, F. W. O. "the royal timber in late colonial Bahia. In: *Hispanic American Historical Review.* , 58:1, pp 41-61, fev, 1978.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Sesmarias: uma História Luso-Brasileira (Séculos XVIII/XIX). In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades.* Lisboa, 2005.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. "Ciência, Natureza e sociabilidade intelectual em Portugal no século XVIII: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração ibérica (1779-1815)". In: *Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia.* São Paulo, SBHC. S/d.

_____. *Domingos Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808).* Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RIO.

_____. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Departamento de História, 1998.

_____. ; MELO, Mariana Ferreira de. *Minas Gerais e a História Natural das Colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

_____. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. In: *Revista Intellectus / Ano 05 Vol. I,* 2006.

NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil.* Brasília: Editora da UnB, 1989.

NEVES, Erivaldo Fagundes (org.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia.* Salvador: Editora Arcadia, 2007.

NOGUEIRA, Eliana. *Uma História brasileira da Botânica.* Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno.* Lisboa: Estar, 2001.

PALHINHA, Ruy Telles. *Domingos Vandelli.* Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1945, p. 09-10. Traduzido ao português.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.* Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PAPAVERO, N; TEIXEIRA, Dante M. Os Viajantes e a Biogeografia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos.* Vol. VIII (suplemento), 1015-37, 2001.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em Geo-Ciências. Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Papel de Francisco Nunes da Costa no Processo de Regulamentação dos Reais Cortes de Madeira (1780-1792)*. Ilhéus, 2007. Monografia (Graduação em História). Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual de Santa Cruz.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências.: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Trad. Silvia F. de M. Figueirôa. In: *Cadernos IG/UNICAMP*, vol. 6, n. 1, 1996.

PHILIP, Kavita. 'Imperial Science Rescues a Tree: Global Botanic Networks, Local Knowledge, and the Transcontinental Transplantation of Cinchona', In: *Environment and History*, 1(2), 1995, pp. 173–200.

POLANCO, Xavier. La Ciencia como Ficción: historia y contexto. In: SALDAÑA, J. J. (ed). *El Perfil de la ciencia en la América*. México: Sociedade Latinoamericana de historia de las ciencias e de la tecnologia; Cuadenos Quipu, 1986.

PRADO, JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. et al. As Origens da Classificação de Plantas de Carl von Linné no Ensino de Biologia. In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 4, p. 101-137, 2009.

PUNTONI, Pedro, "O conchavo da farinha: especialização do sistema econômico e o Governo Geral da Bahia do século XVII", In: *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*. 2009. Disponível em: <http://www.flch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Puntoni-_Pedro.pdf> [Acesso em 04-abr- 2009].

QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio01.html>>. Acessado em: 07 de Março de 2012.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *Revista Tempo*. p. 19-38, 2000.

_____. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo. *et al.* (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

_____. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi; OLIVEIRA, Terezinha. A Economia, a Educação e o Pensamento Fisiocrata no Século XVIII. In: *Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR. “Patrimônio Histórico no Século XXI”*. Maio de 2008.

ROBIN, Libby. ‘Ecology: A Science of Empire?’, In: GRIFFITHS, Tom; ROBIN, Libby. (eds) *Ecology and Empire: Environmental History of Settler Societies*. Edinburgh: Keele University Press, 1997.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*, São Paulo, v. LV, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

_____. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Rev. bras. Hist.* vol.18, n.36, pp. 187-250, 1998.

_____. *The Portuguese empire, 1415-1808. A world on the move*. Baltimore/Londres: Johns Hopkins Univ. Press, 1998.

_____. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

_____. A Projeção da Bahia no Império Ultramarino Português. In: *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: EGBA, 2001.

SAFIER, Neil. *Global Knowledge on the Move: Itineraries, Amerindian Narratives, and Deep Histories of Science*. Isis, Vol. 101, No. 1 (March 2010), pp. 133-145.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão- Pará, 1796-1873*. Campinas, SP, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas.

_____. Éden Domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820. In: *Anais de História de Além-Mar. CHAM. Vol. VII, 2006*.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec, Feira de Santana: UEFS, 2001.

SANTOS, Margaret Ferreira dos. Manifestações pela Conservação da Natureza no Brasil (1784-1889). In: *Revista Uniara*. nº 16, 2005.

SARGENT, Arthur John. *The Economic Policy of Colbert*. Kitchener: Batoche Books, 2004.

SCHIEBINGER, Londa; SWAN, Claudia. *Colonial Botany: science, commerce, and politics in the early modern world*. University of Pennsylvania Press, 2005.

SCHUMPETER, J. A. *História da análise econômica*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. Indian labor and New World plantations: European demands and Indian responses in Northeastern Brazil. In: *The American Historical Review*, 83 (1): 43-79: 54. Feb. 1978.

_____. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Companhia das Letras: São Paulo, 1988.

_____. O Brasil Colonial, 1580-1750: As Grandes Lavouras e as Periferias. In: BETHELL, Leslie. (org). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. Volume II, p. 379.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In: *Revista USP*, São Paulo, 30, p. 108-119, jun./ago. 1996.

SHILS, Edward. *Center and Peripheries: essays in macrosociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a nação*. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. IFCH/UNICAMP.

SILVA, André Mansuy-Diniz. As idéias políticas de um Homem das Luzes na época da Revolução Francesa: dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: *Portugal no século XVIII: de dom João V à Revolução Francesa*. Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII. Lisboa: Universitária Editora, 1991.

SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto (1798-1805)*. São Paulo: Annablume: Fapesp: Capinas: Unicamp, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói, 1991. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Bahia, a Corte da América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

_____. D. João V e a cobrança dos quintos do ouro em Minas Gerais. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005. p. 1. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/maria_beatriz_nizza_silva.pdf>.

SOARES, Ana Luísa; CASTEL-BRANCO, Cristina. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Jardim Botânico d'Ajuda, 1999.

SOUSA, Avante Pereira. O Pão Nosso de Cada Dia: poder local e abastecimento (Salvador – Século XVIII). In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia: Salvador 450 anos*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, v.2.

_____. Poder local, crises de subsistência e autonomia camarária (Salvador, século XVIII). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

SPARY, Emma C. Botanical Networks revisited. In: DAUSER, Regina. et al. *Wissen im Netz. Botanik und Pflanzentransfer in europäischen Korrespondenznetzen des 18*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.

STAFFORD, Robert. *Scientist of Empire: Sir Roderick Murchison, Scientific Exploration and Victorian Imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. Lisboa, 1997. Dissertação. (Mestrado em História). Departamento de História da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

VALIM, Patrícia. Presteza no Real Serviço: D. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho, 2011.

VARELA, Alex Gonçalves. “A Trajetória do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua ‘fase européia’” (1783-1800). In: *Revista Tempo*. Niterói, UFF, 2007.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edson Carneiro. Salvador: Ed. Itapuã, 1969, vol 2.

WEHLING, Arno. O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: *Revista do. I. H. G. B.* v. 316, p. 170-278, 1976.

WILSON, Edward O. *Diversidade da Vida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.